

Universidade Federal de Juiz de Fora  
Programa de Pós-Graduação em História  
Doutorado em História

Fabiana Aparecida de Almeida Souza Pinto

“HOMEM, POETA, CÉREBRO, CORAÇÃO”: LINDOLFO GOMES E O  
PENSAMENTO INTELECTUAL E PRESERVACIONISTA EM JUIZ DE FORA

Juiz de Fora  
2018

FABIANA APARECIDA DE ALMEIDA SOUZA PINTO

“HOMEM, POETA, CÉREBRO, CORAÇÃO”: LINDOLFO GOMES E O  
PENSAMENTO INTELECTUAL E PRESERVACIONISTA EM JUIZ DE FORA

Juiz de Fora

2018

FABIANA APARECIDA DE ALMEIDA SOUZA PINTO

“HOMEM, POETA, CÉREBRO, CORAÇÃO”: LINDOLFO GOMES E O  
PENSAMENTO INTELECTUAL E PRESERVACIONISTA EM JUIZ DE FORA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em história.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Olender.

Juiz de Fora  
2018

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Pinto, FABIANA APARECIDA DE ALMEIDA SOUZA.  
"Homem, poeta, cérebro, coração" : Lindolfo Gomes e o pensamento intelectual e preservacionista em Juiz de Fora / FABIANA APARECIDA DE ALMEIDA SOUZA Pinto. -- 2018.  
187 p. : il.

Orientador: Marcos Olender  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

1. Juiz de Fora. 2. Lindolfo Gomes. 3. Fazenda Velha. 4. Biografia Intelectual. 5. Preservação. I. Olender, Marcos, orient. II. Título.

FABIANA APARECIDA DE ALMEIDA SOUZA PINTO

“HOMEM, POETA, CÉREBRO, CORAÇÃO”: LINDOLFO GOMES E O PENSAMENTO  
INTELLECTUAL E PRESERVACIONISTA EM JUIZ DE FORA

TESE apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em História da Universidade Federal de Juiz de  
Fora como requisito parcial para obtenção do título  
de DOUTORA EM HISTÓRIA.

Juiz de Fora, 06/12/2018.

Banca Examinadora

M O U.

Prof. Dr. Marcos Olender - Orientador

Fernando Perlatto Bom Jardim

Prof. Dr. Fernando Perlatto Bom Jardim (UFJF)

Rodrig

Prof. Dr. Rodrigo Christofoletti (UFJF)

M O U.

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

M O U.

Prof. Dr. Yussef Daibert Salomão de Campos (UFG)

Dedicado à memória de Lindolfo Gomes.

## Agradecimentos

Como nenhuma pesquisa se faz sozinha, deixo aqui não apenas um simples “obrigada”, mas sim, os meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, auxiliaram na elaboração dessa tese de doutorado:

- Ao professor Dr. Marcos Olender, orientador e amigo de longa data e que mais uma vez soube me guiar pelos “tortuosos caminhos da pesquisa”, mesmo à distância. Serei eternamente grata pelos seus ensinamentos e direcionamentos;

- Aos professores Fernando Perlatto Bom Jardim e Benito Bisso Schmidt, que através de ótimas sugestões durante o exame de qualificação, colaboraram para um melhor aproveitamento do tema estudado;

- Aos professores Yussef Campos e Rodrigo Christofolletti, por aceitarem prontamente compor a banca examinadora, mesmo “em cima da hora” e pelas preciosas considerações;

- Aos meus pais, Simone e Waltencir e ao meu marido Thiago, por sempre me apoiarem em todas as minhas decisões acadêmicas, sendo sempre pacientes e amorosos. Amo muito vocês.

- Aos meus colegas de trabalho pelo incentivo dado principalmente na reta final de elaboração da tese e a minha grande amiga Deisiane que teve um proveitoso dia de pesquisa comigo em Belo Horizonte.

- Ao meu filho Bernardo, por ficar tão “bonzinho” nos momentos de revisão desse trabalho e por despertar em mim um sentimento que não há como explicar.

Além de pessoas, esse trabalho também não teria se realizado sem a ajuda de várias instituições e seus funcionários:

- À CAPES, que através da bolsa concedida, tornou mais rica essa pesquisa;

- À UFJF, instituição a qual tenho orgulho de ter passado toda minha vida acadêmica;

- À Biblioteca Murilo Mendes, especificamente ao Setor de Memória, de onde essa pesquisa “nasceu” e deu “os primeiros passos”;

- Ao Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora, da qual saiu grande parte das pesquisas realizadas em jornais;

- À Academia Mineira de Letras e suas funcionárias que me receberam muito bem, dando-me acesso total ao material que precisava;

- Ao Arquivo Noronha Santos e ao IPHAN, fornecendo documentos fundamentais para esse trabalho.

À UNIVÁS, principalmente às professoras Dra. Andrea Silva Domingues e Ma. Marilda de Castro Laraia que me receberam tão bem na realização de meu estágio docência.

Por fim, agradeço aos professores do programa de Pós-Graduação em História da UFJF, que com suas aulas e conhecimentos me ajudaram a conseguir o título de doutora em história e a todos os colegas de curso e de vida, com os quais pude compartilhar dilemas e risadas.

Meu muito obrigada a todos.



## Resumo

A presente tese pretende analisar o surgimento do pensamento preservacionista em Juiz de Fora através do professor e intelectual Lindolfo Gomes e a sua tentativa de tombar, através do então *Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, a Fazenda Velha ou Fazenda do Juiz de Fora, imóvel esse que teria pertencido ao juiz que nomearia a cidade mineira e que teria inaugurado as discussões sobre preservação na nela. Através da biografia intelectual, faremos um aparato sobre a trajetória de Lindolfo, buscando entender com quem ele se relacionava e como esses relacionamentos auxiliaram sua produção, fazendo-o ser um intelectual de seu tempo e também um agente social da cidade em que vivia. Da mesma forma, faremos um aparato de como era a Juiz de Fora que Lindolfo vivia e principalmente, como ele percebia o ambiente intelectual em que a cidade se inseriu no final do século XIX e início do século XX, fazendo-a ganhar apelidos como “Atenas Mineira” e “ninho de poetas”. Entender o ambiente e as relações pessoais de Lindolfo nos ajudará a compreender os motivos que o fez tentar preservar a Fazenda Velha, entrando em contato direto com Rodrigo Melo Franco de Andrade e introduzindo o assunto “preservação” em Juiz de Fora na mesma época que as suas discussões começaram a ganhar força no cenário nacional (fins da década de 1930 e início da década de 1940).

Palavras-chave: Preservação. Juiz de Fora. Lindolfo Gomes. Fazenda Velha. Biografia intelectual.

## Abstract

This thesis aims to analyze the emergence of preservationist thinking in Juiz de Fora through the professor and intellectual Lindolfo Gomes and his attempt to overturn, through the then National Historical and Artistic Patrimony Service, the Old Farm or Juiz de Fora Farm, which would have belonged to the judge who would name the city of Minas Gerais and who would have inaugurated the discussions on preservation in it. Through intellectual biography, we will make an apparatus about Lindolfo's trajectory, trying to understand with whom he related and how these relationships helped his production, making him an intellectual of his time and also a social agent of the city he lived.

Likewise, we will make an apparatus of what it was like the Juiz de Fora that Lindolfo lived and mainly, as he realized the intellectual environment that the city was inserted in the late nineteenth and early twentieth century, making them win nicknames as "Athens Mineira "And" poets' nest ". Understanding the environment and personal relationships of Lindolfo will help us to understand the reasons that made him try to preserve Fazenda Velha by getting in direct contact with Rodrigo Melo Franco de Andrade and introducing the subject "preservation" in Juiz de Fora at the same time as the their discussions began to gain momentum on the national scene (late 1930s and early 1940s).

Keywords: Preservation. Juiz de Fora. Lindolfo Gomes. Old Farm. Intellectual Biography.

## Lista de ilustrações

Foto 1: Rua Halfeld, esquina com avenida Rio Branco, em 1930.....	p. 45.
Foto 2: Boulevard de Paris – 1912.....	p. 101.
Foto 3: Avenida Rio Branco – Rio de Janeiro – 1909.....	p. 101.
Foto 4: Avenida Rio Branco – Juiz de Fora – 1925.....	p. 101.
Foto 5: Cia Renato Dias.....	p. 117.
Foto 6: Cia Dias Cardoso.....	p. 117.
Foto 7: Associação Comercial – JF.....	p. 118.
Foto 8: Banco de Crédito Real de Minas – 1903.....	p. 120.
Foto 9: Banco de Crédito Real de Minas – 1930.....	p. 120.
Foto 10: Usina de Marmelos – JF.....	p. 122.
Foto 11: Cia Têxtil Bernardo Mascarenhas, em 1888.....	p. 122.
Foto 12: Mecânica Mineira.....	p. 124.
Foto 13: Cia Pantaleone Arcuri & Spinelli.....	p. 124.
Foto 14: Antigo Brasão de Juiz de Fora.....	p. 128.
Foto 15: Brasão do Município de Juiz de Fora.....	p. 129.
Foto 16: Fazenda da Tapera s.d.....	p. 135.
Foto 17: Fazenda da Tapera - 2016.....	p. 135.
Foto 18: Fazenda do Juiz de Fora.....	p. 136.
Foto 19: Esquema da Fazenda Velha indicando os locais fotografados.....	p. 160.
Foto 20: Foto 1 do esquema.....	p. 160.
Foto 21: Foto 2 do esquema.....	p. 160.
Foto 22: Foto 3 do esquema.....	p. 160.
Foto 23: Foto 4 do esquema.....	p. 160.
Foto 24: Foto 5 do esquema.....	p. 161.
Foto 25: Foto 6 do esquema.....	p. 161.
Foto 26: Foto 7 do esquema.....	p. 161.

## Sumário

<b>Notas introdutórias</b> .....	p. 14.
<b>Capítulo 1: Um intelectual provinciano: Lindolfo Gomes como agente social de seu tempo</b> .....	p. 24.
1.1: A importância das redes de relações sociais para a análise do indivíduo.....	p. 25.
1.2: As redes sociais de Lindolfo Gomes.....	p. 27.
1.3: Lindolfo Gomes como intelectual de seu tempo.....	p. 34.
1.4: Lindolfo Gomes como agente social de Juiz de Fora.....	p. 45.
<b>Capítulo 2: Lindolfo Gomes como intelectual e homem de letras</b> .....	p. 53.
2.1: Lindolfo Gomes e o ensino.....	p. 54.
2.2: Lindolfo Gomes e a imprensa.....	p. 59.
2.3: A contribuição de Lindolfo Gomes para os estudos filológicos.....	p. 64.
2.4: O historiador e o pesquisador: a contribuição de Lindolfo Gomes para a história de Juiz de Fora.....	p. 68.
2.5: O envolvimento de Lindolfo Gomes com as letras.....	p. 74.
2.6: A contribuição de Lindolfo Gomes para os estudos folclóricos brasileiro.....	p. 77.
<b>Capítulo 3: O ambiente cultural e intelectual de Lindolfo Gomes: a Juiz de Fora do início do século XX</b> .....	p. 93.
3.1: Juiz de Fora: “primeiro sorriso de Minas”.....	p. 94.
3.2: A “Europa dos pobres”.....	p. 97.
3.3: “Atenas Mineira”.....	p. 102.
3.3.1: A Academia Mineira de Letras.....	p. 105.
3.4: “Barcelona Mineira”.....	p. 115.
3.5: “Manchester Mineira”.....	p. 120.
3.6: “Princesa da província”, “Princesa de Minas” e “Princesa do Paraíba”.....	p. 125.
<b>Capítulo 4: Lindolfo Gomes e a campanha pela preservação da Fazenda Velha nas décadas de 1930 e 1940</b> .....	p. 133.
4.1: A Fazenda do Juiz de Fora.....	p. 133.
4.2: Quem foi o juiz de fora?.....	p. 138.
4.3: A política preservacionista brasileira nas décadas de 1930 e 1940.....	p. 143.
4.4: O abandono do casarão de Juiz de Fora e o seu destaque como monumento nacional.....	p. 146.
4.5: O interesse do SPHAN pela Fazenda Velha e o diálogo Rodrigo (SPHAN) e Lindolfo.....	p. 148.

4.6: O processo de (possível) tombamento da fazenda Velha.....	p. 154.
<b>Considerações finais.....</b>	<b>p. 166.</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>p. 174.</b>

## NOTAS INTRODUTÓRIAS

*“De fato, o homem não elege nunca o lugar; limita-se a ‘descobri-lo”.*

Micea Eliade

Segundo o historiador italiano Giovanni Levi, “a maioria das questões metodológicas da historiografia contemporânea diz respeito à biografia”, sobretudo através de suas “relações com as ciências sociais, os problemas das escalas de análise e das relações entre regras e práticas, bem como aqueles, mais complexos, referentes aos limites da liberdade e da racionalidade humanas”.<sup>1</sup> Nosso principal objetivo com esse trabalho é mostrar como Lindolfo Gomes foi se “transformando” em um intelectual que buscou, de todas as formas cabíveis na época, preservar uma velha casa em Juiz de Fora a qual presenciou o nascimento da cidade e onde morou por mais de 50 anos. E para isso, faremos a biografia dele, mas não uma biografia tradicional, com datas de acontecimentos marcados e cronológicos. Os fatos sociais, suas relações pessoais e profissionais nos delimitarão ao contar sua história, relacionando as regras e as práticas - como disse Levi - e demonstrando como sua trajetória pessoal interferiu e auxiliou nas suas ações preservacionistas.

Nos últimos anos, a biografia tem sido cada vez mais entendida como parte da escrita da história.

Ao se ler sobre a biografia, percebe-se de imediato quantas áreas importantes da história com ela se cruzam ou mesmo com ela se confundem, quantos temas nela estão contidos ou próximos: micro-história/estudo de caso; autobiografia; prosopografia; história oral/história de vida; dicionários biográficos. Também trabalha sobre vida cotidiana, sensibilidade, sociabilidade, discussão sobre memória, geração/gênero/família, história das “minorias”: mulheres, cultura popular, etc.<sup>2</sup>

Soma-se a isso as palavras de Roger Chartier, para quem “o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais” foi restaurado e os objetos da história não seriam mais

---

<sup>1</sup> LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 168.

<sup>2</sup> BORGES, Vany Pacheco. Desafios da memória e da biografia: Gabrielle Brune-Sieler: uma vida (1874-1940). In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (re)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. p. 288.

“as estruturas e os mecanismos que regulam as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos”.<sup>3</sup>

Queremos apresentar Lindolfo Gomes ao leitor. Intelectual de seu tempo e indivíduo ativo perante à sua sociedade, Lindolfo talvez hoje seja conhecido apenas entre os estudiosos do folclore brasileiro, pois foi um dos seus precursores. Porém, ele não era apenas um simples reflexo de seu meio social. Benito Schmidt destacou em seu texto *Construindo biografias* que as novas abordagens biográficas realizadas por historiadores estão destacando também as pessoas comuns, os “subalternos, a ‘gente miúda’”. Por isso, ainda segundo o autor, livros como *O queijo e os vermes* de Carlos Ginzburg e *O retorno de Martin Guerre*, de Natalie Davis tiveram tanta repercussão positiva no meio historiográfico: os membros dos grupos populares não estariam excluídos da história.<sup>4</sup> O próprio Ginzburg falou disso no prefácio de seu livro citado: “Alguns estudos biográficos mostraram que um indivíduo medíocre, destituído de interesse por si mesmo, pode ser pesquisado como se fosse um microcosmo de um estudo social inteiro num determinado período histórico”.<sup>5</sup>

Lindolfo Gomes não foi um “excluído da história”, mas podemos considerá-lo como um “excluído da memória”. Afirmamos isso no sentido de que, apesar de ter frequentado os círculos intelectuais de sua época e ter uma produção significativa, seu nome é pouco ou quase não lembrado pelas gerações futuras. No entanto, poderemos ver que ele não ficou a parte dos acontecimentos de sua sociedade, atuando ativamente, como no caso da tentativa de preservação da Fazenda Velha, se configurando assim, nesse “microcosmo de um estudo social inteiro”.

Há uma frase de Murilo Mendes que diz que “a memória é uma construção do presente mais que do passado”. Tal preceito se aplicará nesse trabalho. Em 1939, um grupo de intelectuais de Juiz de Fora, encabeçados por Lindolfo Gomes, começaram a perceber que um capítulo da memória e da história de Juiz de Fora corria o risco de desaparecer: o tradicional sobrado chamado de Fazenda Velha, ou Fazenda do Juiz de Fora, de quem a cidade “usurparia” o nome, estava em estado lastimável de conservação e ameaçado de ruir. Por isso, Lindolfo deu início a ideia de se preservar, através do recém

---

<sup>3</sup> CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, v. 7, n. 13. p. 102.

<sup>4</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. *Construindo biografias...historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos*. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1997. n. 19. p. 16.

<sup>5</sup> GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Cia das Letras, 2006. p. 20.

criado *Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (SPHAN) o referido imóvel. Seu objetivo principal era fazer com que o casarão continuasse a contar para as gerações futuras um pouco da memória da cidade, no caso, uma memória edificada.

### **O desvio de foco para o local**

Assim como a biografia voltou a fazer parte dos estudos históricos no final do século XX e início do século XXI, outros assuntos que antes estavam fora do foco dos historiadores começaram a ganhar força. Entre eles está o interesse pela história local e regional. Essas mudanças de perspectivas tiveram início principalmente com a historiografia francesa, mais especificamente com a terceira geração da Escola dos Annales, que pela influência da antropologia, preferiam “descrições, narrativas, indivíduos, biografias, excluídos, periféricos, marginais, sexo, bruxaria, mundos históricos micro...”.<sup>6</sup> O sentido do global foi substituído pelo do local, fazendo com que os que antes não tinham voz, surgissem para mostrar seus papéis na história.

Segundo João Evangelista Fagundes, a região seria o espaço geográfico que expressaria uma particularidade dentro de uma totalidade a qual se articula. “Nessa concepção, está implícita a recusa do caráter determinista ainda presente na história generalista que vê o regional e o local apenas como reflexos do nacional”.<sup>7</sup> Essa ligação do regional com o nacional seria a herança dos primeiros estudos brasileiros sobre a história regional, vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde as regiões eram consideradas “não nas suas especificidades, mas na sua intrínseca organicidade ao conjunto nacional”. Como o IHGB ficava no Rio de Janeiro, a capital da monarquia, reuniria todos os “conhecimentos relativos às províncias”, mostrando que no interior da instituição havia “um projeto intelectual claramente centralista”.<sup>8</sup> No entanto, a história regional é muito mais do que isso. Ela lida com as diferenças, a multiplicidade das coisas, apresenta o cotidiano, “permitindo fazer a ponte entre o individual e o social”.<sup>9</sup> A história local teria, segundo Raphael Samuel, uma força popular, dando

---

<sup>6</sup> REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**: a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 191.

<sup>7</sup> FAGUNDES, João Evangelista. **A história local e o seu lugar na história**: histórias ensinadas em Ceará-Mirim. Tese de doutorado. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte/ Programa de Pós Graduação em Educação, 2006. p. 88.

<sup>8</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1988, n. 1. p. 23-24.

<sup>9</sup> FAGUNDES, J. E. Op. Cit., p. 90.



ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos. As categorias abstratas de classe social, ao invés de serem pressupostas, têm de ser traduzidas em diferenças ocupacionais e trajetórias de vida individuais; o impacto da mudança tem de ser medido por suas consequências para certos domicílios. Os materiais básicos do processo histórico devem ser constituídos de quaisquer materiais que estejam à disposição no local, ou a estrutura não se manterá.<sup>10</sup>

Não é nosso objetivo estender mais sobre as discussões dos estudos de história local e regional. A citação e esses pequenos comentários só foram feitas para apresentarmos o nosso método de análise nesse trabalho. Falaremos da Juiz de Fora da primeira metade do século XX. Uma cidade mineira, de interior, considerada provinciana, mas que se conectava com as novidades desenvolvidas nos grandes centros urbanos (mesmo porque fica muito próxima ao Rio de Janeiro). Deve ser destacado também que estamos falando de uma cidade que conseguiu escrever uma história controversa, uma vez que foi marcada por pioneirismos e por produções locais que se contrapunham às oficiais. Um exemplo é nos apresentado por Leila Barbosa e Marisa Rodrigues em relação à importância das letras para a cidade - interesse esse muito comum nas capitais, mas pouco difundido em cidades do interior:

Esse interesse já se encontra oficializado na imensa demanda de professores, jornalistas, assessores de imprensa, secretários, artistas plásticos, estudiosos, que se preocupam em entender o mundo de hoje em seu trajeto da periferia ao centro, buscando autores que falem da cidade, já que uma cidade presentificada é igual a muitas cidades nela reconhecidas (...).

A cultura revelada por essa informação letrada possibilita uma visibilidade da periferia.<sup>11</sup>

Chamado de “provinciano incurável” por Afrânio Peixoto, o folclorista Luís da Câmara Cascudo (1898-1986) nunca saiu de Natal, no Rio Grande do Norte, pois sempre quis contar a história da cultura brasileira com o olhar do provinciano nato. Lindolfo Gomes - claro que com as devidas diferenças - contribuiu para a história de Juiz de Fora da mesma forma: apresentando-a através do seu convívio com ela dia a dia. Considerado

---

<sup>10</sup> SAMUEL, Raphael. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: s.e. 1989-1990. v. 9, n. 19. p. 220, 221.

<sup>11</sup> BARBOSA, Leila Maria Fonseca; RODRIGUES, Marisa Timponi Pereira. **Letras da cidade**. Juiz de Fora: Funalfa, 2002. p. 19

um dos precursores do folclore nacional, como veremos no Capítulo 3, Lindolfo ouvia as histórias narradas pelo próprio povo e, complementando com seus estudos teóricos, conseguiu coletar grande parte delas, mostrando ao povo local que antes de buscar uma valorização do que vem de fora, a cultura local também poderia ser muito rica. É nesse sentido que essa análise regional nos ajudou na elaboração desse trabalho: o objetivo era entender a produção intelectual de Lindolfo partindo de uma esfera local para a nacional, ou também, buscando entender como ele inseriu a província no cenário nacional.

Cabe aqui ainda uma pequena observação sobre o “inserir a província no cenário nacional”. Não podemos considerar Juiz de Fora como província em decorrência do papel de destaque que a projetou desde os seus primórdios e que serão destacados no correr do texto. No entanto, todo o florescer econômico, político e industrial que a caracterizou no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, já não era tão glorioso assim no final da década de 1930 e na década de 1940 (período que trabalhamos). Por isso a adjetivação de Juiz de Fora como “província” nesse período. Nessa mesma linha, nos referimos a Lindolfo como provinciano (como no próprio título do Capítulo 1) no sentido dele escrever sobre Juiz de Fora de dentro da cidade, como mostramos acima, não apenas pelo fato dele ser morador de um lugar considerado província.

### **Os caminhos até Lindolfo.**

Em 1934, a *Revista Marília* (edição de agosto/setembro) publicava a seguinte reportagem sobre Lindolfo Gomes, assinada por Pedro Costa:

Quem o vê escondido em tanta modéstia e retraimento, na simplicidade de atitudes e de gestos, acolhedor e animador dos novos, e tão simples e afetuoso, dirá – *ali está um grande coração.*

Quem o escuta, que encantamento! Nas palavras, sem esforços, que dos lábios lhes escorrem, em harmonias e vibrações que trazem aos olhos lágrimas de emoção, murmúrios de cascatas aos ouvidos, e fazem a alma sonhar, dirá, por certo, *ali está um coração que canta.*

Quem lhe perscruta o íntimo sentimento, a sutileza d’alma e atenta em sua fisionomia entristecida de trabalhador intemorato, de ideias e de emoções, os cabelos de prata a lhe emoldurarem o inverno da vida... também dirá – *ali está um coração que sofre.*

Quem o admira na justeza dos conceitos, nos ensinamentos sem afetações, na profundidade do saber, na cultura imensa que lhe aprimora o espírito, dirá assim – *ali está um cérebro que vibra, cria e que produz!*

Em uma só frase, eis o perfil de Lindolfo Gomes: - Homem  
– poeta – cérebro – coração.<sup>12</sup>

Foi dessa fala que tiramos o título desse trabalho por entender que ela foi talvez a definição que melhor proveio a Lindolfo Gomes dentro das narrativas que se construíram sobre a sua figura: faz referência a seus escritos, seus estudos e o seu jeito simples e puro como sempre era descrito por quem o conheceu. Outro exemplo dessa narrativa construída pode ser percebida na fala do letrado Henri Menegale proferida em uma homenagem a Lindolfo Gomes na Associação Fraco-Brasileira de Cultura de Juiz de Fora:

Uma vida simples – eis a feição que melhor o individualizava.

Conheci-o, cigarrinho de palha entre os dedos, fugindo de ser notado, modestamente, entre os que o cercavam. Inútil, porque uma palavra sua nos vaivéns do diálogo, dominava a conversa.<sup>13</sup>

Além dessas descrições e de outras sobre Lindolfo Gomes, usaremos ao longo da tese citações de Wilson de Lima Bastos presente no livro *Lindolfo Gomes*, escrito em 1975. Tal livro serviu de ponto de partida para nossas pesquisas por ser a única biografia escrita sobre Lindolfo até hoje. No entanto, como se percebe nas passagens transcritas acima e como perceberemos em outras que estão no corpo da tese, todas são elogiosas a Lindolfo, seja no campo pessoal como no profissional. Seria nesse sentido que falamos de uma narrativa construída em cima da figura dele. Tais adjetivações se deram, no nosso entender, por serem textos vindos de pessoas que pertenciam aos ciclos sociais de Lindolfo, sendo seus amigos. Por se apresentar sempre muito solícito para com todos e por seus diversos estudos e tempo destinado às pesquisas em diversas áreas, essas qualidades eram as destacadas e foram as que, de certa forma, “moldaram” o personagem Lindolfo. Não encontramos críticas a seus trabalhos em nossas pesquisas nem passagens polêmicas em sua trajetória. No entanto, esse ponto não pode ser desprezado: quem falou sobre Lindolfo eram, muitas vezes, pessoas próximas e/ou que o admiravam como professor, historiador, folclorista, intelectual. Por isso as passagens em tom laudatório. Buscou-se qualificá-lo destacando sempre as suas qualidades como pessoa e como profissional.

---

<sup>12</sup> COSTA, Pedro. Revista Marília. Citado por BASTOS, Wilson de Lima. **Lindolfo Gomes**. S.L.: Ministério da Educação e Cultura, 1975. p. 15.

<sup>13</sup> MENEGALE, Henri. Lindolfo Gomes. **Revista da Academia Mineira de Letras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1954. Vol. 20. p. 81.

## A estrutura da tese

O primeiro capítulo, intitulado *Um intelectual provinciano: Lindolfo Gomes como agente social de seu tempo*, será dedicado a fazermos uma pequena e inicial apresentação de Lindolfo Gomes através do viés da biografia intelectual, onde seus feitos e atos pessoais estarão interligados com o meio social que viveu e as relações sociais que manteve. Essas relações, a nosso entender, também auxiliaram na formação intelectual de Lindolfo e por isso, falaremos nesse capítulo sobre a importância das redes de relações pessoais para a análise do indivíduo e quais as redes que Lindolfo pertenceu ou teve contato. Assim, poderemos explicar melhor porque o consideramos um intelectual de seu tempo, mostrando ainda a sua atuação como agente social de Juiz de Fora.

Lindolfo escreveu livros, artigos em muitos periódicos do Brasil e de Portugal, discursos, conferências nos ramos do lirismo, história, polêmica, teatro, periodismo, didática e filosofia.<sup>14</sup> Atuou ainda como professor, historiador, filólogo, folclorista, jornalista, teatrólogo e educador. É esse Lindolfo que apresentaremos no Capítulo 2, que recebeu como título *Lindolfo Gomes, intelectual e homem de letras*. Optamos por separar sua produção de acordo com a atividade profissional, mas ao mesmo tempo, percebe-se que essa dissociação não poderia ser feita de forma completa, já que ele usará continuamente suas publicações jornalísticas para divulgar seus estudos nas outras áreas de conhecimento que atuou.

Acreditamos, assim como Pierre Bourdieu, que a reconstrução do contexto e da “*superfície social*” nos vários campos em que o indivíduo agiu, seria uma boa forma para se usar a biografia.<sup>15</sup> A época vivida, o meio e a ambiência seriam fatores que poderiam explicar trajetórias e o contexto social pode cobrir lacunas documentais.<sup>16</sup> Por conta disso, optamos por dedicar o Capítulo 3 ao ambiente social onde Lindolfo viveu grande parte de sua vida: Juiz de Fora. O capítulo *O ambiente cultural e intelectual de Lindolfo Gomes: a Juiz de Fora do início do século XX* apresentará a cidade a partir de Lindolfo Gomes, da forma como ele entendia e percebia a cidade em que vivia. Apesar de ter nascido em Guaratinguetá, no estado de São Paulo, foi em terras mineiras que o professor viveu a maior parte de sua vida. De acordo com Henri Menegale muitos se surpreendiam ao descobrir que Lindolfo não era juizforano, tamanho o carinho e admiração que possuía e demonstrava por Juiz de Fora. “... Era este o seu clima e chão, aqui edificou a vida,

---

<sup>14</sup> MENEGALE, H. Op. Cit. p. 81.

<sup>15</sup> LEVI, Giovanni. Op. Cit. p. 169.

<sup>16</sup> LEVI, Giovanni. Op. Cit. p. 174 a 176.

elaborou a esplêndida cultura e, na tranquila vivenda ao sopé do Imperador, sofreu, sonhou, viveu, compôs a copilosa obra que lhe deu renome internacional”.<sup>17</sup> Em uma de suas *Nótulas*, coluna que manteve no *Diário Mercantil*, Lindolfo escreveu como se sentiu ao escutar elogios sobre a cidade por parte dos poetas Roquete Pinto e Fernando Neri, ambos da Academia Brasileira de Letras: “a meu coração sinceramente mineiro e juizforense, nada é mais agradável que ouvir dizer bem de nossa terra e de nossa gente”.<sup>18</sup>

Juiz de Fora “nasceu” em 31 de maio de 1850 quando a lei mineira n. 472 a separou do município de Barbacena com uma população de 500 pessoas em média. Segundo Luiz José Stehling, Juiz de Fora não surgiu como as outras cidades mineiras onde se finca uma cruz, ergue-se uma igreja e surge a cidade. Ela apareceu com a nova estrada construída por Henrique Guilherme Fernando Halfeld que passou a receber o trânsito do Caminho Novo e que se denominou Estrada do Paraibuna, oficialmente “Estrada Estadual”,<sup>19</sup> e que posteriormente se transformaria na Avenida Rio Branco.

A cidade não passou pelo ciclo econômico do ouro, como várias outras cidades mineiras, mas se desenvolveu sobretudo pela produção de café e pela industrialização, se tornando um importante centro industrial e comercial de Minas. Por esse desenvolvimento “particular” em relação às outras cidades mineiras de destaque na época (de economia aurífera), Juiz de Fora recebeu vários apelidos ao longo de sua história. Tais apelidos mostram o desenvolvimento cultural e intelectual pelo qual a cidade passou e nosso objetivo é mostrar como Lindolfo viveu e percebeu todo esse desenvolvimento. Por isso, decidimos apresentar Juiz de Fora através desses apelidos. O próprio Lindolfo escreveu sobre algumas dessas denominações que Juiz de Fora adquiriu ao longo do tempo: “Assim como Paris se dá usualmente o nome de Cidade Luz, e a Recife, o de Veneza Brasileira” pelo “grau de civilização e cultura da primeira (...) e o aspecto físico da segunda”, Juiz de Fora, “por causa de suas diferentes e múltiplas características, tem merecido diversos e expressivos codinomes” entre os quais:

Sala de visitas de Minas, Rio de Janeiro em ponto pequeno, Ninho de poetas (Arthur Azevedo); Capital da Democracia Brasileira (Ruy); Rainha das Indústrias (Melo Viana); Manchester Mineira (Antônio Sales); Manchester Brasileira (Ruy); Cidade de Madrugadores (Júlia Lopes); Cidade da Instrução e do Trabalho

---

<sup>17</sup> MENEGALE, H. Op. Cit. p. 81.

<sup>18</sup> GOMES, Lindolfo. Nótula. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora. 28 de novembro de 1940.

<sup>19</sup> STEHLING, Luiz José. Trajetória da indústria em Juiz de Fora. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: IHGJF, 1966. Ano 2, n. 2. p. 30-31.

(Evaristo de Moraes); Pérola de Minas (Valentim Magalhães); Capital da Imprensa de Minas (Lindolfo Azevedo); Cidade-Mulher (Mário Mattos); Cidade do Redentor (Afonso Celso Júnior e um jesuíta francês), Princesa do Paraibuna (Visconde de Ouro Preto); Princesa de Minas (Arthur Pena). (...). Ultimamente o Cardeal D. Sebastião Leme lhe chamou “Pedacinho do Céu”.<sup>20</sup>

Cabe destacar que apresentaremos a Juiz de Fora “entendida” por Lindolfo. Como historiador tradicional, ele sempre se preocupou com as histórias de origem, com a memória edificada e com a tradição. Apesar de procurar essa tradição no popular (como fez com seus estudos folclóricos), ele escrevia e trabalhava para uma elite (foi escolhido para escrever o hino de Juiz de Fora e só não escreveu o livro sobre a história da cidade por estar enfermo). Era a ele que se recorria quando o assunto era a história de Juiz de Fora e essa história seria a oficial, uma história que enalteceria os pontos positivos da cidade, sem análises mais críticas. Essa cidade “enaltecida” era a encontrada nos textos dos intelectuais que escreviam na época de Lindolfo e que faziam parte de sua rede de sociabilidades. E será essa cidade que apresentaremos no referido capítulo, pois assim podemos entender melhor o ambiente frequentado e às vezes “criado” por Lindolfo.

Por fim, no Capítulo 4, intitulado *Lindolfo Gomes e a campanha pela preservação da Fazenda Velha nas décadas de 1930 e 1940*, nosso objetivo foi compreender como se deu o início das discussões preservacionistas em Juiz de Fora através da trajetória de Lindolfo Gomes e sua atuação para a preservação da Fazenda Velha.

Para tal objetivo, usamos como fonte principal de pesquisa o inventário sobre a Fazenda Velha realizado na década de 1940 e que está no Arquivo Noronha Santos no Rio de Janeiro. Tal inventário contém todos os trâmites do processo de possível tombamento da referida residência e nos mostra como foi a atuação de Lindolfo em tal processo. Para tal fato, destacamos as cartas trocadas entre Lindolfo e Rodrigo Melo Franco de Andrade, então diretor do *SPHAN*, onde falavam do imóvel e da importância histórica que justificaria a proteção nacional. Além das cartas serem endereçadas ao próprio Rodrigo (apesar de não serem correspondências particulares, uma vez que tratavam de assuntos profissionais), ele as respondia pessoalmente a Lindolfo, sendo que algumas missivas possuíam o simples objetivo de informar ao professor como o processo estava evoluindo. Para Laura Regina Xavier, “as cartas constituem relevantes fontes de informação e de produção do conhecimento na medida em que documentam histórias,

---

<sup>20</sup> GOMES, Lindolfo. Nótula. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora, 30 de janeiro de 1940.

ações e reflexões pessoais sobre a vida cultural, política e social em determinados momentos”.<sup>21</sup> Por isso, essa troca de correspondências não pode ser desprezada.

Esperamos assim, poder mostrar ao leitor como se deu o início do processo de preservação em Juiz de Fora partindo de Lindolfo Gomes. Buscamos, com esse trabalho, tentar sanar um pouco sobre duas lacunas nos estudos históricos sobre Juiz de Fora: uma análise mais aprofundada de como foi o processo que tentou preservar a Fazenda Velha, que acabou sendo a primeira iniciativa em prol da preservação em Juiz de Fora, e mostrar também um pouco da atuação de Lindolfo como intelectual e agente social de seu tempo. “Cidadão honorário” de Juiz de Fora desde 1950, Lindolfo Gomes contribuiu, através de suas pesquisas e atitudes, para escrever parte da história da cidade, e é essa participação na escrita dessa história que buscaremos demonstrar nas linhas seguintes.

---

<sup>21</sup> XAVIER, Laura Regina. **Patrimônio em prosa e verso**: a correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Augusto Meyer. 2008. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. p. 29.

## Capítulo 1:

### Um intelectual provinciano: Lindolfo Gomes como agente social de seu tempo

*“O homem parece mais com seu tempo do que com seu pai e sua mãe”.* (Provérbio chinês).

Giovanni Levi, no texto *Usos da biografia*, destacou que “a época, o meio e a ambiência também são muito valorizados como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que exemplificaria a singularidade das trajetórias”.<sup>22</sup> O que buscamos com esse trabalho não é muito diferente. Nosso objetivo é entender como um professor que vivia em uma cidade do interior de Minas Gerais participou do cenário cultural e intelectual nacional de seu tempo<sup>23</sup>, sendo reconhecido não em apenas uma área de conhecimento, mas em todas as que se propôs a trabalhar. Assim, seus estudos acabaram por colaborar na questão da preservação em Juiz de Fora, ajudando a cidade, pioneira em tantos outros campos, a ser também uma das primeiras no estado a tentar salvaguardar um pouco de sua história edificada.

Por essa razão, neste capítulo retornaremos um pouco o tema da biografia intelectual para apresentarmos Lindolfo Gomes. Seus dados pessoais estarão sempre em conexão com seus trabalhos e suas ações, e sua trajetória será refeita ligada ao pensamento de sua época e às redes sociais frequentadas por ele. Mais do que uma biografia tradicional e cronológica, nosso foco aqui será destacar a trajetória do intelectual ligando-a também ao contexto sociocultural e político ao qual viveu. Buscaremos, citando Benito Schmidt, “desvendar os múltiplos fios que ligam [o] indivíduo ao seu contexto”.<sup>24</sup>

Entendendo que o individual, como mostrou Heliana Angotti Salgueiro, não é contrário ao social, pois “seguir o fio do itinerário particular de um homem implica inscrevê-lo num grupo de homens que, por sua vez, são situados na multiplicidade dos espaços e tempos de trajetórias convergentes”,<sup>25</sup> usaremos esse caminho, pois partimos do princípio que não se pode compreender uma trajetória “sem que tenhamos previamente

---

<sup>22</sup> LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 175.

<sup>23</sup> Cabe falar aqui que o adjetivo “provinciano” advém da cidade ser de interior, não ser um grande centro urbano. Dessa forma justificamos a denominação de “intelectual provinciano”, dado a Lindolfo Gomes no referido título desse capítulo.

<sup>24</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, 1997, n. 19. p. 15.

<sup>25</sup> Citado por: OLENDER, Marcos. **Ornamento, ponto e nó: da urdidura pantaleônica às tramas arquitetônicas de Raphael Arcuri**. Juiz de Fora: FUNALFA/Editora da UFJF, 2011. p. 20.



construído os estudos sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado (...) ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo”,<sup>26</sup> como demonstrou Pierre Bourdieu. Por essa razão, mostraremos ao longo desse capítulo com quem Lindolfo dialogava e quais as redes sociais frequentadas por ele para entendermos melhor a influência de seus pensamentos, suas atitudes e com quem (ou como) eram feitas as suas articulações, dentro e também fora de Juiz de Fora. Roger Chartier, citando Jacques Le Goff, lembrou que “a mentalidade de um indivíduo, mesmo sendo um grande homem, é justamente o que ele tem de comum com outros homens de seu tempo”.<sup>27</sup> Assim, para demonstrar como foi se formando a ideia de preservação em Lindolfo Gomes (um dos nossos objetivos principais) precisaremos entender primeiro suas redes de convívio social e intelectual. E é isso que começaremos a fazer com este capítulo.

### 1.1 - A importância das redes de relações sociais para a análise do indivíduo.

Segundo Tiago Luís Gil,

As análises de redes sociais surgiram no final dos anos 60, através dos trabalhos pioneiros de Bott, Mitchell, Boissevain e Barnes.<sup>28</sup> Trata-se de uma metodologia que percebe nas interações humanas o objeto de análise primordial, sem, contudo, dispensar o diálogo com outras metodologias. A preocupação central desta abordagem são os tipos de forma de relacionamentos mantidos pelas unidades de análise (que podem ser pessoas, empresas, cidades, palavras) e como estes laços podem interferir no comportamento e nas escolhas destas unidades.<sup>29</sup>

No trabalho de Elizabeth Bott podemos conhecer um pouco mais sobre a análise dessas redes sociais. A autora faz um amplo panorama crítico da utilização, por vários autores, de tal conceito. Ela afirma que vários antropólogos sociais britânicos usaram o conceito de rede em seus estudos, como Philip Mayer (1961,62 e 64), Southall (1961),

---

<sup>26</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína (orgs). **Usos e abusos da história oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 190.

<sup>27</sup> CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p. 34.

<sup>28</sup> Os textos pioneiros que ele se refere são: BOTT, Elizabeth. Família e rede social. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. MITCHELL, J. Clyde. Social networks. Annual Review of Anthropology, vol. 3, 1974. BOISSEVAIN, Jeremy. Network Analysis: a reappraisal. Current Anthropology, vol. 20, n. 2, junho de 1979. BARNES, J. A. Networks and political process. In Social networks in Urban Situations: analysis of person relationships in Central Africa Towns. Manchester: The University Press, 1969.

<sup>29</sup> GIL, Tiago Luís. Elites locais e suas bases sociais na América Portuguesa: uma tentativa de aplicação das *social network analysis*. In: **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. v. 3, n. 6, dez. 2011. p. 83.

Adrian Mayer (1962, 63 e 66), Srinivas e Bétéille (1964), porém, as definições e ênfase dadas por esses autores variam bastante. Pode-se encontrar assim: “rede total, rede pessoal, rede egocêntrica, reticulum, quase grupos, campo, estrela, zona, comunidade, pessoal, ambiência, círculo social, facção, partido, grupelho, agrupamento, grupo e grupo corporativo”.<sup>30</sup> Já Charles Kadushim, que trabalhou com o conceito de “círculo social”, enfatizou mais o termo do que os pesquisadores britânicos por entender que “as redes (‘círculos sociais’) existem porque seus membros compartilham – potencialmente ou efetivamente – de interesses comuns”. Para Bott, Kadushim parte dos interesses compartilhados “para então, localizar as pessoas envolvidas, ao passo que a maioria dos pesquisadores britânicos parte das pessoas (...) ou das pessoas envolvidas em uma situação social particular”.<sup>31</sup> Outros autores também usaram diferentes termos no lugar de “rede pessoal”, como “ambientação”, usado por Caplow, “comunidade pessoal”, de Henry, “campo”, de Jay, “conjunto”, usado por Adrian Mayer e “reticulum”, usado por Kapferer. Porém, o conceito “rede”, sem dúvida é o de maior consenso entre os estudiosos.<sup>32</sup>

Bott também compartilha da ideia de Barnes e de Srinivas de que há relações sociais em todas as sociedades, relatando que usa o termo “rede” no sentido mais geral, como fez Barnes e outros estudiosos. Citando esse autor, “(...) o que quer que ela seja, esta é uma abstração de primeira ordem da realidade e contém a maior parte possível das informações sobre a totalidade da vida social da comunidade à qual corresponde. Eu a chamo de rede total.” E continua: “por ‘rede parcial’ quero dizer qualquer extrato da rede total baseado em algum critério aplicável ao longo da rede total”.<sup>33</sup>

Usaremos esse tipo de análise ao trabalharmos, o assim chamado, “campo de influência” de Lindolfo Gomes: juntando a “rede total” e as “redes parciais”, como citado por Barnes.

O professor fez ao longo de sua vida uma vasta quantidade de amizades com pessoas de diversas áreas e profissões que constituíram as suas “redes sociais”. Essas relações facilitaram, por exemplo, o seu contato com políticos, quando ele começou a discutir a preservação da Fazenda do Juiz de Fora, uma vez que, ao ocupar cargos públicos, muitas vezes por indicação política (como acontecia na época), Lindolfo

---

<sup>30</sup> BOTT, Elizabeth. **Família e rede social**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 1976. p. 297 e 299.

<sup>31</sup> BOTT, E. Op. cit. p. 296.

<sup>32</sup> BOTT, E. Op. cit. p. 300.

<sup>33</sup> BOTT, E. Op. cit. p. 299. Citação de Barnes.

mantinha uma forte relação no mundo político. Como um dos fundadores da Academia Mineira de Letras, Lindolfo pertencia a uma rede de letrados juizforanos dentre os quais muitos eram também estudiosos da história de Juiz de Fora, como Albino Esteves e Belmiro Braga. Esse fato e essas amizades o fizeram se aprofundar ainda mais na história da cidade mineira (através dos debates com os colegas), o que acabou pelo empreendimento ousado e quase solitário de tentativa de preservação da conhecida Fazenda do Juiz de Fora. Esses ciclos sociais diretos e também os indiretos (levando em conta que Lindolfo era conhecido também por amigos de seus amigos e a repercussão da sua produção textual entre os seus pares), nos leva a compreender a influência que o intelectual exercia dentro e fora do local em que vivia, como quando encontramos seu nome citado em um texto de Mário de Andrade sobre o folclore<sup>34</sup> ou o tom informal pelo qual é tratado nas cartas trocadas com Rodrigo Melo Franco de Andrade.<sup>35</sup>

## 1.2. As redes sociais de Lindolfo Gomes

Penúltimo filho do Dr. Antônio Francisco Gomes e Paulina Sofia Bacellar Gomes, Lindolfo Eduardo Gomes fazia parte de uma tradicional família da região paulista de Guaratinguetá (SP), tendo como avô paterno José Luís Breves Gomes, Barão de Mambucaba, grande latifundiário e dono de extensa faixa litorânea e algumas ilhas na região de Mambucaba, no estado do Rio de Janeiro.<sup>36</sup> Na sua rede familiar, usando essa terminologia para nos referirmos à possíveis influências que a família exerceu em sua educação, não encontramos outros nomes de destaque nas áreas da educação, letras ou folclore que o tivesse influenciado, mas o fato de ter nascido em uma família tradicional,

---

<sup>34</sup> ANDRADE, Mário. Folclore. In: **Manual bibliográfico de Estudos Brasileiros**. Brasília: 1998. 1º volume. p. 427

<sup>35</sup> Falaremos melhor sobre essas correspondências no último capítulo dessa tese.

<sup>36</sup> BASTOS, Wilson de Lima. **Lindolfo Gomes**. S. L.: Ministério da Educação e Cultura, 1975. p. 7 e 8. José Luís Breves Gomes, filho do português Francisco Luís Gomes (irmão do escritor Pe. Dr. Alexandre Caetano Gomes) e de Ana Margarida de Jesus de Sousa Breves (filha de Antônio de Sousa Breves), nasceu em Pirai em 1780 e faleceu em 30/01/1855, sendo sepultado no cemitério da extinta Irmandade do S. S. Sacramento. Foi Sargento-mor de Milícias, Alferes do Segundo Batalhão de Angra dos Reis e um dos grandes benfeitores de Pirai, onde possuía as Fazendas de "Santa Maria" e "Ponte Alta", antigo Engenho das Pedras (ambas hoje são hotéis-fazenda). Foi ainda vereador, presidente da Câmara e delegado de polícia em Pirai; Juiz de Paz em Mambucaba, distrito de Angra dos Reis; em 1841 recebeu a Comenda da Ordem da Rosa e em 02/12/1854, foi agraciado com o título de barão de Mambucaba. Foi casado pela primeira vez com Mariana Rodrigues Dias, relacionamento do qual nasceu Caetano José Gomes e a segunda vez, com Maria Rosa da Silva, tendo como filhos Rosa Luisa Gomes, José Luis Gomes Junior, Francisco Luis Gomes Neto, Camilo Gomes, Ana Gomes, Dr. Antonio Gomes (pai de Lindolfo); Emiliana Isabel Gomes, Rita Luisa Gomes, Joaquim Gomes, Sofia Gomes, Brasilina Gomes, Virginia Eufrosina Gomes, Helena Gomes, Maria Gomes e José Gomes, sendo que os dois últimos faleceram na infância. (Informações retiradas de: brevescafe.net/mambu e CARVALHO NETO, Fernando. **Os nobres do café**. S.L: s.e, 1990.

abastada (seu pai foi um influente médico) e pertencente a elite política e econômica de seu tempo, proporcionou-lhe, sem dúvidas, um ensino de boa qualidade.

Órfão de mãe aos dois anos de idade foi entregue aos cuidados de tias paternas em Resende, no Estado do Rio de Janeiro. Ali cursou o primário e parte do secundário no Liceu Resendense, concluindo esse último nas cidades de Barra Mansa e depois Rio de Janeiro.

Na poesia, prosa e letras, Lindolfo possuía amigos que lhe inspiraram e também que nele se espelharam. Segundo Heloísa Pontes, um grupo de sociabilidade nasce de afinidades e circunstâncias, fazendo com que as relações pessoais sejam construídas nessas afinidades.<sup>37</sup> Assim, já podemos afirmar que o meio intelectual e letrado foi o principal espaço de sociabilidade de Lindolfo. Como exemplo, podemos começar pelo poeta Luiz Pistarini, cuja amizade com Lindolfo se deu quando esse último saiu de Resende para concluir seus estudos na cidade do Rio de Janeiro. Resendense e com uma história muito parecida com a de Lindolfo, (ele também havia ficado órfão cedo, começou a escrever precocemente, aos 14 anos, e foi autor da letra do Hino de Resende, assim como Lindolfo escreveu o de Juiz de Fora), Pistarini o influenciou muito no início de sua carreira como jornalista, uma vez que foi essa amizade que introduziu Lindolfo nesse meio, por Pistarini ser colaborador de vários jornais e revistas literárias do Rio de Janeiro. Em relação aos seus amigos em comum, o destaque recai sobre o poeta Olavo Bilac e o homem de letras, jornalista e crítico teatral, Lafayette Silva. Lindolfo e Lafayette escreviam para o jornal de notícias, *Domingo*, de Resende, pertencente à Pistarini, sendo que Lafayette escrevia do Rio de Janeiro e Lindolfo, de Juiz de Fora. Pistarini, certa vez, escreveu para Lindolfo: “Você, o Lafayette e eu formamos uma ‘trinca’ infalível: a trinca dois 3 L. Talvez daí se origine nossa irresistível inclinação à literatura, que também começa com L”. Lafayette visitou Lindolfo em Cataguases e também foi a Juiz de Fora, colaborando até no jornal *Pharol*, quando Lindolfo era redator-secretário do mesmo. Lindolfo ainda escreveu em todas as publicações em que Lafayette trabalhou: *Guitarra* (revista literária), *Rua do Ouvidor*, *Renascença* e *Correio da Manhã* (todos do Rio de Janeiro).<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> PONTES, Heloísa. Ar de família: a turma de Clima. **Revista Literatura e sociedade**. São Paulo: USP. V. 14, n. 12. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ls/article/view/25200>>. Acesso em 22/12/2018. pg. 62 a 73.

<sup>38</sup> GOMES, Lindolfo. Nótula. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 18 de abril de 1939. A revista *Renascença* foi publicada entre os anos de 1904 a 1906 e o jornal *Correio da Manhã* foi publicado entre os anos de 1901 a 1974. Não conseguimos as datas de circulação das revistas *Guitarra*, *Rua do Ouvidor* e do jornal *Domingo* e nem os anos de participação de Lindolfo nos mesmos.

Já com o poeta de *Via Láctea*, a amizade remonta tempos pretéritos. Os pais de ambos eram muito amigos e por isso, quando Olavo Bilac esteve em Juiz de Fora, em 1894, deixando o Rio de Janeiro por algum tempo por causa da Revolta da Armada de 1893, se encontrou com ele. Bilac escreveu alguns poemas em Juiz de Fora, hospedou-se no Hotel Rio de Janeiro, passando também alguns dias na casa do historiador Ignácio Gama e depois na casa do poeta Oscar da Gama<sup>39</sup> (outro grande amigo de Lindolfo) até alugar uma casa que deu o nome de *Retiro Santa Helena*, nela vivendo por cinco meses.<sup>40</sup> Em seguida, foi para São João Del Rei, lugar que se encontrou com outros poetas cariocas que ali estavam e escreveu o romance *Sanatório*, com o pseudônimo de Jayme de Athayde e que foi publicado no rodapé do jornal *Gazeta de Notícias*.<sup>41</sup> Depois foi para Ouro Preto, onde recolheu material para, ao voltar a Juiz de Fora, terminar sua obra *Crônicas e Novelas* (impresso na cidade em edição de Lindolfo de Assis, nas oficinas do jornal *Pharol*),<sup>42</sup> dedicado a Araripe Júnior e todo consagrado aos homens e às coisas de Minas Gerais. Bilac ainda voltou a Juiz de Fora mais três vezes, proferindo duas conferências (uma sobre as mulheres em Shakespeare e uma sobre civismo), as quais Lindolfo assistiu<sup>43</sup> e fazendo o discurso oficial na colação de grau dos bacharelados do Colégio Granbery de 1909.<sup>44</sup>

Lindolfo Gomes tinha contato direto também com a elite dos literários cariocas e mineiros de seu tempo uma vez que fez parte das Academias Carioca e Mineira de Letras, (sendo um dos fundadores da segunda), sendo essas os espaços de afinidades que destacamos linhas acima.

No caso da Academia Mineira, podemos destacar alguns exemplos, como o contato de Lindolfo com Albino Esteves, com quem discutia sempre sobre quem teria sido o juiz de fora que nomeara a cidade, e também com Heitor Guimarães, a quem

---

<sup>39</sup> GOMES, Lindolfo. Nótula. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 29 de dezembro de 1939.

<sup>40</sup> BARBOSA, Leila Maria Fonseca; RODRIGUES, Marisa Timponi Pereira. **Letras da cidade**. Juiz de Fora: Funalfa, 2002. p. 303, 304.

<sup>41</sup> GOMES, Lindolfo. Nótula. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 29 de dezembro de 1939. Não encontramos nenhuma informação precisa mas o que tudo indica é que tal romance foi publicado em 1894-1895.

<sup>42</sup> BARBOSA, L. M. F.; RODRIGUES, M. T. P. Op. cit. 2002. p. 304.

<sup>43</sup> GOMES, Lindolfo. Nótula. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 29 de dezembro de 1939. Lindolfo cita tais palestras no artigo, mas não o ano em que ambas foram realizadas. A fala de Bilac sobre o civismo provavelmente aconteceu entre os anos de 1915 e 1916, período em que o poeta percorreu as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul falando em prol do serviço militar obrigatório e de uma educação cívico-patriótica. As palestras foram posteriormente publicadas no livro *A defesa Nacional*, de 1917. (RANQUETAT JÚNIOR, César Alberto. **A Campanha Cívica de Olavo Bilac e a criação da Liga da defesa Nacional**. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas>. Não encontramos referência de data da palestra sobre as mulheres em Shakespeare.

<sup>44</sup> BARBOSA, L. M. F.; RODRIGUES, M. T. P. Op. cit. p. 304.

sucedeu na organização do *Almanaque de Juiz de Fora*, recebendo inclusive, como acentuou o próprio Lindolfo, belas críticas da imprensa carioca, sendo a publicação comparada aos melhores anuários brasileiros.<sup>45</sup>

Outro imortal mineiro a quem Lindolfo considerava “*um amigo de verdade*”<sup>46</sup> foi Arduíno Bolívar. Lindolfo inclusive narrou uma história interessante envolvendo Arduíno que mostra a constituição de seus ciclos social de amizades. Relatou que quando trabalhava de escrivão na Exatoria Federal de Cataguases, precisou cobrir um desfalque na Exatoria de Ubá. Na viagem lhe acompanhou Navantino Santos, seu amigo de redação do jornal *Arauto*, de Cataguases, pois o mesmo iria visitar uma moça com quem queria se casar. Ambos aproveitaram a viagem para encontrar com velhos amigos e assim, se reuniram os dois, Arduíno Bolívar, Antônio José Moreira, Carlos Bolívar, Onofre Andrade, Carivaldo Fonseca (todos intelectuais, jornalistas e escritores) e João Barroso (o *Barrosinho*), promotor de justiça da comarca, orador e latinicista, já seu “camarada” de Cataguases. Nas palavras de Lindolfo, eles eram “um grupo álcere e entusiástico de improvisadores carnavalescos, que, embora sem máscaras, se divertissem a valer, entregando-se igualmente às célebres ‘entrudadas’, então muito em voga”<sup>47</sup>, mostrando assim o ar de descontração que marcou o encontro dos amigos. João Barroso continuando relatando Lindolfo, levou todos a sua casa por volta da meia noite para que tomassem um café e conhecessem sua esposa e seu filho, Ary Barroso, que se tornaria quando adulto, o “consagrado maestro e grande locutor esportivo de renome nacional que todos apreciamos e aplaudimos”.<sup>48</sup> Os amigos saíram da casa de Barrosinho às 2 da manhã e bateram à porta do conselheiro Carlos Peixoto (Carlinhos Peixoto), que havia regressado àquela noite do Rio de Janeiro em férias de carnaval em sua cidade (Ubá). Ali tomaram licor e ficaram conversando madrugada adentro.<sup>49</sup> O interessante nessa passagem, além de entender como o ciclo de amizades de Lindolfo era formado, nos exemplifica também as suas saudosas memórias da juventude, quando ele afirma que naquela época, contava com vinte e poucos anos, e não era “o mesmo que, já no fim da jornada vive a traçar

---

<sup>45</sup> **Correio de Minas**. Juiz de Fora. 20 de dezembro de 1896. Disponível em: <http://www.bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>. Acesso em outubro de 2015. A primeira edição do *Almanaque de Juiz de Fora* foi lançada em 1891 e a segunda edição em 1897. Heitor Guimarães esteve à frente da publicação nos anos de 1897 e 1899. Não conseguimos apurar até quando Lindolfo o organizou mas em 1914 a organização do almanaque estava nas mãos de Albino Esteves.

<sup>46</sup> GOMES, Lindolfo. Arduíno Bolívar. **Revista da Academia Mineira de Letras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953. Vol. XIX. P. 168. (Artigo publicado originalmente no *Jornal do comércio*, do Rio de Janeiro, em 22 de outubro de 1952).

<sup>47</sup> GOMES, L. Op. Cit. 1953, p. 166.

<sup>48</sup> GOMES, L. Op. Cit. 1953, p. 167.

<sup>49</sup> GOMES, L. Op. Cit. 1953. p. 167.

ligeiras notas de reminiscências, inclusive estas de sentidas saudades inspiradas pela pranteada e recente ausência de Arduíno Bolívar”. Assim, continua: a saudade é uma “flor que não morre em coração velho, como o de quem escreve estas sinceras linhas”.<sup>50</sup>

Da Academia Carioca de Letras destaca-se a sua amizade com Cândido Jucá Filho, que fez a sua saudação quando entrou para a agremiação; João Lyra Filho, escritor, sociólogo e crítico literário; Modesto de Abreu, que além de professor, foi, segundo Lindolfo, “[...] laureado poeta, autor de consagrados livros de versos, elegantíssimo prosador, ensaísta, crítico, teatrólogo e jornalista de fulgurante projeção”,<sup>51</sup> e que incluiu em um livro seu, *Idioma Pátrio* - para a 3ª série do ensino fundamental - um texto de Lindolfo, como ressaltado pelo mesmo.

As redes sociais as quais Lindolfo pertencia e várias amizades que cultivou ao longo de sua vida o ajudaram (destacando seu nome e a seriedade de seus trabalhos) no momento em que o diretor do órgão de preservação nacional, na época *SPHAN*,<sup>52</sup> mostrasse interesse por uma fazenda colonial localizada em uma cidade mineira que não possuía características do ciclo do ouro, nem uma arquitetura barroca e religiosa, tão valorizada na época. O que nos chama a atenção é o fato de que o próprio diretor da instituição, Rodrigo Melo Franco de Andrade, tratou do assunto diretamente com Lindolfo em correspondências trocadas por ambos. Em tal correspondência, que será mais bem trabalhada no último capítulo dessa tese, encontramos em vários momentos um tratamento informal entre ambos, mas não conseguimos nenhuma referência concreta de que eles possuíam algum vínculo de amizade. Certo é que Rodrigo conhecia os trabalhos de Lindolfo como jornalista, professor e historiador, uma vez que esse fato é relatado nas cartas. Por isso a importância dos ciclos sociais.

No entanto, é válido dizer que a relação entre Rodrigo e Lindolfo começou com o próprio amor de ambos pelo estado de Minas Gerais e pela vontade de proteger o patrimônio que nele existia. Lindolfo, como já foi mostrado, era paulista de nascimento, mas viveu grande parte de sua vida em Minas. Rodrigo nasceu em Belo Horizonte em 1898 e pertencia a uma família tradicional mineira muito ligada à história do estado e às

---

<sup>50</sup> GOMES, L. Op. Cit. 1953. p. 167 e 168.

<sup>51</sup> GOMES, Lindolfo. Nótula: Idioma pátrio. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 15 de março de 1939.

<sup>52</sup> Ao longo de sua história, o IPHAN recebeu algumas denominações diferentes. Em 1937 foi criado como SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Em 1946, virou DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em 1970, se tornou IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Em 1979 passou por uma divisão interna, surgindo o SPHAN (secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e a Fundação Nacional Pró-Memória. Em 1990 a secretaria e a Fundação se tornaram o IBPC (Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural), para a partir de 1994 se denominar novamente IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Nacional).

letras. Era bisneto paterno de Rodrigo José Ferreira Bretas, o primeiro biógrafo de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho; sobrinho materno do escritor regionalista Afonso Arinos e sobrinho tetraneto de Francisco de Melo Franco, autor do satírico *O reino da estupidez* e do primeiro tratado de higiene em língua portuguesa.<sup>53</sup> Estudou e morou em Paris até os 16 anos, cursou direito em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo e trabalhou ativamente como jornalista. Nesses locais onde viveu, fez vários amigos ligados às letras e às artes, inclusive muitos artistas modernistas que influenciaram suas ideias, sua produção e suas ações, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Carlos Drummond de Andrade. Em 1936, por indicação de Mário de Andrade e Manuel Bandeira, foi convidado por Gustavo Capanema a dirigir o recém-criado *SPHAN*, dentro de uma política de valorização da arte e da nação, pensada para mostrar à população que o Brasil tinha um produto nacional importante e que esse precisava ser preservado. Lindolfo não estava entre os intelectuais que participaram dessa política de preservação brasileira, mas não estava aquém do processo. Mesmo vivendo em uma cidade de interior, ele usava suas colunas nos jornais para chamar a atenção dos leitores para a importância de se preservar a Fazenda Velha, destacando e inserindo Juiz de Fora nas ideias preservacionistas discutidas na capital da república e nas cidades coloniais de Minas. Interessante notar como as relações sociais aconteciam nesse período entre o meio intelectual. Certo é que esses vínculos aconteciam por interesses em comum entre um grupo de pessoas, porém, podemos falar das relações de poder intrínsecas do processo. Rodrigo não foi convidado para ser diretor do recém-criado SPHAN aleatoriamente: tal convite se deu por sua influência política e/ou intelectual no grupo que estava no poder na época. Da mesma forma, Lindolfo não ocupou cargos públicos apenas por sua competência profissional. Obviamente a mesma existia, como no caso de Rodrigo, mas as influências no meio da aristocracia política também eram consideradas. Lindolfo fazia parte de uma elite aristocrática em Juiz de Fora. Mesmo tendo contato com o povo (nos seus trabalhos sobre o folclore) era para essa elite que trabalhava e escrevia (na maior parte das vezes). Sua preocupação era mostrar a história de Juiz de Fora do ponto de vista dessa elite, a história oficial da cidade pioneira e perfeita. Esse ponto não pode ser desprezado.

Por fim, podemos perceber o quanto Lindolfo se articulava no meio literário pela grande quantidade de livros que recebia de escritores de diversas áreas, como poesia,

---

<sup>53</sup> XAVIER, Laura Regina. **Patrimônio em prosa e verso**: a correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Augusto Meyer. 2008. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. p.. 18.



prosa, folclore, educação, e também de juristas, advogados e pessoas da área fiscal, uma vez que foi funcionário do fisco federal. Grande parte dessas ofertas era agradecida por Lindolfo nas suas *Nótulas*. Por essas sabemos que ele era amigo, por exemplo, de Mariza Lira, folclorista carioca e pioneira nos estudos da música popular urbana, tendo sido a primeira biógrafa de Chiquinha Gonzaga e parte integrante também da rede social de Lindolfo ligada aos estudos folclóricos; do poeta simbolista e literário Silveira Neto, considerado em 1921 “o príncipe dos poetas paranaenses”; Olegário Mariano, poeta e prosador recifense e membro da Academia Brasileira de Letras e Antônio Alves Cerqueira, coronel-médico, professor, historiador, literato e filólogo que lhe convidou para participar da *revista do Club Militar* do Rio de Janeiro quando assumiu sua direção. Cerqueira citou ainda o nome de Lindolfo no prefácio do *Dicionário Onomástico de Medicina e Farmácia*, vol. 1, de autoria de Mário Bittencourt, também um amigo seu,<sup>54</sup> participou com o exército na Campanha do Contestado e nas Campanhas de 1924 e 1932 de São Paulo e sempre que ia a Juiz de fora, visitava Lindolfo em sua casa. Em uma dessas visitas, em 1939, Lindolfo relatou que passaram “horas agradabilíssimas, amenizando saudades velhas e palestrando de coisas literárias. Não esquecerei jamais esse dia de rara felicidade para mim. ‘Albo lapillo notare diem’<sup>55</sup>”.<sup>56</sup>

O professor dedicava também livros, poemas e outros escritos a amigos seus. Seu livro de cromos (um tipo de poema), que, aliás, foi o segundo livro do gênero publicado no Brasil, foi dedicado ao poeta, jornalista, contista e teatrólogo maranhense Arthur de Azevedo, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Nas quadras e poemas que publicou no jornal *Correio de Minas* entre 1896 e 1898, dedicou o conto *Alma em flor* e o poema *De um psalterio* ao jornalista e literato sergipano Augusto Franco; uma quadra chamada *Prova de Amor*, a Arthur Lobo, poeta parnasiano que segundo Ubiratan Machado foi um dos grandes poetas esquecidos pela literatura brasileira;<sup>57</sup> os versos *Em tudo o amor*, dedicado a Heitor Guimarães, grande amigo e também um dos fundadores da Academia Mineira de Letras e o soneto *Luar de amor*, dedicado a Avelino Lisboa<sup>58</sup>,

---

<sup>54</sup> GOMES, Lindolfo. Nótula. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 3 e 7 de outubro de 1939; 4 de novembro de 1939; 13 de dezembro de 1939; 9 de janeiro de 1940; 20 de fevereiro de 1940; 2 e 7 de março de 1940.

<sup>55</sup> A frase citada por Lindolfo em latim significa “ser feliz durante o dia”.

<sup>56</sup> GOMES, Lindolfo. Nótula. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 9 de setembro de 1939.

<sup>57</sup> MACHADO, Ubiratan. O esquecido Arthur Lobo. In: LOBO, Arthur. **Seleto**: (prosa e verso). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2012. p. 11.

<sup>58</sup> **Correio de Minas**. Juiz de fora. 20 de junho de 1896; 13 de junho de 1897; 29 de outubro de 1898 e 16 e 18 de dezembro de 1898.

também literato e jornalista que trabalhou com Lindolfo em vários jornais em Juiz de Fora.

Como vimos nessas linhas acima, Lindolfo foi um intelectual que manteve uma rede de relações sociais considerável. Esse fato, somado a sua intensa colaboração e leitura a diversos periódicos do Rio de Janeiro, colocava-o em contato com as novidades da então capital do Brasil e obviamente com as primeiras discussões sobre a preservação no país, o que facilitou o papel como agente social da cidade. Cabe lembrarmos, porém, que esse campo social ao qual Lindolfo fez parte, além de extenso e dinâmico, estava ainda passando por um processo de formação, possuindo pouca autonomia e submetido assim, a certas influências externas, como nesse caso da preservação da Fazenda Velha, onde a dependência estava toda relacionada às ações e decisões do SPHAN. A preocupação era de convencer o órgão e seus integrantes da importância do sobrado de Juiz de Fora.

### **1.3. Lindolfo Gomes como intelectual de seu tempo**

Nascido em 12 de março de 1875 e falecido em 15 de maio de 1953. Viveu e produziu em uma época que era difícil adjetivar uma pessoa como escritor, poeta, professor, advogado, etc. Talvez o termo mais correto fosse “intelectual”, pois era comum pessoas atuarem em diversos campos de conhecimento. Segundo Ângela de Castro Gomes, como a noção de intelectual se transforma com o tempo, há uma dificuldade de haver uma definição rígida do termo, mas em uma visão mais restrita, o intelectual seria aquele “produtor de bens simbólicos, envolvido direta ou indiretamente na arena política” e que estaria sempre ligado “ao patrimônio de seus antecessores, ao ‘estoque’ de trabalhos que integra o manancial simbólico que irão sustentar ou transformar com maior ou menor intensidade”.<sup>59</sup>

Pierre Bourdieu, ao falar sobre a “invenção do intelectual”, chamou atenção para a atuação no campo político. Esse processo levaria a constituição de um “corpo de profissionais da política” que exerceram “efeitos indiretos sobre a constituição do campo intelectual”, uma vez que essa figura teria sido criada para intervir no campo político “em nome da autonomia e dos valores específicos de um campo de produção cultural que chegou a um alto grau e independência em relação aos poderes”. Opunha-se, assim, ao escritor do século XVII, que possuía uma função “reconhecida, mas subordinada,

---

<sup>59</sup> GOMES, Ângela de Castro. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v. 6, n. 4, 1993. p. 64.

estritamente limitada ao divertimento, e assim afastado das questões candentes da política e da teologia”; ao legislador por aspiração, “que pretende exercer um poder espiritual na ordem política” e daqueles que trocariam uma situação no campo intelectual por uma posição no campo político, rompendo “com os valores de seu universo de origem e preocupados em se afirmarem como homens de ação”.<sup>60</sup> Assim, a ligação intelectual-campo político foi muito forte desde a passagem do século XIX para o XX (e sobretudo no transcurso desse último século), seja nas indicações políticas, seja nas decisões tomadas.

Se nessa passagem de século as letras representavam importantes bens simbólicos e as elites se relacionavam diretamente com os livros, principalmente nas coleções bibliotecárias,<sup>61</sup> depois das primeiras décadas do século XX, ser “homem de letras” significava sociabilizar intelectualmente, e não ficar restrito a gabinetes e bibliotecas se dedicando apenas à leitura e ao estudo. “Um intelectual totalmente solitário isola-se do mundo e perde uma das referências básicas de sua condição, a possibilidade de intercâmbio e de aprofundamento de suas ideias”.<sup>62</sup> Essa discussão nos leva para a definição que Jean-François Sirinelli fez sobre o que viria a ser um intelectual. O autor levantou duas acepções de intelectual advertindo que o debate entre ambas seria um falso problema, uma vez que se deve partir de uma definição mais ampla, focando no assunto de acordo com o contexto analisado. Haveria assim, uma acepção mais ampla e sociocultural, englobando criadores e “mediadores” culturais, como jornalistas, escritores e professores; e uma mais estreita, baseando-se no seu engajamento na vida da cidade como ator, testemunha ou consciência.<sup>63</sup> Seria esse “engajamento” que nos levaria aos “homens de letras”.

Para definir os vínculos que reuniria o “mundo intelectual”, podemos nos referir ao conceito de “rede” trabalhado acima. De acordo com Ângela de Castro Gomes “a história dos intelectuais vem consagrando o uso da noção de sociabilidades”, sendo essas entendidas no sentido de conjunto de formas de conviver com o outro, com um “domínio” entre a família e a comunidade. Baseando-se nas ideias do francês Maurice Agulhon, para quem a sociabilidade teria um sentido mais amplo envolvendo formas mais gerais de

---

<sup>60</sup> BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Cia das Letras, 1996. pgs 150, 151.

<sup>61</sup> ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração do Brasil. Rio de Janeiro: Roço/Lapa, 1996. p. 137.

<sup>62</sup> Idem, *ibidem*, p. 29-30.

<sup>63</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003. p. 242, 243.

relações sociais e um sentido mais restrito, referindo-se à formas mais específicas de convivência com o outro, para a autora a “sociabilidade é vida social organizada, e as associações, as mais diversas são sua forma privilegiada”.<sup>64</sup> Como nos referimos acima, essas redes de sociabilidades ajudaram nessa ligação dos intelectuais com o político, destacado por Bourdieu.

Obviamente que em um contexto e em uma época diferentes da França orleanista<sup>65</sup> (trabalhado por Bourdieu), quando se favoreceu o surgimento dos “políticos literatos ou literatos políticos”,<sup>66</sup> no Brasil essa associação se deu principalmente com a ocupação de cargos públicos pelos intelectuais em destaque na época. Segundo Sérgio Miceli, durante a Primeira República, o recrutamento dos intelectuais “se realizava em função da rede de relações sociais que eles estavam em condição de mobilizar” e suas tarefas “estavam quase por completo a reboque das demandas privadas ou das instituições e organizações da classe dominante”. Para o autor, muitos dos intelectuais desse período pertenciam à famílias de “parentes pobres”<sup>67</sup> da oligarquia ou “à famílias de longa data especializadas no desempenho dos encargos políticos e culturais de maior prestígio”, ou seja, “as profissões intelectuais constituem um terreno de refúgio reservado aos herdeiros das famílias pertencentes à fração intelectual, e em particular, aos filhos das famílias em declínio”.<sup>68</sup>

Ainda segundo Miceli, nas décadas de 1920, 1930 e 1940 o Brasil passou por transformações decisivas:

(...) Nos planos econômico (crise do setor agrícola voltado para a exportação, aceleração dos processos de industrialização, crescente intervenção do estado em setores-chaves da economia, etc.), social (consolidação da classe operária e da fração de empresários industriais, expansão das profissões de nível superior, de técnicos especializados e de pessoal administrativo nos setores público e privado, etc.), político (revoltas militares, declínio político da oligarquia agrária, abertura de novas organizações partidárias, expansão

---

<sup>64</sup> GOMES, A. C. Op. cit. p. 64 e 75.

<sup>65</sup> O período orleanista refere-se a um partido francês surgido após a Revolução Francesa e que objetivava encontrar um meio termo entre princípio monárquico e os “direitos dos homens” como foram estabelecidos pelos líderes da Revolução de 1789 e que passaram a serem defendidos pelos príncipes do ramo de Orleães.

<sup>66</sup> BOURDIEU, P. Op. cit. 1996. p. 151.

<sup>67</sup> O que aqui Miceli chama de “parente pobre” refere-se àqueles intelectuais que, providos de uma família abastarda, ou entraram em falência ou passaram a depender de parentes ricos por ficarem órfãos. O autor discute melhor o termo no livro “*Poder, sexo e letras na República Velha: estudo clínico dos anatolianos*”, publicado pela editora Perspectiva em 1977 e que também faz parte do corpo do livro “*Intelectuais à brasileira*”, publicado pela Cia das Letras em 2001, das páginas 13 a 68.

<sup>68</sup> MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-45). In: \_\_\_\_\_. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2001. p. 79, 81 e 82.

dos aparelhos de Estado, etc.) e cultural (criação de novos cursos superiores, expansão da rede de instituições culturais públicas, surto editorial, etc.).<sup>69</sup>

Tais mudanças ocorreram também no campo intelectual. Como disse Carlos Drummond de Andrade no seu livro de prosas *Passeios na ilha*, publicado originalmente em 1952, “observa-se que quase toda a literatura brasileira, no passado como no presente, é uma literatura de funcionários públicos”,<sup>70</sup> devido obviamente a grande quantidade de literatos ocupando cargos políticos.

Com o advento da era Vargas, vários intelectuais “recrutados” pelo regime assumiriam tarefas determinadas pela intervenção do Estado nos mais diferentes campos de domínio público.<sup>71</sup> O Brasil precisava de uma identidade nacional e o intelectual desempenharia um importante papel como mediador simbólico entre o popular e o nacional. Citando Renato Ortiz, “O Estado, por meio do mecanismo de reinterpretação coletiva, através de seus intelectuais, se apropria de práticas populares para apresentá-las como expressão de cultura nacional”.<sup>72</sup> O movimento modernista dos anos 20 apontou uma “*nova sensibilidade*” às culturas populares. As manifestações populares deixaram de ser vistas como “atraso” cultural para se tornarem “fontes da identidade nacional brasileira”.<sup>73</sup>

Detendo-nos ao campo de interesse dessa tese, a preservação patrimonial, esse “recolhimento” dos intelectuais para o campo institucional-político, foi muito proveitoso. A começar pela gestão Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde Pública (1934-1945), que foi “o ministério dos modernistas, dos pioneiros da Escola Nova, de músicos e poetas”, contando com a ajuda de Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Alceu Amoroso Lima, Villa-Lobos, Jorge de Lima, Manoel Bandeira entre outros.<sup>74</sup> Em 1936, Gustavo Capanema pediu para Mário de Andrade elaborar um “anteprojeto de proteção do patrimônio artístico nacional”, que acabou por servir de embasamento para a

---

<sup>69</sup> Idem, *ibidem*, p. 77.

<sup>70</sup> Citado por MICELI, S. Op. Cit. 2001. p. 195.

<sup>71</sup> MICELI, S. Op. Cit. 2001. p. 197.

<sup>72</sup> CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. P. 181.

<sup>73</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Luís da Câmara Cascudo e o estudo das culturas populares no Brasil. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz. **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Cia das Letras, 2016. p. 178.

<sup>74</sup> BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da Educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. Op. Cit. p. 137.

elaboração do texto definitivo do decreto-lei nº 25/37 que regulamentou o *Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. A tarefa confiada a Mário foi o “reconhecimento da sua condição de homem público, intelectual e pesquisador preocupado com a identificação de uma cultura nacional”.<sup>75</sup> E as redes de sociabilidades também estavam presentes nesse processo.

Mário de Andrade chamava a atenção no meio dos outros intelectuais modernistas por suas particularidades. Importante pioneiro para o desenvolvimento do folclore brasileiro, principalmente o musical, o escritor foi o único entre a primeira geração dos modernistas a não ter realizado o curso de direito (não tendo sequer completado o curso superior de contabilidade). Seu diploma proveio do Conservatório Dramático e Musical, onde estudou piano. Autodidata, Mário teve que fazer investimentos intelectuais que acabaram por diversificar sua vasta competência cultural: “foi poeta, ensaísta, jornalista, cronista, crítico e historiador de música e artes plásticas, contista, folclorista, pesquisador de campo, estudioso de assuntos brasileiros, carteador inveterado, administrador e consultor de política cultural”, e ainda “legislador ousado em matéria de patrimônio histórico, colecionador de arte popular e erudita”.<sup>76</sup> Classificado por Miceli como um representante dos “primos pobres”, enquanto Oswald de Andrade fazia suas sucessivas viagens à Europa procurando “se impor tanto por suas façanhas intelectuais como pela sua ‘superioridade’ social”, Mário viajava para o interior do país, aproveitando o material recolhido para diversificar sua produção intelectual e literária, como no caso de *Macunaíma* (1928) revista após a viagem de Mário à Amazônia.<sup>77</sup>

Interessante é a fala de Gustavo Capanema sobre o pedido feito a Mário para elaborar o anteprojeto que deu origem ao decreto lei n. 25:

Telefonei a Mário de Andrade, então diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Expus-lhe o problema e lhe pedi que me organizasse o projeto. Mário de Andrade, com aquela sua alegria adorável, aquele seu fervor pelas grandes coisas, queria apenas duas semanas para o trabalho. Percorrido o prazo, eis Mário de Andrade no Rio de Janeiro, trazendo o projeto.<sup>78</sup>

---

<sup>75</sup> SILVA, Fernando Fernandes da. Mário e o patrimônio: um anteprojeto ainda atual. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: IPHAN, n. 30, 2002. p. 129.

<sup>76</sup> MICELI, Sérgio. Mário de Andrade: a invenção do moderno intelectual brasileiro. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ. Op. Cit., p. 162.

<sup>77</sup> MICELI, S. Op. Cit. 2001. p. 104.

<sup>78</sup> Fala de Gustavo Capanema, citado em RUBINO, Silvana. **As fachadas da história: as origens, os antecedentes e os trabalhos do SPHAN: 1936-1967**. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1992. p. 63.

Criado o *SPHAN*, Rodrigo Melo Franco de Andrade foi convidado para ser seu diretor (permanecendo no cargo até 1967) e convocou para assessorá-lo e definir a política preservacionista brasileira, arquitetos, juristas, engenheiros, historiadores, literatos, conservadores, restauradores, mestre de obras e artistas ligados ao movimento modernista (e a sua rede de sociabilidades), como Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Carlos Drummond de Andrade, Afonso Arinos de Melo Franco, Mário de Andrade, Augusto Meyer, Gilberto Freire, Godofredo Filho, Francisco Agenor de Noronha Santos, entre outros.<sup>79</sup> Aqui, já podemos perceber como o processo de preservação foi sendo “criado” no Brasil, pois esses “intelectuais nacionalistas” que foram trabalhar junto com Rodrigo, segundo José Reginaldo Gonçalves, teriam “como propósito fundamental a apropriação, preservação e exibição do que eles consideram como o que pode ser salvo do processo de destruição e perda do patrimônio cultural da nação”.<sup>80</sup> A escolha feita por esse grupo do “que pode ser salvo do processo de destruição e perda do patrimônio cultural da nação” já começava a moldar as narrativas patrimoniais em relação ao que era ou não considerado patrimônio naquele momento, ou seja, o que deveria ser preservado ou não. Nesse caso, percebemos que as redes sociais também eram redes de poder, pois decidiram o que seria preservado ou não. Segundo Márcia Chuva,

A arquitetura colonial foi privilegiada não somente pela sua ancianidade (valor comumente partilhado no âmbito da preservação cultural no mundo ocidental), mas porque lhe foram atribuídas características que, segundo as concepções modernistas, distinguiam-na como primeiro momento de uma produção autenticamente nacional. Foi diferenciada, dessa forma, do que veio depois, considerando como importado (reprodução relativa ao século XIX e começo do século XX).

A “barroquização” do patrimônio histórico e artístico nacional, implementada pelos modernistas, foi, sem dúvida, uma impressionante estratégia de consagração de ambas as partes, que se tornaram constituintes do patrimônio histórico e artístico nacional.<sup>81</sup>

Voltando a Sérgio Miceli, o autor nos mostrou ainda que a expansão da imprensa e dos veículos de produção cultural, como as revistas ilustradas, fez com que surgissem “os primeiros intelectuais profissionais, os anatolianos”, que “puderam se consagrar em

---

<sup>79</sup> XAVIER, Laura Regina. **Patrimônio em prosa e verso**: a correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Augusto Meyer. 2008. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. p. 17.

<sup>80</sup> GONÇALVES, José Reginaldo. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: editora UERJ; IPHAN, 1996. p. 32.

<sup>81</sup> CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi**. V. 4, n. 7, jul./dez. 2003. P. 329.

tempo integral à produção de obras literárias e artísticas”, como Érico Veríssimo, Jorge Amado, Lúcio Cardoso, José Lins do Rego, etc. Mas havia também um segundo grupo que já mantinha a atividade literária “como prática subsidiária, sendo que parcelas substantivas de seus rendimentos proviam de atividades profissionais externas ao campo intelectual e artístico”, sendo exemplos Orígenes Lessa, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, etc. Uma última observação de Miceli refere-se ao fato de que alguns desses nomes por ele citado, como Graciliano Ramos e José Lins do Rego prosseguiram sua carreira intelectual muito por causa aos postos públicos que ocupavam, ou seja, precisaram de uma fonte de renda mais segura.<sup>82</sup>

Longe de ser uma regra, o que se pode notar é que a grande maioria dos nomes ligados ao meio intelectual das primeiras três décadas do século XX apresentavam essas duas características.

Lindolfo se enquadraria, nesses termos, no segundo grupo citado acima. Apesar de sua produção textual ser bem extensa, ele sempre atuou como professor e como jornalista, escrevendo para diversos jornais e sendo editor de vários outros. Muitos dos seus livros publicados, aliás, decorreram dos cargos que ocupou na área da educação. Seu primeiro cargo público, por concurso, foi na Estrada de Ferro Central do Brasil, quando ele ainda era estudante, mas que desempenhou por pouco tempo, já que em 1894 foi residir, com o pai, em Juiz de Fora. Em 1906 foi nomeado inspetor técnico de ensino, em decorrência da Reforma da Instrução Pública de Minas Gerais, passando a atuar em Juiz de Fora e em vários municípios vizinhos,<sup>83</sup> como São João Nepomuceno, São João Del Rei, Carangola, Rio Preto, Palma e Palmira.

Os amigos, como bem lembrou Mônica Velloso, são referências obrigatórias, uma vez que são eles que conhecem os antecedentes e colaboram na recuperação da tradição e da memória.<sup>84</sup> Além da produção ativa nas diversas áreas de conhecimento, Lindolfo era também frequentemente elogiado e considerado um homem erudito por intelectuais que conhecia, voltando ao ponto que já destacamos, da narrativa construída em torno de sua figura. Um exemplo foi uma carta escrita por Afonso de Taunay a Felix Pacheco, na qual ele se referia a Lindolfo da seguinte forma:

---

<sup>82</sup> Citado por MICELI, S. Op. Cit. 2001. p. 187 e 197.

<sup>83</sup> BASTOS, W. L. Op. Cit. p. 7 e 14.

<sup>84</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. Literatura como espelho da nação. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: 1998. v. 1, n. 2, p. 253.



Li com maior atenção e proveito as duas cartas de Alberto Lamego e Lindolfo Gomes. Que mestres. Na carta do último, que me deixa atônito, pois sei que o seu autor reside em Juiz de Fora, onde os recursos das bibliotecas são escassos, há uma referência que me causou surpresa real, a que diz respeito a D. Gabriel Garcés y Gralla, cuja obra nosso Fonseca imprimiu largos anos após a morte de seu autor.<sup>85</sup>

O cargo público de Lindolfo como inspetor de ensino inseriu-o em uma rede de relações com vários políticos, ao mesmo tempo em que essas redes de poder (somado a sua competência profissional), fizeram-no ser indicado para tal cargo. Lindolfo se insere nessas relações de poder por fazer parte de uma elite aristocrática dominante no cenário político da região. Entre o seu “círculo social político”, destacamos alguns prefeitos de Juiz de Fora, como Menelick de Carvalho (mandato entre 1933 e 1936); Rafael Cirigliano (mandato entre 1938 e 1943), com o qual entrou em contato direto (já que era seu amigo) para que a prefeitura adquirisse a Fazenda do Juiz de Fora e a doasse à União para ser tombada e Dilermano Cruz Filho (mandato entre 1947-1950), de quem o pai foi um amigo próximo seu, por ter sido também um dos fundadores da Academia Mineira de Letras. Outros amigos de Lindolfo dentro da política foram: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (presidente de Minas Gerais entre 1926 e 1930), que o nomeou em 1926, Assistente Técnico do Ensino de Minas Gerais, três anos após Lindolfo ter se afastado de outro cargo educacional devido a problemas de saúde<sup>86</sup> (mostrando como sua rede de sociabilidade era influente); o secretário e interventor federal em Minas Gerais Noraldino de Lima (que ocupou tal cargo em 1946) e Antônio Viegas (ex-prefeito de São João Del Rei). No entanto, Lindolfo não foi um intelectual engajado nos assuntos políticos. Nas crônicas que escrevia para os jornais, apenas uma pequena parcela era dedicada a assuntos políticos e quando o eram, limitava-se a elogios ao governo, sem tons de crítica ou exaltação. Wilson Bastos destacou, porém, que o professor foi um “entusiasta da República” e por isso teria fundado em Resende, aos 14 anos, um jornal chamado *Astro*, em 27 de agosto de 1889, três meses antes da mudança de regime político.<sup>87</sup> Lindolfo chegou a escrever sobre sua visão da passagem do Império para a República nas suas *Nótulas* dos dias 13 a 17 de novembro de 1939, na ocasião das comemorações do 50º aniversário da Proclamação da República.

---

<sup>85</sup> OLIVEIRA, Francisco Sales de. Recordando Lindolfo Gomes. **Revista da Academia Mineira de Letras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1954. Vol. XX. p. 94.

<sup>86</sup> BASTOS, W. L. Op. cit. p. 14.

<sup>87</sup> Idem, *Ibidem*, p. 10.

Assisti ao despontar radioso do novo sol na vida nacional e, muito jovem embora, tive nítida compreensão da mudança que então se operava no regime constitucional de nossa pátria.

Aliás, como o de toda a juventude brasileira, estava o meu espírito, pois já então me ensaiava para o jornalismo, colaborando em pequenas folhas semanais, sadiamente preparado para, mais dia, menos dia, presenciar essa radical transformação, consequência lógica e natural da lei da abolição do cativo, decretada um ano antes.

Assisti à algumas conferências de Silva Jardim<sup>88</sup>, no Rio, e a que proferiu na cidade de Resende. Jamais se me apagou da memória a tentativa de agressão ao imortal democrata, levada a efeito por certo grupo, quando ele proferia sua notável conferência (...). O tumulto foi logo abafado por enérgicos protestos, e Silva Jardim, pequeno no físico, e metido no seu terno preto, de “croisé” abotoado, confiando com uma das mãos a barbinha cerrada e com a outra levantada, como se quisesse impor silêncio ao auditório que se recompunha, serenamente prosseguiu a vibrante oratória.”<sup>89</sup>

Nessa mesma coluna, Lindolfo ainda chamou a atenção do governo federal em construir um monumento a Silva Jardim, como estava fazendo com Quintino Bocaiuva, no Rio de Janeiro. Relata, porém, sentir-se tranquilo sobre o assunto, uma vez que “o governo do Estado Novo” - e aqui seria um exemplo de como a política aparece nos textos de Lindolfo - “não deixará de resgatar a dívida de reconhecimento insuperável que tem a pátria para com Silva Jardim”.<sup>90</sup> Na verdade, seus elogios ao governo Vargas se dão quase que na maioria por conta dos investimentos na área cultural do país: o Estado Novo que “com seus altos e felizes empreendimentos de renovação nos quadros culturais do país”, criou um curso de jornalismo<sup>91</sup>, incentivou a ida de boas companhias teatrais para as capitais dos Estados<sup>92</sup> ou anunciou a construção de uma fábrica de papéis específico para a imprensa, sendo “as atenções do chefe da nação sempre voltadas com máxima simpatia para os destinos de tudo quanto diz respeito à vida cultural do país”.<sup>93</sup>

Ainda falando sobre o governo Vargas e sobre o cargo público de Lindolfo, Almir de Oliveira narrou um incidente entre o então presidente da república e o governador de

---

<sup>88</sup> Antônio da Silva Jardim (1860-1891) foi advogado, jornalista e ativista político. Formado na Faculdade de Direito de São Paulo, logo entrou no clima político da faculdade onde as ideias republicanas e abolicionistas já faziam parte dos debates nacionais. Envolveu-se completamente na campanha pela república, tendo se dedicado a comícios pró-república em viagens a estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

<sup>89</sup> GOMES, Lindolfo. Nótula. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 13 de novembro de 1939.

<sup>90</sup> GOMES, Lindolfo. Nótula. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 13 de novembro de 1939.

<sup>91</sup> GOMES, Lindolfo. Nótula. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 17 de abril de 1939.

<sup>92</sup> GOMES, Lindolfo. Nótula. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 10 de outubro de 1939.

<sup>93</sup> GOMES, Lindolfo. Nótula. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 16 de novembro de 1940.

Minas Benedito Valadares, envolvendo Lindolfo (involuntariamente) e que foi registrado no “diário” de Vargas no dia 4 de junho de 1937, da seguinte forma:

O governador de Minas ameaça nova crise, porque eu nomeei, sem consultá-lo um inspetor de ensino para um colégio de Juiz de Fora. Sem dirigir-se a mim, esbravejou, fez ameaças, intimou o ministro da Educação a pedir demissão e obrigou o presidente da Câmara a viajar para Belo Horizonte. Aguardo o resultado de uma nova crise de histerismo. O homem a quem dei o Governo do maior estado do Brasil não me permite nomear, sem sua audiência, um simples inspetor de ensino. E esse inspetor se chama Lindolfo Gomes, um velho mineiro, um professor cultíssimo e paupérrimo!<sup>94</sup>

Nessa passagem, concluiu Almir de Oliveira do que é “capaz a mesquinhez dos homens, quando se trata de poder político. Aqui a exagerada noção que Benedito Valadares tinha da sua condição de governador de Minas Gerais e a paciência com que Getúlio costumava encarar os problemas do seu governo”. No final, o episódio de crise ficou “no ‘deixa como está pra ver como é que fica’. O ministro da educação não pediu demissão e a vida continuou”.<sup>95</sup>

Essa questão do “não” envolvimento político e dos intelectuais/funcionários nos leva a uma última discussão levantada por Sérgio Miceli, uma vez que alguns dos intelectuais que fizeram parte do quadro funcional do Estado Novo, trabalhando diretamente com a cultura, foram chamados pelo autor de “escritores-funcionários”. Esses, que “mantinham laços de amizade com os políticos estaduais”, como Augusto Meyer (diretor do *Instituto Nacional do Livro* até 1944), Rodrigo Melo Franco de Andrade (diretor do *SPHAN* até 1967) e Carlos Drummond de Andrade (chefe de gabinete do Ministro da Educação e Saúde Pública), “puderam se abrigar sob a postura de uma ‘neutralidade’ benevolente em relação ao Estado, o que lhes permitiu salvar muitas de suas obras do acesso das lutas políticas”. Eram “‘poetas ajuizados’ que, em meio a essa ‘mansidão subvencionada’ tentaram construir ‘edifícios de nuvens’”.<sup>96</sup> Ao não se envolver diretamente nos assuntos políticos de seu tempo, Lindolfo também conseguiu se destacar no meio intelectual, mantendo amizades políticas que, algumas vezes, trouxe benefícios para suas investidas, como por exemplo, o interesse da prefeitura de Juiz de Fora em adquirir a Fazenda Velha após as conversas de Lindolfo com o prefeito Rafael

---

<sup>94</sup> Citação retirada do Diário de Vargas, volume 2, p. 51. OLIVEIRA, Almir. Lindolfo Gomes, um “caso político”. *Tribuna de Minas*. Juiz de Fora. 31 de outubro de 2000.

<sup>95</sup> OLIVEIRA, A. Op. Cit. 2000.

<sup>96</sup> MICELI, S. Op. Cit. 2001. p. 231 e 237.

Cirigliano. Isso não quer dizer que Lindolfo estava aquém de todo o processo político. Seu principal projeto político-cultural era buscar salvar um passado da cidade, aquele passado que julgava importante de se guardar, ou seja, sua preocupação era com a memória construída da cidade. Por isso o interesse no tombamento e nos trâmites do processo.

Por fim, há outro ponto que nos remete aos círculos sociais frequentados pelos intelectuais que também podem estar ligados a suas pretensões políticas. Para Ângela de Castro Gomes, os “salões, cafés, casas editoriais, academias, escolas, revistas, manifestos e mesmo as correspondências de intelectuais, são lugares preciosos para a análise do movimento de fermentação e circulação de ideias”.<sup>97</sup> Na análise dos intelectuais da primeira metade do século XX, incluindo Lindolfo Gomes, sempre há de se remeter a um local que frequentavam com outros amigos para discutir poesia, política, ler textos ou papear sobre o cotidiano, ou algum periódico que expusesse seus anseios culturais ou políticos. A Academia Mineira de Letras, por exemplo, surgiu através de reuniões informais de um grupo de amigos interessados nas belas letras. A *Revista do Brasil*, fundada em 1916, como “mensário de alta cultura”, contratou inúmeros escritores com destacada participação “no estado-maior intelectual dos grupos dirigentes paulistas”, para “suscitar uma tomada de consciência por parte da nova geração de intelectuais e políticos da oligarquia”.<sup>98</sup> A *Revista Clima* (1941-1944) nasceu de um grupo no qual os integrantes possuíam características comuns, como serem discípulos do professor de filosofia Jean Maugüé, serem mais ligados ao literário que ao filosófico, serem “esquerdizantes” e possuírem origens sociais equivalentes.<sup>99</sup>

Em Juiz de Fora, sabemos que Lindolfo Gomes frequentava o antigo Café Astória, ou Leiteria Astória, que ficava na esquina da Rua Halfeld com a Avenida Rio Branco (ver foto 1) e onde se encontrava uma turma “mais intelectualizada”, de acordo com Almir de Oliveira.<sup>100</sup> O mesmo conta que, depois que ficou amigo de Lindolfo, em 1945, conviveu com ele quase que diariamente, quando eles se encontravam com outros amigos “*de boa prosa*” para um cafezinho no Astória.<sup>101</sup>

---

<sup>97</sup> GOMES, A. C. Op. cit. p. 65.

<sup>98</sup> MICELI, S. Op. Cit. 2001, p. 90.

<sup>99</sup> PONTES, H. Op. cit. p. 63. Citando Gilda de Mello e Souza.

<sup>100</sup> Mineiro de Espera Feliz, Almir de Oliveira formou-se em direito na Faculdade de Direito em Juiz de Fora em 1943 e dedicou sua vida como professor universitário, jornalista e escritor. Muitos de seus escritos, aliás, referem-se à história de Juiz de Fora, sendo esses ricas fontes sobre a cidade. Ocupou a cadeira 32 da Academia Mineira de Letras e a de número 23 da Academia Juiz-forana de Letras, da qual foi um dos fundadores. Faleceu em Juiz de Fora em 2 de junho de 2015, um mês antes de completar 99 anos.

<sup>101</sup> OLIVEIRA, A. Op. Cit. 2000.



Foto 1: Rua Halfeld esquina com Av. Rio Branco, em 1930. À direita o local onde funcionava o Café Astória. Fonte: arquivo do Blog Maria do Resguardo.

Essas instituições, espaços ou publicações acabaram por criar um espaço de sociabilidade e de atividade literária muito intensa. Era ali que muitas ideias ganhavam vida e/ou eram debatidas com quem carregava os mesmos ideais ou possuía visões diferentes sobre determinado assunto. Assim, a participação nesses espaços de trocas culturais acabou por definir a própria condição de “homens de letras” no Brasil na primeira metade do século XX.<sup>102</sup>

Por meio das colunas que escrevia para os jornais, sabemos que Lindolfo possuía uma extensa biblioteca de temas diversos.<sup>103</sup> Como intelectual, realizou e registrou seus estudos nesses espaços (bibliotecas, cafés, revistas, instituições), mas também como “homem de letras” socializou seus conhecimentos, seja através das matérias e crônicas nos jornais, na sua atuação como professor e educador ou nos seus estudos como folclorista. Lindolfo participou assim, da vida da cidade, tanto como ator, como testemunha e como consciência, mostrando-se assim, um agente social.

#### **1.4. Lindolfo Gomes como agente social de Juiz de Fora**

Na concepção de Pierre Bourdieu, o estruturalismo rompeu com a ideia de o indivíduo estar inserido em um processo no qual a história seria uma sucessão de acontecimentos a fim de dar sentido a uma determinada realidade. Nesse contexto, desapareceu o conceito do sujeito e o de agente histórico, pois para os estruturalistas, a

---

<sup>102</sup> VENANCIO, Giselle Martins. **Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)**. 2003. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Programa de pós-graduação em História Social; Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 29.

<sup>103</sup> Infelizmente não sabemos qual fim levaram os livros da biblioteca de Lindolfo Gomes, pois não há nenhuma instituição em Juiz de Fora que os tenha recebido. O mais certo é que eles continuaram com a família.

própria estrutura desempenharia esse papel. A história não seria então mais movida por “ondas”, ela seria movida por estruturas. “No estruturalismo não se constroem mitos, mas sim ciência”. Transpondo o estruturalismo, o sociólogo francês desenvolveu a ideia de que o homem deve ser entendido como “agente, que age e luta dentro dos seus campos de interesses, mudando as estruturas sociais e criando estratégias que possibilitam alterar a realidade que se inserem”. Bourdieu trabalhou com agentes e não com sujeitos, já que agente é o ser que age e luta dentro do seu campo de interesses. Na análise filosófica do sujeito, ele é concebido como um ser “estático, fora do jogo de interesses do campo”. “A superação de Bourdieu a esta conceituação da filosofia do sujeito, dá-se na medida em que indivíduos ou coletividades, pessoas, classes, ou instituições, disputam entre si alguma coisa de interesse comum”.<sup>104</sup>

Os agentes sociais (...) são investidos da possibilidade de atuar sobre a realidade, de fazer a realidade. (...) Eles estão envolvidos em seus *afazeres* (que bem poderíamos escrever como seus *a fazeres*): eles estão presentes no *por vir*, no *a fazer*. (...).<sup>105</sup>

O fato de termos intitulado essa seção falando de Lindolfo Gomes como agente social, tem a finalidade de mostrar como suas ações contribuíram para o início do pensamento preservacionista que passou a se desenvolver em Juiz de Fora a partir da década de 1940.

No final da década de 1930, Lindolfo Gomes, em sua coluna *Nótula*, começou a mostrar para os leitores a importância de um imóvel de Juiz de Fora que fazia parte da história da cidade, mas que estava abandonada: a Fazenda Velha. Além de chamar a atenção para o sobrado, os artigos defendiam a transformação do imóvel em monumento nacional e sempre destacavam a vontade da população para que tal ato ocorresse, mesmo tendo sido uma iniciativa que partiu do próprio Lindolfo para com o então *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*.

Não poderá, pois, ser mais nobre nem mais procedente o ardente apelo do povo juizforense, desejando que aquela verdadeira relíquia histórica, o tradicional sobrado, onde também residiram os primeiros fundadores da ‘urbs’, seja considerada Monumento Nacional e aproveitada para a instalação de um instituto de educação ou para outro qualquer fim de utilidade pública, de modo que não venha a

---

<sup>104</sup> MOCELIN, Daniel G. **Bourdieu propõe a concepção de agente para superar a noção de sujeito**. Disponível em: <<http://fatosociologico.blogspot.com.br>>.

<sup>105</sup> BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 9ª ed. Campinas: Papyrus, 1996. p. 135 e 143.

desaparecer, ao sabor das eventualidades de irremediável desmoronamento.

Por isso mesmo, fazendo-nos eco das respeitáveis aspirações populares, apelamos para os poderes competentes, isto é, para a Prefeitura Municipal, guarda fiel de nossas tradições históricas e à qual cabe iniciar as ‘démarches’ junto do Ministério da Educação.<sup>106</sup>

É válido lembrar que os agentes sociais não agem em um “único nível da sociedade”.<sup>107</sup> Suas atitudes perpassam por todos os níveis e classes, fazendo com que seus interesses sejam percebidos por todos. A preservação do sobrado, no entendimento de Lindolfo, serviria para perpetuar a memória da cidade (memória essa oficial e elitista), mas também daria a essa uma instituição pública que prestasse serviços para a população, como a defesa que ele faz para se usar o imóvel como espaço educacional.

A respeito da fundação de um liceu de artes e ofícios, já tivemos a oportunidade de dar o nosso parecer, quando a pouco lembramos a prefeitura à aquisição, para esse fim, do prédio mais antigo da cidade – o histórico sobrado do juiz de fora, que merece ser considerado pelo Ministério da Educação, a exemplo do que se tem feito em outras localidades do país, monumento nacional (...). Anexa ao liceu funcionaria ainda uma pequena escola agrícola ou rural, ou o sempre reclamado patronato.<sup>108</sup>

Voltando mais uma vez a Bourdieu, pode-se notar que muitas das ações dos agentes sociais seriam os produtos do encontro entre um *habitus* e um campo (a sua conjuntura). Assim, as estratégias seriam ações práticas inspiradas em uma determinada situação histórica, “são inconscientes, pois tendem a se ajustar como um sentido prático às necessidades impostas por uma configuração social específica”.<sup>109</sup> Em uma situação de ameaça de demolição de um imóvel considerado importante para a história da cidade, os agentes sociais (nesse caso, Lindolfo), agem para evitar uma situação que julgam prejudiciais para todos.

Dentro dessa discussão, nos deparamos com a importância das ações dos agentes sociais para a própria “construção” do patrimônio histórico no Brasil e também em Juiz de Fora. Segundo Márcia Chuva, “a noção de patrimônio está imersa na história – é uma

---

<sup>106</sup> GOMES, Lindolfo. Nótula. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 16 de setembro de 1939.

<sup>107</sup> LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Latin American Studies**. CEDLA, n. 29. Disponível em: [www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_02/rbcs02\\_04.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04.htm). Acesso em 01/03/2017.

<sup>108</sup> GOMES, Lindolfo. Nótula. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 15 de setembro de 1939.

<sup>109</sup> SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do Habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2002. maio/ago., n. 20. p. 64.

construção humana. Ela surgiu associada a práticas voltadas para o fortalecimento dos laços de identidade de determinados grupos e de sua afirmação enquanto tais”.<sup>110</sup> No Brasil, como já mostramos acima, a consagração do patrimônio se deu com a criação do *SPHAN* que buscou “um sentimento de pertencimento ao grupo-nação, no qual todos se identificariam a partir de referências, ícones ou marcas aos quais eram atribuídos valores”,<sup>111</sup> em um projeto em que o interesse público prevaleceria sobre os interesses individuais. “Somente a unidade das origens e a ancestralidade comum de toda a nação, deveriam servir para ordenar o caos, encerrar os conflitos, irmanar o povo e civilizá-lo”.<sup>112</sup> E essa ancestralidade comum, no caso do Brasil, deu-se através da arquitetura do período colonial, que expressaria a “memória nacional ou a produção cultural mais autêntica da nação”,<sup>113</sup> como já destacamos acima. Coube então aos modernistas (os agentes sociais nesse processo) “reapresentar” essa arte aos brasileiros.

Para José Reginaldo Gonçalves, aqueles que “lidam” com o patrimônio, trabalham em preservar e expor os objetos alvo de preservação para que eles possam ser vistos e preencham as funções pedagógicas e políticas que lhes são atribuídas. Dessa forma, os trabalhos de “resgate”, restauração e preservação visam estabelecer uma continuidade com a origem do objeto, e se apropriar desses objetos, define uma identidade própria, ou seja, “a nação torna-se o que ela é na medida em que se apropria do seu patrimônio”.<sup>114</sup> A partir da década de 1930, o Brasil passaria a se reconhecer como nação, buscando no passado a autêntica arte nacional (o colonial, mais especificamente, o barroco), através de narrativas de intelectuais (principalmente aqueles ligados ao modernismo) que autenticavam suas afirmações por meio de narrativas sobre a memória e a identidade nacional, tratando-se de “narrativas realistas cujos referentes são eventos e personagens históricos que formaram a nação, ou as ideias e valores que formam a identidade nacional”.<sup>115</sup>

Em uma escala local, ao falarmos do processo de “construção” do patrimônio juizforano e das narrativas preservacionistas desse processo, podemos notar o que foi levantado na fala de Gonçalves.

---

<sup>110</sup> CHUVA, Márcia. Patrimônio material e memória da nação. **Jornal UNESP**. 2005. Ano XIX, set., n. 204. Disponível em: [www.unesp.br/aci/jornal/204/supleb.php](http://www.unesp.br/aci/jornal/204/supleb.php). Acesso em 01/03/2017.

<sup>111</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>112</sup> CHUVA, M. Op. cit. 2003. p. 313,314.

<sup>113</sup> CHUVA, M. Op. Cit, 2005.

<sup>114</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ/IPHAN, 1996. p. 21 e 24.

<sup>115</sup> Idem, *ibidem*, p. 27-28.



Como as arquiteturas barroca e colonial passaram a ser sinônimo de autenticidade brasileira na década de 1930, as cidades mineiras que participaram do ciclo do ouro, entraram em destaque no cenário nacional. Ouro Preto, por exemplo, havia sido declarada monumento nacional em 1933 e em 1938 foi toda tombada pelo *SPHAN* por seu conjunto arquitetônico e urbanístico. Juiz de Fora, porém, ficou excluída dessa “valorização edificada” por ter se desenvolvido posteriormente ao período do ouro, ficando conhecida por sua produção de café e mais tarde pela industrialização. No entanto, isso não significava que a cidade não possuía imóveis que poderiam ser preservados. Juiz de Fora precisaria resgatar as suas origens para construir a sua história e essa história começaria pelo imóvel que teria sido a residência do juiz que dera nome à cidade e que também acolheu alguns de seus fundadores: a Fazenda Velha, ou Fazenda do Juiz de Fora, a qual falaremos mais detalhadamente no Capítulo 4.

Todavia, nesse momento nos cabe informar que tal imóvel era considerado por Lindolfo o mais antigo de Juiz de Fora<sup>116</sup>, tendo sido construído em 1719, segundo Albino Esteves no livro *Álbum do Município de Juiz de Fora*. A casa teria presenciado todo o crescimento da cidade, sendo assim um dos marcos de sua fundação. Agora, percebe um detalhe: mesmo Juiz de Fora não sendo uma cidade de arquitetura barroca, o início de sua história preservacionista recaiu justamente em um dos poucos imóveis remanescentes do período colonial.

A Fazenda do juiz de fora ainda levava em sua história duas características únicas que a diferenciava dos outros imóveis construídos na mesma época na cidade: nela teria morado o magistrado cujo cargo deu nome à cidade e teria sido também a residência de nomes importantes para a história de Juiz de Fora (como Antônio e Manuel Dias Tostes e Guilherme Henrique Fernando Halfeld, considerados os fundadores da urbs) e para a história de Minas e do Brasil (como o dos inconfidentes Domingos e Francisco Vidal de Barbosa). Essas características foram as responsáveis também pela construção das narrativas preservacionistas em torno do imóvel, transformando-o, a nosso entender, em um “lugar de memória”, no sentido usado por Pierre Nora.

Para esse autor, os “lugares de memória” seriam lugares nos três sentidos da palavra: material, simbólico e funcional, no qual uma nação, etnia ou sociedade passaram a ter lembranças em comum que os fariam se reconhecerem como um todo. No entanto, Nora destaca que o surgimento desses lugares seria algo negativo, pois eles só foram

---

<sup>116</sup> Segundo Paulino de Oliveira a Fazenda da Tapera, ou Fazenda do Alcaide-Mor seria mais antiga que a Fazenda do Juiz de Fora, provavelmente construída na primeira década do século XVIII.

criados porque a memória foi “esfacelada”. Só haveria “locais de memória porque não há mais meios de memória”.<sup>117</sup> Esses lugares seriam acima de tudo restos de memória, por isso a criação de museus, arquivos, monumentos, etc.

Por isso o tombamento da Fazenda Velha, na visão apresentada por Lindolfo, seria tão importante para Juiz de Fora, representando o marco de uma época que não mais existia e que não se desenvolveu no contexto de Juiz de Fora (o período colonial) e assim, tinha sido esquecida. A preservação do imóvel ajudaria a formar a identidade da cidade, porque lembraria as gerações futuras o processo de formação dela, e essa também teria, obviamente, o início de sua história materializada com a preservação do casarão.

Dentro de todo esse processo de construção do patrimônio em Juiz de Fora, as ações de Lindolfo Gomes como agente social são significativas. Como foi relatado acima, no final da década de 1930 e durante a década de 1940, Lindolfo usou sua coluna *Nótula* com o objetivo de conscientizar a população da importância de se preservar o imóvel e também para denunciar e lamentar junto a essa o descaso com o mesmo quando ele foi demolido. É importante lembrar aqui, que o jornal *Diário Mercantil*, onde Lindolfo publicava suas colunas, era um dos meios de comunicação mais importantes e difundidos em Juiz de Fora, na época que aconteceram os debates para a preservação da fazenda. Sendo o periódico que durante mais tempo circulou na cidade (de 1912 até 1983), chegou a ter, por um tempo, duas edições diárias, uma de manhã e outra à tarde, tendo um alto potencial de influência sobre os leitores.

Nas colunas de Lindolfo percebemos o quanto é importante para ele destacar a importância de se preservar a Fazenda para a história da cidade. Por exemplo, citamos a coluna de 5 de outubro de 1939, onde está escrito:

Nós, os juizforenses desejamos também ver, brevemente, com as láureas do monumento nacional o histórico sobrado do ‘juiz de fora’, marco tradicional do início desta cidade e que foi residência do inconfidente Domingos Vidal Barbosa, e, depois, de Fernando Halfeld, o fundador de nossa ‘urbs’, além de haver pertencido aos irmãos Dias Tostes, doadores dos terrenos em que esta se edificou.

Verdades são estas que se comprovam facilmente com a documentação histórica, e se os elementos apresentados não forem suficientes para que seja atendido o justo apelo que temos focalizado, não sabemos então se outros mais relevantes possam ser alhures indicados.

---

<sup>117</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto história**. São Paulo: PUC/SP, 1993, n. 10, dez. p. 9.

Bastaria somente a circunstância de haver sido aquele velho sobrado da várzea tradicional residência de um dos gloriosos inconfidentes, como o foi Domingos Vidal Barbosa, para merecer a distinção de que se trata.

É preciso que se promova algo a respeito.

Se não acudir-se a tempo, desmoronar-se-á o prédio, tal o estado em que encontra, e a cidade perderá a relíquia mais importante e mais representativa de suas tradições históricas.<sup>118</sup>

Lindolfo, além de agente social, nesse caso foi também um agente pioneiro, pois já em 1938 chamou atenção para o patrimônio da cidade, antes mesmo do primeiro tombamento acontecer no município, quando a coleção do Museu Mariano Procópio foi inscrita nos livros do Tombo de Belas Artes e Histórico, ambos em 16 de fevereiro de 1939.<sup>119</sup>

Além de suas manifestações na imprensa sobre o imóvel, Lindolfo participou do processo de outra forma: somado ao fato de ter partido dele o pedido ao *SPHAN* de tombamento da Fazenda, o professor foi também incumbido por Rodrigo Melo Franco de Andrade de elaborar um memorial com informações sobre o imóvel para que o órgão nacional a analisasse. A documentação arrolada por ele contendo documentos, fotos e textos sobre a história do casarão, foi de fundamental importância, como nos diz o próprio Rodrigo em missiva enviada a Lindolfo, para o interesse do *SPHAN* em preservar o imóvel.

(...) Tanto a vista do douto memorial elaborado pelo distinto patricio, quanto pela leitura de seus eruditos trabalhos publicados sob o título de 'Nótulas', verifica-se que a antiga casa da fazenda do Juiz de Fora possui em verdade, valor histórico excepcional, que recomenda o seu tombamento para os fins estabelecidos no decreto lei n. 25 de 30 de novembro de 1937. (...).<sup>120</sup>

Assim, foi se moldando a participação de Lindolfo para a construção do patrimônio de Juiz de Fora. Infelizmente a tentativa não foi bem sucedida com a demolição da Fazenda Velha antes de sua preservação nacional, mas esse acontecimento foi o marco inicial para as discussões sobre preservação e tombamento em Juiz de Fora,

---

<sup>118</sup> GOMES, Lindolfo. Nótula. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora, 5 de outubro de 1939.

<sup>119</sup> Voltaremos nesse assunto no capítulo 4.

<sup>120</sup> É o sobrado mais velho de Juiz de Fora. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora, 22 de maio de 1942. Carta de Rodrigo M. F. de Andrade a Lindolfo Gomes.

que aconteceram no mesmo momento em que essas questões começaram a ser debatidas no cenário nacional. Lindolfo viu a criação do *SPHAN* e sua política preservacionista como a saída viável para salvar da demolição a casa que seria o marco inicial da história da cidade que lhe era tão querida. Albino Esteves, em carta enviada ao amigo, diz que se recorda que nas comemorações da criação do município em 1938, Lindolfo já havia sugerido a preservação do imóvel ao prefeito e à comissão dos festejos. “Não vingou o alvitre, mas você [Lindolfo], com o brilho de sua pena, retomou o fio da meada e prosseguiu na bela campanha, como se vê de suas ‘Nótulas’, até conseguir a atenção do ilustre diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”. Por sua vez, Lindolfo agradeceu as palavras do amigo, mas ressaltou que “a iniciativa não me pertence nem individualmente a outrem, mas à população conterrânea”.<sup>121</sup>

---

<sup>121</sup> GOMES, Lindolfo. Nótulas. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 25 de outubro de 1940.

## Capítulo 2:

### Lindolfo Gomes como intelectual e homem de letras

*“A memória é uma construção do futuro, mais que do passado”.*  
Murilo Mendes.

Lindolfo Gomes foi descrito da seguinte forma pelo historiador Wilson de Lima Bastos:

Professor emérito, jornalista infalível, filólogo consagrado, historiador de grande reputação, teatrólogo aplaudido, pesquisador metucioso, folclorista eminente, podendo ser considerado como um dos pioneiros dos estudos folclóricos no Brasil, ao lado de João Ribeiro, Sílvio Romero e outros, escritor aclamado, conferencista e orador de grandes recursos, técnico de ensino com notável folha de serviços prestados à causa pública.<sup>122</sup>

Ele não atuou apenas em uma área de conhecimento. Ao contrário, trabalhou e produziu em vários campos, caracterizando assim, a figura do intelectual de seu tempo (fins do século XIX e início do XX), como destacado no capítulo 1.

Será esse intelectual que apresentaremos nesse capítulo. Analisaremos a figura de Lindolfo em suas áreas de trabalho, destacando sua atuação como jornalista, escritor, educador, filólogo, folclorista e historiador. Essa análise nos mostrará de forma mais clara como foi se formando as redes intelectuais que Lindolfo fez parte, como foram se construindo as narrativas em torno de sua figura e como foi seu papel como agente social e seu interesse pela Fazenda Velha a qual tentou preservar.

Na análise de Sérgio Miceli, Machado de Assis, “o primeiro e o mais acabado modelo de homens de letras autêntico”<sup>123</sup>, e o grupo de letrados e políticos de sua geração (a que chama de geração de 1870), constituíram a produção intelectual do Brasil, controlando as principais editoras (que eram instâncias de consagração) e a Academia Brasileira de Letras, fundada por eles.<sup>124</sup> Se fizermos uma comparação dessa fala de Miceli com Juiz de Fora, podemos afirmar que os “homens de letras” foram aqueles que produziram e publicaram diversos livros e artigos, participavam dos jornais e também fundaram a Academia Mineira de Letras na cidade. Dentro dessa análise, e a partir dela, é que estamos aqui nos referindo a Lindolfo Gomes como “homem de letras”. Já a

---

<sup>122</sup> BASTOS, W. L. Op. Cit. p. 7.

<sup>123</sup> MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2001. p. 64.

<sup>124</sup> Idem, ibidem. p. 15 e 64.

condição de intelectual se deu, como já foi destacado no capítulo 1, pela sua erudição e produção.<sup>125</sup>

O corpo do capítulo está dividido pelas áreas que Lindolfo atuou. A ordem aqui apresentada segue a frase de Bastos que usamos para abrir esse capítulo e que exemplifica também o tom laudatório existente nos textos que falam de Lindolfo. Como destacamos na introdução, tal obra de Bastos é a única biografia produzida sobre Lindolfo e foi usada como base para o desenvolvimento desse trabalho. No entanto, devemos considerar que o autor foi um grande admirador de Lindolfo e usou apenas adjetivos enaltecendo para descrevê-lo. Segundo Sérgio Miceli, obras “a título de homenagem ou reconhecimento póstumo (...) vem contribuir, sem dúvida, para reforçar os laços de solidariedade entre os integrantes de um círculo íntimo”, levando em conta “experiências comuns nas esferas política, intelectual e burocrática, dando origem a ‘panelas’ e anéis burocráticos”.<sup>126</sup> Tal obra de Bastos, feita em homenagem a Lindolfo, reforça exatamente esses laços de sociabilidades entre os intelectuais que atuavam em Juiz de Fora ao longo de todo século XX. Bastos não pertenceu a geração que fundou a Academia Mineira de Letras, (uma vez que nasceu em 1915) mas viveu em sua juventude, o clima que circundava esses intelectuais. Ao elogiar Lindolfo de certa forma, estava elogiando esse grupo que admirava e do qual se inspirou, fazendo com que esse não de “desvalorizasse” nas gerações seguintes.

## 2.1. Lindolfo Gomes e o ensino

Lindolfo Gomes, ao longo de toda a sua vida, sempre trabalhou com a educação mesmo quando estava envolvido em outros projetos. De acordo com Francisco Sales de Oliveira, ser professor era “sua vocação invencível, mantida na longa estrada dos incertos caminhos da vida”.<sup>127</sup>

Com a proclamação da república, o ensino teve que ser reestruturado no Brasil e surgiram os cargos de inspetor geral de instrução pública e os de inspetores ambulantes que fiscalizavam as escolas do interior. Já na constituição de 1891, estabeleceu-se que a instrução elementar ficaria sob a responsabilidade do Estado, transformando assim, “o

---

<sup>125</sup> Essa informação nos é clara pela quantidade de *Nótulas* em que Lindolfo diz basear suas informações em algum livro que possuía em sua biblioteca e pela quantidade de livros que ganhava de amigos e conhecidos, os quais fazia sempre questão de agradecer nas colunas.

<sup>126</sup> MICELI, Sérgio. Biografia e cooptação (o estado atual das fontes para a história social e política das elites do Brasil). Op. Cit. p. 350.

<sup>127</sup> OLIVEIRA, Francisco Sales. Recordando Lindolfo Gomes. **Revista da Academia Mineira de Letras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1954. v. XX. P. 101.

professor-sacerdote em funcionário público, normalizando o seu trabalho e, conseqüentemente, tirando-lhe a autonomia”.<sup>128</sup> Foi o que aconteceu com Lindolfo Gomes. Em 1906, no início da implantação da reforma da instrução pública de Minas Gerais, ele foi nomeado inspetor técnico de ensino, ocupando “os mais importantes cargos na administração escolar do Estado”.<sup>129</sup> Atuou nesse cargo em quase todo o estado até o ano de 1922, quando se afastou por motivo de saúde. Em 1925 foi membro do Conselho Estadual do Município de Juiz de Fora e em 1926 foi nomeado pelo presidente Antônio Carlos, Assistente Técnico do Ensino de Minas Gerais.<sup>130</sup> O fato de ter ocupado “os mais importantes cargos” dentro da estrutura educacional de Minas nos mostra claramente o seu envolvimento com a rede de poder do Estado, enfatizando sua rede de sociabilidade política, uma vez que tais cargos eram ocupados por indicação do próprio presidente de estado e tais nomeações eram concedidas à pessoas ligadas no mesmo projeto político-educacional do grupo que governava o estado.

A mesma reforma da instrução pública de 1906 criou também os Grupos Escolares, que significava não apenas “a construção de escolas, mas a organização de um trabalho com base em uma compreensão pedagógico-administrativa quando seria eliminada a situação de um mesmo professor orientar alunos de todas as séries”.<sup>131</sup> Com um grande destaque para a educação primária, a sede do primeiro Grupo Escolar de Minas Gerais foi em Juiz de Fora, muito por conta de seu prestígio de “cidade culta”. Citada por Ana Maria Doimo e Dalva Yazbeck a justificativa de José Rangel<sup>132</sup> para tal escolha destacava justamente essa característica da cidade:

Influência Juiz de Fora sempre gozou do merecido conceito de cidade culta, e essa cultura não se tem limitado apenas à sociedade que a constitui, por intermédio dos seus institutos de educação, as suas boas letras e costumes civilizados, erradia a sua região longínquas, muito além da circunscrição mineira. Desde tempos bem remotos têm sido os seus educandários frequentados por numerosas gerações de estudantes, de afastadas procedências, pela circunstância de se encontrarem estabelecimentos de ensino

---

<sup>128</sup> CRESPO, Ana Maria; YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes. **Os primeiros Grupos Escolares de Juiz de Fora**. Disponível em: <http://www.faced.ufjf.br/nephe/imagens/arq-ind-nome/eixo8/completos/primeirs-grupos.pdf>. Acesso em maio de 2017. p. 666.

<sup>129</sup> BASTOS, W. L. Op. Cit. p. 14.

<sup>130</sup> Idem, ibidem.

<sup>131</sup> DOIMO, A. M. Op. Cit. p. 668.

<sup>132</sup> José Rangel (1868-1940), mineiro de Pitangui, foi farmacêutico, jornalista, professor e escritor. Foi ainda diretor dos Grupos Centrais e da Escola Normal Estadual, ambos em Juiz de Fora, além de ter sido um dos fundadores da Academia Mineira de Letras. BARBOSA, Leila Maria Fonseca; RODRIGUES, Marisa Timponi Pereira. **Letras da cidade**. Juiz de Fora: Funalfa, 2002. P. 31.

secundário tão somente em privilegiados centros, dispersos por zonas distantes e de difícil acesso.<sup>133</sup>

Lindolfo Gomes organizou e dirigiu vários grupos escolares da região (cargo que também era ocupado por indicação política), entre eles o de São João Nepomuceno (1907), de São João del Rei (1908), de Carangola (1911), de Rio Preto (1912), de Palma (1919) e de Palmira (1920), todos na Zona da Mata Mineira.<sup>134</sup> Atuou também como professor em todos os locais que morou e trabalhou. Quando residia em Cataguases, por exemplo, manteve um curso de português, história e literatura e em Juiz de Fora, foi professor de escritos no Colégio Santa Cruz<sup>135</sup>, professor de português na Escola Normal, que na opinião de Lindolfo deveria ser um centro de cultura e aperfeiçoamento pedagógico, não um mero reproduzidor de professores,<sup>136</sup> professor de vernáculo e de português na Academia de Comércio, que aliás, foi a primeira do gênero no Brasil com o objetivo de “formar negociantes, banqueiros, diretores e empregados de estabelecimentos industriais e do comércio”.<sup>137</sup> Além dessas instituições, Lindolfo ainda mantinha, em sua casa, em Juiz de Fora, um curso de linguística e filologia.<sup>138</sup>

Lindolfo publicou também vários livros didáticos e inúmeros artigos com fins pedagógicos. Dentre alguns de seus títulos para a área educacional, Bastos enumerou: *A escrita vertical*, *Exercícios de Leitura*, *Primeiros exercícios de aritmética*, *Lições de língua pátria*, *Exercícios de leitura manuscrita*, *O ditado na escola primária*, *Festas escolares*, *Alguns subsídios gramaticais e exercícios complementares*, *Estudos de português* e *Língua pátria*.<sup>139</sup> Alguns desses livros receberam crítica positiva de pessoas da área, como por exemplo, o livro *Língua pátria*, que, de acordo com jornal *Diário Mercantil*, foi elogiado por “honrosa missiva” a Lindolfo Gomes pelo intelectual e vernaculista de Manaus João Leda, que disse, de acordo com a reportagem do jornal, que dos seis livros de Lindolfo que leu, todos emprestados pelo capitão Oliveira Góes, esse em especial deveria ser lido e relido pela grande contribuição à gramática nacional. Tal elogio, ainda de acordo com a reportagem, é honrosa e merecida, uma vez que o professor,

---

<sup>133</sup> José Rangel. Citado por DOIMO, A. M. Op. Cit. p. 667.

<sup>134</sup> BASTOS, W. L. Op. Cit. p. 14.

<sup>135</sup> O Colégio Santa Cruz fechou por um tempo e reabriu com o nome de Novo Santa Cruz até se fundir ao Colégio Providência e virar Colégio São Pedro.

<sup>136</sup> GOMES, Lindolfo. Eugenia. *Revista do Ensino*. Belo Horizonte: 1925, v. 1, n. 1. p. 30.

<sup>137</sup> CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. A “Europa dos pobres”: o intelectual e o projeto educacional dominante em Juiz de Fora na Belle-Époque mineira. 1987. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense. p. 118.

<sup>138</sup> GOMES, Lindolfo. Nótula. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora: 12 de dezembro de 1939.

<sup>139</sup> BASTOS, W. L. Op. Cit. p. 14.



desde o início da reforma do ensino primário, se empenhava em deixar rica contribuição.<sup>140</sup> Interessante notar aqui é que mesmo nas reportagens de jornais, o tom ao se referir à Lindolfo também é enaltecido. Isso ocorre por Lindolfo ter trabalhado praticamente a vida inteira nos jornais de Juiz de Fora, possuindo uma íntima relação com jornalista e editores. Como aconteceu no meio literário, o elogio a Lindolfo se estendia a toda classe e mostrava como era composta os trabalhadores da imprensa na cidade: cultos e reconhecidos por nomes consagrados na área. O livro *Primeiros exercícios de aritmética*, escrito na época que Lindolfo era diretor do Grupo Escolar de São João del Rei, e que seria “um compêndio para o início do ensino de aritmética no lar e na escola primária”,<sup>141</sup> foi aprovado pelo Conselho Superior de Instrução Pública do Estado de Minas Gerais, segundo informações do próprio Lindolfo, “por conter boas lições e variados problemas dessa disciplina, perfeitamente adaptados ao ensino em vigor”.<sup>142</sup> Não nos esqueçamos que ao ser indicado para ocupar cargos de chefia dentro da área educacional, o profissional estava de acordo com o projeto que o Estado queria difundir. Assim, os livros escritos para serem usados dentro do ensino em Minas, como esse de Lindolfo, já eram elaborados dentro desses parâmetros.

Em *Exercícios de leitura manuscrita*, que chegou a sua 16ª edição, Lindolfo relatou no prefácio, que selecionou textos de acordo com a faixa etária dos estudantes mas que o professor deveria auxiliar os alunos no entendimento de certas palavras que devem fazer parte do vocabulário do aluno desde cedo para despertar o interesse e gosto literário para a língua pátria, destacando aqui o projeto de valorização do nacional através da língua que Lindolfo iria desenvolver nos seus estudos filológicos e que falaremos posteriormente. Dos vários textos contidos no livro, dois são de autoria de Lindolfo: *Quadro de Natal*, poema sobre o nascimento de Jesus e *Tiradentes*, sobre o alferes Tiradentes.<sup>143</sup>

Outros livros nasceram da união de vários dos seus artigos publicados nos jornais que trabalhou, como o livro *Estudos de português*, escrito em 1911 e que foi um compilado de artigos publicados nos jornais *Pharol* (de Juiz de Fora) e *Repórter* (de São

---

<sup>140</sup> DIÁRIO MERCANTIL. *Língua pátria*. Juiz de Fora: 5 de novembro de 1925.

<sup>141</sup> GOMES, Lindolfo. *Primeiros exercícios de aritmética*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1910. contracapa.

<sup>142</sup> GOMES, L. Op. Cit., 1910. Contracapa.

<sup>143</sup> GOMES, Lindolfo. *Exercício de leitura manuscrita*. 16ª ed. S. L: Edições Melhoramentos, s. d. Apresentação.

João del Rei)<sup>144</sup> e o livro *O ditado na escola primária*, que reuniu artigos publicados nos primeiros números da *Revista do Ensino Mineiro*.<sup>145</sup>

Lindolfo ainda teve artigos publicados em livros didáticos (como o do livro *Idioma Pátrio*, de Modesto de Abreu);<sup>146</sup> fundou, em 1912, a *Revista do Ensino Médio*<sup>147</sup> e dirigiu a *Revista do Ensino Mineiro*, ambas voltadas para assuntos educacionais. Sobre essa última, narrou que a mesma desapareceu depois de dois anos por ser de “iniciativa meramente particular”, mas aplaudia a iniciativa da criação de uma outra revista da área, a *Revista do Ensino*<sup>148</sup>, criada nas medidas da nova reforma do ensino e que serviria,

Não só como elemento orientador do professorado, como também de edificação do espírito popular que não pode divorciar-se das questões inerentes à instrução primária e da cruzada da desalfabetização das grandes populações disseminadas pelo nosso vastíssimo território.<sup>149</sup>

Considerado um educador por Mário Casassanta por “querer realizar, com o seu sacrifício, o belo ideal de Platão: dar ao corpo e ao espírito humano toda a beleza e perfeição de que sejam capazes”,<sup>150</sup> Lindolfo acreditava que um dos maiores problemas da educação brasileira em 1929 era justamente transformar o professor em educador. Para ele a implantação da chamada “Escola Ativa” nesse período, onde a criança seria o centro das ações compreendidas pela escola e o professor o seu guia, refletia a evolução das conquistas pedagógicas dos últimos tempos. O problema seria o mal preparo pedagógico dos professores. Se esses não aprenderam bem não havia como ensinar bem. Por isso,

---

<sup>144</sup> GOMES, Lindolfo. **Estudos de português**. Juiz de Fora: Tipografia Brasil: 1911. Contracapa e dedicatórias.

<sup>145</sup> GOMES, Lindolfo. **O ditado na escola primária**: descrição de gravuras. Juiz de Fora: Papelaria e Tipografia Íris, s. d. Apresentação.

<sup>146</sup> GOMES, Lindolfo. Nótula. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 15 de março de 1939.

<sup>147</sup> BASTOS, W. L. Op. Cit. p. 11.

<sup>148</sup> Tal periódico também era um meio de divulgação dos estudos folclóricos uma vez que possuía uma coluna chamada “folclorismo” e outra chamada “o folclore nas escolas”, ambas assinadas por “folk” (povo) e que traziam fábulas e lendas do folclore brasileiro. Infelizmente não conseguimos apurar melhores informações sobre essas revistas, mas sabemos que foram revistas voltadas para a área da educação.

<sup>149</sup> GOMES, Lindolfo. Eugenia. **Revista do Ensino**. Belo Horizonte: 1925, v. 1, n. 1. p. 29. Nesse artigo, Lindolfo explica que o título dado, “Eugenia”, foi justamente para destacar a importância do seu estudo como um estudo das raças, para melhor entendê-las e auxiliar a educação. Diz ainda que as escolas normais são os locais mais apropriados para desenvolverem esses estudos pois seria ali que se formariam novos professores. Não fica claro se Lindolfo achava que a educação deveria ser feita de forma diferente para raças diferentes ou se ele defendia o estudo de eugenia nos locais que preparavam professores para que esses pudessem oferecer uma educação de qualidade para todos. Ele apenas faz esse comentário explicativo do título, não desenvolve a questão ao longo do artigo e não encontramos outros escritos seus sobre a questão.

<sup>150</sup> CASASSANTA, Mário. Folha de Minas. Belo Horizonte: 1943. Citado por BASTOS, W. L. Op Cit. p. 13 e 14.

destacava a importância dos cursos normais dizendo que se dedicava a oferecer esse preparo pedagógico “como professor da matéria a meu cargo nesta escola e em outros estabelecimentos de ensino secundário, sobre o que fiz como diretor de grupos escolares e inspetor de ensino”.<sup>151</sup>

Na época de atuação Lindolfo na educação, se desenvolvia no Brasil o ideal da chamada “Escola Nova”, onde resumidamente, mudava-se o enfoque tradicional da educação, centrada no professor e onde o aluno era um mero ser passivo de informações. Com a “Escola Nova”, o foco passou a ser o aluno e o professor nortearia os seus conhecimentos. A educação surgia como a tentativa de integrar o indivíduo à sociedade, combatendo assim, a marginalidade. Lindolfo pode ser inserido dentro desse pensamento pedagógico quando falou, como citado acima, em “evolução das conquistas pedagógicas”, ou quando defendia a criação de patronatos infantis, com o objetivo de combater o crime de jovens infratores educando-os.<sup>152</sup> Esse era o projeto político-pedagógico difundido pelo estado de Minas Gerais a partir da segunda década do século XX e para consolidá-lo, os cargos de chefia na área educacional deveriam ser preenchidos por pessoas que concordavam com tais mudanças. Por isso as diversas indicações de Lindolfo a dirigir grupos escolares e a defesa do mesmo ao novo projeto educacional que vigorava na época.

Em 1931, Lindolfo requereu sua aposentadoria por problemas de saúde, que já lhe agravava a tempos. Na ocasião, segundo Bastos, o secretário Noraldino de Lima lhe enviou a seguinte mensagem, reconhecendo a sua longa carreira no magistério em Minas e reforçando novamente seus laços sociais políticos:

Na ocasião em que o prezado amigo, por vontade própria, deixa a cadeira a que vinha emprestando todo o fulgor de seu belo espírito e sólida cultura, quero deixar aqui consignado o agradecimento da admiração do ensino pelo seu profícuo trabalho durante o longo período em que exerceu o magistério público em nosso Estado.<sup>153</sup>

## 2.2. Lindolfo Gomes e a imprensa

---

<sup>151</sup> GOMES, Lindolfo. O ensino de língua pátria na escola moderna. (Conferência pronunciada na Escola Normal de Juiz de Fora). **Revista do Ensino**. Belo Horizonte. 1929. v. 4, n. 32. p. 17-18.

<sup>152</sup> REZENDE, Rosana Meire Cazadei. As correntes pedagógicas e a função social da escola. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2013. P. 11./ HANZE, Amélia. Escola Nova e o movimento de renovação do ensino. Disponível em <http://www.brasilecola.bol.com.br>. Acesso em 15/11/2018.

<sup>153</sup> Idem, ibidem. p. 14 e 15.

Dentre todas as áreas de atuação de Lindolfo, a primeira e uma das mais expressivas foi a jornalística, já que desde dos 14 anos, quando ainda residia com as tias em Resende, atuava em jornais (como o jornal *Domingo*), chegando a fundar o jornalzinho *Astro*, onde, entre outros assuntos, escrevia sobre seu entusiasmo com a república, proclamada três meses após a fundação do referido jornal, como já havíamos destacado no capítulo 1.<sup>154</sup>

Quando mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro para terminar seus estudos, colaborou para a *Gazeta de Notícias* e *O País*, além das revistas literárias *Crônica*, *Aurora* (da qual foi redator literário),<sup>155</sup> *Guitarra* e *Rua do Ouvidor*. Mesmo quando foi morar em Minas Gerais, as colaborações para os jornais cariocas continuaram, uma vez que Lindolfo visitava o Rio constantemente, tendo inclusive se mudado para a cidade na década de 1950, onde faleceu. Dentre os jornais cariocas que contaram com sua participação estão *Rua do Ouvidor*, onde publicou alguns poemas, *Notícia*, do qual era correspondente e *Jornal do Comércio*. Assim, percebe-se que as relações de sociabilidades existentes entre Lindolfo e outros nomes ligados ao jornalismo da época não ficaram restritas a Juiz de Fora. As mesmas foram muito intensas também na então capital da república, facilitando assim, o seu acesso ao que acontecia de novidade no país.

Nessa época a profissão de jornalista não rendia prestígio em médios e pequenos centros. Segundo Paulino de Oliveira, “a imprensa não era meio de vida” e não havia a chamada “notícia paga”. “*O que salvava*” eram as mensagens presidenciais do presidente do estado, que todos os jornais publicavam em resumo ou na íntegra, de acordo com o seu “prestígio” com o governo ou por intermédio de algum deputado. Nota-se assim, a forte rede de poder no meio. A “*bolada*”, continuou Paulino, às vezes dava para manter a imprensa por um ano.<sup>156</sup> Para Edmundo Lys a profissão sempre seria mal remunerada para os “que trabalham de cérebro e de pena”, pois era um “serviço esfalfante pela qual qualquer recompensa, por maior que seja, sempre será mínima”.<sup>157</sup> Augusto Franco, que trabalhou com Lindolfo no *Pharol*, em um artigo intitulado *O jornalista provinciano*, que falava da saída de Lindolfo do jornal para ir morar em Cataguases, também relatou essa dificuldade de se trabalhar na imprensa naquela época. Segundo Augusto:

---

<sup>154</sup> BASTOS, Wilson de Lima. **Lindolfo Gomes**. S. L.: Ministério da Educação e Cultura, 1975. p. 7 e 10.

<sup>155</sup> BASTOS, W. L. Op. Cit. 1975, p. 11.

<sup>156</sup> OLIVEIRA, Paulino. A imprensa em Juiz de fora antes de 1930. **Revista do IHGJF**. Juiz de Fora: IHGJF, 1966. Ano 2, n. 2. p. 26.

<sup>157</sup> LYS, Edmundo. A imprensa em Juiz de Fora. Citado por BARBOSA, L. M. F.; RODRIGUES, M. T. P. Op. Cit. p. 66.

(...) a vida de imprensa nos estados, ou a carreira jornalística provinciana, é, antes de tudo, enganadora quimera.

O moço, que se mete na imprensa periódica estadual (...) é de uma operosidade extraordinária, inaudita. Não há serviço que lhe chegue. Lança artigos de fundo, burila crônicas em todos os gêneros, traça entrelinhados extensos, capricha em o noticiário geral, verseja abundantemente, provoca arengas sobre literatura, faz crítica impiedosa de trabalhos aparecidos, é revisor, é, afinal, tudo quanto deveria ser só dali há dez ou quinze anos depois.

Ganha um gosto espantoso pela profissão. (...).

Mas, como tudo são simples ilusões, entram logo a surgir os desenganos e a monotonia da carreira começa então a desgostar ao neófito.

Em seguida, vem os aborrecimentos produzidos pelas injustiças de muitos, que, (...) motejam contra o pobre jornalista com a facilidade e a autoridade de quem critica um trabalho e é incapaz de fazê-lo.

A estes inconvenientes se junta a mesquinhez do ganho, motivada pela insuficiente recompensa do público, que ainda não compreendeu de todo o alcance elevado do periodismo. (...).

Por isso, invejado é aquele que consegue salvar-se no momento precioso, sem desdouro nem desaire, tendo sempre ouvido o grito de combate, pelejado corajosamente, passado por todos os terríveis transes da terrível carreira, cumprindo, em suma, a sua missão, o seu dever.

É o caso de Lindolfo Gomes.<sup>158</sup>

Em Minas Gerais, até por meio das suas profissões de escrivão na Exatoria Federal e também de professor e instrutor de ensino, Lindolfo residiu em várias cidades, em passagem longa ou curta, como São João Del Rei, Cataguases (onde foi um dos fundadores da *Liga Operária*), Leopoldina, São Manuel, Rio Novo, Santos Dumont (que na época chamava-se Palmira), e Belo Horizonte, além de Juiz de Fora. Em todos esses locais, sempre dirigiu e colaborou para vários jornais.

Até onde apuramos, Lindolfo fez parte da redação do jornal *Opinião*, de São João Del Rei,<sup>159</sup> (escrevendo também para o *Repórter*, dessa cidade); do *Arauto*<sup>160</sup> e do *Jornal de Minas*, de Cataguases; escreveu para a *Gazeta de Leopoldina*, em Leopoldina;<sup>161</sup> colaborou para o periódico *Luz*, de São Manuel; *Colombo*, de Rio Novo; *Palmireense*,

---

<sup>158</sup> FRANCO, Augusto. O jornalista provinciano. **Jornal do Comércio**. Juiz de Fora: 6 de fevereiro de 1902.

<sup>159</sup> BASTOS, W. L. Op cit., p. 11.

<sup>160</sup> GOMES, Lindolfo. Arduíno Bolívar. **Revista da Academia Mineira de Letras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953. v. XIX. p. 165. Tal artigo também foi publicado no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, em 22 de outubro de 1952.

<sup>161</sup> No exemplar do livro *Mortalhas*, de Lindolfo Gomes, existente na Academia Mineira de Letras, há uma dedicatória à mão do professor aos “*ilustres confrades e amigos de sempre da Gazeta de Leopoldina, Lindolfo Gomes, 03/06/1903*”.

Minas Gerais, *Palavra e Arauto* de Santos Dumont, onde inclusive escreveu o artigo de apresentação para o número de estreia<sup>162</sup>; e em Belo Horizonte, Lindolfo assumiu a direção do jornal *O Estado*.<sup>163</sup>

Em Juiz de Fora é onde encontramos a sua maior participação na imprensa, tendo sido colaborador, redator chefe e fundador de diversos periódicos.

Considerada a “grande civilizadora de Juiz de Fora” por Heitor Guimarães, a imprensa da cidade sempre foi um destaque a parte. Desde a transferência de *O Pharol* da cidade de Paraíba do Sul (RJ) para a localidade em 1870, até 1900, Paulino de Oliveira, citando Heitor Guimarães, nos informa que mais de cem jornais circularam na cidade.<sup>164</sup> Assim, Juiz de Fora acabou virando “a capital intelectual de Minas”, pois enquanto que em Belo Horizonte, na primeira década do século XX, haviam 3 jornais diários, Juiz de Fora contava com 7, todos eles, segundo Paulino de Oliveira, com a mesma qualidade dos que circulavam na capital mineira.<sup>165</sup> Com esse cenário, não é de se estranhar que foi instalada na cidade a *Associação de Imprensa de Minas* (em 1921), mais tarde transferida para Belo Horizonte, e o primeiro sindicato dos jornalistas do Brasil (fundado na década de 1930).<sup>166</sup>

Já em 1894, mesmo ano que se mudou para Juiz de Fora, Lindolfo Gomes começou a escrever e depois se tornou redator literário do jornal *Correio de Minas*, que além de contar com a colaboração de Estevão de Oliveira (amigo de Lindolfo e também um dos fundadores da AML), prestou grandes serviços às causas republicanas (causas essas que Lindolfo já era partidário desde dos tempos que morava em Resende), desaparecendo em 1899 e voltando a circular em 1904.<sup>167</sup>

Lindolfo colaborou efetivamente também para o *Jornal do Comércio* (periódico muito influente em Minas Gerais); para a *Gazeta Comercial*; *O Dia*; *Almanaque de Juiz de Fora*; *Diário do Povo* (onde foi redator em 1913, ao lado de Luís de Bessa)<sup>168</sup>; *O Lince*

---

<sup>162</sup> BASTOS, W. L. Op. Cit. p. 11.

<sup>163</sup> OLIVEIRA, Francisco Sales de. Recordando Lindolfo Gomes. **Revista da Academia Mineira de Letras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. XX, 1954. p. 97.

<sup>164</sup> OLIVEIRA, Paulino de. A imprensa em Juiz de Fora antes de 1930. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora**. Juiz de Fora. Ano II, n. 2, jan., 1966. p. 20.

<sup>165</sup> OLIVEIRA, P. Op. Cit. 1966. P. 24.

<sup>166</sup> Paulino de Oliveira diz que Juiz de Fora só não perdeu o Sindicato dos Jornalistas porque ele não é “Mineiro”, nem “de Minas”, e sim “de Juiz de Fora”. OLIVEIRA, Paulino de. A imprensa em Juiz de Fora antes de 1930. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora**. Juiz de Fora. Ano II, n. 2, jan. 1966. P. 9.

<sup>167</sup> OLIVEIRA, P. Op. Cit. 1966. P. 188.

<sup>168</sup> OLIVEIRA, Francisco Sales de. Recordando Lindolfo Gomes. **Revista da Academia Mineira de Letras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. XX, 1954. p. 97.

e *Lar Católico* (publicação religiosa).<sup>169</sup> Foi fundador ainda de *A Notícia*,<sup>170</sup> *Marília*, e *A Imprensa*<sup>171</sup>, “de vida breve, mas cujas influências pesaram em prol dos interesses do nosso Estado na última campanha presidencial, como uma das maiores forças”.<sup>172</sup> Ao que tudo indica, tal campanha a qual Lys se refere é a campanha presidencial de 1922, onde a presidência foi disputada por Arthur Bernardes (Minas Gerais) e Nilo Peçanha (Rio de Janeiro), com vitória do mineiro. Aqui podemos perceber um pouco o viés político de Lindolfo e entender melhor a rede de poder da qual participava e da qual já falamos: ao ser partidário da república e fundar um jornal que defendia os interesses do Estado em uma campanha política, nota-se a sua inclinação em agradar uma certa elite política que lhe daria cargos públicos quando estivesse no poder. Era para essa elite que Lindolfo trabalhava e escrevia quando, por exemplo, buscava contar a história oficial de Juiz de Fora, história essa que destacava os feitos dessa elite, seja na parte cultural, econômica ou política.

Além desses periódicos juizforanos citados, houveram mais dois que contaram com grande participação de Lindolfo: o *Pharol* e o *Diário Mercantil*. Segundo informações de Almir de Oliveira, no livro *A imprensa em Juiz de Fora*, o *Pharol* passou a circular impresso em Juiz de Fora em 1871,<sup>173</sup> se tornando diário em 1875<sup>174</sup>. Até o seu desaparecimento em 1939, foi um dos mais importantes jornais de Minas Gerais, ressoando também em outros estados.<sup>175</sup> Lindolfo, além de publicar poemas no jornal, manteve na primeira década do século XX a coluna *Cenas e Fatos*, onde assinava apenas as iniciais (L.G.) e escrevia diariamente sobre diversos assuntos, muitos deles sobre o cotidiano de Juiz de Fora.

Já o *Diário Mercantil*, fundado em 1912 e que, segundo Christina Musse foi o jornal que mais tempo circulou em Juiz de Fora,<sup>176</sup> contou com as famosas *Nótulas*, que Lindolfo escreveu de meados de 1939 até sua morte em 1953 e onde, diariamente

---

<sup>169</sup> BASTOS, W. L. Op. Cit. p. 11.

<sup>170</sup> OLIVEIRA, F. S. de. Op. cit. p. 97.

<sup>171</sup> Idem, ibidem.

<sup>172</sup> LYS, Edmundo. *A imprensa em Juiz de Fora*. Citado por BARBOSA, L. M. F.; RODRIGUES, M. T. P. Op. Cit. p. 69. Ao que tudo indica, tal campanha a qual Lys se refere é a campanha presidencial de 1922, onde a presidência foi disputada por Arthur Bernardes (Minas Gerais) e Nilo Peçanha (Rio de Janeiro), com vitória do mineiro.

<sup>173</sup> OLIVEIRA, Almir. *A imprensa em Juiz de Fora*. Retirado de: MUSSE, Christina Ferraz. **A imprensa e a memória do lugar**: Juiz de Fora (1870-1940). XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste. Juiz de Fora: s./d. p. 3

<sup>174</sup> DORNAS FILHO, João. *Evolução da Imprensa em Minas Gerais. Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: s./e. 10 de agosto de 1957.

<sup>175</sup> Idem, ibidem.

<sup>176</sup> MUSSE, C. F. Op. Cit. p. 7.

(descontando os períodos em que ficou enfermo), escrevia sobre assuntos diversos, incluindo a história de Juiz de Fora, seu cotidiano, seus personagens e seus imóveis, como aconteceu com a Fazenda Velha. No jornal, Lindolfo manteve também outra coluna regular, intitulada *Problemas de Linguagem*, onde tratava exclusivamente de assuntos filológicos.

Somadas a essas publicações brasileiras, Lindolfo colaborou ainda para o *Arquivo Literário* e a *Revista Lusitana*, de Portugal, onde escrevia sobre seus estudos folclóricos, filológicos e literários.<sup>177</sup> Em 1940 foi convidado inclusive, pela Academia de Letras de Lisboa a participar das festividades de comemoração do seu duplo centenário.<sup>178</sup>

O contato e as relações entre Lindolfo e o meio jornalístico juizforano podem ainda ser exemplificados em um almoço oferecido a ele e pela melhora de sua saúde por parte dos seus amigos da imprensa. Tal almoço, que aconteceu no restaurante Riachuelo em maio de 1940 contou com a presença de João Nogueira Penido (ex-diretor do *Diário Mercantil*), Carlos Ribeiro de Andrade (ex-diretor do *Jornal do Comércio*), dr. Rubens Ferreira Campos (ex-diretor de *O Dia*), Dr. Dilermano Cruz (filho do fundador do *Correio da Tarde*) e Inimã de Oliveira (ex-diretor do *Correio de Minas*). Para homenageá-lo falaram Salles Duarte, o Cel. Manoel Vidal Barbosa Lage (presidente da Associação de Imprensa de Minas Gerais), Manoel Emerenciano Pereira e Graciliano Cabral. “A agrape foi uma reunião cordialíssima, que serviu para patentear a grande simpatia e a geral admiração de que goza o ilustre professor e jornalista na sociedade juizforense”. Lindolfo, “visivelmente emocionado, respondeu as palavras de saudação que lhe foram dirigidas”.<sup>179</sup> Além da presença de pessoas com importante posição dentro da imprensa da cidade na época, tal almoço mostra como se davam os laços de sociabilidade que Lindolfo pertencia e como seu contato e influência dentro dessa rede também era notado por seus integrantes.

### **2.3. A contribuição de Lindolfo Gomes para os estudos filológicos.**

Filologia, que vem do grego e significa “amor ao estudo, à instrução” é o estudo científico do desenvolvimento de uma língua ou de famílias de línguas.

Segundo Wilson de Lima Bastos, os estudos filológicos de Lindolfo estiveram sempre unidos a sua carreira como jornalista por ele ter sempre escrito, como cronista

---

<sup>177</sup> BASTOS, W. L. Op Cit. p. 11.

<sup>178</sup> *Diário Mercantil*. Juiz de Fora: 28 de maio de 1940.

<sup>179</sup> Idem, *ibidem*.



principalmente, sobre o tema nos jornais que trabalhou. Até mesmo em seus últimos anos de vida, quando mudou-se para o Rio de Janeiro, publicava diariamente na imprensa carioca seus comentários filológicos.<sup>180</sup> Outro exemplo foram os artigos publicados no *Diário Mercantil* em 1916, e no jornal *Estado*, de Belo Horizonte, em 1913 que acabaram gerando o livro *O emprego do infinitivo pessoal e impessoal* (1917) que traz os estudos sobre a expressão “fazer com quem” e é acompanhado com as opiniões de filólogos brasileiros e portugueses como Leite de Vasconcelos, Silvio de Almeida, Oswaldo Vergara e Carlos Góes sobre o tema abordado.<sup>181182</sup> Também no *Diário Mercantil* Lindolfo publicou a coluna *Problemas de Linguagem*, discutindo assuntos filológicos, e na própria coluna *Nótulas*, onde, pelo menos uma vez por semana, se dedicava a esclarecer dúvidas dos leitores sobre filologia, usando nas suas explicações gramáticas e diversas obras literárias e filológicas para justificar sua opinião. Na *Nótula* de 16 de dezembro de 1940, Lindolfo esclarece:

Essa seção foi inaugurada e está sendo mantida com o intuito de nela serem tratados assuntos referentes à língua portuguesa, e, neste sentido, respondermos às consultas com que nos honrem os consulentes.

Assim, não nos propormos tratar de matéria que diz respeito a língua estrangeira. Esta não é uma seção enciclopédica. (...).

Deste modo, só atenderemos os consulentes no que se refira exclusivamente a coisas de nosso vernáculo, o que, aliás, muitas vezes, nos leva a penetrarmos o domínio da gramática histórico-comparada.

Também não responderemos a consultas que envolvam assunto puramente individual, isto é, que possa interessar a uma única pessoa. Tampouco quanto a dúvidas que o consulente possa resolver com uma simples consulta nos dicionários, exceto se se trata de matéria de controvérsia.

Não nos preocupa igualmente a solução de “enigmas” e “charadas” que devem ser encaminhadas, por exemplo, à popular “caixa de perguntas” do “Almirante”, o conhecido locutor carioca.

---

<sup>180</sup> BASTOS, W. L. Op. Cit. p. 13.

<sup>181</sup> GOMES, Lindolfo. **O emprego do infinitivo pessoal e impessoal**. Juiz de Fora: Tipografia Brasil, 1917.

<sup>182</sup> A título de curiosidade e para percebermos a influência da rede de relação social de Lindolfo voltada para o campo da filologia, optamos por informar um pouco melhor quem foram esses filólogos que participaram do livro de Lindolfo. Leite de Vasconcelos foi um dos mais importantes filólogos portugueses tendo criado várias revistas especializadas no tema e sendo o pioneiro no estudo da onomástica portuguesa. Silvio de Almeida além de fundar revistas e lançar livros sobre o tema, foi um dos incentivadores e fundadores da Academia de Letras Paulista. Oswaldo Vergara, filólogo e jurista, participou de diversas instituições ligadas às leis no Rio Grande do Sul e foi membro também da Academia de Letras do Rio Grande do Sul. Carlos Góes, escritor, jurista, professor e filólogo teve obras premiadas na Academia Brasileira de Letras e depois de residir no Rio de Janeiro e Minas Gerais, mudou-se para Petrópolis fazendo lá parte da Academia Petropolitana de Letras.

Fazemos estas declarações porque temos a pasta repleta de consultas, a que, por estarem fora de nossos objetivos, não responderemos. Não aceitamos também consultas que não nos sejam feitas em cartas devidamente assinadas pelo consulente que poderá usar de pseudônimo, sendo que somente este virá a público.

A escassez de tempo disponível e o grande número de consultas que temos em mão forçam-nos a estas explicações, nas quais traçamos a orientação deste pequeno consultório filológico.<sup>183</sup>

Os escritos de Lindolfo ainda foram encontrados em muitas revistas especializadas no tema, como a *Revista Filológica* (Rio de Janeiro) dirigida por Ruy Almeida, onde falava de provérbios e frases populares, juntando assim, os seus estudos sobre o folclore;<sup>184</sup> e para a *Revista de Filologia Portuguesa* (São Paulo) cujos artigos, publicados em 1925, deram origem ao livro *Metafonia – plural dos nomes*. O filólogo brasileiro Mário Barreto, escreveu uma carta a Lindolfo elogiando esse trabalho e a mesma foi reproduzida pelo *Diário Mercantil* de 26 de janeiro de 1926. Em suas palavras, o estudo seria “mais uma bela lição que ficamos a dever-lhe e que revela como v. medita nos fenômenos linguísticos”.<sup>185</sup>

Membro e frequentador da Academia Brasileira de Filologia<sup>186</sup>, fundada em 1944 no Rio de Janeiro como uma “entidade cultural voltada para o trato dos assuntos concernentes à filologia e a linguística sob seus vários aspectos”, Lindolfo foi um dos organizadores do *Dicionário da Academia Brasileira de Letras*, em 1935, e um dos colaboradores do *Vocabulo Ortográfico*, da mesma instituição. Wilson Bastos ainda cita como um dos seus mais importantes trabalhos na área o ensaio crítico *Vocabulário de Machado de Assis*, uma monografia pertencente a obra *Machado de Assis*, publicado pela Federação das Academias de Letras do Brasil.<sup>187</sup>

Além dos vários escritos, Lindolfo mantinha contato com nomes conhecidos dos estudos das palavras, tanto no Brasil, como Silvio de Almeida, Candido de Figueiredo e Victorio Bergo, tanto fora do país como Leite de Vasconcelos, Cláudio Bastos e Delphin Guimarães, de Portugal e Américo Castro e Francisco Rodrigues Marin, da Espanha,

---

<sup>183</sup> GOMES, Lindolfo. Nótula. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 16 de dezembro de 1940. Grifo nosso.

<sup>184</sup> Lindolfo publicou nos números 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9 e 11 (1941), 16, 17 e 19 (1942) e outros da *Revista Filológica*. (Revista Brasileira do Folclore, n 19, set./dez. 1967. p. 252. [www.cnfcp.gov.br](http://www.cnfcp.gov.br)).

<sup>185</sup> GOMES, Lindolfo. **Metafonia**: plural dos nomes. Juiz de Fora: Tipografia do Lar Católico, 1926.

<sup>186</sup> Lindolfo ocupou a cadeira de número 33 da academia que possui como patrono Eduardo Carlos Pereira. Sucedeu na cadeira José Luís de Campos e foi sucedido por Joaquim Brás Ribeiro, Leodegário Amarante de Azevedo Filho e Deonísio da Silva, atual ocupante. (Informações retiradas do site da Academia Brasileira de Filologia - <http://www.filologia.com.br>).

<sup>187</sup> BASTOS, W. L. Op. Cit. p. 13.

todos eles conhecidos nomes no estudo da língua e da etnografia de seus países, montando assim, a rede de sociabilidades nesse maio. Com Candido de Figueiredo inclusive, Lindolfo relatou em uma de suas *Nótulas* que ambos tinham algumas discordâncias gramaticais, pois mesmo Candido tendo sido um ilustre estudioso, o fato dele não estudar os clássicos fazia a sua bibliografia ser restrita. Uma dessas discordâncias, continua Lindolfo, foi até publicada em Lisboa com a defesa de Leite de Vasconcelos a seu favor. Completa dizendo que tocou no assunto por conta de uma carta que um leitor lhe enviou questionando a grafia adotada em uma publicação de Candido que Lindolfo também não concordava, mas como a edição saiu quando Candido estava enfermo, disse que com certeza ele não fez correções a obra.<sup>188</sup>

Sua relação com Francisco Rodrigues Marin, filólogo espanhol e membro da Academia Real da Espanha, foi bem interessante, pois além de Francisco admirar a obra de Lindolfo (citou seu nome em vários trabalhos seus e mandou-lhe uma carta elogiando o livro *Nihil Novi*), também recebia tal admiração de sua parte, tendo inclusive dedicado parte do seu livro *45 sonetos* a traduções de sonetos do filólogo espanhol. Lindolfo dizia que ele seria o discípulo e Francisco<sup>189</sup> “o mestre universalmente glorificado”.<sup>190</sup>

O que buscamos fazer ao falar do “Lindolfo filólogo” nesse momento é entendê-lo como alguém preocupado com o nacional, com o regional, com a cultura e com a língua de seu país. Destacaremos melhor esse ponto nas linhas abaixo e no próximo capítulo, mas aqui gostaríamos de ressaltar que a sua preocupação em apresentar a grafia correta de palavras de dupla interpretação e mostrar ao leitor, como fazia nas suas colunas, a história e origem de determinadas palavras se liga a seus estudos da cultura brasileira, principalmente quando se dedica a estudar o folclore. Lindolfo, no nosso entender, pode ser entendido como um nacionalista, valorizando a cultura e a língua nacional. Seus estudos folclóricos e filológicos, a sua preocupação com a formação das palavras, o fazem buscar uma identidade nacional e regional. Por isso destacamos aqui os seus trabalhos e estudos sobre filologia.

---

<sup>188</sup> GOMES, Lindolfo. *Nótulas*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 4 de março de 1940.

<sup>189</sup> Francisco Rodrigues Marin (1855-1943) além de filólogo também foi um renomado literato e folclorista espanhol. Autor de mais de 150 obras e de inúmeros artigos para diversos jornais espanhóis, foi também um dos fundadores da Sociedade de Folclore Andaluz (1881), membro da Academia Sevillhana de Boas Letras, da Academia Real da Espanha (1907), e da Real Academia de História (1927). Dirigiu a Biblioteca Nacional de Madri (1912-30) (uma ferramenta de investigação pessoal) e a Real Academia da Língua (1940).

<sup>190</sup> **Revista da Academia Mineira de Letras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1935. V. XVI, p. 202.

## 2.4. O historiador e pesquisador: a contribuição de Lindolfo Gomes para a história de Juiz de Fora.

As pesquisas históricas de Lindolfo estavam quase todas voltadas para a história de Juiz de Fora. Elas abordavam a origem da cidade e de seus imóveis (como o caso da Fazenda Velha e a Fazenda de São Mateus<sup>191</sup>), mostrava o porque de nomes de ruas e bairros (o que sempre escrevia em suas *Nótulas*) ou remetiam as lendas contadas por seus moradores, ligando aqui o seu interesse pelo folclore. Muitas dessas lendas, inclusive, estavam associadas às origens da cidade e Lindolfo, recolhendo tais contos por meio oral, tentava associá-las aos seus estudos documentais. Uma dessas lendas seria a *Lenda do Morro da Boiada*:

Lá no Morro da Boiada, onde era antigamente o arraial de Santo Antônio, que existia antes de se fundar Juiz de Fora, havia uma capelinha do santo e um cemitério.

Quando a população do morro desprezou o local e veio cá para a vargem, onde está agora a cidade, trouxeram em procissão a imagem para o oratório do vigário, mas, qual! A imagem voltou para a sua capelinha. Tornaram a trazer o santo, mas ele tornou a voltar.

Era mesmo uma teima sem remédio.

Santo Antônio da Boiada era milagroso deveras, e o povo tinha com ele muita devoção! Valha-me, Santo Antônio da Boiada! E estava logo tudo arranjado, desde que fosse para bem, que para mal não há santo que ajude.

O Morro da Boiada de primeiro era também habitado por uma quadrilha de salteadores e ganhou fama de perigoso e assombrado. Dizem que tem lá um china seco, que aparece fora de horas aos viajantes. Às vezes passam correndo bolas de fogo, galinhas de todas as cores, inté verdes, com seus pintinhos da mesma forma; topam-se fantasmas que vão crescendo, crescendo por essas alturas a riba, e cruces de fogo, que aparecem e desaparecem não se sabe como.

Ih! Quem vai de noite no Morro da Boiada tem muito que ver e contar. Mas quem é que se atreve a passar ali à meia-noite? Só se tiver oração das Almas Benditas, que estão sim!

---

<sup>191</sup> Sobre esse imóvel Lindolfo escreveu o livro *A tradicional Fazenda de São Mateus* (Juiz de Fora: Dias Cardoso, 1933), monografia publicada anteriormente no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, em 7 de maio de 1933. Em tal texto, Lindolfo narra a visita que fez ao imóvel em companhia de João de Rezende Tostes, que administrava a propriedade, falando das características físicas da fazenda, descrevendo minuciosamente os quartos onde pernoitaram o imperador D. Pedro II, em 1845, e o presidente de Minas Gerais Olegário Maciel, em abril de 1933. Falou ainda sobre a capela construída na propriedade, o histórico da fazenda, citando todos os seus proprietários desde a construção e a ocasião da visita de Olegário Maciel, o almoço oferecido a ele, dos decretos que assinou na fazenda e quem o acompanhou. A Fazenda de São Mateus é tombada pelo município de Juiz de Fora por seu conjunto paisagístico através do processo 5277/97, decreto 9897 de 17 de junho de 2009.

(Lenda contada por um caboclo velho, antigo morador de Juiz de Fora, onde é muito vulgar esta lenda, entremeada de diversos episódios – *Contos populares*).<sup>192</sup>

O antigo Morro da Boiada, citado por Lindolfo na lenda acima, ficava na região onde hoje se localiza o bairro Santo Antônio e foi aonde surgiu o arraial de Santo Antônio do Paraibuna, que posteriormente, se tornaria Juiz de Fora. No local havia uma capela dedicada a Santo Antônio, um cemitério (como citado por Lindolfo) e algumas casas de pau a pique. Por volta de 1836, após a abertura da Estrada Nova do Paraibuna pelo engenheiro alemão Henrique Guilherme Fernando Halfeld, a cidade se planejou para ocupar a margem direita do rio Paraibuna, em direção ao Alto dos Passos, ao longo da antiga Rua Direita (atual Avenida Rio Branco). Assim, foi construída uma nova igreja-matriz as margens da Rua Direita (atual Catedral Metropolitana de Juiz de Fora) e a imagem de Santo Antônio que ficava na capelinha do Morro da Boiada foi levada para o novo templo, de onde o “santo fugia” de volta para a capela original, como narrado na lenda acima. A partir de 1861, com a construção da Estrada União e Indústria por Mariano Procópio Ferreira Lage, o trecho do Caminho Novo na região da Boiada foi sendo abandonado e, posteriormente, com os loteamentos surgidos na região, fizeram desaparecer os vestígios históricos do antigo Morro da Boiada.<sup>193</sup>

Lindolfo, ao recolher essas histórias orais e se preocupar em registrá-las documentalmente, agia com um olhar voltado para o historicismo. Segundo Sérgio da Mata, o historiador equipado com o seu aparato histórico-metodológico elabora projeções, analisa documentos e consulta as fontes. No entanto, o homem do povo também participa do processo e “estas respostas eventualmente constituem um corpo de narrativas que se pode classificar como sagas ou mitos de origem”.<sup>194</sup> Foi através desses “mitos de origem” que Lindolfo buscou registrar a história de Juiz de Fora: baseava-se em documentos históricos, mas usava também os saberes populares, ligando-se aqui aos seus estudos como folclorista, que falaremos um pouco adiante. Essa ideia de buscar as origens de um lugar para a construção de sua história (como fez Lindolfo com Juiz de Fora) está muito ligada aos estudos históricos desenvolvidos nos primeiros anos de

---

<sup>192</sup> Citado por BARBOSA, L. M. F, et ali. Op cit. p. 41, 42.

<sup>193</sup> Informações resumidas do artigo de autoria de Vanderlei Tomás para a página “JF da Depressão” e da dissertação de Antônio Carlos Lemos. (FERREIRA, Antônio Carlos Lemos. **A introdução da devoção à Santo Antônio em Juiz de Fora: do Morro da Boiada a Vila do Paraibuna (1741-1850)**. 2006. Dissertação de mestrado. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora/ Programa de Pós Graduação em Ciências da Religião. 118 p.

<sup>194</sup> MATA, Sérgio da. Chão de Deus. p. 221-232. Citado por FERREIRA, A. C. L. Op cit., p. 98.

atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (criado em 1838), onde a história era usada para “traçar a gênese da nacionalidade brasileira” e serviria para dar ao Brasil uma tradição de civilização e progresso.<sup>195</sup> Esse modelo de “história tradicional”, preocupado em buscar o passado local (nesse caso) foi o usado por Lindolfo. Assim, podemos tratá-lo como um historiador tradicional, ou seja, que busca desvendar o passado de sua cidade. E esse passado, na concepção de Lindolfo estava nos documentos, mas também nos saberes de seu povo e em seus monumentos, por isso a sua preocupação com os estudos folclóricos e, no caso, na preservação da Fazenda Velha.

Segundo Friedrich Nietzsche, no seu livro *Escritos sobre história*, a história interessaria “aquele que tem gosto pela conservação e pela veneração, àquele que se volta com amor e fidelidade para o mundo de onde veio e no qual foi formado”. Por isso a preocupação em ajudar a contar a história de sua cidade. Para os historiadores que se propõem a tal feito, ainda citando o filósofo alemão,

a história da sua cidade se transforma na sua própria história; ele imagina as muralhas, o portão fortificado, o regulamento municipal, a festa popular como uma crônica ilustrada da sua juventude; em tudo isso ele descobre a sua força, o seu zelo, o seu prazer, o seu julgamento, a sua loucura e os seus desregramentos. Este é o ambiente onde é bom viver. (...).<sup>196</sup>

É esse o tipo de historiador que Lindolfo foi. Novamente destacamos o tipo de trabalho historiográfico realizado pelos institutos históricos e geográficos, tanto o brasileiro como os estaduais e municipais, de desvendarem a história partindo da comprovação por meio de documentos. “Assim, para que a história fosse ‘purificada’, era indispensável a recolha e a devida análise de documentos que (in)formassem os estudos sobre o Brasil.”<sup>197</sup> Os saberes populares mostrariam um norte para as pesquisas mas essa deveria ser comprovada documentalente, ligando-se assim, a história transmitida pelo povo à história oficial registradas nos documentos. O que buscou-se foi unir o conceito de história como investigação, (tal como foi difundido por Heródoto), com análises documentais e pesquisa empírica, à tradição oral que marca muitas sociedades “que vivem

---

<sup>195</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização: o IHGB e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: 1988, n. 1, p. 3 e 4.

<sup>196</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *Escritos sobre história*. Rio de Janeiro/São Paulo: PUC-Rio/Loyola, 2005. p. 91.

<sup>197</sup> PASCHOAL, Máira Guimarães. Por uma história geral e filosófica do Brasil: o IHGB nos limites da modernidade europeias. *XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal: ANPUH, 2013. p. 2.

na memória e justificam atos contemporâneos por sua relação com atos ancestrais”,<sup>198</sup> difundidos pela história oral e saberes populares. Lindolfo Gomes fez parte do *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, fundado em 1907 seguindo os mesmos moldes da instituição federal, e concentrava em seus estudos históricos as características levantadas acima: os conhecimentos adquiridos nos livros e documentos somados aos conhecimentos adquiridos na tradição oral, recolhidos por ele diretamente do povo.

Como destacado acima, a maioria dos estudos históricos de Lindolfo estavam voltados para a história de Juiz de Fora. A exceção a que tivemos acesso foram seus escritos sobre Tomás Antônio Gonzaga e a sua participação na Inconfidência Mineira e seus estudos onde atribuiu a autoria das *Cartas Chilenas* a Cláudio Manoel da Costa.

Na segunda edição do livro *Gonzaga e a Inconfidência Mineira*, de autoria de Almir de Oliveira, o próprio autor acrescentou como apresentação do livro um artigo publicado por Lindolfo Gomes no *Suplemento Literário*, coluna do jornal *Diário Mercantil*, de 11 de fevereiro de 1945. Segundo Almir de Oliveira, esse texto de Lindolfo foi acrescentado por “ser quem o emitiu um dos mais dedicados estudiosos de Gonzaga e uma das mais acatadas autoridades em assuntos tocantes ao famoso lírico de Marília de Dirceu”.<sup>199</sup> Almir de Oliveira ainda conta que depois de ficar amigo de Lindolfo, a quem encontrava quase que diariamente para um cafezinho Café Astória, (confirmando o mesmo como local de encontro dos círculos sociais de Lindolfo, como destacado no capítulo 1) também foi por seu incentivo que escreveu seu primeiro livro: *Gonzaga e a Inconfidência Mineira*,<sup>200</sup> mostrando a troca de ideias e influências existentes dentro desses círculos sociais.

Sobre a autoria das *Cartas Chilenas*, Lindolfo chegou a publicar um livro (*A autoria das Cartas Chilenas*, de 1932) onde, apresentando vários motivos, chegou a conclusão que teria sido Cláudio Manoel da Costa o autor (ou pelo menos um dos autores) de tal obra. No livro, que nasceu da reunião de artigos publicados pelo jornal *Pharol* em 1912 com o discurso intitulado *Memória* apresentado nesse mesmo ano para a Academia Mineira de Letras, afirmava que “se Cláudio Manoel da Costa não fôra o único autor,

---

<sup>198</sup> KNAUSS, Paulo. Uma história para nosso tempo: historiografia como fato moral. **História Unisinos**, vol. 12, número 2, maio-agosto, 2008. p. 141.

<sup>199</sup> OLIVEIRA, Almir. **Gonzaga e a Inconfidência Mineira**. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985. p. 20.

<sup>200</sup> OLIVEIRA, Almir. Lindolfo Gomes, um “caso político”. **Tribuna de Minas**. Juiz de Fora. 31 de outubro de 2000.

seria pelo menos o principal, dado que os três houvessem escrito de colaboração”.<sup>201</sup> Fala ainda sobre a continuidade de seus estudos sobre o assunto, os quais lhe dão cada vez mais certeza de sua afirmação.<sup>202</sup> “Todas as possibilidades são favoráveis à autoria exclusiva de Cláudio”, mas se algum dia alguém lhe apresentar provas contundentes do contrário, “nos fará cantar, com prazer, a palinodia”.<sup>203</sup>

“Frequentemente o historiador local estará utilizando a reflexão acumulada sobre sua experiência de vida”, fazendo com que muitas histórias de cidades sejam escritas por pessoas “engajadas em eventos locais”<sup>204</sup>. Podemos considerar Lindolfo Gomes, nesses termos, não apenas como um historiador local, ou seja, aquele que narra a história local, mas ainda como “homem-memória” de sua sociedade, acumulador e transmissor da memória do local onde vive. Ao recolher a história do meio popular e acrescentar a história oficial dos documentos, dava legitimidade à primeira. Por isso, ele sempre era consultado, oficialmente ou não, para falar de assuntos referentes à história de Juiz de Fora. Apesar de seguir em seus trabalhos os parâmetros da história mais tradicional com exaustiva pesquisa em documentos e a citação dos mesmos para comprovar seus escritos, o uso da cultura popular, muito associada a seus trabalhos sobre o folclore, levam ao leitor uma proximidade com seu cotidiano, o fazendo participar do processo histórico narrado, como sujeito presente na história. Tal conhecimento, tradicional e oral, adquirido por Lindolfo ao longo de suas pesquisas sobre Juiz de Fora, o fez ter essa característica de conhecedor da urbs, por isso a denominação de “homem-memória”, de detentor da memória da sua cidade. No entanto, não podemos perder de vista que Lindolfo escrevia para uma elite e a história contada, mesmo que tenha tido uma origem popular, era pensada para o primeiro grupo. Em 1975, o historiador Paulino de Oliveira escreveu no jornal *Diário Mercantil* que Lindolfo só não foi convidado para escrever o livro *História de Juiz de Fora*, com o qual se comemoraria o centenário da cidade em 1950, por conta de seu estado de saúde. Por essa razão, ele recebeu a tarefa por parte do prefeito Dilermano Cruz Filho. Conta ainda que enviou o primeiro capítulo de seu livro para Lindolfo (pois sua aprovação era importante) e recebeu como resposta, através de uma carta, que o trabalho seria “o melhor e o mais completo até agora realizado”.<sup>205</sup> Nesse mesmo ano de 1950,

---

<sup>201</sup> GOMES, Lindolfo. Nótula. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 16 de fevereiro de 1940. Os “três” autores a que se refere Lindolfo seriam Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto.

<sup>202</sup> GOMES, Lindolfo. **A autoria das Cartas Chilenas**. Juiz de Fora: Tipografia Brasil, 1932. p. 10.

<sup>203</sup> GOMES, Lindolfo. Nótula. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 16 de fevereiro de 1940.

<sup>204</sup> SAMUEL, Raphael. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: s.e. 1989-1990. v. 9, n. 19. p. 221.

<sup>205</sup> OLIVEIRA, Paulino de. Centenário de Lindolfo Gomes. **Diário Mercantil**. 22 de fevereiro de 1975.



Lindolfo esclareceu, através de um artigo intitulado *Marginália*, publicado pelo *Jornal do Comércio*, que os boatos sobre a sua autoria de um livro chamado *História e fundação de Juiz de Fora* seriam falsos. O que ele vinha fazendo a anos era escrever notas sobre a cidade redigidas através da leitura de livros sobre a cidade por ele pesquisados, a saber: *Apontamentos históricos do município de Juiz de Fora*, publicados por Astolfo Pinto na *Revista do Arquivo Público Mineiro* em 1906; *Álbum do Município de Juiz de Fora* (1915) e *O teatro de Juiz de Fora* (1910), ambos de Albino Esteves; e uma obra inédita do historiador Alfredo de Paiva. Assim, continua esclarecendo, o livro em questão não seria de sua autoria e sim um compilado de notas históricas onde seu propósito seria fazer algumas ressalvas do que já havia sido publicado sobre a história de Juiz de Fora, acrescentados de suas novas pesquisas, todas acompanhadas da documentação quando possível. No entanto, tal livro só seria publicado se “meu estado de saúde e o peso dos anos mo consentirem”. Nessa edição, Lindolfo ainda tinha a intenção de acrescentar tudo o que havia escrito sobre a Fazenda do Juiz de Fora, mas a mesma acabou não acontecendo. “Já fiz o que pude, outros que o façam mais e sobre tudo melhor”.<sup>206</sup>

Mais uma vez podemos demonstrar aqui as redes de poder das quais Lindolfo fazia parte: quando se pensou na publicação de um livro que contaria a história da cidade (história essa que destacaria os feitos de uma elite política, econômica, social e cultural), o nome de Lindolfo foi o primeiro a ser pensado. Isso porque ele “trabalhava para esse elite” e era um nome pensado quando da elaboração da história oficial de Juiz de Fora, já que ele foi autor do Hino de Juiz de Fora (presente no capítulo 3) e participou da pesquisa para a composição de um dos escudos da cidade. Sobre esse último fato, Paulino de Oliveira relatou:

Nunca me esqueci do sabão que me passou em 1934, a propósito do novo escudo do município, então aprovado pelo prefeito Menelick de Carvalho, e isto porque, ao datilografar para publicação, juntamente com o respectivo decreto, a descrição por ele feita, distraidamente substituí “juizdeforense” por “juizdeforanos” – uma imoralidade, como disse, se usada no plural.... Depois, ele retirou o “de” do “, juizdeforense”, por fim, acabou aceitando “juizforano”.<sup>207</sup>

---

<sup>206</sup> GOMES, Lindolfo. *Marginália*. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 1950. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Rio de Janeiro: Arquivo Noronha Santos. Série Inventários. Notação IMG-0947.01.

<sup>207</sup> OLIVEIRA, Paulino de. Centenário de Lindolfo Gomes. **Diário Mercantil**. 22 de fevereiro de 1975.

Lindolfo se envolveu também em desvendar um grande mistério para a história juiz-forana: quem teria sido o juiz de fora que dera nome a cidade? Ele e outros historiadores dedicaram anos em pesquisas em arquivos para conseguirem dar tal resposta, sem que nenhum tenha obtido sucesso. Deixaremos essa discussão para o capítulo 4 onde falaremos sobre a Fazenda Velha, mas vale fazermos tal referência nesse momento.

## 2.5. O envolvimento de Lindolfo Gomes com as letras.

Para Joaquim Ribeiro, Lindolfo foi “um poeta de transição. A sua estética é uma metamorfose constante e contínua. Há nela o ritual parnasiano na forma e no sopro de um subjetivismo psicológico bem característico no fundo”.<sup>208</sup> O fato de ter sido um dos fundadores da Academia Mineira de Letras já nos mostra o seu envolvimento com as chamadas boas letras. Foram vários livros escritos de romances, contos, crônicas e poesias, sem falar nos livros sobre seus estudos folclóricos e dos inúmeros poemas publicados nos periódicos que ele contribuía, principalmente no *Pharol*.

Além da Academia Mineira de Letras, ele fez parte também da Academia Carioca de Letras, ocupando a cadeira de número 4 da mesma, cujo patrono é Antônio de Moraes Silva. Ele tentou também a vaga de Alberto de Faria na Academia Brasileira de Letras em 1932, concorrendo com Oswaldo Orico, Veiga de Miranda, Max Fleiuss, Getúlio Schilling, Silvio Juno e Maurício de Medeiros. Em tal eleição foram realizadas quatro votações:

1ª votação: Max Fleiuss – 12 votos; Maurício de Medeiros – 10 votos; Lindolfo Gomes – 3 votos; Silvio Juno – 3 votos; Oswaldo Orico – 2 votos; Getúlio Schiling – 0 votos.

2ª votação: Max Fleiuss – 14 votos; Oswaldo Orico – 8 votos; Lindolfo Gomes – 4 votos; Silvio Juno – 3 votos; Maurício de Medeiros – 2 votos; Getúlio Schiling – 0 votos.

3ª votação: Lindolfo Gomes – 10 votos; Max Fleiuss – 8 votos; Silvio Juno – 3 votos; Oswaldo Orico – 1 voto; - Getúlio Schiling – 0 votos.

4ª votação: Silvio Juno – 11 votos; Max Fleiuss – 6 votos; Maurício de Medeiros – 4 votos; Lindolfo Gomes – 3 votos; Getúlio Schiling – 0 votos.

---

<sup>208</sup> Citado por BASTOS, W. L. Op. Cit. p. 12.

Como nenhum candidato obteve a maioria absoluta de votos (18), a cadeira continuou vaga e foram abertas novas inscrições. Por fim, quem a assumiu foi Rocha Pombo, que adoentado, morreu antes de tomar posse.<sup>209</sup>

Segundo Tostes Malta, em reportagem ao jornal *Correio da Manhã*, Lindolfo como poeta “diluiu a sensibilidade em poesias profundamente filosóficas, às vezes, e, outras vezes, em trovas, adoravelmente simples, que andam, de norte a sul, no bojo das violas”.<sup>210</sup> Para citarmos alguns exemplos de obras poéticas publicadas por Lindolfo, ele foi o autor do segundo livro de cromos (tipo de poema) publicados no Brasil (dedicado a Arthur Azevedo)<sup>211</sup>; dos versos *Filha Morta*, escritos durante as três noites de vigília à morte de sua filha Natércia e que foram muito elogiados pela crítica, apesar de Lindolfo ter dito que esse não era seu objetivo e sim fazer um “tributo de saudade àquela que m’o inspirou”<sup>212</sup>; do livro de versos *Diorama* e dos livros de poesia *Alma em flor* (1896) e *Motivos*.

No entanto, dois livros de poesia se destacaram dos demais: *45 sonetos e Rimance*. Em 1937, a convite do presidente da Academia Mineira de Letras, Anibal Mattos, Lindolfo publicou na revista da referida instituição, a segunda edição de *45 sonetos*, com um apêndice com 30 novos poemas. Nessa segunda edição, o livro foi dividido em três partes, sendo as duas primeiras iguais a da primeira edição e a terceira parte contendo tal apêndice. Os 24 sonetos da primeira parte, chamados de “sonetos originais”, Lindolfo os dedicou às Academias Mineira e Carioca de Letras; os 21 sonetos da segunda parte são traduções realizadas por ele de sonetos de D. Francisco Rodrigues Marin, cujos originais estão publicados no livro *A la Antigua Española* (Madri, 1926). Lindolfo dedicou cada tradução a um amigo diferente, entre eles, vários ligados à Academia Mineira de Letras como Mário Magalhães, João Massena, Albino Esteves, Heitor Guimarães, Belmiro Braga e Machado Sobrinho, além dos literatos Tostes Malta e Gilberto de Alencar e do folclorista Joaquim Ribeiro. A terceira parte, relativa aos apêndices, se refere a 30 poemas inéditos de Lindolfo dedicados à memória de João Ribeiro, Constâncio Alves, Augusto de Lima e Luiz Carlos, e também aos amigos Alves Cerqueira, José Rangel, Alberto de

---

<sup>209</sup> CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro: 06 de fevereiro de 1932. Coluna “Correio Literário”; 07 de abril de 1932; 08 de abril de 1932; e site da Academia Brasileira de Letras.

<sup>210</sup> MALTA, Tostes. Nihil novi. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: 26 de janeiro de 1928.

<sup>211</sup> OLIVEIRA, Francisco Sales de. Recordando Lindolfo Gomes. *Revista da Academia Mineira de Letras*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1954. v. XX. p. 94.

<sup>212</sup> Idem, ibidem, p. 95. O jornal *Pharol* noticiou a morte da filha de Lindolfo que ocorreu em 20 de setembro de 1904. A. B. Fraga publicou, na edição do dia 22, um poema com o intuito de consolar o amigo: “*Lindolfo: a tua filhinha /partiu para o paraíso/ o mundo lhe não convinha, pois o céu há mais sorrisos./ Gozando está as delícias/ nas mansões celestiais/ e frue as mesmas carícias/ que aqui lhe davam seus pais*”.

Oliveira e J. Paixão (todos literatos). Foram publicadas ainda nessa segunda edição, algumas considerações sobre a obra, que não deixam de fazer parte também da “construção de Lindolfo” feita por seus amigos. Por exemplo, o literato Alberto de Oliveira disse que seus sonetos “são de mestre do verso e do gênero”, e pede: “em vez de 45 dê-nos aos centos, aos milhares”. Tostes Malta disse que Lindolfo “é um nome que a mocidade acarinha, como o de um verdadeiro mestre”, lembrando que o poeta Luiz Carlos citou seus versos no discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras; e Alves Cerqueira agradece por Lindolfo ter lhe enviado um poema intitulado “Monte Verde” (sua terra natal) dizendo que o coração do poeta é “sempre afetuoso e aberto aos seus amigos”. Para terminar, eis os dizeres de Francisco Lins, um de seus companheiros da Academia Mineira de Letras: “Lindolfo Gomes não é apenas um prosador distinto, mas também um fino cultor da frase medida e rimada. (...). Quem os lê [seus versos] – e a gente o faz sem um momento de fadiga, de mais a mais os admirando – quase bem diz a grande dor que os inspirou”.<sup>213</sup>

O livro *Rimance*, publicado em 1897 com 30 sonetos, foi dedicado a Higinio Costa, mas novamente, cada um dos sonetos é dedicado à um amigo seu como Heitor Guimarães, Estevam de Oliveira, J. Paixão, Arthur Azevedo, Oscar da Gama e Olavo Bilac. De Bilac também é o poema que abre o livro, intitulado *A ti*.<sup>214</sup>

Como contista, Lindolfo teve contos incluídos em uma antologia publicada nos EUA e depois usadas nas escolas e universidades para o ensino de português. Já como cronista aliou sua “linguagem escurra e às ilações filológicas ao seu admirável senso de humor”.<sup>215</sup>

Como romancista os destaques seriam para as obras *Mortalhas* (“um belo estudo da vida brasileira nos seus aspectos psicológico e moral, casado nos amplos moldes de um romance moderno”<sup>216</sup>) e *Maria da Graça* (1897). Em relação às novelas que escreveu, as mais destacadas pela crítica foram *Vida Galante* (1896) e *Leitura para rede* (1897).

Mas Lindolfo também foi autor de várias peças de teatro. Segundo Wilson de Lima Bastos, tais peças, todas encenadas em Juiz de Fora “nos áureos tempos em que o povo e a camada erudita se compraziam em admirar” esses trabalhos, foram levadas a público através de “elenco de artistas de alta categoria” e marcaram época, sendo

---

<sup>213</sup> **Revista da Academia Mineira de Letras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1935. Vol. XVI.

<sup>214</sup> GOMES, Lindolfo. **Rimance**. Juiz de Fora: Tipografia Matoso, 1897.

<sup>215</sup> BASTOS, W. L. Op. cit. p. 12.

<sup>216</sup> Palavras de Heitor de Souza no prefácio do livro *mortalhas*. GOMES, Lindolfo. **Mortalhas**. S. L.: Livraria Batista, s. d.

“repetidas diversas vezes e sempre muito bem recebidas pelos comentaristas e órgãos de divulgação”.<sup>217</sup> No *Álbum do Município de Juiz de Fora*, Albino Esteves enumeras as peças de Lindolfo reproduzidas até 1915: *Cá em casa*; *Pedras no Telhado*; *Marido Conquistado* (que teve seu lucro doado ao Pão de Santo Antônio);<sup>218</sup> *Precisa-se de uma senhora* e *Treze de Maio*.<sup>219</sup>

Essas análises nos mostra, de certa forma, os círculos sociais de Lindolfo em relação as letras. Acreditamos que ao dedicar versos ou poemas a amigos, os mesmos seriam bem próximos, por isso o tom elogioso que se referiam a ele. Tais dedicatórias nos mostra ainda com quem ele se comunicava e debatia e ainda como eram formadas as redes literárias ao seu redor.

## **2.6. A contribuição de Lindolfo Gomes para os estudos folclóricos brasileiro.**

Lindolfo, segundo Wilson de Lima Bastos foi um dos pioneiros dos estudos folclóricos em bases científicas no Brasil. Como nos conta o próprio Lindolfo, a sua inclinação para os estudos folclóricos manifestou-se ainda na infância: “já então gostava imensamente de escutar histórias ou contos maravilhosos, simples casos de curiosidades populares e anedotas, desde que não fossem de todo desinteressantes. Apreciava tudo quanto dissesse respeito à tradição e à vida simples do povo”.<sup>220</sup> Apesar de pertencer a uma classe média-alta e aos círculos sociais elitistas, Lindolfo sempre teve contato, como ele mesmo demonstrou, com o popular, com as histórias populares. Nota-se que ao falar que se interessava por tudo que se relacionasse à tradição e a vida simples do povo, ele não se incluía nesse meio.

Para Joaquim Ribeiro, Lindolfo foi “o mestre mais completo do nosso folclorismo”, pois conseguiu harmonizar as ideias das “correntes folclóricas” de Silvio Romero e de João Ribeiro, analisando de forma profunda a pesquisa teórica e as histórias populares brasileiras.<sup>221</sup> Tal admiração de Joaquim por Lindolfo era recíproca e demonstrada em vários artigos de jornais e dedicatórias de livros. Se voltarmos às discussões levantadas no início desse trabalho, percebemos aqui o que seria talvez o centro da rede social que Lindolfo se inseriu em relação aos estudos folclóricos: possuía

---

<sup>217</sup> BASTOS, W. L. Op. cit. p. 12.

<sup>218</sup> Cenas e Fatos. **Pharol**. Juiz de Fora: 30 de junho de 1904.

<sup>219</sup> Citado por BASTOS, W. L. Op. cit. p. 12.

<sup>220</sup> GOMES, Lindolfo. Nótula. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 2 de abril de 1941.

<sup>221</sup> Fala de Joaquim Ribeiro retirada do livro “Folclore Brasileiro”, desse autor, publicado em 1944. BASTOS, W. L. Op. cit. p. 9 e 10.

contato direto com aqueles que eram considerados os pioneiros e principais estudiosos sobre o folclore nacional no início do século XX: João Ribeiro, Silvio Romero e Câmara Cascudo.

A palavra *folk-lore*, criada em 1846 pelo arqueólogo inglês Willian Jonh Thoms e que significa “sabedoria do povo”, seria, segundo Edson Carneiro “um corpo orgânico de modos de sentir, pensar e agir, peculiares às camadas populares das sociedades civilizadas”.<sup>222</sup> No entanto, os estudos folclóricos e o próprio conceito de “folclore”, teriam sofrido alterações ao longo dos anos por tornar-se, segundo Gilmar Rocha “sinônimo de ‘cultura popular’, embora nem toda cultura popular seja folclórica”.<sup>223</sup> Rocha ainda dividiu a formação do conceito de cultura popular no Brasil em três fases: a disputa metodológica entre os estudos folclóricos e a emergente sociologia paulista a respeito da autoridade e legitimidade científica do campo, das décadas de 1920 a 1960; a ampla divulgação do conceito de cultura popular em um sentido político e ideológico das décadas de 1960 a 1980; e a revitalização do conceito de patrimônio cultural, a partir da década de 1990, principalmente com o patrimônio imaterial. No entanto, destaca o autor, essas fases devem ser entendidas como pontos de um processo de longa duração, onde um processo conceitual se mescla com o outro, sem apagar as mudanças que o conceito sofreu ao longo do tempo.<sup>224</sup> Fato é que o folclore passou a ser visto seriamente, como ramo importante da história da civilização, sobretudo depois dos fins do século XVIII. Antes, ele era recolhido mais como curiosidade, por antigos colecionadores. Para o folclorista e imortal Gustavo Barroso, o folclore brasileiro ainda seria o mais rico do mundo por conta da contribuição de diversas raças que o compõe, e essa riqueza é o que vai interessar muitos estudiosos, inclusive Lindolfo Gomes.

Os primeiros folcloristas brasileiros, segundo Vivian Catenacci, foram influenciados pelos estudos e métodos de pesquisa dos intelectuais românticos do final do século XVIII e início do XIX, principalmente os irmãos Jacob e Wilhelm Grimm, que inauguraram a coleta de contos através do contato direto com os camponeses. Porém, no caso do Brasil, os estudiosos precisaram enfrentar uma nova pergunta: “quem somos, afinal?” Nesses termos, foram surgindo os primeiros folcloristas brasileiros, que buscavam na origem das manifestações folclóricas a forma mais eficiente de afirmar a

---

<sup>222</sup> CARNEIRO, Edson. Dinâmica do folclore. In: WEITZEL, Antônio Henrique. **A contribuição indígena ao folclore brasileiro**. Conferência no IHGJF: curso de etnologia brasileira, em 8 de maio de 1967.

<sup>223</sup> ROCHA, Gilmar. Cultura popular: do folclore ao patrimônio. **Revista Mediações**. S.L.: v. 14, n. 1. p. 219.

<sup>224</sup> Idem, *ibidem*. p. 221.

identidade nacional. “Para tanto, era necessário entrar em contato com o povo, ou seja, com as classes subalternas, os homens simples, ‘deseducados’ e ao mesmo tempo testemunhas e arquivos da tradição”.<sup>225</sup> Lindolfo Gomes fez exatamente isso e essa descrição feita por Catenacci se enquadra na visão de “povo” que Lindolfo possuía. Os seus estudos folclóricos devem estar associados ao seu trabalho como historiador. Mais ligado ao tradicionalismo, como já destacamos acima, Lindolfo se preocupava em contar a história de Juiz de Fora somando as informações contidas nos documentos históricos (como forma de confirmação de dados) com as da cultura transmitida pelo povo. Assim, conseguiria buscar as origens da cidade através também de seus moradores, dando uma identidade a Juiz de Fora. A importância dada aos relatos populares, aos dizeres do “povo”, se aproxima muito da forma de trabalhar de Silvio Romero, que buscou a origem da cultura brasileira nos relatos do povo brasileiro.

Desde fins do século XIX, Silvio Romero aparece, obviamente ao lado de outros nomes como Celso de Magalhães e Couto de Magalhães, como precursor dos estudos folclóricos no Brasil. Nascido em Sergipe em 1851, Romero focou suas investigações sobre folclore e nacionalidade na figura do mestiço, o “grande herói” na sua ideia de cultura brasileira<sup>226</sup> (“todo brasileiro é mestiço, quando não em sangue, nas ideias”<sup>227</sup>), privilegiando as “análises etnológicas” em detrimento das “divagações estéticas”.<sup>228</sup> Seu livro *História da Literatura Brasileira*, de 1888, foi o primeiro livro que buscou “historiar” a literatura brasileira e, segundo Alberto Luiz Schneider, seria “um imenso tratado destinado a fazer saltar um país de suas páginas”.<sup>229</sup> Em 1879, Silvio Romero publicou no jornal *O Repórter* que o Brasil ainda não possuía uma “coleção dos cantos e contos anônimos do povo brasileiro”. Assim:

Depois de quatro anos de constante trabalho e fadigas, consegui reunir e colecionar um vasto repertório de poesias e histórias populares, ótimo subsídio para a moderna etnografia e a que dei o título de *Cantos e Contos populares Brasileiros*. Nesse mister de

---

<sup>225</sup> CATENACCI, Vivian. Cultura popular: entre tradição e a transformação. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo: v. 15, n. 2, abr./jun. 2001. pgs. 28 a 30.

<sup>226</sup> DIOMAS, Antônio. O turbulento e fecundo Silvio Romero. BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia M. **Um enigma chamado Brasil**: 29 interpretes e um país. São Paulo: Cia da Letras, 2009. p. 81.

<sup>227</sup> ROMERO, Silvio. História da Literatura Brasileira. Citado por SCHRER, Marta E. G.; ALMEIDA, Luiz Alberto Scotti. Silvio Romero, um crítico do século XX. **Terra Roxa e outras terras**. Revista de estudos literários. v. 16, set. 2009. p. 19. Disponível em <http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa>. Acesso em: 5 de maio de 2015.

<sup>228</sup> RIBEIRO, Cristina Betioli. Folclore e nacionalidade na literatura brasileira do século XIX. **Revista Tempo**. S. L.: n. 20. p. 168.

<sup>229</sup> SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Silvio Romero, hermenêutica do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

coleccionador fui o mais escrupuloso possível e aí se acham estampadas com fidelidade a linguagem genuína do nosso povo, suas crenças, seus mitos.<sup>230</sup>

Nos estudos de Silvio Romero os contos populares, segundo as suas origens, seriam classificados em quatro seguimentos: os de origem portuguesa, os de origem indígena, os de origem africana e os mestiços. Lindolfo Gomes usou essa divisão feita por Romero, porém, foi um pouco mais além, uma vez que distribuiu esses segmentos em ciclos temáticos, “considerando a existência de alguns seres centrais, motivos em torno de que se desdobra a imaginação popular”.<sup>231</sup> Assim, segundo Lindolfo, os contos populares brasileiros se agrupariam em sete ciclos simultâneos: o de pai João (que lembram o período escravista), o do espelho e da onça, o de São Pedro, o do diabo, o do jabuti, o de Pedro Malasartes e o de Nossa Senhora. Para Lindolfo Gomes todos os povos teriam os seus contos e suas lendas. Esses surgiram de antigos mitos greco-romanos, ciclos indianos, provérbios, parábolas, ensinamentos morais e religiosos, episódios de vida e observação de aspectos da natureza. Todos esses contos porém, sofreriam modificações ao passarem de geração em geração e de lugar para lugar. Lindolfo ainda possuía uma particularidade na coleta de seus relatos: ao escrever os contos, tentou deixar as expressões e as palavras de quem os contou, ou seja, deixou-os propositalmente em linguagem popular para mostrar realmente a origem e riqueza daqueles relatos. O modo e o tom das narrativas também foram mantidos para esse mesmo fim.<sup>232</sup>

Segundo Francisco Sales de Oliveira, em seus estudos folclóricos Lindolfo “mergulha nos arquivos poeirentos” para desenvolver seus estudos folclóricos, procurando avidamente “os segredos das bibliotecas, e vai direto às fontes populares, ouvir os cantores e trovadores, buscar nas nascentes puras as origens da trova, da cantiga e da anedota, das lendas e tradições”,<sup>233</sup> ou seja, entra em contato direto com o povo, demonstrando o método de pesquisa usado pelos primeiros folcloristas brasileiros: uso do conhecimento oral associado às pesquisas teóricas. No entanto, o próprio Lindolfo advertia sobre o fim das tradições orais que usou em seus estudos. Segundo suas palavras, infelizmente

---

<sup>230</sup> Citado por: MATOS, Cláudia Neiva de. **A poesia popular na República das Letras**: Silvio Romero folclorista. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC/Funarte, 1994. p. 27.

<sup>231</sup> MENEGALE, H. Op. Cit. p. 84.

<sup>232</sup> GOMES, Lindolfo. **Contos populares brasileiros**. São Paulo: Melhoramentos, 1948. Introdução.

<sup>233</sup> OLIVEIRA, F. S. Op. Cit. p. 99.



O povo já se não preocupa desses nonadas, de que só se mostram ciosos os raros folcloristas, persistentes em recolher o pouco que resta da alma popular de antigamente, esfalbada em tradições que vão lentamente desaparecendo como as últimas luzes de um festim extinto, ou como convivas envergonhados da indiferença do século.

E fez um apelo para que todos trabalhassem

pela conservação de nossos elementos tradicionais e pelo aperfeiçoamento da língua, sejam decididos e ardorosos colaboradores da constituição da literatura nacional, que reputo, por ora, não existente na sua verdadeira representação.<sup>234</sup>

Silvio Romero e Lindolfo Gomes eram amigos. O folclorista sergipano frequentou várias conferências realizadas pela Academia Mineira de Letras no tempo em que viveu em Juiz de Fora (pouco mais de 1 ano). Depois que se mudou da cidade mineira, continuou mantendo contato com Lindolfo como mostra uma carta de Silvio Romero ao historiador português João Lúcio de Azevedo, publicada em 1913 pelo jornal *Estado*, de Belo Horizonte. Na mesma, escrita em 24 de março desse mesmo ano, Silvio agradecia a oferta do livro de João Lúcio, ao qual foi “acompanhado do cartão de nosso bom amigo e mestre Lindolfo Gomes”.<sup>235</sup>

Outro folclorista eminente na época e que mantinha relações de amizade com Lindolfo foi o “provinciano incurável”<sup>236</sup> Câmara Cascudo (1898-1986). Autor de diversos livros e artigos sobre contos populares, provérbios, festas populares, religião, medicina popular, objetos, gestos, comidas, bebidas, entre outros, escreveu também o *Dicionário do Folclore Brasileiro* (1954), um rico catálogo onde se encontra “das mais importantes as mais obscuras categorias de cultura popular brasileira”.<sup>237</sup> Seus estudos etnográficos, escritos em sua maioria na primeira metade do século XX, antecipam de certa maneira, os estudos antropológicos do Brasil nos anos de 1970 e cujo foco era a vida cotidiana. Muitas vezes, ele iniciava suas frases afirmando: “Nós, o povo, acreditamos que...”, assumindo, como autor, “um ponto de vista a partir do qual ele escreve, não ‘sobre’, mas ‘a partir da’ própria cultura popular”. Tal característica o

---

<sup>234</sup> GOMES, Lindolfo. **Folk-lore e tradições do Brasil**. Conferência literária ao Grêmio Literário Bernardo Guimarães, de Juiz de Fora, em 13 de junho de 1915. p. 28.

<sup>235</sup> Carta de Silvio Romero a João Lúcio publicada pelo Jornal “Estado”, de Belo Horizonte, em 1913, contida no compêndio de reportagens sobre Lindolfo Gomes de nome “Autorizadas opiniões sobre trabalhos de Lindolfo Gomes”, do acervo da Academia Mineira de Letras.

<sup>236</sup> Denominação dada por Afrânio Peixoto.

<sup>237</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A fome e o paladar: a antropologia nativa de Luís da Câmara Cascudo. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/IPHAN, 2007. p. 176.

distinguiu de outros folcloristas, incluindo Lindolfo. “Interpretar a tradição que o povo guarda e transmite é descobrir nela a origem que entretence nossa cultura com as civilizações distantes”.<sup>238</sup> Para Cascudo, essa seria a função dos estudos de etnografia e de folclore, conhecer a “verdadeira história normal do povo”,<sup>239</sup> ou seja, as histórias que o próprio povo conta sobre si, não as que contam sobre ele.

Um outro diferencial nos estudos de Cascudo, e que também percebemos em Lindolfo, se deu pela forma que ele entendia o local que morava. O folclorista acreditava que para falar da “província” era preciso estar nela e principalmente, partir dela.<sup>240</sup> Para José Reginaldo Gonçalves “Cascudo vê esse mundo não a partir de um olhar exterior, não o de um estudioso distanciado, mas o olhar afetivamente identificado com as próprias categorias de pensamento e comportamentos sociais daqueles personagens”.<sup>241</sup> Em seus textos, percebe-se uma ampla coleta de dados, seja nos documentos históricos, nas correspondências trocadas com pesquisadores de várias partes do mundo e também de suas próprias memórias, deslocando sua autoridade etnográfica para a sua experiência biográfica, reconstituída pela sua memória.<sup>242</sup> Cascudo, no mesmo sentido a que nos referimos a Lindolfo linhas acima, era considerado também o “homem memória”<sup>243</sup> da comunidade da qual escrevia a história: buscou entender a “história do lugar” partindo do povo. Entender o cotidiano de sua cidade e a partir desse contar a sua história era o que importava nos seus trabalhos históricos e folclóricos.

Segundo José Reginaldo Gonçalves por muito tempo o universo de práticas e crenças populares foi considerado como obstáculo ao progresso social e intelectual do país, sendo a mestiçagem considerada a causa dessa suposta inferioridade. O movimento modernista dos anos 1920 modificou essa visão: tais manifestações culturais passaram a ser fontes da identidade nacional brasileira. Para isso, usou-se as obras pioneiras de Cascudo e acrescentaria de Romero e Lindolfo, que fizeram um “amplo trabalho de

---

<sup>238</sup> GONÇALVES, J. R. S. 2007. Op. Cit. p. 177, 178.

<sup>239</sup> NEVES, Margarida de Souza. Artes e ofícios de um “provinciano incurável”. **Projeto história**. São Paulo: s.e., n. 24, jun. p. 80.

<sup>240</sup> COSTA, Bruno Balbino Aires da. Luís da Câmara Cascudo, historiador dos espaços. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. S.L.: 2012. v. 4, n. 8, dez. p. 340.

<sup>241</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Luís da Câmara Cascudo e o estudo das culturas populares no Brasil. BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. Op. Cit. p. 177.

<sup>242</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Cotidiano, corpo e experiência: reflexões sobre a etnografia de Luís da Câmara Cascudo. **Revista do Patrimônio Histórico e artístico Nacional**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.n. 28. p. 76-77.

<sup>243</sup> Tal termo, usado por Margarida Neves em texto citado, para se referir a Câmara Cascudo também foi usado por nós quando nos referimos a Lindolfo Gomes como historiador.

pesquisa, observação e registro das diversas modalidades de práticas sociais e representações classificadas como ‘folclore’ ou como ‘cultura popular’ no Brasil”.<sup>244</sup>

Já no contexto do modernismo brasileiro, destacaram-se dois nomes nos estudos folclóricos: Mário de Andrade e Amadeu Amaral.

Sobre Mário de Andrade, seu livro mais conhecido *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter* possui sua originalidade retirada dos aspectos da cultura brasileira, tanto pesquisada por Mário. No entanto, o que podemos perceber é a presença e influência dos estudos de Romero nos “pensamentos folclóricos” modernistas, como destacado acima. Seus estudos ajudaram na visão de Mário sobre a cultura popular, por exemplo,<sup>245</sup> e orientaram na determinação da providência imediata dos elementos do folclore brasileiro.<sup>246</sup> Esses elementos porém, como afirmou Florestan Fernandes, seriam encontrados não apenas nos estudos da contribuição do folclore ibérico, mas sim também no índio e no negro, como fizeram João Ribeiro e Lindolfo Gomes.<sup>247</sup> Silvio Romero havia diagnosticado que o Brasil tinha um Estado, mas carecia de uma nação, e essa nação precisava ser construída. Mário concordava com essa constatação e acreditava que antes de qualquer coisa, deveria-se coletar e analisar o “material brasileiro”.<sup>248</sup>

Para realizar tal coleta, Mário saiu em viagens pelo Brasil para pesquisar a cultura nacional. Na primeira viagem, em 1927, percorreu a região norte de barco, e na segunda, em fins de 1928 e início de 1929, o nordeste, sem companhias e sem itinerário fixo, se denominando assim de “turista-aprendiz”, viajando para “aprender, para ver coisas novas e conhecer mais seu próprio país, sua própria cultura”.<sup>249</sup> Carlos Sandroni destacou ainda uma “terceira viagem de Mário”, realizada através do Departamento de Cultura em fevereiro de 1938 ao nordeste, da qual Mário não participou, mas foi orientador e idealizador. Como diretor do referido departamento, Mário mandou 4 pessoas (Luís Saia, chefe da missão, Martin Braunwieser, responsável musical, Benedito Pacheco, técnico de gravação, e Antônio Ladeira, auxiliar) com gravadores e câmara de filmar (com tecnologia avançada para a época) para documentar aspectos da vida popular e musical nordestina. A missão acabou antes do tempo previsto pela exoneração de Mário com o

---

<sup>244</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Luís da Câmara Cascudo e o estudo das culturas populares no Brasil. BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. Op. Cit. p. 178.

<sup>245</sup> SCHRER, M. E. G. Op. Citi. p. 23.

<sup>246</sup> FERNANDES, Florestan. **O folclore em questão**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 183.

<sup>247</sup> Idem, ibidem, p. 183.

<sup>248</sup> MENDONÇA, Cecília de. Mário de Andrade - o folclore e o Brasil. **Anais do 10º Congresso Brasileiro de Folclore**. Recife: Comissão Nacional do Folclore / São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2004. p. 331.

<sup>249</sup> MENDONÇA, C. Op Cit., p. 332.

golpe do Estado Novo, mas foram recolhidos 30 horas de gravação, 12 filmes silenciosos em preto e branco, 800 objetos, 1200 fotografias e cerca de 3000 páginas manuscritas de notas de campo.<sup>250</sup>

Quando esteve a frente da *Sociedade de Cultura de São Paulo*, Mário desenvolveu dois projetos que se destacaram: a criação da *Sociedade de Etnografia e Folclore*, que funcionou entre 1936 e 1939 e que se originou de um curso de formação de folcloristas com extensão universitária, ministrado por Dina Lévi-Straus (esposa do antropólogo Claude Lévi-Straus) e que visava orientar o trabalho de campo,<sup>251</sup> e a elaboração do projeto que daria vida posteriormente ao *IPHAN*, para fixar, de acordo com o próprio Mário, uma tendência mais científica aos estudos folclóricos, contribuindo também para a divulgação de tais estudos através de artigos publicados pela *Revista do SPHAN*.<sup>252</sup>

No entanto, Mário não se considerava um folclorista:

Já afirmei que não sou folclorista. O folclore é hoje uma ciência, dizem... Me interessa pela ciência mas não tenho capacidade para ser cientista. Minha intenção é fornecer documentação para músico e não passar vinte anos escrevendo três volumes sobre a expressão fisionômica do lagarto...<sup>253</sup>

Já Amadeu Amaral (1875-1929) ligava a defesa do folclore nacional com seus ideais políticos. Um dos “poucos discípulos” de João Ribeiro,<sup>254</sup> ele acreditava que o folclore mostrava os costumes populares com o “desnudamento” da realidade. Conhecer esse folclore poderia fazer com que intelectuais, médicos e educadores pudessem

---

<sup>250</sup> Tal material foi organizado por Oneida Alvarenga que conseguiu que a prefeitura de São Paulo publicasse cinco livros sobre o material recolhido, além de copiar e distribuir discos com as gravações. SANDRONI, Carlos. Notas sobre Mário de Andrade e a missão de pesquisa folclórica de 1938. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999. n. 28. p. 60-62.

<sup>251</sup> MENDONÇA, C. Op. Cit., p. 333. Segundo Marta Amoroso, em 4 de novembro de 1936, o casal Claude e Diva Lévi-Strauss, os alunos do curso e Mário de Andrade se reuniram para almoçar, em comemoração ao curso e a despedida do casal que ia de férias para a França. Mário, então, havia dito: “Como não posso exprimir por palavras meus agradecimentos a sra Lévi-Strauss, proponho que em homenagem à mesma criemos o Clube de Etnologia. Seria o primeiro em São Paulo e no Brasil, porque não existe outro no país. Obtive já a autorização do prefeito Fábio Prado e essencial agora é recolher sócios. Precisamos pensar em pessoas que queiram bem a etnografia e por esta ciência se disponham a trabalhar. Os presentes serão considerados sócios-fundadores do Clube de Etnologia. Assim, declaro fundado o Clube de Etnologia como a maior homenagem que poderíamos prestar a sra Lévi-Strauss”. (Diário da Noite. São Paulo, 04/11/1936). AMOROSO, Marta. *Sociedade de Etnografia e Folclore (1936-1939)*. In: **Catálogo da Sociedade de Etnografia e Folclore**. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, s.d. p. 66.

<sup>252</sup> ANDRADE, Mário. **Folclore**: manual bibliográfico de estudos brasileiros. Brasília: s. e., 1998. v.1. p. 428 e 431.

<sup>253</sup> Mário de Andrade. Citado por MENDONÇA, C. Op. Cit., p. 333.

<sup>254</sup> Joaquim Ribeiro. Citado por FERNANDES, Florestan. **O folclore em questão**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 121.

melhorar os costumes dos lugares onde essas histórias eram colhidas (geralmente no meio rural). Assim, a população poderia se informar melhor e não aceitar mais passivamente tantas discrepâncias políticas. Porém, Amaral acreditava que isso só poderia acontecer se houvesse o apoio de uma instituição e por isso ele recorreu a Academia Brasileira de Letras. Como imortal (assumiu a cadeira de Olavo Bilac em 1919) entrou com tal proposta, mas a mesma foi negada.<sup>255</sup>

Em seu livro *Os estudos folclóricos no Brasil*, Amadeu Amaral citou Lindolfo Gomes como sendo um dos grandes contribuidores para os estudos folclóricos brasileiros ao lado de João Ribeiro, Carlos Góes, Paulo Duarte, Monteiro Lobato, Silvio Romero, Catulo Cearense, entre outros. No entanto, destacou que todos esses cometeram “erros” que os afastavam do status de “cientistas”, como o sentimentalismo (mostrar que o povo brasileiro é valente, honrado e bom, mesmo quando a documentação provava o contrário), o excesso de teorizações imaginosas (dar ideias pré-concebidas sobre assuntos pouco averiguados) e o diletantismo erudito (não desenvolvimento analítico do material coletado). Amaral considerava esses fatos como erros pois acreditava que somente quando os folcloristas trabalhassem suas pesquisas como cientistas é que se poderia “... chegar a conclusões sérias e positivas sobre as tão faladas influências de raças...”.<sup>256</sup>

Seria interessante destacarmos dois pontos dentro dessas análises: no momento que Mário de Andrade e Amadeu Amaral escreveram sobre folclore, esse já possuía um caráter científico de estudo, com premissas teóricas mais definidas, mostrando o que o olhar do pesquisador deveria buscar. Na época que Lindolfo, Cascudo e Romero começaram a produzir, o folclore não era considerado uma ciência, sendo o mesmo considerado meros contos populares, ligados a cultura popular, importantes apenas para os estudos etnológicos. Assim, tais erros metodológicos, como os apontados por Amaral, são realmente esperados. O que não se pode deixar de entender é a importância desses estudos pioneiros para os estudos posteriores. O outro ponto seria a visão do pesquisador para com o local pesquisado. Amaral e Mário não coletaram informações dos locais que viviam. Apesar de Mário ter viajado para o norte e nordeste para entrar em contato direto com a população desses locais, ele não viveu naquelas regiões, diferente de Lindolfo e

---

<sup>255</sup> FERREIRA, Leonardo da Costa. **Memória, política e folclore na obra de Amadeu Amaral entre 1916 e 1928**. 2007. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. p. 43 e 45. Tal proposta consistia em propor que a Academia ampliasse as suas atividades para o ramo do folclore, nem que fosse através da publicação de um boletim mensal de folclore. Porém, como falamos acima, tal proposta foi negada.

<sup>256</sup> AMARAL, Amadeu. *Tradições populares*. São Paulo: Progresso, 1948, p. 46. Citado por FERREIRA, L. C. Op. Cit., p. 103, 104.

Cascudo, por exemplo, que narram histórias contadas em seu cotidiano. Esse ponto é importante dentro da análise que nos propomos a fazer sobre os estudos folclóricos de Lindolfo porque percebemos que o desenvolver desses se ligou aos seus estudos históricos sobre Juiz de Fora. Lindolfo se fez como um historiador tradicional: aquele preocupado em contar a história de origem do local que morava e nessa história, a participação dos contos populares seria fundamental. Para citarmos um exemplo, há a lenda narrada por Lindolfo no livro *Contos Populares Brasileiros*, onde ele explica a origem do nome de um bairro de Juiz de Fora, assunto, aliás, que Lindolfo sempre pesquisava:

#### Lenda do topônimo Benfica.

Dizem que há muitos anos, tempos em que Benfica era apenas um sítio ou fazenda, um casal de jovens então recentemente consorciados, em plena lua de mel, viajava a cavalo, vindo do Rio do Peixe (atual Lima Duarte), quando se viu impossibilitado de prosseguir viagem, dado o imprevisto de um forte temporal que ali se desencadeara. Acolheram-se então os noivos à casa de um dos habitantes do lugar que os recebeu hospitaleiramente, tratando-os com amabilidade e dando-lhes confortável pousada. Os hóspedes ficaram muitíssimo penhorados com o tratamento recebido e encantados com a magnífica noite passada naquele agradável abrigo. Prosseguindo viagem no dia seguinte, ao agradecerem o ótimo tratamento que lhes foi prodigalizado pelo bondoso hospedeiro, pediu-lhes estas desculpas de lhe não ser possível dispensar-lhes a acolhida que mereciam, pois em lugares modestos como aquele, onde faltam maiores recursos, o hóspede sempre fica mal. Pelo que replicou o noivo, vibrantemente:

- Mal? Jamais, caro amigo! Bem fica! Bem fica!

E assim, desde então ficou a localidade denominando-se Benfica.<sup>257</sup>

Nos anos 1940 e 1950, intelectuais ligados aos estudos folclóricos, liderados por Renato Almeida (1895-1981), que além de ter participado do movimento modernista do Rio de Janeiro, era bem relacionado no campo da política nacional, formaram o que ficaria conhecido como “movimento folclórico brasileiro”. Nomes como o do próprio Renato Almeida, Édison Carneiro, Câmara Cascudo, Rossini Tavares de Lima,<sup>258</sup> entre outros, tentaram, através de tal movimento, resgatar e preservar formas culturais que, “embora consideradas por eles como ‘simples’, ‘espontâneas’ e ‘ingênuas’, formavam as

---

<sup>257</sup> GOMES, L. Op. cit, 1948.

<sup>258</sup> ALVES, Elder Patrick Maia. O Movimento Folclórico Brasileiro: guerras intelectuais e militância cultural entre os anos 50 e 60. **Desigualdade & diversidade**: Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio. n. 12. Jan./dez. 2013. P. 138.

bases de uma tradição que constituía a ‘alma brasileira’”.<sup>259</sup> Nesse momento, a atuação da *Comissão Nacional do Folclore* (criada em 1947) e a *Campanha em Defesa do Folclore Brasileiro* (de 1958) ajudaram a destacar a importância do tema no cenário nacional.<sup>260</sup>

A *Comissão Nacional do Folclore* (CNFL) era vinculada ao *Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura* (IBECC), do Ministério do Exterior e ligada também à UNESCO. Essa ligação, em especial, se relaciona ao contexto mundial do pós-guerra onde “o folclore é um instrumento de compreensão entre os povos”, e no caso do Brasil, essa compreensão se daria pela ênfase no particular, “permitindo a construção de identidades diferenciadas entre os povos”. O Brasil, nesse contexto, se orgulhava de ser o primeiro país a atender as recomendações da UNESCO e criar uma comissão para tratar do assunto, mas não podemos esquecer que o interesse pelos estudos folclóricos e pelas tradições populares remontavam ao final do século XIX, com os trabalhos de Silvio Romero (e acrescentamos aqui, por nossa conta, os de Lindolfo Gomes) e posteriormente, com os de Amadeu Amaral e Mário de Andrade.<sup>261</sup> Lindolfo chegou a participar da CNFL por pouco tempo (em decorrência da sua saúde já frágil) tendo sido convidado pelo IBECC por ser, nas palavras de Luís Rodolfo da Paixão Vilhena, “um dos folcloristas de maior prestígio no período”.<sup>262</sup>

Já a *Campanha Brasileira de Defesa do Folclore* (CBDF), ligada ao Ministério da Educação e Cultura foi criada para atender uma demanda crescente, desde o início da década de 1950, das discussões sobre o folclore no Brasil, através de campanhas e congressos diversos.<sup>263</sup>

Voltando a Lindolfo, entre os diversos escritos sobre folclore de sua autoria destacam-se na bibliografia folclórica três livros em especial. O primeiro é *Folk-lore e*

---

<sup>259</sup> GONÇALVES, J. R. S. Op. Cit., 2009. p. 179. Cabe ressaltar porém, que apesar do nome de Câmara Cascudo aparecer ligado ao “movimento folclórico brasileiro”, José Reginaldo Gonçalves destacou que Cascudo manteve-se linear ao mesmo por não se identificar plenamente com as propostas dos seus líderes (principalmente Renato Almeida e Édison Carneiro). “*Enquanto estes tomavam como referência central para suas pesquisas e reflexões a ‘nação’, especificamente a nação brasileira, Cascudo, em virtude de uma perspectiva marcada pela teoria difusionista da cultura, tendia a pensar o folclore nos limites de um horizonte universalista*”. GONÇALVES, J. R. S. Op. Cit., 2009. p. 179.

<sup>260</sup> ROCHA, G. Op. Cit. p. 222.

<sup>261</sup> CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: 1990. v. 3, n. 5, p. 76 e 90.

<sup>262</sup> VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. **Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro: 1947-1964**. 1995. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional: Programa de Pós-Graduação em antropologia Social. p. 219.

<sup>263</sup> CAVALCANTI, M. L. V. C. Op cit., p. 73.

*tradições do Brasil* (1915), onde ele falou do folclore de maneira geral, apontando estudos pioneiros, mostrando a influência portuguesa (e às vezes espanhola) no folclore brasileiro e as transformações que os ditos populares sofreram com o tempo, onde “pode-se ver qual o valor dos estudos folclóricos e da tradição, debaixo do ponto de vista psicológico e da etinologia”.<sup>264</sup> Cita nessa obra também algumas lendas juizforanas, ligando o folclore com seus estudos sobre a cidade<sup>265</sup> e seu trabalho como historiador.

O segundo livro seria *Contos populares e cantigas de adormecer* (1918), que se dividiu em duas novas publicações: *Contos populares episódicos, cíclicos e sentenciosos* (1931) e *Contos populares brasileiros* (1948). Tais publicações, que tiveram ao todo três edições, ficaram conhecidas como *Contos Populares Brasileiros* e na última edição trouxe ainda o critério classificatório adotado pelo autor: I – Contos populares (ciclo do preguiçoso, ciclo do coelho e da onça, ciclo do pai João, ciclo do diabo, ciclo do Pedro Malazarte e histórias várias); II – Narrativas Maravilhosas; III – Lendas Populares e Religiosas; IV – Cantigas de Adormecer. Nessa obra, os contos foram colhidos por relatos orais e submetidos pelo autor a um exame crítico, acrescido de um vocabulário com explicações dos principais modismos, locuções populares, plebeísmos e brasileirismos usados no texto. Essa preocupação de Lindolfo em anotar os modos de falar do povo, que se liga a sua preocupação com a linguagem escrita e a linguagem oral, é o que trouxe valor aos textos, podendo “ser colocada entre os bons estudos etnográficos e linguísticos brasileiros”.<sup>266</sup> Segundo o próprio Lindolfo em texto de abertura da terceira edição do citado livro, “a história das raízes de um povo, do seu cerne mais íntimo, reflete-se no seu folclore”, por isso “alguns dos contos deste volume são pequenos exemplos, esboços rápidos da sabedoria popular, a qual tenta comunicar-se das antigas às presentes gerações”.<sup>267</sup>

---

<sup>264</sup> GOMES, Lindolfo. **Folk-lore e tradições do Brasil**: Juiz de Fora: s.e., 1915. p. 15.

<sup>265</sup> Uma das lendas citadas por Lindolfo foi a “Lenda do monge da Serra da saudade”, uma lenda juizforana e que ele recolheu da tradição oral. Conta que indo para Lima Duarte, ainda em terras juizforanas, fica a Serra da Saudade, onde havia uma fonte de águas medicinais. Lá morava um monge de barbas longas e brancas que ia de casa em casa pedindo esmolas para os pobres. De tempos em tempos ele se recolhia no alto da serra e lá ficava dias em oração. Sua fama era a de santo por conta dos milagres que fazia curando os enfermos com a água da fonte. Um dia o monge sumiu. Falou-se que um caçador foi até a serra e acabou matando-lhe a tiros. Os milagres porém, continuaram, e as pessoas recorriam à fonte para curar seus mares. O monge costuma ser visto no primeiro sinal da madrugada, no alto da serra, celebrando uma missa em um altar improvisado, com um tocar de sino invisível e um anjo a seu lado como sacristão. GOMES, Lindolfo. **Folk-lore e tradições do Brasil**. Conferência literária ao Grêmio Literário Bernardo Guimarães, de Juiz de Fora, em 13 de junho de 1915. p. 21, 22.

<sup>266</sup> Seção bibliográfica. **Revista Brasileira do Folclore**. N. 12, maio de 1965, p. 209, 210.

<sup>267</sup> GOMES, Lindolfo. **Contos populares brasileiros**. São Paulo: Melhoramentos, s.d. 3ª ed. Apresentação.



A terceira obra seria *Nihil novi: estudos de literatura comparada, de tradições populares e de anedotas* (1927), cujo título significa “nada de novo”. A obra foi a reunião de vários estudos publicados em jornais sobre literatura comparada e tradições e segundo a folclorista Oneyda Alvarenga possui um teor de “comparação erudita com material de outras terras. (...). Nihil novi é um livro que se lê com curiosidade de satisfação. Quanta pesquisa paciente! Quanto esforço.”<sup>268</sup> Nele, também “encontramos as coisas ingênuas da nossa gente que vive, na sua amável simplicidade, tecendo as lendas que são o encanto da nossa meninice”.<sup>269</sup>

Além dessas três publicações, outros trabalhos de Lindolfo sobre o tema foram *Tradições e folclore; Culto das Tradições Nacionais e Monografia sobre o folclore brasileiro no Congresso dos Centenários de Portugal*. Podemos somar aqui os artigos que escrevia para os jornais destacando o folclore e seus ensinamentos como professor. Nesse último caso, nos é interessante o relato feito pelo escritor Murilo Mendes (1901-1975) no seu livro *A idade do serrote* (1968). Nesse, disse que Lindolfo, seu professor e amigo de seu pai, Onofre Mendes, foi também um grande incentivador nos seus estudos sobre folclore, sendo ainda um dos homens mais “finos” que já havia conhecido.

Numa certa época, pertenci a um pequeno grupo de alunos muito interessados pelo nosso folclore. Nos dependurávamos literalmente em Lindolfo Gomes. “Professor, queremos mais um caso, mais uma história”. Ele delicado, contava, explicava, adentrando-se nas 1001 noites das lendas e tradições brasileiras. Ao separar-se de nós, informava: “Bem, vou para o meu cinematógrafo”. (Naquele tempo ainda não se encurtara esta palavra). O cinematógrafo eram seus livros, especialmente os tratados de folclore.<sup>270</sup>

Murilo narra no referido livro ainda que ele e uma amiga de nome Cláudia, liam muitos livros de Silvio Romero e Lindolfo Gomes.

Por via dele [Lindolfo], gentilíssimo, e de Cláudia aprendi todas as histórias de homens e de bichos que nos transmitiram portugueses, índios e africanos. Eu queria conhecer esses bichos que aparecem sempre no nosso folclore e que não havia em Minas, pelo menos em Juiz de Fora: o jabuti, o cágado, o tamanduá, a raposa e outros.<sup>271</sup>

---

<sup>268</sup> ANDRADE, Mário. **Folclore**: manual bibliográfico de estudos brasileiros. Brasília: s. e.: 1998. v. 1. p. 457.

<sup>269</sup> MALTA, Tostes. *Nihil Novi*. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: 26 de janeiro de 1928.

<sup>270</sup> Citação de Murilo Mendes retirado de: BARBOSA, L. M. F.; RODRIGUES, M. T. P. Op. Cit. P. 88.

<sup>271</sup> Citação de Murilo Mendes retirado de: BARBOSA, L. M. F.; RODRIGUES, M. T. P. Op. Cit. P. 89.

Os trabalhos de Lindolfo como folclorista fez com que seu nome fosse citado para fazer parte da *Comissão Nacional do Folclore*, como destacamos acima, ao lado de Basílio de Magalhães, Câmara Cascudo, Oneyda Alvarenga, Joaquim Ribeiro, Cecília Meireles, Mariza Lira e Bernardino de Souza.<sup>272</sup> A comissão tinha o objetivo de promover e incentivar os estudos folclóricos além de representar como entidade brasileira, as instituições e folcloristas brasileiros nas relações internacionais, desenvolvendo assim, o intercâmbio com centros de estudos e pesquisas folclóricas de outros países.<sup>273</sup> Lindolfo Gomes ainda foi vice-presidente da Comissão Organizadora do *I Congresso Nacional do Folclore*, realizado pelo IBECC; membro efetivo da Academia Brasileira de Folclore de Natal (RN) e patrono do Museu do Folclore de Juiz de Fora (hoje conhecido como Museu de Cultura Popular) fundado em 12 de março de 1965, data de nascimento de Lindolfo Gomes.<sup>274</sup>

Em 1953, por conta de seu falecimento, Lindolfo foi homenageado na *Comissão Nacional do Folclore*<sup>275</sup> por Joaquim Ribeiro que lembrou a importância de seus estudos para a história do folclore brasileiro. Segundo Joaquim, Lindolfo possuía três características importantes para quem estudava o folclore no Brasil: era um bom coligidor, pois era um homem simples e a simplicidade era o passaporte para entrar em contato com o povo sem ser cotado como observador disfarçado, (comprovando que Lindolfo não pertencia a “classe popular”) além de ter muita personalidade ética, não sendo capaz de “forgicar tradições” e era fiel ao estilo verbal dos informantes e às suas peculiaridades, percebendo assim, as variantes locais; era exegeta, possuindo uma larga

---

<sup>272</sup> Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura – Posse do novo secretário – composição da Comissão Nacional do Folclore. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: 07 de dezembro de 1947.

<sup>273</sup> Comissão Nacional de Folclore – como ficou constituído esse órgão do IBECC. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: 31 de dezembro de 1947. A referida comissão ficou composta por: grupos constitutivos (Escola Nacional de Música – representada pelo professor da cadeira de folclore nacional, Luís Heitor Correia de Azevedo; Centro de Pesquisas Folclóricas – representado por Dulce Martins Lames; Conservatório de Canto Orfeônico – representado pelo professor da cadeira de folclore, Brazílio Itiberê; Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia – representado por Sílvio Júlio; Serviço de Proteção aos Índios – representado por Herbert Serpa); personalidades do IBECC, a título pessoal ou representativo (Edgard Roquete Pinto, Gilberto Freire, Heitor Villa Lobos, Oscar Lorenzo Fernandes, Gustavo Barroso, Heloísa Alberto Torres, Arthur Ramos, Luiz Heitor Gomes de Azevedo e Renato Almeida); e personalidades convidadas pelo diretoria do IBECC (Basílio Magalhães, Câmara Cascudo, Lindolfo Gomes, Cecília Meireles, Bernardino de Souza, Joaquim Ribeiro, Oneyda Alvarenga e Mariza Lira). A comissão era dirigida por Renato Almeida, subsecretário geral do IBECC.

<sup>274</sup> <http://www.uff.br/forumda-cultura/museu>

<sup>275</sup> Tal sessão, que ocorreu em setembro de 1953 no salão de leitura da biblioteca do Palácio do Itamarati, foi consagrada a Lindolfo Gomes. Presidia-a Renato Almeida e faziam parte da mesma o embaixador Ribeiro Couto, o general Jaguaribe de Matos e o general Pedro Cavalcanti. Antônio Gomes representava a família e fez-se representar o professor Lourenço Filho, presidente do IBECC. Joaquim Ribeiro fez o discurso. RIBEIRO, Joaquim. Homenagem a Lindolfo Gomes. **Revista da Academia Mineira de Letras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1954. v. XX. p. 104.

erudição e um espírito crítico que o fazia discriminar os elementos que se fundiam na tradição; e por fim, “Lindolfo Gomes é um representante típico do linguista folclorista”, uma vez que partiu do estudo da linguagem popular para o estudo dos usos e costumes do povo.<sup>276</sup> No final dessa mesma sessão, Renato Almeida, que presidia tal Comissão, manifestou saudades ao companheiro em nome da mesma, lembrando que o último artigo escrito por Lindolfo no *Jornal do Comércio* (RJ), foi sobre os dois próximos Congressos de Folclore, sendo o de 1953 em Curitiba e o de 1954 em São Paulo. Exemplificou dessa maneira, a contribuição de Lindolfo na divulgação dos eventos sobre o tema no Brasil.<sup>277</sup>

Ainda acerca das homenagens, Manuel Diégues Jr. (1912-1991), antropólogo, sociólogo jurista e folclorista brasileiro reconhecido internacionalmente, publicou na coluna *Folclore e História*, no jornal *Diário de Notícias* (RJ) a seguinte declaração:

Lindolfo Gomes foi um infatigável trabalhador do folclore brasileiro. Sobravam-lhe qualidades intelectuais, conhecimentos em vários campos da ciência, que facilitavam sua tarefa de analista e exegeta do nosso folclore. Sobretudo a erudição linguística, a que se aliava um largo conhecimento das humanidades, lhe deu aproximação com as pesquisas folclóricas e lhe abriu caminho para os estudos comparativos. Esta variedade de saber lhe permitiu penetrar, sem dificuldades, nos meandros do folclore, ainda pouco explorados na época.<sup>278</sup>

---

Nosso objetivo com esse capítulo foi mostrar os campos de atuação profissional de Lindolfo Gomes, assim como o seu envolvimento e contribuição nas múltiplas áreas de atuação. No entanto, devemos entender esse envolvimento de maneira homogênea, uma vez que é difícil separarmos o “Lindolfo professor”, o “Lindolfo jornalista”, o “Lindolfo filólogo”, o “Lindolfo historiador”, o “Lindolfo escritor” e o “Lindolfo folclorista”. Parte de seus contos folclóricos estavam interligados com suas pesquisas sobre a história de Juiz de Fora, ao mesmo tempo que os divulgava nos jornais que trabalhava e também os ensinava a seus alunos. Seu trabalho como professor casava com seus estudos filológicos e também eram divulgados nos jornais, da mesma forma que seus textos literários e poemas. Enfim, Lindolfo foi um intelectual “multidisciplinar” muito

---

<sup>276</sup> RIBEIRO, Joaquim. Homenagem à Lindolfo Gomes. *Revista da Academia Mineira de Letras*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1954. v. XX. p. 105 e 106.

<sup>277</sup> Idem, ibidem, p. 107.

<sup>278</sup> DIÉGUES JR, Manuel. Folclore e história. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 24 de agosto de 1953. Retirado de BASTOS, W. L. Op. Cit. p. 10.

ativo em seu tempo. Da mesma forma, podemos falar das suas redes de relações de sociabilidades. Apesar delas se formarem nas diversas áreas de atuação, os seus enlaçamentos são significativos uma vez que as redes eram compostas por intelectuais que apresentavam essa mesma característica: a interdisciplinaridade. As redes de poder ao redor de Lindolfo também se definem nessas redes de sociabilidades e ficam claras nas indicações a cargos públicos e os escritos interessados a essa rede. Lindolfo possuía um projeto intelectual e político voltado para a valorização do nacional e deixa isso bem claro nos seus estudos: o estudo na língua e cultura nacionais eram importantes para nos reconhecermos como nação. No entanto, ele fazia parte de uma elite e trabalhava para a mesma, voltando seu olhar para interesses específicos. As próprias histórias colhidas no “meio do povo” eram para contar a história da cidade vista pela elite, cidade essa valorizada, próspera, intelectual e culta. Entender que essa era a visão elitista de Juiz de Fora nos ajuda a entender melhor também a influência que esse ambiente despertou nos estudos de Lindolfo e qual tipo de patrimônio ele quis preservar: não aquele ligado as camadas populares “detentoras” dos saberes que ele buscava, e sim um aquele que pertenceu as principais famílias da cidade.

### Capítulo 3: O ambiente cultural e intelectual de Lindolfo Gomes: a Juiz de Fora do início do século XX

*“As cidades não morrem como os homens. São como as árvores, que morrem de pé”.* (J. C.).<sup>279</sup>

A reconstrução do contexto social é importante para os estudos de trajetórias individuais pois torna possível a identificação de traços do cotidiano do sujeito que, além de protagonizar sua própria vida, ajudou a construir, de alguma forma, a sociedade em que viveu. Hoje pode-se dizer que a interpretação de uma trajetória de vida se faz através de múltiplas reconstruções dos caminhos que o sujeito seguiu.<sup>280</sup>

O resgate das trajetórias individuais serve para explicar e iluminar contextos mais amplos, como faremos nesse capítulo ao contextualizar a Juiz de Fora da época em que Lindolfo nela viveu, partindo da visão do professor para com a cidade. Segundo Benito Schmidt, “uma das tarefas fundamentais do gênero biográfico na atualidade é recuperar a tensão, e não a oposição, entre o indivíduo e o social”.<sup>281</sup> Para Pierre Bourdieu, não se pode compreender uma trajetória individual sem construir previamente “os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado (...) ao conjunto de outros agentes envolvidos no mesmo campo”, confrontando-se com os mesmos espaços,<sup>282</sup> ou seja, não se deve analisar ou descrever uma vida e suas obras como fato isolado, fora de seu contexto social.

Lindolfo Gomes fez parte de um grupo de intelectuais que produziram fora dos grandes centros urbanos e exaltavam a cidade que viviam. Eles levaram seus mundos ao conhecimento de todos, fazendo com que “a cultura revelada por essa informação letrada possibilite uma visibilidade da periferia” entendendo que “uma cidade presentificada”, seja “igual a muitas cidades nela reconhecidas”.<sup>283</sup> O fato do “mundo” de Lindolfo ter sido Juiz de Fora não pode ser desprezado, pois ela tinha toda uma importância no cenário cultural e intelectual na época que o professor nela viveu, apesar de ser uma cidade de

---

<sup>279</sup> **Correio da Manhã**. 10 de agosto de 1957.

<sup>280</sup> FERREIRA, Leonardo da Costa. **Memória, política e folclore na obra de Amadeu Amaral entre 1916 e 1928**. 2007. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em História da Universidade federal Fluminense. p. 9 e 10.

<sup>281</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, 1997, n. 19. p. 16.

<sup>282</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 190

<sup>283</sup> BARBOSA, Leila M. F.; RODRIGUES, Marisa T. P. **Letras da cidade**. Juiz de Fora: Funalfa, 2002. p. 19.

interior. Considerar todo esse ambiente que cercava Lindolfo também nos ajuda a conhecê-lo como intelectual. É esse cenário que iremos apresentar agora.

Nossa intenção nesse capítulo é mostrar como Lindolfo vivia todo esse desenvolvimento intelectual, social e econômico pelo qual a cidade passou, principalmente no início do século XX e entender como esse cenário cultural influenciou seu trabalho bem como se deu a sua contribuição para tal exaltação da cidade. Optamos por usar na divisão desse capítulo os diversos apelidos pelos quais Juiz de Fora ficou conhecida ao longo de sua história e que mostram a exaltação que nos referimos acima. Isso porque essa era a imagem de Juiz de Fora difundida no meio social que Lindolfo frequentava e para a sua análise biográfica é importante entender esse ambiente específico, como destacado no capítulo 1. Tais apelidos foram dados justamente para destacar características positivas da cidade, como seu esplendor comercial, industrial e cultural, por pessoas ligadas, de certa forma, a esses esplendores. Devemos entender então, que esses apelidos foram dados com o objetivo de enaltecer a cidade por pessoas que queriam destacar pontos específicos na mesma, seja o seu desenvolvimento econômico ou cultural, por exemplo. Quem “apelidou” a cidade foram aqueles que se beneficiariam com tais apelidos, ou seja, a elite, o grupo ao qual Lindolfo se inseria.

### **3.1. Juiz de Fora: “primeiro sorriso de Minas”<sup>284</sup>**

Terezinha Silva resume bem, como se caracterizava a cidade de Juiz de Fora nos fins do século XIX e início do XX:

Distinguindo-se do resto do contexto mineiro e de sua tradição barroca, Juiz de Fora ingressou eufórica nos tempos modernos. No lugar dos conservadores sinos das catedrais chamando os católicos às rezas, os apitos das progressivas fábricas convocando-os para trabalhar.<sup>285</sup>

A cidade se desenvolveu através dos capitais ali investidos da lavoura cafeeira e depois da industrialização. Essa característica, como destacado na fala de Teresinha, a fez

---

<sup>284</sup> Tal frase foi escrita por Manuel Bandeira em um poema intitulado “Declaração de amor”: “Juiz de Fora! Juiz de Fora! Guardo entre as minhas recordações/Mais amoráveis, mais repousantes/Tuas manhãs!/Um fundo de chácara na Rua Direita/Coberto de trapuerabas./Uma velha jabuticabeira cansada de doçura./Tuas três horas da tarde.../Tuas noites de cineminha namorisqueiro.../teu lindo parque senhoril mais segundo reinado/do que a própria Quinta da Boa Vista.../Teus bondes sem pressa dando voltas vadias.../Juiz de Fora! Juiz de Fora! Tu tão de dentro deste Brasil!/Tão docemente provinciana.../ Primeiro sorriso de Minas Gerais!”

<sup>285</sup> SILVA, Teresinha V. Zimbrão. Murilo Mendes: registros de uma Belle Époque. In: NEVES, José Alberto Pinho, et.ali. (orgs.). **Juiz de Fora**: história, texto e imagem. Juiz de Fora: Funalfa, 2004. p. 102.

se diferenciar das mais antigas cidades mineiras cujo aparecimento e desenvolvimento deveu-se à produção aurífera.

Já desde a segunda metade do século XIX, Juiz de Fora era uma cidade-pólo do estado, apesar da capital de Minas Gerais na época ser Ouro Preto: ela era mais próxima do Rio de Janeiro e do porto marítimo, possuía uma forte produção agropecuária (café) e atraía mais capitais. Assim, se industrializou nos fins do mesmo século tornou-se um importante centro educacional e industrial, atraindo uma grande população que cresceu ainda mais com a chegada dos imigrantes.<sup>286</sup> Segundo Douglas Fazolatto, no censo populacional de 1855 a informação era de que no município haviam 27.722 habitantes, sendo 16.428 escravos, “o que incluía a cidade entre os principais centros de mão-de-obra escravas do país”.<sup>287</sup> Se havia tanta mão-de-obra, havia também uma alta produção cafeeira na região, que levou, por exemplo, a Zona da Mata Mineira produzir, entre 1850/51, 99,76 % de todo o café de Minas Gerais.<sup>288</sup>

Com o desenvolvimento do café no oeste paulista e depois com a abolição da escravatura, a produção cafeeira sofreu uma queda na região mineira, mas Juiz de Fora, longe de entrar em crise, passou a ser conhecida por seu desenvolvimento industrial, como citado acima. Anderson Pires chama a atenção para esse desenvolvimento ao apresentar o dado de que entre 1901 e 1910, das 19 fábricas fundadas em Minas Gerais, 7 estavam em Juiz de Fora. “Sendo assim, já no início do século XX, Juiz de Fora mantinha a posição de principal centro industrial de Minas, superando, inclusive, sua capital, Belo Horizonte.”<sup>289</sup>

Com todo esse crescimento econômico, a cidade também se desenvolveu urbanisticamente e artisticamente. Grandes casarões e teatros foram construídos para atender a demanda de uma elite cafeeicultora e industrial que lá passou a viver. Esses fatores, somado a sua proximidade com o Rio de Janeiro, então capital do Brasil, tornou a cidade atrativa também para muitos profissionais liberais e comerciantes, fazendo-a desenvolver-se nessas áreas.

Foi nesse ambiente próspero que Lindolfo Gomes resolveu morar, juntamente com seu pai, em 1894, participando do florescer artístico, cultural e intelectual da cidade.

---

<sup>286</sup> OLIVEIRA, Almir. O centenário da Academia Mineira de Letras. **Revista da Academia Mineira de Letras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2009. Ano 88, v. LI, jan./mar. P. 17.

<sup>287</sup> FAZOLATTO, Douglas. Juiz de Fora. Primeiros tempos. In: NEVES, José Alberto Pinho, et.ali. (orgs.). **Juiz de Fora: história, texto e imagem**. Juiz de Fora: Funalfa, 2004. p. 16.

<sup>288</sup> PIRES, Anderson. Café e indústria em Juiz de Fora: uma nota introdutória. In: NEVES, José Alberto Pinho, et.ali. (orgs.). **Juiz de Fora: história, texto e imagem**. Juiz de Fora: Funalfa, 2004. p. 33.

<sup>289</sup> PIRES, A. Op. Cit. p. 37.

Optamos por iniciar esse capítulo com uma ode escrita por Lindolfo em homenagem a Juiz de Fora, onde podemos perceber justamente as características da cidade que foram destacadas nesse período e as quais iremos melhor falar nas linhas abaixo. Foi dessa forma então que Lindolfo escreveu sobre Juiz de Fora:

### Ode a Juiz de Fora

Cristo, lá da montanha, abençoa a cidade!  
E a cidade floresce, e progride, e se alastra...  
Já longe os tempos vão de outra gente e outra idade  
Do Morro da Boiada. E como uma pilastra  
Do passado, atalaia em plena ruinação,  
O sobrado do “Juiz de Fora” ergue-se ainda,  
Padrão a lembrar a póvoa que nascia  
Na várzea betra-rio, acolhedora e linda!

E o Cristo, hoje a fitá-la, ostenta-se no monte!  
Cá abaixo, vê-se alar das fábricas o fumo,  
Penacho do progresso a escalar horizontes  
Indicando do povo o luminoso rumo  
Que à nossa terra deu a almejada grandeza,  
Conquistada, aliás, com honra e com trabalho,  
Veículos aos mil desfilam com presteza  
Das ruas no cenário onde se escuta o malho,  
Em sonoro bater, no afã das oficinas,  
Bem alto proclamando a riqueza de Minas.

Febril população de cem mil habitantes,  
No labor, na instrução, em paz, e na cultura  
Não repousa um momento em anseios constantes,  
Procurando elevá-la in da a maior altura!

(...)

E novas construções, novos prédios, surgindo  
Multiplicam-se, dando à vida da cidade  
A visão do esplendor, que ela vai conseguindo,  
Pela sua gente indômita vontade!  
E foi por isso, então, que ao vê-la, entre as colinas  
Que a circundam gentis, tão próspera e tão bela,  
O nome alguém lhe pôs de “Princesa de Minas”  
Que ficou sendo dela – eternamente dela!<sup>290</sup>

---

<sup>290</sup> GOMES, Lindolfo. Juiz de Fora na poesia. Juiz de Fora: Edições Caminho Novo, 1956. Retirado de BARBOSA, L. M. F.; RODRIGUES, M. T. P. Op. Cit., 2002. p. 43.



Aqui podemos perceber claramente um exemplo da visão de Juiz de Fora “criada” e difundida pela elite da cidade. O povo ao qual Lindolfo recorria para buscar as histórias de origem da cidade ficou fora da modernização da mesma, uma vez que essa modernização foi pensada para atender os interesses de uma elite que ali foi residir. Por sua vez, foi essa elite que exaltou a cidade e que lhe deu as denominações que seguem abaixo.

### 3.2. A “Europa dos pobres”

O título dado a Juiz de Fora pelo crítico e folclorista Silvio Romero, está registrado no prefácio do livro *O teatro em Juiz de Fora* de Albino Esteves, publicado em 1910. “Com este dito”, Romero queria mostrar que do outro lado do Atlântico, nas “doçuras do clima” de Juiz de Fora, “aqueles que não traziam as ‘algibeiras recheadas’ poderiam gozar de prazeres culturais e climáticos semelhantes aos das ‘capitais europeias d’além-mar”.<sup>291</sup> Tais palavras foram registradas como motivo de orgulho para a elite juiz-forana, pois mesmo sendo uma cidade do interior, Juiz de Fora era considerada a capital cultural de Minas Gerais, em uma época em que “‘civilizar’, ainda significava ‘europeizar’”.<sup>292</sup> Murilo Mendes registrou na coluna *Crônica Mundana*, que mantinha no jornal *A tarde*, do dia 15 de outubro de 1920, que em Juiz de Fora, uma “cidade elegante”, como a capital nacional ou as capitais europeias, haviam “espíritos cultos que estão em contato permanente com os grandes centros”, e onde se encontrava “diversas ocupações amáveis que a gente fina tanto aprecia”, como literatura, música, teatro e cinema,<sup>293</sup> ou seja, atividades pensadas para atender as demandas elitistas na grande maioria das vezes. Tal comparação à Europa se explicava pelo desenvolvimento que Juiz de Fora apresentava no início do século XX. Já nas últimas décadas do século XIX, a cidade implantava um moderno sistema viário que a ligaria ao Rio de Janeiro através da Estrada de Rodagem União e Indústria e da Estrada de Ferro D. Pedro II. Somado a isso veio o desenvolvimento industrial e comercial (já que os produtos que iam da capital para o interior e vice-versa passavam pela cidade), apoiando esse último, na quantidade de capital circulante no município e também através da popularização das vitrines, a grande sensação nas capitais francesa e brasileira. “As vitrines fascinavam os transeuntes, o

---

<sup>291</sup> Retirado da introdução do livro *O teatro em Juiz de Fora*, de Albino Esteves e citado por: SILVA, T. V. Z. Op. Cit. p. 101.

<sup>292</sup> SILVA, T. V. Z. Op. Cit. p. 101.

<sup>293</sup> MENDES, Murilo. *Crônica Mundana. A Tarde*. Juiz de Fora: 15 de outubro de 1920. Retirado de SILVA, T. V. Z. Op. Cit. p. 102.

objeto de desejo de consumo era, pela primeira vez, colocado tão diante dos olhos dos juizforanos e tão longe do toque que os levava a consumir pela beleza da vitrine”.<sup>294</sup> Nota-se nessa fala que as vitrines foram introduzidas na cidade para atender a demanda elitista que frequentava a capital nacional e as cidades europeias. Para o restante da população juizforana as mesmas estavam “longe do toque”.

Não por acaso também, Murilo Mendes comparou a cidade com o Rio de Janeiro. Como destacou Teresinha Silva, “sentindo-se distante do conservadorismo do interior, Juiz de Fora despiu-se de sua herança colonial para vestir-se com euforia o manto da civilização, seguindo exemplarmente os passos do Rio de Janeiro”. Assim, “a última moda importada de Paris ‘adornava’ primeiro a capital brasileira e a exemplo desta é que Juiz de Fora iria se ‘adornar’”.<sup>295</sup> Por conta disso, a cidade também foi apelidada de “*Rio de Janeiro em ponto pequeno*”, “*carioca do brejo*”, em um tom mais sarcástico ou “na expressiva e carinhosa frase de Caio Nelson de Sena: ‘a terra carioca de Minas’”.<sup>296</sup> Muitas ruas, avenidas e estabelecimentos comerciais receberam o mesmo nome daqueles da capital federal. Até os estatutos da Academia Mineira de Letras foram feitos tendo como exemplo os da Academia Brasileira de Letras que ficava no Rio de Janeiro e que por sua vez, havia se inspirado na Academia Francesa, criada em 1635. Na Academia Mineira, inclusive, “um dos seus acadêmicos maiores, Belmiro Braga (...) imaginava-se e era imaginado como a versão juizforana do acadêmico metropolitano Machado de Assis, com quem inclusive se correspondia”.<sup>297</sup> Arthur Azevedo, quando esteve em Juiz de Fora em 1889, “achou a rua Direita, hoje avenida Rio Branco, tão larga como os boulevards de Paris, e mais extensa que qualquer delas”.<sup>298</sup>

Em relação a Lindolfo Gomes, podemos perceber um tom crítico em seus comentários sobre tal “europeização” do Rio de Janeiro e as comparações de Juiz de Fora à capital. Em uma de suas crônicas no jornal *Pharol*, ao falar das cias teatrais que se apresentavam no Brasil, Lindolfo disse que:

Uma companhia inglesa no Rio de Janeiro, onde o povo já está eminentemente afrancezado, dá ideia de uma *troupe* de papagaios.

---

<sup>294</sup> SOARES, Priscila Gonçalves; MORORÓ, Anderson. Práticas corporais educacionais no início do século XX em Juiz de Fora: um olhar através do futebol. **Anais do VI Congresso Brasileiro de História da educação**. Disponível em [www.sbhe.org.br](http://www.sbhe.org.br).

<sup>295</sup> SILVA, T. V. Z. Op. Cit. p. 103.

<sup>296</sup> BUENO, Ruth. Retirado de BARBOSA, L. M. F; RODRIGUES, M. T. P. Op. Cit. 2002. P. 162.

<sup>297</sup> SILVA, T. V. Z. Op. Cit. p. 103.

<sup>298</sup> NÓBREGA, Dormevilly. Revendo o passado: memória juiz-forana. Citado por BARBOSA, L. M. F; RODRIGUES, M. T. P. Op. Cit. 2002. P. 303.

(...) Entretanto o teatro enche-se, e o empresário apanha ótimas férias, com essa *macaqueiação* do povo. E os nossos artistas que morram de fome, e o teatro municipal que vá ficando para inglês ver! (...). Não será dali para se admirar que muito breve apareça, por ali, fazendo entrada triunfal pela Bahia da Guanabara, alguma companhia teatral chinesa.<sup>299</sup>

Tal crítica de Lindolfo se dá muito por seu caráter nacionalista, como foi destacado no capítulo anterior. Seus estudos folclóricos e filológicos destacavam muito a importância da cultura nacional e regional. Assim, o “imitar” e o “apropriar” o que vem de fora, não eram bem vistos por Lindolfo. Seus estudos históricos, por exemplo, buscava um resgate da história local, mostrando a riqueza da cultura local, não precisando, assim, importar nada do que vinha de fora.

Já sobre a comparação de Juiz de Fora com a então capital do Brasil, Lindolfo, também em crônica para o *Pharol*, falando sobre a avenida Rio Branco no Rio de Janeiro e em defesa de transformar a antiga Rua Direita em avenida<sup>300</sup> escreveu que

A avenida virá civilizar o Rio de Janeiro, (...) dar enfim a cidade um banho de luz e de ar, um descortino de panorama largo, amplo. Oxigenado.

Por que não tornamos também a nossa avenida, fazendo essa *macaqueação* proveitosa, imitando o Rio de Janeiro ao menos nesse propósito, já que arremedamos tanto no que possui de mau a velha Sebastianópolis?

E continua:

Dizia-se que Juiz de Fora jamais havia de ser um Rio de Janeiro em ponto pequeno, porque para tanto lhe faltava muitos acessórios do viver carioca, e acrescentava-se logo: não temos a febre amarela, não temos o incêndio...

As duas calamidades não tardaram em aparecer. (...) Felizmente a febre amarela não se demorou muito pelos penates. (...) Com o incêndio deu-se a mesma coisa. (...)

[Então], imitemos o Rio de Janeiro na face proveitosa, altruísta de seu progresso. Abramos sem demora a avenida, demos-lhe a beleza elegante e higiênica da arborização e mais tarde a melhoria do calçamento e iluminação profusa. (...) E no dia em que o povo perceber que tem uma avenida de verdade, no dia em que as casas de modas conhecerem que na avenida é que ficam admiravelmente instaladas, a população não terá receio de sair a noite para o ar higiênico da rua, deixando as teciturnas habitações e dando vida e movimento à cidade, para onde as famílias tem receio de sair depois

<sup>299</sup> GOMES, Lindolfo. Cenas e fatos. **Pharol**. Juiz de Fora, 8 de julho de 1904.

<sup>300</sup> A antiga Rua Direita é a atual avenida Rio Branco.

das Aves Marias, trancando-se nos lares a sete chaves, por hábito, por hereditariedade provinciana.<sup>301</sup>

Interessante é notar que Lindolfo já chamava a atenção para a transformação da Rua Direita em avenida cerca de oito anos antes do fato realmente acontecer, nos mostrando que tal assunto já vinha sendo discutido na cidade. O fato é que somente em 1912, pela resolução 672 de 18 de outubro, a rua Direita se tornou avenida Barão do Rio Branco, com obras de melhoramento e retificação. Em 1916, segundo Paulino de Oliveira, “constituiu um sucesso administrativo” a primeira pavimentação em paralelepípedo na cidade, “a princípio, na rua Halfeld e em seguida na avenida Rio Branco, transformada em ‘*boulevard*’, com canteiros de cada lado”.<sup>302</sup>

Mesmo com todas as problemáticas sobre o assunto, o fato é que “europeizar” era relacionado à civilidade naquela época. João Nogueira Penido Filho<sup>303</sup>, em discurso de 29 de julho de 1934, intitulado *Princesa Isabel*, disse que a visita do “príncipe consorte e da sereníssima esposa” à cidade, já a tinha inserido no circuito europeu, e que tal visita, “um espetáculo inédito, original, altamente ilustrativo” tinha um “transcendente cunho civilizador”.<sup>304</sup>

Como a modernização da cidade foi realizada para atender a elite, Teresinha Silva nos chama a atenção para o fato da europeização também da “cidade real” e não apenas do “imaginário sobre a cidade”. “Juiz de Fora adotou então modernas medidas de planejamento e de saneamento urbanos concordantes com os conceitos urbanísticos e de higiene em vigor nas metrópoles europeias”.<sup>305</sup> Todo esse processo se intensificou ainda mais com a chegada de imigrantes europeus (de várias nacionalidades) nos fins do século XIX, que ao virem trabalhar nas indústrias da cidade, trouxeram hábitos, costumes, linguajares e características que fizeram a cidade mineira respirar ainda mais o “ar europeu”. Em um simples exercício de comparação, podemos perceber como foi o esforço para que as avenidas do Rio de Janeiro e Juiz de Fora parecessem com as *boulevards* parisienses. (Ver fotos 2, 3 e 4).

---

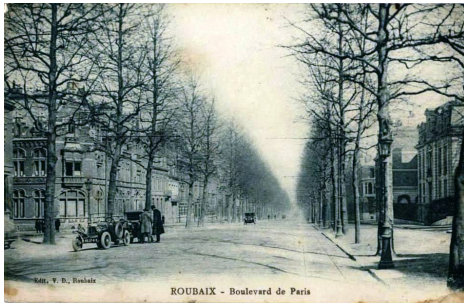
<sup>301</sup> GOMES, Lindolfo. Cenas e fatos. **Pharol**. Juiz de Fora, 8 de setembro de 1904.

<sup>302</sup> OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. 2ª ed. Juiz de Fora: s.e., 1966. p. 213. Grifo nosso.

<sup>303</sup> João Nogueira Penido Filho (28/01/1862 – 22/06/1945), médico, nasceu em Juiz de Fora, foi um dos fundadores da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, tendo doado a mesma a sua sede em 1940. Foi presidente da Câmara e deputado federal e fundou, junto com Antônio Carlos, o jornal Diário Mercantil. Legou quase toda sua fortuna a Santa Casa de Misericórdia e está enterrado, juntamente com sua esposa, na Capela dos Passos, em frente à Santa Casa. (Informações retiradas de BARBOSA, Leila Maria Fonseca; RODRIGUES, Marisa Timponi Pereira. **Letras da cidade**. Juiz de Fora: Funalfa, 2002. p. 29).

<sup>304</sup> BARBOSA, Leila Maria Fonseca; RODRIGUES, Marisa Timponi Pereira. **Letras da cidade**. Juiz de Fora: Funalfa, 2002. p. 28.

<sup>305</sup> SILVA, T. V. Z. Op. Cit. p. 102.



**Foto 2:**  
Boulevard de Paris – Roubaix. 1912.  
Disponível em: <http://www.thierryprouvost.com>



**Foto 3:**  
Av. Rio Branco – Rio de Janeiro. 1909.  
Disponível em: <http://wikipédia.com.br>  
Foto: Marc Ferrez.



**Foto 4:**  
Av. Rio Branco – Juiz de Fora. 1925.  
Disponível em: <http://colunaacontecendo.blogspot.com.br>

A *boulevard* parisiense, implantada no fim dos anos 1850 e nas décadas seguintes pelo prefeito Georges Éugene Haussmann foi, para Marshall Berman “a mais espetacular inovação urbana do século XIX, decisivo ponto de partida para a modernização da cidade tradicional”. Por elas, o tráfego poderia fluir pelo centro da cidade em linha reta, “um empreendimento quixotesco e virtualmente inimaginável, até então”. A partir de 1880, “os padrões de Haussmann foram universalmente aclamados como o verdadeiro modelo do urbanismo moderno. Como tal, logo passou a ser reproduzido em cidades de crescimento emergente”,<sup>306</sup> como aconteceu no Rio de Janeiro e depois, em Juiz de Fora.

Mas a cidade mineira não foi comparada apenas a Europa como um todo. Vários apelidos que ganhou, como “Atenas Mineira”, “Barcelona Mineira” e “Manchester Mineira”, foram inspirados em características semelhantes a de outras cidades europeias.

---

<sup>306</sup> BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1986. ps. 145 e 147.

Esse cenário auxiliou na irradiação das atividades de Lindolfo Gomes pelo ambiente intelectual, escolar e jornalístico.

### 3.3. “Atenas Mineira”

Considerada a capital cultural de Minas Gerais e sua cidade mais “cultura e civilizada”, o apelido de “Atenas Mineira” foi dado por Arthur Azevedo quando esteve em Juiz de Fora em 1889 para assistir a representação da sua comédia *O Dote*.<sup>307</sup> Segundo Teresinha Silva, “a intenção era elogiar a cidade por sua vida cultural, comparando-a com a mais culta cidade grega”.<sup>308</sup>

Essa comparação se deveu aos vários teatros existentes na cidade<sup>309</sup>, a quantidade de jornais e periódicos que lá circularam<sup>310</sup>, as suas várias instituições de ensino e também ao fato de que, ao contrário do que acontecera com as outras Academias de Letras no Brasil, a de Minas Gerais não foi fundada na capital do estado e sim em Juiz de Fora.

Lindolfo, que disse que Juiz de Fora era “desde épocas remotas um centro literário e artístico de primeira ordem”<sup>311</sup>, sempre divulgava em suas colunas iniciativas culturais que ocorriam na cidade, como concertos, visitas de companhias teatrais, palestras, orquestras, exposições, etc., relatando inclusive a sua presença em tais eventos. Isso já acontecia desde as colunas *Cenas e Fatos* que manteve no jornal *Pharol* a partir de 1904. Podemos destacar, por exemplo, o apoio do escritor a iniciativa de Corrêa e Castro (pintor), Alfredo Amaral e José Horta de transformar o então abandonado prédio onde funcionava a Escola Normal (que ficava na av. Rio Branco se estendendo até a rua Santo Antônio) em uma casa de arte:

A ideia azul, irradiante, mirífica de se transformar aquele enorme casarão quase de vidro num templo de belas artes, deu um banho de satisfação à minha alma. Bati palmas: esplêndido! Sensacional! Dentro de pouco tempo, Juiz de Fora dará às outras cidades do estado

---

<sup>307</sup> OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Cia Dias Cardoso, 1953. p. 186.

<sup>308</sup> SILVA, T. V. Z. Op. Cit. p. 101.

<sup>309</sup> Entre 1859, data de inauguração do primeiro teatro em Juiz de Fora (Teatro Misericórdia, construído pelo Barão de Bertioga, mutuamente à Santa Casa de Misericórdia, no Alto dos Passos) até 1929, ano da inauguração do Cine Teatro Central, que seria a principal casa da cidade, Juiz de Fora teve 6 teatros, número expressivo para uma cidade de interior. Sobre os teatros da cidade ver: OLIVEIRA, P. Op. Cit. 1953 e ESTEVES, Albino. Teatro em Juiz de Fora.

<sup>310</sup> Citando Heitor Guimarães, Paulino de Oliveira nos informa que de 1870, data em que os jornais passaram a ser impressos em Juiz de Fora, até 1900, mais de cem jornais e revistas circularam na cidade. PASSAGLIA, L. A. P. Op. Cit. p. 188, 189.

<sup>311</sup> GOMES, Lindolfo. Nótula. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora, 24 de fevereiro de 1940.

o exemplo provado do seu bom gosto pelo belo e do seu progredir artístico”.<sup>312</sup>

Em outro momento, Lindolfo destacou o fato de Canuto de Figueiredo (“excelente amigo e parente”) construir um “*teatrinho*” no palacete de sua residência para a audição da opera *Cavalleria Rusticana*, de Pietro Mascagni, iniciativa essa que “já se tem feito em elegantes salões da alta sociedade artística do Rio e São Paulo”, mas que aconteceria pela primeira vez em Minas Gerais.<sup>313</sup>

Por ter sido professor e ter sempre se relacionado à educação, Lindolfo escrevia sobre as solenidades organizadas pelas escolas de Juiz de Fora para a comemoração de datas festivas ou cívicas, como o aniversário da cidade, dia da Proclamação da República, Independência, etc. Sempre incentivando e aplaudindo tais iniciativas, o professor considerava-as importantes para a cidade ter sido apelidada de “Atenas Mineira”, ou como mesmo disse em suas *Nótulas* a ““cidade da instrução e do trabalho”, com que a condecorou o verbo eloquente e fulgurante de Evaristo de Moraes”.<sup>314</sup>

Lindolfo difundia a ideia de que esses eventos artísticos e educacionais em Juiz de Fora, que ganhavam, “de dia para dia, novos elementos propulsores de seu desenvolvimento,”<sup>315</sup> davam a cidade a sua “feição civilizadora”<sup>316</sup> e a faziam estar em “pleno domínio da arte”.<sup>317</sup> Era um local onde as ideias “não morr[iam] ao nascer, antes se emplumam e desferem o voo do triunfo”,<sup>318</sup> dando ainda “o exemplo do seu culto ao belo”.<sup>319</sup> “Juiz de Fora engalana-se, vive para a arte”.<sup>320</sup>

Sobre essas manifestações artísticas na cidade, Lindolfo deu um destaque maior para as cias teatrais. Em um dos nossos levantamentos das colunas *Nótulas*, das quase 200 colunas dedicadas a alguma manifestação artística que ocorreu em Juiz de Fora entre os anos de 1939 a 1942, 130 falaram das cias e trupes teatrais que passaram pela cidade. Esse dado ajuda a comprovar a importância do teatro para a cidade e também nos mostra que eram “promovidas temporadas bastante regulares de companhias cariocas ou mesmo de elencos estrangeiros, o que torna Juiz de Fora, (...) o ponto inicial dos roteiros de

---

<sup>312</sup> GOMES, Lindolfo. Cenas e fatos. **Pharol**. Juiz de Fora, 5 de maio de 1904.

<sup>313</sup> GOMES, Lindolfo. Cenas e fatos. **Pharol**. Juiz de Fora, 23 de junho de 1904.

<sup>314</sup> GOMES, Lindolfo. Nótula. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora, 2 de maio de 1939.

<sup>315</sup> GOMES, Lindolfo. Nótula. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora, 15 de abril de 1939.

<sup>316</sup> GOMES, Lindolfo. Cenas e fatos. **Pharol**. Juiz de Fora, 5 de maio de 1904.

<sup>317</sup> GOMES, Lindolfo. Cenas e fatos. **Pharol**. Juiz de Fora, 12 de junho de 1904.

<sup>318</sup> GOMES, Lindolfo. Cenas e fatos. **Pharol**. Juiz de Fora, 23 de junho de 1904.

<sup>319</sup> GOMES, Lindolfo. Cenas e fatos. **Pharol**. Juiz de Fora, 23 de junho de 1904.

<sup>320</sup> GOMES, Lindolfo. Cenas e fatos. **Pharol**. Juiz de Fora, 23 de junho de 1904.

excursão que as ‘troupes’ dramáticas ou líricas empreendem pela província”, como disse Albino Esteves.<sup>321</sup>

Nas colunas de Lindolfo sobre o assunto, ele elogiava algumas iniciativas, indicava algumas peças teatrais e fazia algumas críticas, dizendo que tinha “alguma autoridade” sobre o assunto, pois conhecia “algo de teatro, como autor, embora modesto, de dramas, comédias e revistas, já representadas”.<sup>322</sup> Em 1939 ele escreveu que Juiz de Fora já não vinha mais recebendo com frequência as boas companhias de teatros e trupes de operas líricas e operetas, mas destacava que a cidade tinha um “elegante e confortável teatro” (o Cine-Theatro Central) e uma população “de perto de cem mil habitantes”, onde a maioria “prima pela cultura”, além de gostar e querer “admirar a boa arte”. Antes, quando “a urbs não tinha a importância atual e não contava população superior a trinta mil almas”, as boas companhias sempre se apresentavam na cidade, como “Novelli, Furtado Coelho, Lucinda Simões, Ismenia dos Santos, Apolonia Pinto, Dias Fraga, Colás, Ferreira da Silva, Della Guardia, Clara Weiss, Roberto Guimarães, Silvério Cunha”. Segundo suas palavras, “nosso povo quer e precisa divertir-se, mas deseja diversões condignas de sua cultura e de seu fino gosto artístico”.<sup>323</sup> Em outra *Nótula*, o professor destacou o patrocínio por parte do Estado Novo a cias teatrais nos grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo, lembrando que tais cias, as vezes, deixam de se apresentar em cidades do interior (como seria o caso de Juiz de Fora) por não encontrarem apoio adequado dos governos municipais. Assim, apelava para o prefeito Rafael Cirigliano<sup>324</sup>, “um intelectual ilustre”, em suas palavras, o apoio necessário para que ocorressem na cidade a apresentação de peças de cias teatrais “de comprovada seleção”.<sup>325</sup>

Peças teatrais, óperas, concertos. Essas atividades eram difundidas em Juiz de Fora para atender a elite da cidade, como já destacamos acima. Lindolfo divulgava e

---

<sup>321</sup> ESTEVES, Albino. Teatro em Juiz de Fora. Citado por PASSAGLIA, L. A. P. Op. Cit. p. 155.

<sup>322</sup> GOMES, Lindolfo. *Nótula*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora, 30 de novembro de 1939.

<sup>323</sup> GOMES, Lindolfo. *Nótula*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora, 25 de setembro de 1939.

<sup>324</sup> Natural de Tiradentes (MG), Rafael Armando Cirigliano (1891-1966) formou-se em direito, exerceu os cargos de vereador (1936) e prefeito (1938-1943) em Juiz de Fora e, ao transferir-se para o Rio de Janeiro, prosseguiu sua carreira como advogado. (Prefeitura de Juiz de Fora – Galeria de Prefeitos).

<sup>325</sup> GOMES, Lindolfo. *Nótula*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora, 10 de outubro de 1939. Cabe aqui falar que Juiz de Fora, no período em que Lindolfo escreveu tal artigo, contava com 6 teatros (como destacamos na nota 30) e cerca de 10 cinemas, números bastantes expressivos para uma cidade de interior. Sobre os cinemas, de acordo dados do projeto *História do Cinema Brasileiro* ([www.historiadocinemabrasileiro.com.br](http://www.historiadocinemabrasileiro.com.br)), a primeira exibição cinematográfica de Minas Gerais aconteceu em Juiz de Fora em 1897 e desde a fundação do primeiro cinema fixo em 1908 (Cinema Pharol), a cidade possuiu o Cinema Juiz de Fora (1909), Cinema Polytheama (1910), Cinema Halfeld e Cinema Ideal (ambos de 1915), Cine-Theatro Paz (1920), Cine Rex (1925), Cine-Theatro Variedades (1926), Cine-Theatro Popular (1927) e os Cine-Theatros Glória e Central (ambos de 1929).



incentivava essas iniciativas por fazer parte do grupo beneficiado por elas. Ao pedir que o governo municipal apoie a ida de “boas” trupes teatrais para a cidade é em nome dessa elite que escreve. Ao aplaudir a iniciativa de Corrêa de Castro de transformar o prédio da antiga Escola Normal em “um templo de belas artes”, aplaude a criação de um espaço para a elite da cidade. A “cidade mais culta do Estado” foi assim criada para atender os anseios dessa elite intelectual e cultural que frequentava os teatros, escrevia nos jornais e frequentavam as escolas. O restante da população, não entrava na construção dessa cidade culta.

### 3.3.1: A Academia Mineira de Letras.

Fundada em 1909 pelos intelectuais de Juiz de Fora que escreviam nos jornais da cidade ou/e faziam parte do seu corpo docente, a Academia Mineira de Letras, ou pelo menos a ideia de se criar uma instituição que reunisse os maiores nomes das letras do estado, surgiu em 1896, mesmo ano em que foi fundada a Academia Brasileira de Letras,<sup>326</sup> quando um grupo de “escritores e rapazes amantes das letras” se reuniram no Salão Apolo no intuito de fundarem uma associação literária. O *Jornal do Comércio* noticiou:

(...) Ficou resolvido dar-se à associação o título de Confraria Mineira, devendo os seus associados, e todos aqueles que desejarem dela fazer parte, reunir-se de novo, no mesmo local, domingo próximo, a fim de ser eleita a diretoria definitiva, de se tratar da organização dos estatutos e de outros assuntos que tenham relação com o fim da reunião.<sup>327</sup>

Silva Tavares foi aclamado presidente da confraria, que convidou para vice-presidente Lindolfo Gomes e para secretário Thiago Guimarães. Lindolfo, em discurso, “fez sentir a necessidade da mais completa união por parte dos escritores presentes, dos que se fizeram representar e dos que quiserem aderir à ideia da criação de um grêmio literário”.<sup>328</sup>

Na mesma época acontecia também em Barbacena uma iniciativa parecida. Segundo nos narra Lindolfo Gomes em uma de suas crônicas para o jornal *Pharol*, em

---

<sup>326</sup> A Academia Brasileira de Letras foi criada em 15 de dezembro de 1896 e a primeira reunião da Confraria Literária, em Juiz de Fora, foi realizada em 21 de dezembro de 1896. BARBOSA, Leila Maria Fonseca; RODRIGUES, Marisa Timponi Pereira (orgs). **Machado Sobrinho**: notícias da imprensa sobre a Academia Mineira de Letras. Juiz de Fora: Funalfa, 2009. P. 16 e 17.

<sup>327</sup> *Jornal do Comércio*. Juiz de Fora, 22 de dezembro de 1896. Citado por BARBOSA, L. M. F.; RODRIGUES, M. T. P. Op. cit., 2009. P. 17.

<sup>328</sup> Idem, *ibidem*.

1895-96, “cogitou-se em Barbacena, a Atenas Mineira, da fundação de uma academia de letras”,<sup>329</sup> com a realização de uma reunião de literatos onde foram eleitos os primeiros “imortais”, sendo passado para o jornal *País* o seguinte telegrama:

Barbacena, 11- Foi hoje solenemente instalada nesta cidade a Academia Nacional de Letras do Estado de Minas, filiada à Academia Nacional de Letras. São sócios já eleitos: José Braga, José Paixão, Lindolfo Gomes, Francisco Lins, Dilermano Cruz, padre Corrêa de Almeida, dr. Costa Sena, Assis Chagas, Nelson de Senna, Leon Rensult, Rodolfo Paixão e Estevam de Oliveira.<sup>330</sup>

Esse texto de Lindolfo especificamente, nos chama a atenção por ele se referir a Barbacena como sendo também a “Atenas Mineira”. Nas pesquisas que realizamos, encontramos inclusive, outras cidades que também receberam essa alcunha, como Lavras, no sul de Minas e Mariana.<sup>331</sup> Conclui-se então, que essas cidades receberam tal denominação pela importância educacional e literata que lhe foram concedidas, como aconteceu em Juiz de Fora.

Em 28 de abril de 1897, outro jornal de Juiz de Fora, o *Correio de Minas*, noticiava uma reunião de intelectuais com o intuito de se criar uma associação literária na cidade, com o nome de *Instituto Literário*, para o qual seriam convidados como seus primeiros membros Estevam de Oliveira, Heitor Guimarães, Bernardo Aroeira, Antônio Carlos, J. Paixão, Corrêa de Azevedo, Oscar da Gama, Eloy de Araújo, Avelino Lisboa, Olegário Pinto, Josino de Araújo, Lindolfo Gomes, José Mariano, Benoit, José Rangel e Pinto de Moura.<sup>332</sup>

Não conseguimos confirmar se a *Confraria Mineira* o *Instituto Literário* constituíram a mesma associação com nomes diferentes, se foram distintas uma da outra, nem se foram realizadas mais reuniões das mesmas. Em relação à academia criada em Barbacena, Lindolfo informou que não se realizaram mais sessões e “nunca mais se falou da academia barbacenense”.<sup>333</sup> No entanto, mesmo não alcançando a proporção que seus idealizadores esperavam, essas iniciativas foram sem dúvida alicerces da Academia

---

<sup>329</sup> GOMES, Lindolfo. Cenas e fatos. **Pharol**. Juiz de Fora, 14 de agosto de 1904.

<sup>330</sup> GOMES, Lindolfo. Cenas e fatos. **Pharol**. Juiz de Fora, 14 de agosto de 1904.

<sup>331</sup> Sobre Mariana consultar: VIEIRA, Pollianna Gerçossimo. **Salomão de Vasconcellos e a consagração de “Atenas Mineira” em monumento nacional (1936-1947)**. 2016. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto. 177f. Sobre Lavras, consultar: NÉMETH-TORRES, Geovani. **A Atenas Mineira: capítulos histórico-culturais de Lavras**. Lavras: Edição do autor, 2011. 34 p.

<sup>332</sup> **Correio de Minas**. Juiz de Fora, 28 de abril de 1897.

<sup>333</sup> GOMES, Lindolfo. Cenas e fatos. **Pharol**. Juiz de Fora, 14 de agosto de 1904.

Mineira de Letras, sendo que, a ideia de uma associação de letrados no estado datava de fins do século XIX, coincidindo aliás, com a criação da Academia Brasileira de Letras, mostrando que os intelectuais que viviam em Juiz de Fora e proximidades estavam a par dos acontecimentos literários da capital do império.<sup>334</sup>

Já em 1904, Lindolfo incentivava a criação da Academia Mineira com sede em Juiz de Fora.

Agora ao ler o telegrama de Goiás dando notícia da instalação na capital daquele literário estado de uma academia de letras, lembrei-me de estimular os intelectuais de Minas, para que façam renascer a formosa ideia de criação de instituto igual, não mais em Barbacena, mas em Juiz de Fora, onde temos imprensa diária e uma pleiade de literatos em viçosa atividade.

Acresce ainda que a nossa cidade se acha em uma posição geográfica acessível a todas as zonas do estado.<sup>335</sup>

E acrescenta: “Belo Horizonte não poderá disputar esse direito. Já é capital oficial, cidade oficialíssima por excelência; fique Juiz de Fora, sendo a capital da intelectualidade, à que ela há muitos anos presta inestimáveis serviços.”<sup>336</sup>

Em 1909 enfim, Juiz de Fora, sediou a tão esperada associação literária. Paulino de Oliveira ligou a criação da Academia às comemorações do centenário de Alexandre Herculano, dizendo que em Juiz de Fora havia

Um grupo ilustre e numeroso de beletristas que, deliberando comemorar o centenário de nascimento de um escritor, julgaram que deveriam fazê-lo condignamente com a fundação de uma sociedade de homens de letras. Foi assim que nasceu a Academia Mineira de Letras

---

<sup>334</sup> Noraldino Lima, em reportagem para o jornal *Pharol*, de 11 de janeiro de 1910, falava da tentativa de Albino Esteves de criar em Juiz de Fora a *Liga Literária* que infelizmente fracassou. Assim, Noraldino escreveu: “Nosso presidente, dr. Guedes da Costa, mudou-se para o Rio; cansamo-nos, como 1º secretário que éramos da malograda Liga Literária, de escrever cartas e ofícios a diferentes homens de letras, correspondência que até hoje ficou sem resposta; os próprios estatutos não foram elaborados, nem discutidos, nem coisa alguma, porque o dr. Guedes morava em Mariano Procópio e o Brand Horta, em sua atividade repartido entre mil coisas, não tinha tempo para ir a tão grande distância; em suma: ouvimos todos os desalentados e tristes, morrer no embrião aquele magnífico ensaio em que tínhamos argamassado o melhor de nosso esforço e energia. (...) Dentre os nomes então em foco os mais brilhantes foram agora e com justiça aproveitados; - base da nova Academia, pelo que nos disseram, são quase as mesmas em que se assentou a extinta Liga Literária; a sede continuará sendo Juiz de Fora, mimoso ninho de poetas (...) e aí temos a Liga que ressurgir, como a Fênix mitológica (...). LIMA, Noraldino. O *Pharol*, 11 de janeiro de 1910. Citado por: BARBOSA, L. M. F.; RODRIGUES, M. T. P. Op. cit., 2009. P. 62

<sup>335</sup> GOMES, Lindolfo. Cenas e fatos. *Pharol*. Juiz de Fora, 14 de agosto de 1904.

<sup>336</sup> Idem, *ibidem*.

numa reunião preparatória da comemoração do centenário de Alexandre Herculano, realizada em 25 de dezembro de 1909.<sup>337</sup>

Nessa reunião, realizada às 19 horas no salão da Câmara Municipal de Juiz de Fora, doze homens reuniram-se para criar e instalar a Academia Mineira de Letras. Esses doze homens, conhecidos como “os doze primeiros” eram: Albino Esteves, Amanajós de Araújo, Belmiro Braga, Dilermano Cruz, Eduardo de Menezes, Estevam de Oliveira, Brant Horta, Heitor Guimarães, José Rangel, Lindolfo Gomes, Luiz de Oliveira e Machado Sobrinho.<sup>338</sup> Nessa mesma reunião votou-se o nome de mais 18 literatos, que juntamente com os 12 fundadores constituiriam os membros perpétuos da Academia. Os outros 18 nomes votados foram: Mário de Lima, Diogo de Vasconcellos, Mendes Pimentel, Nelson de Senna, Costa Senna, Alphonsus de Guimarães, Arduíno Bolívar, Carlos Góes, Franklin Magalhães, Bento Ernesto Júnior, Mendes de Oliveira, Aldo Delfino, Carlindo Lellis, João Massena, Mário Magalhães, João Lúcio, Francisco Lins e J. Paixão.<sup>339</sup> E assim foi fundada a Academia Mineira de Letras, como disse Lindolfo Gomes, “representada por tudo quanto na época Juiz de Fora possuía de mais distinto em seu escol social e cultural”.<sup>340</sup> Esses nomes nos dão os indícios das redes de sociabilidades entre os principais nomes do meio letrado e intelectual de Minas naquele momento. É sabido que os “12 primeiros” conviviam entre si no trabalho nos jornais ou cargos educacionais que ocupavam. Na reunião entre eles decidiu-se os nomes dos outros nomes que comporiam a Academia. Sem desprezar a qualidade literária e intelectual desses nomes, os mesmos também foram lembrados por pertencerem as mesmas teias sociais e terem em comum os mesmos grupos intelectuais. A composição dos imortais mineiros, nesse sentido, nos mostra com quem dialogavam os intelectuais e “homens de letras” que viviam em Juiz de Fora e como e com quem eram tecidas as suas relações sociais, incluindo Lindolfo.

Os estatutos e regimentos da Academia foram redigidos por Lindolfo Gomes, Machado Sobrinho e Amanajós de Araújo e apresentados na mesma reunião inaugural.

---

<sup>337</sup> OLIVEIRA, P. Op. Cit. 1966. P. 25.

<sup>338</sup> BARBOSA, L. M. F.; RODRIGUES, M. T. P. Op. cit., 2009. P. 20 a 31.

<sup>339</sup> O Pharol. 28 de dezembro de 1909. Citado por BARBOSA, L. M. F.; RODRIGUES, M. T. P. Op. cit., 2009. P. 44. Os 12 membros fundadores, 9 não eram naturais de Juiz de Fora, mas residiam na cidade e 3 eram nascidos na cidade ou distritos dessa (Belmiro Braga, Brant Horta e Heitor Guimarães). Dos 18 membros eleitos, 15 não nasceram nem viviam em Juiz de Fora e 3 residiam na cidade, sendo 1 nascido na mesma (João Massena, J. Paixão e Mário Magalhães, natural de Juiz de Fora). O Pharol. 13 de maio de 1910. Citado por BARBOSA, L. M. F.; RODRIGUES, M. T. P. Op. cit., 2009. P. 69 a 90.

<sup>340</sup> GOMES, Lindolfo. Como se fundou a Academia Mineira de Letras. In: **Revista da Academia Mineira de Letras**. Juiz de Fora: Imprensa Oficial, 1953. V. XIX, p. 35.

Além dos demais membros eleitos na mesma noite, definiu-se também as comissões da Academia e seus respectivos membros.

Em 1910 foram eleitos mais 10 literatos para completar o número de 40 membros perpétuos. Os escolhidos por voto secreto foram: Pinto de Moura, Álvaro da Silveira, Paulo Brandão, Joaquim Silvério de Sousa, José Eduardo da Fonseca, Carmo Gama, Avelino Fóscolo, Carvalho Brito, Gustavo Pena e Aurélio Pires. Com a desistência de Mendes Pimentel, Carvalho Brito, Aurélio Pires e Gustavo Pena, foram eleitos Navantino Santos, Gilberto de Alencar, Olímpio de Araújo e Plínio Mota.<sup>341</sup>

Cabe lembrarmos aqui que a base da criação da Academia Mineira de Letras foi toda inspirada nos modelos da Academia Brasileira de Letras que por sua vez, foi baseada na francesa (voltando a questão levantada no início desse capítulo). A Academia Brasileira de Letras foi inaugurada no Rio de Janeiro em 1897 com 30 literatos iniciais. Elegeu-se então mais 10 membros, nos moldes da francesa, o que depois também foi feito com a Mineira como mostramos acima. A exemplo da francesa também, a denominação de “imortal” para os membros eleitos foi usada na brasileira e mineira, uma vez que um novo membro só é eleito, por eleição e voto secreto, quando da morte do anterior. O que foi uma novidade na brasileira e que não existia na francesa foi a escolha de patronos para as cadeiras, sendo esses escolhidos pelos primeiros membros como forma de homenagear os literatos que faleceram antes da criação da instituição. A Academia Mineira também adotou essa conduta.<sup>342</sup>

Com seus 40 membros eleitos, no dia 13 de maio de 1910 foi realizada no Teatro Juiz de Fora a sessão inaugural Da Academia Mineira de Letras onde “o traje a rigor foi obrigatório para os acadêmicos”, sendo “um dos acontecimentos de maior destaque no mundo social e intelectual de Juiz de Fora” onde estavam presentes todas as autoridades do município e os representantes do governo de Minas e da imprensa do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e de Juiz de Fora.<sup>343</sup> Nota-se que as autoridades mais importantes da política e imprensa estavam presentes no evento de “maior destaque no mundo social e intelectual de Juiz de Fora”. Assim, podemos perceber que a Academia, fundada para

---

<sup>341</sup> GOMES, L. Op. Cit. 1953, p. 35. Os 4 últimos membros citados foram eleitos em 6 de maio de 1911. Jornal do Comércio. 7 de maio de 1911. Citado por : BARBOSA, L. M. F.; RODRIGUES, M. T. P. Op. cit., 2009. P. 154. Desses novos nomes, somente Gilberto de Alencar (natural de Palmira – MG) residia em Juiz de Fora.

<sup>342</sup> Mais informações estão disponíveis no site [www.academia.org.br](http://www.academia.org.br)

<sup>343</sup> Idem. Ibidem.

atender os anseios da elite intelectual que residia na cidade, foi constituída também por integrantes dessa elite.

Sobre essa sessão inaugural, Lindolfo nos apresentou uma curiosidade envolvendo os acadêmicos quanto ao traje que usavam:

(...). Deles (os acadêmicos) poucos eram possuidores de casaca. Os outros tinham que cavar o aristocrático traje.

Mas, fosse como fosse, a noite todos estavam presentes magnificamente encasacados. E palavra que a solenidade decorreu num ambiente de fina elegância e aparato impressionante.

Belmiro [Braga], num grande sorriso, disse-me ao ouvido: “Até parece festa de gente rica...”.

O Luís de Oliveira dizia que aquilo que mais o incomodava não eram as asas da “rabona”, mas aquele maldito cheirinho de benzina e certos desinfetantes hospitalares.

Franklin [Magalhães] declarava-se invejoso de José Rangel, porque – dizia – o diabinho nascera para vestir casaca.

Eu, de mim, engafanhado na casaca de Altivo Halfeld, não me sentia muito desabituaado – pois o meu terno casaca eu o havia perdido havia pouco tempo, emprestando-o a um meu parente, ator teatral que batera com ele a linda plumagem, no que fez muito bem.<sup>344</sup>

Ainda segundo as informações de Lindolfo, no distintivo acadêmico, por proposta de Eduardo de Menezes, estava inscrito *Per litteras et pro patria laborare*<sup>345</sup> ao redor do Cruzeiro do Sul e nas reuniões menos solenes, os acadêmicos usavam um pedaço de fita rosa e azul claros na lapela.<sup>346</sup>

A Academia realizava reuniões literárias semanalmente e realizou várias conferências, muitas com a presença de nomes conhecidos no cenário nacional, como Silvio Romero quando esse residia em Juiz de Fora.<sup>347</sup> O crítico literário sergipano inclusive, em um prefácio de um livro de Albino Esteves, elogiou a iniciativa da criação da Academia Mineira de Letras:

Excelente foi a ideia, por exemplo, da fundação da Academia Mineira de Letras, e mais ainda o sistema por ela inaugurado de escreverem os seus sócios notícias dos seus patronos e de outros preclaros escritores dessa terra.

Oxalá que todos os estados do Brasil sigam tão alevantado exemplo.

---

<sup>344</sup> Idem, p. 37.

<sup>345</sup> “Trabalhar e lutar pela pátria através das letras”.

<sup>346</sup> Idem, p. 34.

<sup>347</sup> Idem p. 36.

Por enquanto só Bahia, Pernambuco e São Paulo fundaram, além de Minas, associações congêneres. Que os outros estados os acompanhem.<sup>348</sup>

O patrono escolhido por Lindolfo Gomes para a cadeira número 29 foi Aureliano Pimentel,<sup>349</sup> e tal biografia (que todos os membros deveriam fazer) foi publicada em 1922 na Revista da Academia Mineira de Letras. Aureliano Pimentel fez carreira como professor em Minas Gerais e Rio de Janeiro, morando por dois anos em Juiz de Fora, onde Lindolfo o conheceu. Na ocasião de sua morte, em 1908, Lindolfo escreveu uma quadrinha em homenagem ao amigo que a família queria colocar na lápide de sepultura do mesmo:

“Bendito o que deixou a terra amada  
E, honrando-a, dela nunca se esqueceu  
Ao voltar glorioso da jornada  
Pode dormir no berço em que nasceu.”<sup>350</sup>

Pelos laços de amizade e pelos feitos literários de Pimentel, Lindolfo quis homenageá-lo escolhendo-o como patrono de sua cadeira na Academia e essa questão dos patronos escolhidos também nos remete as redes de sociabilidades existentes no meio literário mineiro. A atitude tomada a título de homenagem ficou de livre escolha dos imortais eleitos e esse fato nos faz pensar que essa escolha se deu mais por esses vínculos sociais do que pelos feitos dos homenageados. Não que tais não tiveram destaque nas letras mineiras,, mas temos que levar em conta que, por serem de livre escolha, se fosse outro imortal, o homenageado poderia ser diferente.

---

<sup>348</sup> GOMES, L. Op. Cit. 1953, p. 39.

<sup>349</sup> Aureliano Pereira Corrêa Pimentel (1830-1908) era natural de São João Del Rei e fez carreira como professor, trabalhando em Ouro Preto e São João Del Rei. Foi convidado pelo imperador D. Pedro II para ser reitor do internato D. Pedro II, foi professor dos filhos da princesa Isabel e assumiu a cadeira de português do Colégio D. Pedro II através de concurso, onde também tentou as cátedras de latim e literatura. Proclamada a República e com a expulsão da família imperial do Brasil, retirou-se do Rio de Janeiro e lecionou em São João Del Rei, Cachoeira de Minas, São Paulo e Juiz de Fora, onde Lindolfo o conheceu. Nessa última cidade foi professor da Academia de Comércio, onde foi fundado um grêmio literário com o seu nome. Ia à missa todas as manhãs e passava as tardes lendo no Parque Halfeld. Andava pelas ruas, já “*velhinho e trêmulo*” com um livro aberto e às vezes nem cumprimentava seus conhecidos por não vê-los. Às vezes cumprimentava a todos que encontrava pelo caminho. Viveu em Juiz de Fora por 2 anos e depois mudou-se para o Rio de Janeiro. Voltou a São João Del Rei, onde faleceu em 30 de dezembro de 1908, aos 78 anos. Além das teses que escreveu para as três cadeiras que concorreu no Colégio D. Pedro II, Pimentel também escreveu infinitos artigos para jornais, todos relacionados à educação, apontamentos históricos sobre a história de São João Del Rei, foi dramaturgo e traduziu muitos clássicos latinos como Cícero, Tito Lívio e Horácio. GOMES, Lindolfo. Traços biográficos de Aureliano Pimentel. **Revista da Academia Mineira de Letras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922. Ano I, n. I. pgs. 103 a 132.

<sup>350</sup> GOMES, Lindolfo. Traços biográficos de Aureliano Pimentel. **Revista da Academia Mineira de Letras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922. Ano I, n. I. pgs. 103 a 132.

Em 24 de janeiro de 1915 a Academia Mineira de Letras foi transferida para Belo Horizonte, com sessão presidida por Álvaro da Silveira,<sup>351</sup> onde, segundo se ajustaria as suas nobres finalidades e onde residia a maioria de seus componentes.<sup>352</sup> Dos acadêmicos, os únicos que votaram para a sua permanência em Juiz de Fora foram os que lá residiam, somados a dois ou três amantes das normas estabelecidas, uma vez que feita a transferência, os estatutos deveriam ser mudados.<sup>353</sup> Eduardo de Menezes em artigo publicado pelo *Jornal do Comércio*, foi claro em sua opinião:

Ouvi a alegação de que o governador do estado favoreceria condições importantes à vida da academia, tal como edifício e auxílios pecuniários sendo a sede em Belo Horizonte. Ora, a cidade de Juiz de Fora é tanto mineira como Belo Horizonte; não há constitucionalmente, nem justa e racionalmente, razões privilegiadas para Belo Horizonte sobre as outras cidades mineiras; quando Belo Horizonte nasceu a nossa cidade já era intelectualmente e sobre todos os demais pontos de vista, honra e glória de Minas; o tesouro do Estado cabe tanto a Belo Horizonte como a Juiz de Fora e suas outras cidades (...).<sup>354</sup>

Gilberto de Alencar também se posicionou nos jornais:

(...) O governo quer dar um prédio à Academia? Quer subvencioná-la? Pois que mande construir o prédio em Juiz de Fora! Pois que a subvencie em Juiz de Fora! Não. A Academia não deve sair daqui. É aqui o seu lugar. Nem se veja nisto bairrismo algum. Bairrismo será o ato dos que desejam protegê-la... em Belo Horizonte. Protejam-na aqui! Eu voto contra a mudança. É bem verdade que a Academia é mineira e pode ter a sede em qualquer ponto do território do estado. Uma vez, porém, que a questão é capricho... caprichemos em que ela, bem ou mal, com prédio ou sem prédio, fique por aqui. (...).<sup>355</sup>

Apesar da transferência para a capital, o fato da Academia Mineira ter sido fundada em Juiz de Fora fez a cidade ganhar outros apelidos ligados a essa particularidade, como “ninho de poetas”, dado por Arthur Azevedo em uma de suas

---

<sup>351</sup> Idem, p. 40.

<sup>352</sup> BARBOSA, L. M. F.; RODRIGUES, M. T. P. Op. Cit. 2009, p. 10 e 18. No momento de sua fundação, pelo menos 18 dos 40 membros moravam em Juiz de Fora. Com a mudança de alguns nomes, no momento da mudança para Belo Horizonte (1915), restaram 15 membros que residiam na cidade. *Jornal do Comércio*, 15 de maio de 1914. Idem, ibidem. P. 224.

<sup>353</sup> *Jornal do Comércio*. Juiz de Fora, 15 de maio de 1914. Citado por BARBOSA, L. M. F.; RODRIGUES, M. T. P. Op. Cit. 2009, p. 24.

<sup>354</sup> MENEZES, Eduardo. *Jornal do Comércio*, 17 de maio de 1914. Citado por BARBOSA, L. M. F.; RODRIGUES, M. T. P. Op. Cit. 2009, p. 25

<sup>355</sup> ALENCAR, Gilberto. *O Pharol*, 16 de maio de 1914. Citado por BARBOSA, L. M. F.; RODRIGUES, M. T. P. Op. Cit. 2009, p. 225.



visitas à cidade, enquanto descia a rua Halfeld de automóvel<sup>356</sup>, ou “*colmeia de intelectuais*”, dado por Francisco de Sales Oliveira, que era juizforano.<sup>357</sup> Esse aliás em um artigo intitulado *Recordando Lindolfo Gomes*, publicado na Revista da Academia Mineira de Letras, enaltece e destaca o cenário intelectual e letrado de Juiz de Fora:

Poetas, escritores, ensaístas, oradores famosos, artistas e educadores, jornalistas de indiscutível merecimento criaram ali um ambiente de estudo, de polêmica, de campanhas cívicas e literárias, que dificilmente será reproduzido.

Homens eminentes, tangidos pelas lutas partidárias ou por outras causas, por ali passaram ou se fixaram, Olavo Bilac, Antônio Carlos, Cesário Alvim, Francisco Bernardino, João Penido, Francisco Valadares, Arthur Azevedo, Silvio Romero, Coelho Neto e tantos outros.

Rui Barbosa não ocultava seu carinho especial pela Manchester, onde realizou, numa das mais belas campanhas cívicas do país, conferências memoráveis.

Assim era Juiz de Fora, oficina de trabalho, colmeia de intelectuais, a cidade cigarra e formiga, na frase elegante de Mário Matos.<sup>358</sup>

Não nos falta exemplos, como esse relato de Francisco de Sales Oliveira, do reconhecimento da vida intelectual florescente em Juiz de Fora. O historiador português Jaime Cortesão, sogro de Murilo Mendes, certa vez declarou se referindo ao cenário intelectual ao qual o genro conviveu desde cedo: “bem se vê que cedo o Murilo sentou-se à mesa dos deuses”. Murilo Mendes, inclusive citou Lindolfo Gomes e Belmiro Braga, como aqui já visto no capítulo anterior, no seu livro *A idade do serrote* como alguns de seus professores que tanto enriqueceram seu aprendizado.<sup>359</sup>

O destaque que a cidade adquiriu no meio letrado e intelectual contou assim, com a participação desses homens de letras, grupo no qual Lindolfo se incluía e possuía laços de amizade. É interessante notar também que esses letrados que fundaram ou fizeram parte da Academia Mineira de Letras estavam envolvidos em todas, ou quase todas as áreas que destacamos no capítulo anterior, ao falarmos da atuação de Lindolfo. Por exemplo, se pegarmos os 12 fundadores da Academia Mineira de Letras, poderemos perceber que muitos deles estavam envolvidos com o desenvolvimento da imprensa em Juiz de Fora, seja fundando jornais ou sendo redatores ou colaboradores dos mesmos.

---

<sup>356</sup> MENEGALE, Henri. Lindolfo Gomes. **Revista da Academia Mineira de Letras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1954, vol. XX. p. 80.

<sup>357</sup> OLIVEIRA, Francisco Sales de. Recordando Lindolfo Gomes. **Revista da Academia Mineira de Letras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1954, vol. XX. p. 98.

<sup>358</sup> Idem, p. 97 e 98.

<sup>359</sup> BARBOSA, L. M. F.; RODRIGUES, M. T. P. Op. Cit., 2002. p. 80 e 87.

Muitos também se destacaram na vida do magistério estando a frente de escolas e grupos escolares, como José Rangel e Estevam de Oliveira. Esses círculos culturais de intelectuais juizforanos, onde o nome de Lindolfo estava envolvido, nos ajuda a entender porque a comparação à Atenas: nada melhor do que um ambiente onde se “respirava cultura” ser comparada a cidade conhecida mundialmente pelo mesmo feito. Enaltecer a cidade nesse sentido, enaltecia também seus letrados.

A amizade desenvolvida entre esses intelectuais também é um ponto que nos chama a atenção, retomando mais uma vez os conceitos de redes de sociabilidades. Almir de Oliveira, no discurso que proferiu na solenidade do centenário da Academia Brasileira de Letras, disse que em certa ocasião estava na Livraria Oliveira quando Belmiro Braga, que também frequentava a livraria, anunciou ao livreiro Hermano Beck: “‘Hermano, agora de manhã já fiz 40 maldades’. Diante da expressão interrogativa do livreiro, ele explicou: ‘Fiz 40 quadrinhas sobre os membros da Academia Mineira de Letras’”.<sup>360</sup> Tais quadrinhas, ao que nos parece, foram as deixadas na sala da Academia no fim da sessão de 6 de maio de 1911 e publicadas pelo jornal *Pharol*, do dia 23 do mesmo mês, com o título *Cavacos Acadêmicos*:

Nosso amigo João Monteiro,  
Mesmo tendo desistido,  
Vem causar este salseiro,  
Este tremendo alarido.

Dilermano fala, fala,  
Fala o Lindolfo também,  
E nós todos nesta sala,  
A todos dizendo: Amém!

Machado levanta o cabo  
E o Carmo Gama retruca!  
Que leve os dois o diabo,  
Metidos numa cumbuca.

Franquilin, o gorduchão  
Lá da Serra de Lenheiros,  
Disse solene: São João!  
Lá se foi um companheiro!  
O moço do Mar de Espanha  
Vai falar por dez Josés!  
Eu digo assim: não me apanhas!  
Vou, fugir a quatro pés!

---

<sup>360</sup> OLIVEIRA, A. Op. Cit. p . 16.

Deste enredo e cipós  
Tu não sabes, Amarajós!

Meu Deus, que burburinho!  
Fala o Machado Sobrinho.

Isto é sessão ou chinfrim!  
Diz o gordo Franquilin.

Que sessão! Entorna o caldo  
E sabe molhado o meu Aldo!

A chumusco anda cheirando  
Essa sessão, Dilermano!

Tomo um banho de salmoura,  
Findando o Pinto Moura.

Lá se foi o nosso horário!  
Vou-me embora e levo o Mário.  
E vou já cair num golfo,  
Para fugir do Lindolfo.

Finda a sessão amanhã,  
Pois vai já falar o Brant.

E, meu Deus, eu tenho pena,  
Do Ludolf e do Massena.

Porque são tais os revezes,  
Que ficou rouco o Menezes.

Não é chinfrim! Isso é praga:  
- Aí vem o Belmiro Braga!

Obs: os dois últimos versos são de Franklin Magalhães.<sup>361</sup>

### 3.4. “Barcelona Mineira”

Outro apelido dado a Juiz de Fora veio de Rui Barbosa quando esse visitou a cidade em 1919 e em um de seus discursos usou a denominação “*Barcelona Mineira*” para se referir à cidade, em elogio ao seu desenvolvimento comercial.<sup>362</sup> Dornevily

---

<sup>361</sup> Retirado de GOMES, L. Op. Cit. 1953, p. 40, 41.

<sup>362</sup> BARBOSA, Rui. Declaração no livro de visitas da Associação Comercial de Juiz de Fora em 3 de abril de 1919. Citado por SILVA, T. V. Z. Op. Cit. p. 102.

Nóbrega cita o trecho do discurso do estadista, realizado no momento em que abria o livro de impressão da Associação Comercial:

Sinto a impressão de uma honra indizível com a fortuna, que me cabe, de abrir esse livro. Em Juiz de Fora, a Barcelona Mineira, a cidade mineira da indústria, do operariado e das reações literárias, a Associação Comercial é o coração das forças produtoras, em cujo futuro se contém o porvir do Estado.<sup>363</sup>

Paulino de Oliveira nos conta que já em 1870, segundo uma relação enviada ao Governo da Província, Juiz de Fora possuía 190 estabelecimentos comerciais e industriais,<sup>364</sup> além de um mercado (feira livre).<sup>365</sup> Para Carlos Eduardo Klôh Júnior “a estrutura comercial que se instalou na cidade passou a atender uma demanda de mercado interno, oriunda de altos níveis de monetização da economia, após 1888”,<sup>366</sup> e completa afirmando que as grandes casas atacadistas foram as grandes responsáveis por Juiz de Fora alcançar, no início do século XX, “o status de centro comercial e urbano mais importante do complexo que se verificou na Zona da Mata Mineira”.<sup>367</sup>

Haviam também as chamadas “casas comerciais” que, além de serem denominadas estabelecimentos comerciais como os outros existentes na cidade, começaram a fabricar vários produtos, ajudando e aproveitando o crescente desenvolvimento industrial da cidade e região. As duas casas comerciais de maior destaque na cidade foram a Cia Renato Dias (ver foto 5) e a Cia Dias Cardoso (ver foto 6), ambas estabelecimentos que vendiam no atacado e no varejo e estavam localizadas na rua Halfeld. A Cia Renato Dias, além de comercializar toda gama de produtos desde alimentos a material para obras, possuía uma refinaria de açúcar, uma fábrica de balas e uma de ferraduras. Já a Cia Dias Cardoso foi um “importante estabelecimento gráfico, com seção de papelaria e livraria” e possuía “o melhor conjunto de máquinas do Estado

---

<sup>363</sup> NÓBREGA, Dormevilly. *Reverendo o passado: memória juiz-forana*. 2ª série. Citado por BARBOSA, L. M. F.; RODRIGUES, M. T. P. Op. Cit., 2002. p. 305.

<sup>364</sup> Tais estabelecimentos eram: 107 casas de negócio, 13 mascate de fazenda, 4 mascate de joias, 2 oficinas de marceneiro, 7 oficinas de ferreiro, 1 fábrica de cerveja, 6 olarias, 2 carneiros, 2 sapateiros, 2 fábricas de fogos, 5 farmácias, 2 funileiros, 2 alfaiates, 2 barbeiros, 2 padarias, 2 charuteiros, 8 hotéis, 3 fábricas de carroças, 1 fábrica de chapéus de sol, 1 casa de lavar chapéus, 3 relojoeiros, 2 cambistas, 1 livreiro, 3 seleiros, 1 ourives, 1 bilhar, 1 casa bancária e 1 alcochoeiro. OLIVEIRA, P. Op. Cit. 1953. p. 106.

<sup>365</sup> OLIVEIRA, P. Op. Cit. p. 106.

<sup>366</sup> KLÔH JÚNIOR, Carlos Eduardo. **Estrutura comercial e desenvolvimento industrial em Juiz de Fora (1888 – 1920)**. P. 9. Disponível em <<http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-3a3.pdf>>. Acesso em 2015.

<sup>367</sup> Idem, p. 11.

de Minas e, talvez do Brasil. No ramo, executava qualquer trabalho”.<sup>368</sup> A Cia chegou a publicar três obras de Lindolfo Gomes (“*Contos populares brasileiros*”, de 1918; “*Alguns subsídios gramaticais e exercícios complementares*”, de 1929 e “*A tradicional Fazenda de São Mateus em Juiz de Fora*”, de 1933), além de receber muitas encomendas de outros estados, principalmente de livros brancos para bancos e repartições municipais, fazendo também livros de todos os gêneros, científicos e literários.<sup>369</sup> Além dessas atividades, ela era também a representante de vários bancos estrangeiros na cidade, tinha filiais em Uberaba, Rio de Janeiro e Belo Horizonte e fabricava também artigos de papelaria, fumos, livros caixas, etc.<sup>370</sup>



**Foto 5:** Cia Renato Dias.

Fonte: [www.mariadoresguardo.blogspot.com.br](http://www.mariadoresguardo.blogspot.com.br)  
Acesso em 2015.



**Foto 6:**

Cia Dias Cardoso. Foto de 2007.  
Fonte: OLENDER, M. Op. Cit., p. 233.

O eminente desenvolvimento comercial de Juiz de Fora fez serem fundadas na cidade duas instituições importantes para as áreas industrial e comercial. A primeira foi a Associação Comercial, fundada em 1896 e que teve suas primeiras reuniões realizadas nas empresas de seus fundadores até ter um prédio próprio, alugado na rua Halfeld, onde funcionou até 1919 quando a sua sede foi construída na praça João Pinheiro (ver foto 7). Com a obra a cargo da firma Pantaleone Arcuri & Spinelli, sendo Pantaleone Arcuri um dos mais atuantes membros da associação, no alto há a representação alegórica dos três

<sup>368</sup> LOPES, Oscar Pereira. O comércio na rua Halfeld. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: ano VII, n. 7, dez. 1973.

<sup>369</sup> Idem, p. 112. A Cia Dias Cardoso publicou, por exemplo, diversos relatórios da prefeitura de Juiz de Fora (1932, 1934, 1935, 1936, 1939, 1940, 1941 e 1943); as resoluções da Câmara Municipal de Juiz de Fora, de 1928; publicações da Escola de Engenharia de Juiz de Fora (1928) e do Colégio Granbery (1928); além de um breve histórico da Cia Mineira de Eletricidade (1933); um livro de José Bonifácio de Andrade e Silva (“*Os Penidos de Juiz de Fora*” – 1945) e o livro “*História de Juiz de Fora*”, de Paulino de Oliveira, em 1983.

<sup>370</sup> KLÔH JÚNIOR, C. E. Op. Cit. p. 14.

setores que faziam parte da instituição: o comércio, de pé, representado pelo deus Hermes (ou Mercúrio), seu protetor, e sentadas ao lado as alegorias à indústria, na direita, e à agricultura, na esquerda.<sup>371</sup> A sede ainda conta com toda a pintura interna de Ângelo Bigi, artista que posteriormente também ornamentou o interior do Cine Theatro Central.<sup>372</sup>



**FOTO 7:** Associação Comercial, Raphael Arcuri, 1917.  
Fonte: OLENDER, M. Op. Cit., p. 234.

A outra instituição foi o Banco de Crédito Real de Minas (ver fotos 8 e 9), sendo essa a primeira casa de crédito real na província e, segundo Lindolfo Gomes, “um dos principais sustentáculos do atual e estupendo desenvolvimento da economia mineira”.<sup>373</sup> Com a iniciativa de João Ribeiro de Oliveira e Souza, Barão de Monte Mário, Francisco Batista de Oliveira e Manoel Matos Gonçalves, a primeira reunião do banco aconteceu em 18 de setembro de 1888, tendo como seus primeiros diretores Barão de Monte Mário, Barão de Santa Helena e Bernardo Mascarenhas. Começou a funcionar em 5 de novembro de 1889 em um prédio na rua Direita (atual avenida Rio Branco), e colocou Juiz de Fora também em destaque no comércio bancário no Brasil, pois eram poucos ainda os bancos existentes no país e mesmo assim, esses apresentavam uma organização deficiente, sendo cópias dos bancos estrangeiros adaptados à conjuntura do país.<sup>374</sup> Nas palavras de Lindolfo Gomes, o banco, uma “criação fundamentalmente juizforense”, alcançou a

<sup>371</sup> OLENDER, M. Op. cit. p. 234.

<sup>372</sup> Sobre as pinturas de Bigi na Associação Comercial ver OLENDER, M. Op. Cit.

<sup>373</sup> GOMES, Lindolfo. Nótula. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 29 de abril de 1941.

<sup>374</sup> ALVARENGA FILHO, José Tostes de. História do Banco de Crédito Real de Minas Gerais – S.A. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, ano III, n. 3, jun. 1967. P. 78-81.

“confiança da população local, como a de todo o estado, dada a excelência de sua modelar organização, de seus modernizados planos de operações e aos vantajosos benefícios que veio proporcionar às classes conservadoras” que “por meio de empréstimos, auxílios e transações várias”, tem “permitido maior desenvolvimento e garantia em suas atividades”.<sup>375</sup>

A fala de Lindolfo acima nos leva a discorrer sobre um ponto relevante na forma que ele “entendia” Juiz de Fora. Em seus escritos sobre a cidade, nos é claro que ele percebia a atmosfera econômica que Juiz de Fora estava inserida (como mostramos acima), mas não destaca esse ponto especificamente. Nesse exemplo do Banco de Crédito Real, o importante, para ele, seria destacar a instituição em si: sua história, seus fundadores e suas atividades, sua estética e a sua importância cultural, sem entrar em pormenores no seu papel como instituição financeira, apesar de reconhecer tal importância. Apesar de ter destacado o papel do banco e a sua importância para o desenvolvimento financeiro da cidade, sua *Nótula* foi para comemorar o 50º aniversário da instituição e agradecer o recebimento de um livro sobre a história do banco escrito para tal comemoração. No artigo, além de destacar os nomes de seus fundadores e diretores, nos chama a atenção o fato dele mostrar que um banco respeitado em todo o estado foi criado em Juiz de Fora, e esse fato não ocorreria se a cidade não estivesse preparada. Assim como destacava mais a importância do Estado Novo de Getúlio para a área cultural do que para a política, como mostrado no capítulo 1, aqui, ele destacava mais os aspectos culturais do Banco de Crédito Real do que seu potencial econômico.

Como falamos na introdução desse capítulo, tais apelidos à Juiz de Fora foram dados para destacar a cidade em determinadas áreas por pessoas relacionadas à tais setores. Nesse caso especificamente, ao comparar a cidade mineira com a cidade de Barcelona, conhecida por seu grande desenvolvimento comercial, Rui Barbosa acabou chamando mais ainda a atenção para a cidade que já vinha tendo um desenvolvimento comercial considerável. Como não fundar a Associação Comercial do estado na cidade que ficou conhecida como a “Barcelona Mineira”? Se a cidade é tão próspera, porque não fundar o Banco de Crédito Real na mesma? Essa valorização atraía mais investimentos para a região e esses investimentos faziam o setor crescer mais, levando nesse crescimento toda a elite comercial e econômica da cidade a quem Rui Barbosa se dirigiu no discurso citado acima.

---

<sup>375</sup> GOMES, Lindolfo. *Nótula*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 12 de outubro de 1939.



**Foto 8:**

Banco de Crédito Real de Minas – 1903.  
 Fonte: [www.mariadoresguardo.com.br](http://www.mariadoresguardo.com.br)  
 Postais Tribuna de Minas -2001. Acesso 2016.



**Foto 9:**

Banco de Crédito Real de Minas – 1930.  
 Fonte: [www.mariadoresguardo.com.br](http://www.mariadoresguardo.com.br)  
 Arquivo Ramon Brandão. Acesso 2016.

### 3.5 - “Manchester Mineira”.

Com grande destaque industrial, como mostrado na ode de Lindolfo no início do capítulo, “a denominação Manchester, pela qual também é conhecida nossa cidade, lhe foi conferida em vista da grande importância de seu parque industrial, relativamente considerado o maior do Brasil, assim como a Manchester britânica o é da Inglaterra”.<sup>376</sup> Assim Lindolfo Gomes justificou o apelido de Juiz de Fora respondendo a uma carta enviada por um leitor a ele. A comparação porém, que foi dada por Mr. Morrit, um dos fundadores da antiga *Fábrica dos Ingleses*, ocorreu não por Juiz de Fora ser na época a cidade mais industrial do estado, mas em recordação ao nome de sua cidade natal e na suposição, confirmada depois, de que ali se concentraria o grosso da indústria têxtil de Minas Gerais.<sup>377</sup> A *Fábrica dos Ingleses*, chamada oficialmente *Fábrica de Tecidos Industrial Mineira*, pertencente ao consórcio Morrit, Stiele & Withaker, foi a primeira fábrica de tecidos de Juiz de Fora. A tecnologia empregada era a mais moderna na época e a fábrica chegou a utilizar uma turbina hidráulica inédita no Brasil que aproveitava a

<sup>376</sup> GOMES, Lindolfo. Nótula. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora: 30 de janeiro de 1940.

<sup>377</sup> OLIVEIRA, P. Op. Cit. 196  
 6. P. 25.



força gerada pela queda d'água da cachoeira do Ribeiro da Cascata para gerar energia elétrica para alimentar as máquinas e fornecer eletricidade para a fábrica antes da existência da usina hidrelétrica de Bernardo Mascarenhas<sup>378</sup>, a primeira da América Latina.

Cabe ressaltar aqui que Lindolfo Gomes, como mostramos em uma citação na introdução desse trabalho, mostrou que a comparação de Juiz de Fora com a cidade inglesa foi feita também por outros nomes, como Antônio Sales, que também a chamou de “Manchester Mineira”; Rui Barbosa, que usou a expressão “Manchester Brasileira” e Melo Viana que se referiu a cidade como “rainha das indústrias”.<sup>379</sup>

O introdutor da indústria em Juiz de Fora foi Mariano Procópio Ferreira Lage com a construção da estrada União Indústria, iniciada em 1856, pela Companhia do mesmo nome e que “passou a escoar a maior parte da produção cafeeira de Minas Gerais, [e] consolidou Juiz de Fora como ‘o grande entreposto cafeeiro da época’ do estado”.<sup>380</sup> Ainda sobre esse destaque, citamos Mônica Oliveira que se referia a Juiz de Fora como o principal centro econômico e político da Zona da Mata e que

apresentava um desenvolvido setor de comércio e prestação de serviços, cuja industrialização já avançava com a coexistência das simples manufaturas domésticas, e uma produção industrial mais organizada com investimento de capitais em maquinários e mão-de-obra. A cidade ainda possuía a característica de principal ponto de escoamento da produção cafeeira para o Rio de Janeiro. Possuía um eficiente sistema de transportes com uma boa estrada de rodagem que levava à Corte, a União e Indústria, e, principalmente, a Estrada de Ferro D. Pedro II, valorizava muito a região e facilitava cada vez mais o fluxo da produção. Portanto, Juiz de Fora era um centro de interesses econômicos, tanto da aristocracia cafeeira como dos setores mais dinâmicos, representados pela burguesia industrial.<sup>381</sup>

Esses fatores de desenvolvimento e o seu grande potencial aguçaram os interesses de Bernardo Mascarenhas, um jovem industrial da região central do estado, que adquiriu um terreno às margens da União Indústria, onde construiria a primeira usina hidrelétrica da América Latina, a Usina de Marmelos (ver fotos 10), e um segundo lote onde se

---

<sup>378</sup> SAMPAIO, Júlio César Ribeiro. Desafios da proteção do patrimônio cultural industrial de Juiz de Fora. **Revista CPC**. São Paulo: n. 14, maio/out. 2012. p. 78.

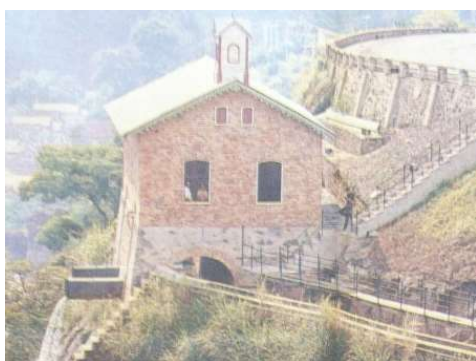
<sup>379</sup> GOMES, Lindolfo. Nótula. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 30 de janeiro de 1940.

<sup>380</sup> OLENDER, M. Op. Cit. p. 50.

<sup>381</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Imigração e indústria: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920). Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 1999, p. 89. Citado por OLENDER, M. Op. Cit. p. 50.

instalaria uma fábrica de tecidos, a Cia Têxtil Bernardo Mascarenhas (ver foto 11). Além da usina ter sido usada para alimentar as fábricas da cidade, ela acabou servindo também para um outro fator que fez Juiz de Fora ser destaque nas manchetes nacionais: promover a iluminação pública do município. Em carta enviada a um de seus familiares, Mascarenhas mostrava claramente seus objetivos em Juiz de Fora:

Em maio próximo realizarei minha mudança para Juiz de Fora, onde vou instalar a iluminação elétrica da cidade, aproveitando a força hidráulica do Paraibuna, uma légua abaixo da cidade, para mover os dínamos. Pretendo também transmitir a força elétrica para pequenas indústrias da cidade, de maneira que à noite os dínamos transmitirão luz e de dia força, para a qual já tenho contrato com a Câmara Municipal por 29 anos. Me considerarei muito feliz, se for o primeiro a transmitir força elétrica, praticamente utilizável, no Brasil e talvez na América do Sul.<sup>382</sup>



**Fotos 10:** Usina de Marmelos.

Fontes: *O Globo*. 8 de março de 1990. Foto de Jorge Marinho. E acervo pessoal.



**Foto 11:** Cia Têxtil Bernardo Mascarenhas em 1888.

Fonte: *Tribuna de Minas*. 23 de fevereiro de 1986.

<sup>382</sup> ARANTES, Luiz Antônio do Valle. A fábrica e a luz. In: NEVES, José Alberto Pinho; et. ali. **Juiz de Fora**: história, texto e imagem. Juiz de Fora: Funalfa, 2004. P. 65.

Tal iniciativa foi um passo importante no desenvolvimento industrial de Juiz de Fora, pois se antes a cidade já apresentava características que atraíam pequenos industriais, com a possibilidade das indústrias serem movidas por força hidráulica, a instalação dessas cresceu significativamente. Para citar apenas algumas de proporções maiores, em 1889 instalava-se a Mecânica Mineira (ver foto 12) fundada por Belisário Pena, considerada o “mais importante estabelecimento mecânico de Minas Gerais”,<sup>383</sup> e a Pantaleone Arcuri & Timponi, de 1895, que representou um importante complexo industrial e habitacional na rua Espírito Santo. (Ver foto 13). Novamente a questão que destacamos a pouco: a valorização da cidade ao receber o apelido de “Manchester Mineira” a fez se desenvolver ainda mais no setor industrial, atraindo indústrias e investimentos para a região.

A industrialização de Juiz de Fora ajudou a montar ainda um novo cenário urbano que acabou caracterizando também a arquitetura da cidade. Rachel Jardim conta que “Juiz de Fora tinha casas e fábricas de tijolo vermelho. Era chamada a Manchester brasileira. Anos depois fui parar na Manchester verdadeira e reconheci ali as casas e as fábricas tão familiares à minha juventude”.<sup>384</sup>

O desenvolvimento industrial deu ainda a Juiz de Fora um destaque especial no estado. Em 1910, noticiando a fundação da Academia Mineira de Letras, S. de O. escreveu no jornal *Gazeta de Uberaba* sobre esse desenvolvimento:

(...) Ainda na Exposição Nacional [de 1908, no Rio de Janeiro], vendo-se o que expunha Minas, o visitante quedava-se satisfeito, contemplando as vitrinas em que se viam coisas de Juiz de Fora. Trabalhos de marcenaria, manufaturas finíssimas, vinho e cerveja, trabalhos de agulha, tudo que prendia a atenção era de Juiz de Fora. (...)<sup>385</sup>

---

<sup>383</sup> FAZOLATTO, Douglas. Juiz de Fora: imagens do passado. Juiz de Fora: Funalfa, 2003, p. 72. Citado por: OLENDER, M. Op. Cit. p. 52.

<sup>384</sup> Citado por OLENDER, M. Op. cit. p. 52.

<sup>385</sup> S. de O. *Gazeta de Uberaba*, 22 de maio de 1910. Citado por BARBOSA, L. M. F.; RODRIGUES, M. T. P. Op. Cit., 2009, p. 111.



**Foto 12:** Mecânica Mineira. Década de 1890.

Fonte: [www.mariadoresguardo.com.br](http://www.mariadoresguardo.com.br). Acesso em 2015. Arquivo Bianca Barreto.



**Foto 13:** Cia. Pantaleone Arcuri & Spinelli, postal, s.d.

Fonte: OLENDER, M. Op. Cit., p. 55

Novamente aqui, Lindolfo não entra em pormenores na atividade industrial de Juiz de Fora, mas faz menção à ela. Interessante notar que ao falar dos apelidos que Juiz de Fora recebeu ao longo de sua história, Lindolfo o faz para, além de dar uma informação histórica sobre o município, também destaca a cidade. A citação que abre esse tópico, retirada de uma *Nótula* escrita em 1940, foi feita por Lindolfo ao responder um leitor que lhe havia perguntado sobre tais apelidos de Juiz de Fora. Como justificativa para o de “*Manchester Mineira*”, Lindolfo citou a importância de seu parque industrial. No entanto, no final da mesma coluna terminou da seguinte forma: “Eis, o informe desejado pelo amável consulente, (...) que tão interessado se mostra em conhecer coisas da história local, e, para tanto, no caso, lhe aprouve recorrer ao meu pobre manancial”.<sup>386</sup> Podemos perceber, assim, que Lindolfo realiza seu papel de historiador tradicional, preocupado em

---

<sup>386</sup> GOMES, Lindolfo. *Nótula*. *Diário Mercantil*. 30 de janeiro de 1940.

conhecer e repassar a história de sua cidade. Para tanto, reconhece a importância econômica de sua cidade, mas as suas informações estão mais ligadas à história da formação de Juiz de Fora e à história de seus muitos apelidos do que ao seu destaque econômico nos séculos XIX e XX.

### 3.6 – “Princesa da Província”, “Princesa de Minas” e “Princesa do Paraibuna”

Juiz de Fora soube, pelo esforço e tenacidade de seus fundadores, pela munificência de seus grandes beneméritos, pela indústria poderosa e florescente, pelo seu comércio empreendedor e honesto, pela galhardia de seus administradores e por esse pugilo de cabeças pensantes, que aqui se encontram, conquistar o alto renome de Princesa do Paraibuna e o primado do solo mineiro.”<sup>387</sup>

Assim Juiz de Fora foi descrita no *Jornal do Comércio* em 1908 e no *Anuário Histórico-Chorográfico de Minas Gerais* em 1909.

No livro de Paulino de Oliveira, *História de Juiz de Fora*, o autor chamava a cidade de *Princesa da Província* pelo seu destaque na região. Segundo sua narrativa, em 1861, a cidade era a terceira na província em arrecadação, perdendo apenas para Ouro Preto e São João Del Rei. No entanto, já em 1870, nenhum outro município se equiparava a ela, por isso o título dado, pois “deixando de lado o abominável conservadorismo em que se mantinham os municipalistas de Minas, acorrentados a uma lei retrógrada que os obrigava a manter um Código Tributário anacrônico”, em Juiz de Fora só se pensava no progresso da cidade.<sup>388</sup>

Já o título *Princesa de Minas* dado pelo Visconde de Ouro Preto no discurso que proferiu na ocasião da inauguração do Teatro Juiz de Fora,<sup>389</sup> está imortalizado também no *Hino de Juiz de Fora*, assim como várias das outras características da cidade, com letra de Lindolfo Gomes e música de Duque Bicalho:

Viva a Princesa de Minas!  
Viva a bela Juiz de Fora!  
Que caminha na vanguarda  
Do progresso estrada a fora.

Das cidades brasileira

<sup>387</sup> **Jornal do Comércio**. Juiz de Fora: 22 de março de 1908, p. 1 e **Anuário Histórico-Chorográfico de Minas Gerais**. 1909, pgs. 573-574.

<sup>388</sup> OLIVEIRA, P. Op. Cit. 1953. p. 95.

<sup>389</sup> GUIMARÃES, Heitor. *Hebdomada*. In: *O Pharol*, 26 de dezembro de 1909. Citado por BARBOSA, L. M. F.; RODRIGUES, M. T. P. Op. Cit. 2009, p. 42.

Sendo a mais industrial,  
Na cultura e no trabalho  
Não receia outra rival.

Os seus filhos operosos  
Asseguram-lhe o porvir,  
Para vê-la grandiosa  
Nunca têm mãos a medir...  
Demos palmas, demos flores  
Aos encantos da Princesa!  
Ela é rica de primores  
Da poesia e da beleza.

É a cidade aclamada,  
Do trabalho e da instrução,  
É do Cristo abençoada  
Sob o sol da religião.<sup>390</sup>

No hino podemos ver claramente a exaltação dada à Juiz de Fora. Como explicado no capítulo 2, foi confiado a Lindolfo a tarefa de escrevê-lo pelos laços e redes de poder políticas que ele estava envolvido. Por se tratar do hino da cidade, algo que ficaria perpetuado para as gerações futuras, era necessário uma letra que enaltecesse tudo aquilo que a cidade tinha de mais importante, ou seja, seus pioneirismos e a ideia de ser uma cidade de vanguarda. Lindolfo, ao se ligar a escrita dessa história oficial que buscava destacar exatamente o que a cidade tinha de mais importante, foi escolhido então para tal tarefa.

Lindolfo Gomes nos relata também, em uma de suas *Nótulas* (a que citamos acima ao falarmos da *Manchester Mineira*) que o designativo *Princesa de Minas* pertencia historicamente à cidade de Campanha, no sul do estado, que, segundo ele “em tempos remotos era considerada a mais importante da nossa antiga província e em homenagem a certa princesa do Beira, segundo afirmavam”. No entanto, continua,

Vai para alguns anos, o saudoso comediográfico Arthur Penna escreveu uma revista local, representada com êxito no já não existente teatro Novelli, à qual deu o título de “Princesa de Minas”, pondo em relevo a importância material e cultural de nossa cidade.

O designativo pegou e teve grande repercussão em nosso ambiente social e jornalístico. E, desde então, Juiz de Fora ficou promovida de “Princesa do Paraibuna” a “Princesa de Minas”, em detrimento da tradição da localidade sul mineira, assim designada e que em 1840

---

<sup>390</sup> Hino à Juiz de Fora.

fora elevada à cidade com a denominação de Campanha da Princesa do Rio Verde”.<sup>391</sup>

*Princesa do Paraibuna* foi a denominação dada por Afonso de Taunay, em 1934 quando descrevia o escudo da cidade: “A coroa principesca relembra a antonomásias, prestigiosa e gentil de ‘Princesa do Paraibuna’, atribuída à Juiz de Fora”.<sup>392</sup> Sobre o escudo, ou brasão de Juiz de Fora aliás, tem uma particularidade que devemos destacar, pois conta com a participação de Lindolfo Gomes. A cidade teve, ao longo de sua existência, três escudos. O primeiro é de 1893, onde através da resolução n. 148, o chefe do executivo mandou compor “para a Câmara ver e decidir afinal, o projeto de armas e insígnias do município”. Em tal brasão se via “a imagem da montanha principal que domina a cidade, a Constelação do Cruzeiro no horizonte, estrelas que representem os Distritos e a inscrição ‘Patria et civitas’”, com as “cores nacionais em combinação apropriada”. Paulino lembra que nenhuma lei posterior aprovou tal brasão, mas o mesmo apareceu em vários impressos municipais, porém com a imagem do Cristo Redentor, o que provaria ter ele sido feito apenas depois de 1906, quando o monumento ao Cristo foi erguido.<sup>393</sup>

Em 1934, Lindolfo Gomes sugeriu diretamente ao então prefeito Menelick de Carvalho a retificação do antigo brasão, por faltarem nele “características heráldicas e evocações históricas, como por já não pertencerem ao Município três dos distritos que nele figuravam”. Assim, ficou encarregado do trabalho Afonso de Escagnole Taunay, escritor, historiador e heráldico, tendo sido também membro da Academia Brasileira de Letras. (Ver foto 14).<sup>394</sup>

Apesar do escudo ter sido realizado por Taunay, o mesmo foi realizado após um questionamento de Lindolfo Gomes, que por ser um estudioso da história da cidade, percebia que o primeiro brasão deixava de fazer referências a importantes pontos da história de Juiz de Fora, como as referências ao rio Paraibuna, a industrialização, ao café, a importantes personagens da cidade e também aos nomes e apelidos, representados pela figura de Santo Antônio, da coroa e do magistrado. Por ser um heráldico respeitado na época, logicamente Taunay realizou estudos sobre a cidade para realizar o brasão, mas nada impede de ter tido o auxílio de Lindolfo Gomes, mesmo que seu nome não apareça

---

<sup>391</sup> GOMES, Lindolfo. Nótula. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 30 de janeiro de 1940.

<sup>392</sup> Citado por OLIVEIRA, P. Op. Cit. 1953. p. 269.

<sup>393</sup> OLIVEIRA, P. Op. Cit. 1953. p. 281 e 282.

<sup>394</sup> Para a descrição do antigo brasão de Juiz de Fora e o trabalho realizado por Taunay, consultar: OLIVEIRA, P. Op. Cit. 1953. p. 282 e 283.



oficialmente na realização de tal brasão. Essa passagem não nos deixa dúvida das redes de poder que Lindolfo se inseria. Ele não fazia parte da burocracia política municipal, mas mantinha contato direto com o prefeito da cidade. Suas considerações não só foram levadas em conta como acabaram por fazer a cidade elaborar um novo brasão. Esses símbolos, como o brasão ou como o hino das cidades, são representações políticas importantes para as localidades e suas esferas de poder. Ao participar da elaboração de ambos em Juiz de Fora, podemos perceber o papel que Lindolfo adquiriu dentro dos ciclos políticos da cidade. Ao mesmo tempo, sua participação também dava l, uma vez que estava sendo feita por alguém que possuía boas relações nos ciclos intelectuais e que também mantinha um contato com as camadas populares ao buscar no meio dessas histórias ligadas à origem do município.



**Foto 14:** Antigo Brasão de Juiz de Fora.

Fonte: [www.mariadoresguardo.blogspot.com.br](http://www.mariadoresguardo.blogspot.com.br). Acesso em 2015. Arquivo de Helô Lima.

Já o terceiro brasão da cidade, usado até os dias atuais, teve o projeto de autoria de Almir de Oliveira (também considerado como “homem-memória” de sua época, como Lindolfo havia sido anteriormente), executado por Alberto Lima e aprovado pela Câmara e o executivo municipal em 16 de junho de 1969<sup>395</sup>. (Ver foto 15). Nesse novo brasão, podemos perceber a referência aos bandeirantes (que abriram o caminho no qual Juiz de Fora nasceu), à religiosidade da cidade (com a presença do monumento do Cristo redentor), ao magistrado que dera nome à cidade (através do símbolo da justiça), à Cia

---

<sup>395</sup> Disponível em: <<http://www.juizdeforasempre.comunidades.net/brasao-de-jui-de-fora>>. Acesso em: 2015.



União Indústria, à Cia Mineira de Eletricidade, à Bernardo Mascarenhas, ao rio Paraibuna, à economia cafeeira da região e aos diversos imigrantes que ajudaram a formar a cidade (através das cores apresentadas na imagem). As datas recordam o ano de abertura do Caminho Novo – 1701 – e a criação do município – 1850; e o escrito significa “Pela pátria e pela cidade”.<sup>396</sup>



**FOTO 15:** Brasão do Município de Juiz de Fora.  
Fonte: <<http://www.pjf.mg.gov.br>>

Juiz de Fora ainda foi “elevada” de “princesa” para “rainha” por Arthur Azevedo em sua segunda visita a cidade em 1907: “Juiz de Fora que já no tempo da minha primeira visita, era um importante centro comercial e industrial, progrediu maravilhosamente: é uma cidade importante e se tornou a capital intelectual de Minas. Já não é a Princesa, mas a Rainha do Paraibuna”.<sup>397</sup>

---

Esses apelidos nos faz entender como Juiz de Fora se destacava no final do século XIX e no século XX. Mesmo sendo uma cidade de interior, conseguiu por muitos anos se sobrepor mais que a própria capital mineira, Belo Horizonte, e todo o luxo e regalias que a elite cafeeira e depois industrial implantou na cidade, espelhando-se no Rio de Janeiro, acabou por “civilizar”, ou “europeizar” a cidade, dando-lhe os apelidos de “Europa dos pobres”, “Atenas Mineira”, “Barcelona Mineira” e “Manchester Mineira”. A cidade “construía então a sua imagem de tal modo que do ângulo que se olhasse a imagem da

---

<sup>396</sup> Informações retiradas de <<http://www.pjf.mg.gov.br>>. Acesso em 2015.

<sup>397</sup> FAZOLATTO, Douglas, Juiz de Fora: imagens do passado. Citado por BARBOSA, L. M. F; RODRIGUES, M. T. P. Op. Cit. 2002. P. 303.

Europa estaria sempre presente”.<sup>398</sup> Comparada ao Rio de Janeiro e considerada até superior à capital do próprio estado em alguns quesitos, Murilo Mendes arriscou dizer que Juiz de Fora antecipou-se à São Paulo em alguns pontos da industrialização, já que “conta com uma usina hidrelétrica, além de muitas fábricas de tecido, de cerveja, de móveis, etc.”<sup>399</sup>

Foi nesse cenário e ambiente que Lindolfo viveu, trabalhou e produziu. Ele contribuiu para a difusão do saber na cidade e para o desenvolvimento da cultura na mesma, seja trabalhando no magistério, seja escrevendo sobre cultura, arte e literatura nos jornais que colaborava, seja participando dos acontecimentos que fizeram a cidade se destacar, como ter sido um dos fundadores da Academia de Letras. Ele participou da “construção” da imagem de Juiz de Fora (como destacado acima por Teresinha Silva) como uma cidade pioneira e de destaque no estado. Lindolfo obteve reconhecimento como intelectual, homem de letras e, como usamos anteriormente, “homem-memória” de Juiz de Fora. Tal reconhecimento somado a seus ciclos sociais e redes de poder as quais se inseriu acabaram qualificando-o para ser um daqueles que contariam para as gerações futuras as origens de Juiz de Fora. Por isso ter sido autor do hino da cidade, ter aceito pelo prefeito a sugestão de mudar o brasão do município e de ter sido convidado a escrever o livro *História de Juiz de Fora*, só não o fazendo por já estar com a saúde debilitada, são fatos que não se deram por acaso.

Ligar o nome de Lindolfo a esses feitos ainda nos dá uma ideia de tentativa de exaltar a cidade em um período que ela não respirava mais ares tão prósperos (década de 1930). Lindolfo escrevia para e à serviço de uma elite intelectual e financeira (por isso era procurado pela prefeitura) mas ao mesmo tempo percebemos críticas tecidas às atitudes da mesma, como por exemplo, a sua luta em preservar a Fazenda Velha, casarão que para muitos, atrapalhava o progresso da cidade. Desde o início do século XX ele já mostrava preocupações com o que o progresso exagerado geraria. Ele louva sim a Juiz de Fora do progresso, mas ao mesmo tempo, ele se preocupa com os seus efeitos. Por isso o seu viés preservacionista.

Não se pode esquecer também que as manifestações artísticas sempre foram destacadas por Lindolfo. Em uma de suas várias *Nótulas*, disse:

---

<sup>398</sup> SILVA, T. V. Z. Op. Cit. p. 102.

<sup>399</sup> MENDES, Murilo. A idade do serrote. p. 957. Citado por: SILVA, T. V. Z. Op. Cit. p. 102.

Por tudo isso e muito mais ainda, assiste-nos plena razão para afirmar, como bastas vezes o temos feito, que Juiz de Fora, sendo, como é, a “Manchester brasileira” das grandes fábricas e de numerosas e importantes casas comerciais, não tem deixado de ser, desde épocas remotas, um centro literário e artístico de primeira ordem, cujas tradições devem ser mantidas sempre com entusiasmo e fulgor.<sup>400</sup>

Essa citação nos remete novamente a ode escrita por Lindolfo e a qual reproduzimos no início desse capítulo. Segundo o dicionário, “ode” seria uma composição poética, lírica, para ser cantada ou declamada, para homenagear e enaltecer uma pessoa, uma personalidade, uma solenidade festiva ou triste, ou, nesse caso, uma cidade. Nela, fica claro a Juiz de Fora que Lindolfo vivia: uma cidade que se destacava no campo da instrução e cultura, mas principalmente em relação à industrialização e progresso. Tal progresso, porém, estava muito longe do tempo que Juiz de Fora surgiu, do tempo do Morro da Boiada e do sobrado do Juiz de Fora. Apesar de podermos perceber nesse trecho específico (primeira estrofe) uma crítica ao processo industrial que modificou o cenário urbanístico e natural da cidade, Lindolfo não faz essa crítica de forma “violenta”, como algo “ruim” para a cidade. Seria mesmo uma “crítica saudosíssima” àquele passado da cidade, passado esse que ele tanto buscou destacar em seus estudos historiográficos preocupando-se em destacar Juiz de Fora e exaltar suas melhores características.

Segundo Yuri Amaral Barbosa, já na terceira década do século XX, Juiz de Fora já “não inspirava como outrola”, ofuscada “pelo vigor industrial da capital do estado e pelo brilho do minério de ferro, explorado na mesma região”.<sup>401</sup> Ricardo Zimbrão Affonso de Paula também fez menção a esse fator, afirmando que a cidade deixou de ser um centro industrial importante de Minas Gerais no período pós-1930. No entanto, isso não significou que ela virou “um enorme baú de ossos, e sim, que mesmo distante dos objetivos da economia política tanto do pólo industrial nacional, quanto do governo mineiro, apresentou crescimento de sua atividade industrial (...) fruto da própria dinâmica da industrialização nacional”.<sup>402</sup> Ainda segundo Barbosa, quando Lindolfo escreveu a ode

---

<sup>400</sup> GOMES, Lindolfo. Nótula. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 24 de fevereiro de 1940.

<sup>401</sup> BARBOSA, Yuri Amaral. **Espaço, história e cidade**: uma abordagem geográfica do processo urbano de Juiz de Fora na última década do século XIX. 2016. Dissertação de mestrado. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora/ Programa de Pós-Graduação em Geografia, p. 15.

<sup>402</sup> PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. Estrutura dinâmica da indústria de Juiz de Fora no contexto da industrialização brasileira: 1930/1935. **HEERA**: Revista de História Econômica e Economia Regional aplicada. 2008, v. 3, n. 4. p. 99.

e também o hino de Juiz de Fora, seus versos transpareceram “claramente um sentimento e uma ideologia que permeavam o mundo das ideias daquele período”, se referindo ao movimento da *Belle Époque* “onde a crença no progresso e a confiança em um glorioso porvir predominava na mentalidade da classe dominante”,<sup>403</sup> e onde buscou-se construir uma imagem próspera e exacerbada de Juiz de Fora. Lindolfo chegou à cidade em 1894, presenciou toda a efervescência do município, “que não se limitava ao plano abstrato e ideológico, mas se concretizava materialmente no espaço”,<sup>404</sup> mas também viveu a sua decadência (a partir da década de 1930), sendo incluído inclusive, na tentativa de valorizá-lo novamente. O hino, a ode, o novo brasão, como já destacamos, expressam ideologias das classes dominantes que foram destacadas em um momento que o adjetivo “provinciano” começa a ser usado no contexto juizforano. Valorizar novamente a cidade era importante para os círculos políticos e Lindolfo esteve inserido nesse processo.

---

<sup>403</sup> BARBOSA, Y. A. Op. Cit. p. 16 e 17.

<sup>404</sup> Idem, p. 17.

## Capítulo 4:

### Lindolfo Gomes e a campanha pela preservação da Fazenda Velha nas décadas de 1930 e 1940

*“A única coisa que não se pode segurar é o tempo”.*  
Ziraldo. O menino maluquinho.

Até há pouco existia em Juiz de Fora um monumento histórico que, não obstante, acaba de desaparecer agora, pois foi demolido (...) em virtude de se retardarem as providências da prefeitura, uma das aspirações mais justas e mais altas do povo da “Atenas Mineira”.<sup>405</sup>

Dessa forma Lindolfo Gomes lamentou, em 1946, a demolição da Fazenda do Juiz de Fora ou Fazenda Velha. Tal imóvel, além de ter sido parte dos estudos de Lindolfo sobre a história de Juiz de Fora, marcou também o início das discussões sobre tombamento em Juiz de Fora. Por ser um dos estudiosos e divulgadores da história oficial de Juiz de Fora, história esse que destacou grandes feitos e grandes nomes, Lindolfo quis, através da tentativa de se tombar o antigo casarão, preservar uma determinada memória da cidade: uma memória tradicional, contida nos monumentos antigos da cidade. De certa forma, essa ideia se liga a difundida nos primeiros anos de atuação do SPHAN, onde buscou-se preservar uma memória nacional muito através de sua memória edificada.

As questões em torno de tal tentativa de preservação são importantes para a nossa narrativa pois, além de ter sido o primeiro movimento do gênero na cidade (tentativa de tombamento de um imóvel), mostra como Lindolfo se manifestava publicamente a respeito. Assim, esse capítulo se dedicará a analisar os trâmites desse processo, apresentando o interesse de Lindolfo para tal imóvel e o seu diálogo com Rodrigo Melo Franco de Andrade (então presidente do SPHAN) e com a administração municipal de Juiz de Fora para a mesma interferir no processo a fim de agilizar a preservação, mostrando novamente como funcionavam as redes de poder de Lindolfo. Nessas discussões mostraremos como Lindolfo participou do diálogo entre as partes (proprietários e SPHAN) e também como ele contribuiu para divulgar tal processo.

#### 4.1. A Fazenda do Juiz de Fora

---

<sup>405</sup> GOMES, Lindolfo. Um monumento histórico. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 3 de setembro de 1946.

Com a descoberta do ouro em Minas Gerais no século XVII, Garcia Rodrigues Pais, usando recursos próprios e mão-de-obra escrava, abriu uma picada em 1701 que ficaria conhecida como Caminho Novo e que ligava Borda do Campo (atual região de Barbacena) ao Rio de Janeiro. Ao longo dessa picada, em virtude de concessões de sesmarias, “foram surgindo ranchos, fazendas, capelas, hospedarias, vendas e alguns núcleos populacionais que se tornaram estáveis”,<sup>406</sup> como Juiz de Fora. Em 1708, o Alcaide-Mor da cidade do Rio de Janeiro, Tomé Corrêa Vasquez, por ocasião do seu casamento com a filha de Garcia Rodrigues Paes, Antônia Teresa Maria Paes, recebeu uma sesmaria onde construiu um sobrado para melhor cobrar os impostos, conhecida como a Fazenda do Alcaide-Mor, Alcaidemoria ou ainda Fazenda da Tapera.<sup>407</sup> Esse seria o primeiro imóvel construído aonde depois viria a se desenvolver a cidade de Juiz de Fora, sendo também a primeira repartição pública daquela região do estado, uma vez que na residência, Tomé Corrêa Vasquez exerceu a função de alcaide-mor, encarregado de arrecadar e fiscalizar a renda devida à Fazenda Pública, assim como promover a segurança da localidade.<sup>408</sup> (Ver foto 16). Parte dessa edificação ainda existe ao lado da entrada do Cemitério Parque da Saudade e pertence atualmente à Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora. (Ver foto 17).

---

<sup>406</sup> SANTIAGO, Sinval Batista. História e pesquisa. **Tribuna de Minas**. Juiz de Fora, 1 de maio de 1982.

<sup>407</sup> Segundo Lindolfo Gomes, em alguns documentos o imóvel aparece nomeado como Fazenda da Pêra. Ele acreditava que a denominação Tapera tenha vindo de uma corruptela de “pêra”, que por sua vez teria vindo de “pedra”, uma vez que, segundo Lindolfo, “pedra” faria mais sentido pois existia uma pedreira próxima a propriedade. GOMES, Lindolfo. Nótula. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora, 24 de novembro de 1939.

<sup>408</sup> Após a morte de Tomé Corrêa, a Fazenda da Tapera foi adquirida pela família Vidal (que nela residiu de 1756 a 1764); pelos Tostes em 1879 e pelos Tristão em 1883. Em 1954, Cícero Tristão, por não possuir herdeiros diretos, doou a propriedade em testamento para a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, impondo como condição para a doação que a Santa Casa mantivesse a casa como a recebeu, preservando assim o patrimônio histórico da cidade. A fazenda foi tombada como patrimônio municipal em 6/7/1990 pelo processo 02209/1988 v. 01. Disponível em: [http://www.pjf.mg.gov.br/administracao\\_indireta/funalf/patrimonio/historico/fazenda-tapera](http://www.pjf.mg.gov.br/administracao_indireta/funalf/patrimonio/historico/fazenda-tapera) e <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br>. Acesso em 02/03/2017.



**Foto 16:** Fazenda da Tapera. s/d.  
Fonte: COUTO, Ângela Oliveira; ROCHA, Izaura Regina Azevedo. **Juiz de Fora em dois tempos.** Juiz de Fora: Tribuna de Minas, 1997.



**Foto 17:** Fazenda da Tapera, 2016.  
Fonte: <<http://www.tribunademinas.com.br/preservando-a-historia-com-o-presente>>. Acesso em: 2/3/2017.  
Foto de Olavo Prazeres.

Perto da Fazenda da Tapera (ou Fazenda do Alcaide-Mor), também “no percurso do Caminho Novo, a casa do juiz de fora [era] um ponto de referência”.<sup>409</sup> (Ver foto 18). O imóvel, que ficava na avenida Garibaldi, teria recebido esse nome por causa do cargo ocupado pelo seu primeiro proprietário, o juiz de fora da localidade. Tal cargo era muito respeitado e dava ao seu ocupante altos méritos. Também chamados de “delegados da colônia”, os juízes de fora, nomeados pelo rei, substituíram os juízes ordinários de eleição popular e além das funções jurisdicionais, cabia também a eles a presidência das câmaras.<sup>410</sup> Segundo Oswaldo Pereira, o juiz que vinha de fora passou a ser muito usado por “serem estranhos ao meio”, podendo aplicar “o direito, no sentido lato do vocábulo”, uma vez que “os naturais poderiam, por afeição, ‘errar’ no que julgavam”.<sup>411</sup> Em Juiz de Fora, a nosso entender, o juiz de fora provavelmente se ocupava somente das funções jurisdicionais uma vez que a Câmara Municipal só foi instalada na localidade em 1853.

Nos tempos do Império, principalmente após a instalação da corte portuguesa no Brasil era comum a realização de expedições de “escritores, botânicos, naturalistas, pintores, desenhistas, astrônomos, cartógrafos e zoólogos”, os chamados “viajantes”, que financiados pelo próprio governo ou com recursos de outros meios, percorreram praticamente todo o Brasil registrando dados sobre “a vida cotidiana da população”,

---

<sup>409</sup> BERALDO, Wilson João. O nascimento da cidade. **Revista do IHGJF.** Juiz de Fora: IHGJF, 1965. Ano 1, n. 1. p. 9.

<sup>410</sup> PRADO JR., Caio. História econômica do Brasil. Citado por: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil. 5ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986. p. 108-109.

<sup>411</sup> PEREIRA, Oswaldo. Os juízes de fora. **Revista do IHGJF.** Juiz de Fora: IHGJF, 1967. Ano 3, n. 3, jun. p. 92 e 93.

fazendo “estudos de botânica, zoologia, mineralogia, hidrografia e antropologia”.<sup>412</sup> Vários desses viajantes que passaram pela localidade que daria origem à cidade de Juiz de Fora deram destaque ao antigo casarão (a Fazenda Velha), sendo que alguns inclusive, se hospedaram no imóvel em questão. Um desses estudiosos foi o naturalista e explorador inglês John Mawe, que em viagem à Real Fazenda de Santa Cruz, narrada no livro *Viagens pelo interior do Brasil*, de 1812, escreveu sobre Juiz de Fora: “... a 100 milhas do Porto de Estrela [RJ] ... após transpor uma cadeia de montanhas ... [e] um território cheio de matas [chegou] a Fazenda do Juiz de Fora”, que ganhou um sotaque espanhol por parte do viajante que a chamou de “*Fazenda do Juiz de Fuera*”.<sup>413</sup>



**Foto 18:** Fazenda do Juiz de Fora.

Fonte: ESTEVES, A. *Álbum do município de Juiz de Fora*. 2ª ed. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008. p. 45.

Outro relato sobre o sobrado foi o realizado pelo cientista e viajante francês Auguste de Saint-Hillaire, que passando pela província em 1816, descreveu a fazenda em seu livro *Viagens nas Províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais*. Lindolfo Gomes, no discurso que proferiu no Rotary Club de Juiz de Fora em comemoração ao aniversário da cidade em 1940, citou o trecho em que o francês fez referência ao casarão:

A uma légua e três quartos de Marmelo se encontra a habitação do Juiz de Fora, nome que, sem dúvida, procede do emprego que ocupava o primeiro proprietário. Da “venda” de Juiz de Fora, tem-se sob os olhos uma paisagem encantadora. Essa “venda” foi construída na extremidade de uma vasta campina, rodeada por toda parte de morros. O Paraibuna corre ao lado do caminho; sobre um pequeno regato que nele se lança, depois de atravessar e estada, foi construída uma ponte de madeira de efeito muito

---

<sup>412</sup> BOTELHO, Angela Vianna; REIS, Liana Maria. **Dicionário Histórico Brasil:** Colônia e Império. 6ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 347.

<sup>413</sup> PINTO, José Damasceno. *Viajantes estrangeiros*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 5 de fevereiro de 1983.



pitoresco. Perto há um cruzeiro; mais longe se vê uma capela abandonada e as ruínas de um engenho. Ao lado da venda existe um vasto rancho, e bem próximo um paiol de milho.<sup>414</sup>

Os historiadores José Damasceno Pinto e Paulino de Oliveira fizeram algumas observações sobre a fala de Saint-Hillaire, que deu “ao Velho Mundo a primeira notícia da existência da Fazenda Velha”<sup>415</sup> e que nos ajuda a entender melhor o que o viajante tinha diante dos olhos: ao citar “Marmelo”, por exemplo, o francês se referiu na verdade à “*Fazenda do Marmelo*”<sup>416</sup>, região de parada para os viajantes anterior a Fazenda do Juiz de Fora. Já em relação à “*venda*” (nome que escreveu em português), o relato não narra se era um sobrado ou uma casa térrea e nem a sua localização.<sup>417</sup> O engenho de açúcar citado, nada mais era do que casas (datadas do século XVIII) existentes no local chamado Largo do Cruzeiro, mas como Saint-Hillare as observava de longe, acabou se confundindo.<sup>418</sup> Sobre a capela do outro lado do rio, segundo Paulino de Oliveira, se tratava da que foi construída por Antônio Vidal em 1741-42, porém, para Luiz José Stehling tal capela avistada pelo viajante não poderia ser essa construída por Antônio Vidal, pois o relato do francês datava de 1821 e como as construções daquela época eram mais rudimentares, tal capela não aguentaria 80 anos. Assim, continua relatando que a capela descrita foi a erguida por Antônio Dias Tostes, que desde 1781, por compra, era dono de toda a área direita do rio Paraibuna. Na região onde hoje seria a Catedral Metropolitana de Juiz de Fora, ele teria construído a segunda capela em honra a Santo Antônio e seria essa capela que Saint-Hillare teria avistado.<sup>419</sup> Cabe aqui fazermos uma pequena observação: como mostramos no capítulo 2, a capela construída onde hoje se encontra a Catedral Metropolitana de Juiz de Fora foi aquela da lenda do Morro da Boiada narrada por Lindolfo. Tal capela teria sido erguida justamente para atender a demanda da cidade que começava a crescer do lado direito do rio Paraibuna e assim, a imagem de Santo Antônio (que se tornou o padroeiro da cidade) teria sido levada da antiga capela

---

<sup>414</sup> Auguste de Saint-Hillare. Citado por: GOMES, Lindolfo. Discurso de Lindolfo Gomes no Rotary Club de Juiz de Fora em comemoração ao aniversário da cidade. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 31 de maio de 1940.

<sup>415</sup> BERALDO, W. J. Op. Cit. p. 9.

<sup>416</sup> PINTO, J. D. *Viajantes estrangeiros*. Op. cit.

<sup>417</sup> PINTO, José Damasceno. *Saint-Hillare em Juiz de Fora*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 22 de fevereiro de 1983.

<sup>418</sup> OLIVEIRA, Paulino. *A capela do Quebra Careca*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 7 de maio de 1982.

<sup>419</sup> STEHLING, Luiz José. Como Juiz de Fora nasceu. **Revista do IHGJF**. Juiz de Fora: IHGJF, 1967. ano 3, n. 3. p. 127. Stehling ainda conta que a tal capela erigida por Antônio Vidal ficava onde hoje se localiza o Colégio Batista de Oliveira, na avenida Sete de Setembro. Antônio Vidal teria sido sepultado inclusive dentro da referida capela em 30 de dezembro de 1765.

(do Morro da Boiada) para a nova. Dessa forma, não faria sentido Saint-Hillaire se referir a ela como “capela abandonada”. O que pode ter acontecido foi um desconhecimento por parte do viajante da utilidade de tal templo, uma vez que, como ele mesmo narrou, observou as paisagens ao longe, confundindo também as casas construídas mais ao fundo da capela como “ruínas de um engenho”. Saint Hillaire não visitou tal localidade, se restringindo a ficar na margem esquerda do Paraibuna, região onde existia a Fazenda do Juiz de Fora. Por isso a confusão em seu relato.

#### 4.2 - Quem foi o Juiz de Fora?

A Fazenda do Juiz de Fora teria ganhado esse apelido por conta do cargo de seu primeiro proprietário, assim como narrado por Saint-Hillare. No entanto, o nome do referido juiz rendeu muitas “discussões históricas” na cidade envolvendo vários estudiosos como Lindolfo Gomes, Múrcio de Abreu, Albino Esteves, Antônio Armando Pereira, Wilson de Lima Bastos, Antônio Tristão, Paulino de Oliveira e Alexandre Miranda Salgado. Chegou-se a três nomes principais: Vital Casado Rotier, Luís Fortes de Bustamante e Sá e João Carlos Ribeiro e Silva, mas a verdade é que ninguém nunca conseguiu comprovar documentalmente o nome de tal magistrado. O próprio Lindolfo Gomes relatou isso em um artigo publicado pelo *Diário Mercantil* em 3 de julho de 1946: “os que nos entregamos, em diferentes épocas, à tarefa penosíssima de decifrar semelhante enigma não conseguimos identificar a pessoa ou, pelo menos, saber o nome de tal juiz”.<sup>420</sup>

Os nomes citados acima como sendo os do possível magistrado foram os que mais apareceram nos estudos sobre o assunto. Todos ocuparam o cargo de juiz de fora, que em Minas Gerais, só passou a existir depois que foram criadas as chamadas “vilas do ouro” em 1711. Vale destacar também que, geralmente, os juízes de fora, escolhidos pelo rei, não eram bem vistos nas regiões que legislavam, pois sua função era regular as medidas tomadas pelos juízes ordinários, além de receberem os tributos para a coroa.<sup>421</sup> Lindolfo Gomes chegou a escrever também sobre as atribuições de um juiz de fora:

A justiça no Brasil-colônia era exercida por – ouvidores – juízes ordinários e juízes de fora. Estes últimos tinham a função em um

---

<sup>420</sup> GOMES, Lindolfo. *Diário Mercantil*. 3 de julho de 1946. In: OLIVEIRA, Paulino. **História de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Cia Dias Cardoso, 1953. p. 13.

<sup>421</sup> PINTO, José Damasceno. *Comprovações de topônimo*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 12 de junho de 1982.

grande território e, segundo vários historiadores, a sua grande maioria eram nomeados na própria colônia. Como símbolo da autoridade que exerciam, traziam na mão uma “vara branca” quando no exercício de seus cargos. Era chefe de justiça e da administração no seu termo e substituía o ouvidor da comarca em sua ausência e impedimento. Fazia também o serviço de polícia e de segurança. Tinha funções iguais aos diretores da COFAP de hoje: provia sobre estalajadeiros, taxando preços nas casas, camas e mantimentos. Procedia a devassas sobre mortes, violentação de mulheres, incêndios, fugas de encarcerados, moedas falsas, furtos, etc., cujas inquirições eram feitas por ele.<sup>422</sup>

Vital Casado Rotier exerceu o cargo de juiz de fora em 1713 e fora citado por Albino Esteves como o suposto dono da referida fazenda. Segundo o historiador, em sua cansativa pesquisa pela Biblioteca Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo Nacional e Arquivo Público Mineiro, acabou encontrando, nesse último, o índice geral dos livros de sesmarias, com a informação de que no 9º livro, à página 258V, havia a citação de que o juiz de fora do Rio de Janeiro – Vital Casado Rotier – recebera, em 1717, da Fazenda de Minas Gerais, uma sesmaria próxima onde se localizava Juiz de Fora. Para provar sua teoria, o autor buscou documentos que comprovasse que a sesmaria de Rotier ficava ao lado do Caminho Novo. No entanto, não conseguiu nada na Prefeitura de São João del’Rei, no Arquivo Nacional e no Arquivo Público Mineiro.

Sobre tal hipótese levantada por Esteves, Lindolfo Gomes escreveu em suas *Nótulas* que o índice do referido livro 9º das Sesmarias (que não fora encontrado por Albino Esteves) foi publicado na *Revista do Arquivo Público Mineiro* (ano XXI de 1927) pelo historiador Feu de Carvalho. Nesse documento estaria indicado o local da sesmaria concedida a Vital Casado Rotier, e essa não ficava em Juiz de Fora.<sup>423</sup>

Dias após a publicação de Lindolfo Gomes que “desmentia” Albino Esteves, esse enviou a Lindolfo uma carta comentando o assunto. Tal correspondência foi publicada na mesma coluna e segue abaixo:

Caro Lindolfo,

Lamento que você, com o fascículo do Feu (o único que me faltava), com “dois trancos” haja inutilizado a trabalhadora de tantos anos! Enfim, é verdade. Recomeçemos. Teremos que ir ao fim. Agora, o “juiz” aparecerá, ou desaparecerá, de vez, pois as fontes se esgotam. (...). Eu continuo a supor, por certos motivos, que Vital Casado Rotier é o nosso

---

<sup>422</sup> Citado por: STEHLING, Luiz José. O Juiz de Fora. **Revista do Instituto Histórico e geográfico de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: IHGJF, 1965. ano 1, n. 1, p. 24-25.

<sup>423</sup> GOMES, Lindolfo. *Nótula*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 24 de setembro de 1940.

ansiosamente aguardado “juiz”. O fato de haver ele conseguido uma sesmaria no local indicado (...) não o impedia adquirisse outra, no Caminho Novo, e ali fosse fazendeiro. (...).

Com um novo abraço, fraternalmente, o Albino Esteves.<sup>424</sup>

Lindolfo Gomes não considerava a hipótese levantada por Esteves deveras sem fundamento. Para ele o que faltava era a documentação que provasse que Rotier teria tido terras na região do Caminho Novo. Em outra *Nótula*, ele voltou ao assunto dizendo que J. Lopes Sobrinho, historiador e ex-tabelião de São João del’Rei, enviou-lhe um documento sobre a sesmaria pertencente a Rotier. Tal propriedade teria sido concedida pelo referido juiz enquanto exercia o cargo de juiz de fora na freguesia de Santo Antônio do Arraial Novo, comarca do Rio das Mortes, que hoje é São João del’Rei, no local chamado “Biquinha”. Assim, concordou com Esteves ao se questionar: se o juiz de fora possuiu essas terras “não seria também aceitável a hipótese de que além dessas terras lhe fossem concedidas outras lá para as bandas do Caminho Novo, nas proximidades da Manchester Mineira?”.<sup>425</sup> Apenas a tipo de informação, Lindolfo ainda destacou que Rotier não fora juiz de fora de São João del’Rei entre 1717 e 1719, uma vez que o cargo só foi criado para essa localidade em 1811, e sim, foi procurador da Coroa e da Fazenda, lembrando que o juiz de fora podia exercer também outros cargos ao mesmo tempo.<sup>426</sup> No entanto, admitiu que, “por suposição”, Rotier poderia ter residido temporariamente no sobrado do juiz de fora apesar de sua sesmaria ter ficado em outra região (hipótese cabível pelo cargo de procurador da coroa que ocupava) ou também poderia estar de visita a algum parente e ter ficado conhecido por “juiz de fora” pelo cargo que ocupara anteriormente.<sup>427</sup>

Já Luís Fortes de Bustamante e Sá, fora juiz de fora em 1711 e segundo o historiador Edelweiss Teixeira, teria possuído uma sesmaria fronteira a São João del’Rei, porém havia uma pergunta indispensável: quando ele adquiriu a sesmaria? Segundo o historiador, o juiz também teria residido em Ibitipoca, falecendo inclusive nessa localidade em 1742, podendo assim, ter adquirido terras também próximas ao Caminho Novo. Esses dois fatos o fizeram supor ser Bustamante e Sá o desconhecido juiz.

---

<sup>424</sup> GOMES, Lindolfo. *Nótula*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 10 de outubro de 1940.

<sup>425</sup> GOMES, Lindolfo. *Nótula*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 24 de outubro de 1940.

<sup>426</sup> Fato observado e narrado por Saint-Hillaire em sua *Viagem pelas provincias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*.

<sup>427</sup> GOMES, Lindolfo. *Nótula*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 25 de outubro de 1940.

Sinval Batista Santiago concordava com Edelweiss e afirmou que o juiz que nomeara o sobrado fora “(...) *Dr. Luís Forte Bustamante e Sá, que a vendeu em 1728, com a citada nomeação*”.<sup>428</sup> Segundo esse autor, o então governador da Capitania do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, Dom Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, concedeu em 1712 a seu secretário de governo, João de Oliveira, uma sesmaria que abrangia as margens do rio Paraibuna. No ano seguinte esse a vendeu ao ex-juiz de fora do Rio de Janeiro, Luís Fortes Bustamante e Sá, “conforme escritura lavrada em casas de morada do comprador, naquela cidade”. Bustamante fora intermediário entre o governo e as forças corsárias francesas e, ao ser substituído no cargo de juiz de fora por Rotier, teria se estabelecido nessa capitania<sup>429</sup>. O juiz então, “construiu o prédio da sede da fazenda, que herdou o nome de sue cargo”, e em 1719, o local já era denominado “Juiz de Fora” pelo então governador da Capitania do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, Dom Pedro de Almeida e Portugal, Conde de Assumar. Em 1728, Bustamante e Sá teria vendido à propriedade ao genro e juiz do fisco, Roberto Carr Ribeiro, que a vendeu, em 1738, a Antônio Vidal, fundador da primeira capela da localidade. Para comprovar seus dizeres, Sinval esclareceu:

São fatos, que estão devidamente elucidados pela pena brilhante do nosso prezado amigo e distinto confrade, Dr. Alexandre Miranda Delgado, com a modesta parcela de nossa colaboração em alguns casos, estando os “xerox” dos documentos comprovantes em nosso poder (...).<sup>430</sup>

No entanto, tal documentação não trás claramente tais afirmações, gerando dúvidas ainda sobre o caso.

Em relação a João Carlos Ribeiro e Silva, a versão dele ter sido o juiz de fora foi defendida por Antônio Tristão e Luiz José Stehling através de alguns documentos encontrados pelo primeiro na antiga alcaidemia que possuíam a assinatura de João Carlos como juiz de fora. Stehling relata inclusive, que em um desses documentos encontra-se o registro de que o “respeitadíssimo” juiz de fora – João Carlos Ribeiro e Silva chegou a casa de pedagem de Tomé Corrêa Vasques, em 1708 e por essa ficar “no meio da distância do Caminho Novo, construiu junto dela, sua primeira residência nestas

---

<sup>428</sup> SANTIAGO, Sinval Batista. *Controvérsias históricas*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 2 de julho de 1982.

<sup>429</sup> FAZOLATTO, Douglas. Juiz de Fora: primeiros tempos. In: NEVES, José Alberto Pinho; DELGADO, Ignácio José; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro (orgs.). **Juiz de Fora: história, texto e imagem**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2004. p. 8.

<sup>430</sup> SANTIAGO, Sinval Batista. *História e pesquisa*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 1 de maio de 1982.

pastagens.” O historiador conta que chegou a mandar a documentação para ser analisada na Torre do Tombo em Portugal e ver se lá existia documentos complementares para comprovar tal hipótese, mas não obteve respostas satisfatórias. Já que os documentos encontrados estavam muito desgastados e com algumas partes ilegíveis, nunca conseguiu-se comprovar com certeza tal teoria.<sup>431</sup>

Há quem acredite também que tal juiz na verdade nunca existiu. Oswaldo Pereira levanta a hipótese de que o nome na verdade teria sido usurpado da Fazenda da Tapera (ou fazenda do Alcaide-Mor), que seria a verdadeira Fazenda do Juiz de Fora. Pereira conta que em 1730 o alcaide-mor Tomé Correa Vasques morreu e não foi substituído. A sede da alcaidemia (ou sede da sua “Fazenda do Juiz de Fora”) passou a ser ocupada por tropas da Cia de Ordenanças sob o comando do capitão-mor Antônio Vidal, que fora nomeado para tal cargo em 1751. Porém, Vidal já vivia com sua família na “Casa Grande” (a Fazenda Velha) que construía para o trato rural nas terras aos fundos da verdadeira Fazenda do Juiz de Fora (Fazenda do Alcaide-Mor) e legalizadas em 1784 em carta de sesmaria obtida por seu filho José Vidal Barbosa Lage. O prédio não tinha denominação até 1741 quando José Vidal pediu permissão para construir uma capela junto a sua “fazenda”. Em 1757 e 1759, ao batizar os filhos, o capitão Vidal fez constar que os mesmos nasceram no “sítio” chamado do “juiz de fora”. Em 1766, a viúva de Antônio Vidal declarou, em carta ao rei, ser moradora do “sítio do Juiz de Fora”. O padre Francisco Vidal (filho de Antônio), ao qualificar-se em 1789 como testemunha na “devassa” da Inconfidência, declarou ser morador da “Fazenda do Juiz de Fora”. E por fim, ao vendê-la a Antônio Dias Tostes em 1812, José Vidal Barbosa Lage a chamou “Fazenda do Juiz de Fora”. Assim, concluiu Oswaldo Pereira, se deu o primeiro “sequestro histórico” de Juiz de Fora, uma vez que os Vidal “sequestraram um juiz fantasma” (que nunca existiu) da alcaidemia para o antigo sítio. Com os relatos posteriores de Saint-Hillare, a usurpação estava completa.<sup>432</sup>

Lindolfo chegou a suspeitar dessa versão apresentada por Oswaldo Pereira posteriormente, pois em 1946 afirmou que “demoradas pesquisas têm levado a efeito que algum magistrado com aquela investidura houvesse, em qualquer tempo, sido proprietário

---

<sup>431</sup> STEHLING, Luiz José. O juiz de fora. **Revista do IHGJF**. Juiz de Fora: IHGJF, 1965. Ano 1, n. 1. p. 18, 19.

<sup>432</sup> PEREIRA, Oswaldo. Por que Juiz de Fora. **Revista do IHGJF**. Juiz de Fora: IHGJF, 1971. Ano 6, n. 6. p. 5, 16 a 18.

das terras e do prédio que o povo da cidade vem, de longa data, denominando ‘Fazenda Velha’”.<sup>433</sup>

Deveras a identidade do juiz de fora (se de fato existiu um) nunca pôde ser confirmada, mas tal fato não deixou que o topônimo fosse transferido para a sua possível residência, e assim, “a margem do Paraibuna, o rio das águas negras, como um farol perdido na imensidão do oceano, oásis cercado pelas areias do deserto, ficava a morada do juiz de fora, marcando com a sua denominação o pequeno povoado”.<sup>434</sup>

### 4.3- A política preservacionista brasileira nas décadas de 1930 e 1940

As políticas públicas de preservação no Brasil datam do fim da década de 1930 com a criação do *Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (SPHAN) que buscou preservar a arte e a cultura brasileira a partir de um “redescobrimto” artístico do próprio país. Nesse processo o papel dos escritores modernistas foi de fundamental importância por eles terem chamado a atenção para a arte e a arquitetura barroca e religiosa do século XVIII mineiro, considerada então como a verdadeira representante da arte nacional por esses. Assim, o patrimônio passou a ser visto “como um meio de restabelecer os vínculos com essa tradição”.<sup>435</sup> As narrativas em prol do patrimônio nacional, como relatou José Reginaldo Gonçalves expressavam uma mensagem moral e política, uma vez que se a nação era apresentada com um processo de perda se seu patrimônio cultural, a sua própria existência estaria ameaçada. “Este patrimônio tem que ser imediatamente defendido, protegido, preservado, restaurado e apropriado pela própria nação ou por seus representantes, de modo a evitar a sua decadência e destruição”.<sup>436</sup> Dentro desse processo, Sérgio Miceli destacou que a geração de jovens intelectuais e políticos mineiros “converteu sua tomada de consciência do legado barroco em ponto de partida de toda uma política de revalorização daquele repertório que eles mesmos mapearam e definiram como ‘memória nacional’”.<sup>437</sup>

---

<sup>433</sup> GOMES, Lindolfo. Diário Mercantil. 3 de julho de 1946. In: OLIVEIRA, P.. **História de Juiz de Fora**. Op cit., p. 13.

<sup>434</sup> BERALDO, Wilson João. O nascimento da cidade. **Revista do IHGJF**. Juiz de Fora: IHGJF, 1965. Ano 1, n, 1. p. 9.

<sup>435</sup> GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: s.e., 1988. v. 1, n. 2. p. 272.

<sup>436</sup> GONÇALVES, José Reginaldo. **A Retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ/Minc-IPHAN, 1996. p. 32.

<sup>437</sup> MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. In: \_\_\_\_\_. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2001. p. 360.

Em 1937 o SPHAN foi criado como a primeira instituição governamental, de âmbito nacional, voltada para a proteção do patrimônio cultural do país. Através do decreto n. 25/1937 ficou regulamentado o instituto do tombamento para a proteção dos bens históricos e artísticos nacionais. Considerando uma rede de sociabilidades entre os intelectuais que participaram do processo, a direção do órgão foi dada ao mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969), advogado e jornalista que na década de 1930 aproximou-se dos grupos modernistas e foi convidado em 1936, pelo ministro da educação Gustavo Capanema (indicado por Mário de Andrade e Manuel Bandeira) para tal cargo, permanecendo no mesmo até 1967.<sup>438</sup> A entrega total de Rodrigo para tal função pode ser percebida na descrição que José Reginaldo Gonçalves fez do mesmo:

Em suas narrativas, a existência e o valor do patrimônio e a necessidade de sua defesa e preservação absorvem-no a tal ponto que ele se transforma em parte do patrimônio. Sua própria vida torna-se um monumento, numa espécie de “auto-modelagem patrimonial”. Ele modela-se a si mesmo como um patrimônio, como um monumento, na medida em que dedica toda a sua vida a essa causa.<sup>439</sup>

A criação do SPHAN, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, foi também um dos pontos dentro de uma série de políticas nacionalistas, compreendidas pelo Estado Novo, para buscar uma autêntica identidade brasileira. E foi nisso que a política preservacionista se deteu nos anos seguintes a sua criação. A ideia era apagar as lembranças da política anterior (República Velha) e fazer com que as pessoas se desprendessem desse passado indesejável para que pudessem respeitar e admirar o país que viviam. A procura de um verdadeiro passado artístico nacional seria fundamental para esse processo e assim, apropriou-se dos ideais modernistas desenvolvidos anos antes, como vimos acima. O interesse pelo antigo partindo do moderno pareceu um pouco contraditório, mas esse ideal de retorno ao passado, na visão modernista, representava perpetuar para as gerações futuras um estilo brasileiro que mostraria que o Brasil teria sim algo que o distinguiria de outros países.<sup>440</sup> Esse “estilo brasileiro” estaria eternizado principalmente na arquitetura colonial barroca, sobretudo a existente em Minas Gerais,

---

<sup>438</sup> [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)

<sup>439</sup> GONÇALVES, J. R. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Op. Cit., p. 49.

<sup>440</sup> RUBINO, Silvana. **As fachadas da história**: as origens, os antecedentes e os trabalhos do SPHAN: 1936-1967. 1992. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. P. 11.



sendo que foram os imóveis desse estilo os mais protegidos pelo SPHAN nos seus primeiros anos de atuação.<sup>441</sup>

A cidade de Juiz de Fora se diferenciava das outras cidades mineiras em relação a sua arquitetura dominante. Importante centro cafeeiro, comercial e industrial do estado, sua arquitetura era eclética e fugia um pouco daquilo que era valorizado pelo SPHAN na sua primeira década de existência. No entanto, a cidade possuía três exemplares de arquitetura colonial: a Fazenda do Juiz de Fora, a Fazenda da Tapera e a Fazenda Ribeirão das Rosas<sup>442</sup>. E foi o interesse do SPHAN por um desses imóveis que deu início a toda discussão sobre preservação na cidade mineira. Ao solicitar o tombamento da Fazenda Velha para o órgão de preservação nacional, Lindolfo Gomes acabou regionalizando o assunto da preservação, se tornando assim, um ator social ativo em prol do patrimônio de sua região.

Esses três imóveis coloniais citados eram propriedades rurais que acabaram se englobando na massa urbana e que também foram usados como mitos fundadores da história da cidade, como mitos da origem historicista de Juiz de Fora, uma vez que foram as primeiras construções da localidade. Essa questão historicista da cidade, de narrar a sua história através desses imóveis coloniais, pode se ligar também ao trabalho historiográfico de Lindolfo, justamente de desvendar as origens de Juiz de Fora. Dentro dessa perspectiva, dois pontos devem ser destacados: primeiro que tais imóveis eram “fazendas”, ou seja, imóveis que preteritamente eram associados à elite do local. Lindolfo, ao solicitar o tombamento de um desses imóveis, tenta preservar a formação da cidade através de um imóvel ligado à classe que pertencia e para a qual defendia os interesses. Segundo, o fato de Lindolfo solicitar o tombamento de um imóvel que remetia ao período colonial não deve ser desprezado, pois é justamente esse estilo que era valorizado pelo SPHAN nos seus primeiros anos de atuação. Assim, percebemos que Lindolfo acompanhava as discussões preservacionistas da época e podemos entender o interesse do órgão federal em preservar a Fazenda Velha.

---

<sup>441</sup>Cabe aqui lembrar que embora haja um privilégio para o tombamento de bens tangíveis associados a arquitetura sobretudo barroca, colonial, religiosa e ligada a elite nos primeiros anos de atuação do SPHAN, não foram somente esses tipos de bens os tombados. Tombou-se, por exemplo, cidades inteiras, como Ouro Preto, e não somente imóveis de arquitetura religiosa ou ligada a elite presente nessas.

<sup>442</sup> A Fazenda Ribeirão das Rosas foi construída na década de 1770 e é remanescente da abertura do Caminho Novo. Foi erguida na sesmaria concedida pelo governador da Capitania de Minas Gerais a Manuel Vidal Lage e hospedou o imperador Dom Pedro I e a Imperatriz Dona Maria Amélia, em viagem a Vila Rica por uma noite em janeiro de 1831. Atualmente a propriedade pertence ao exército brasileiro, que a utiliza como campo de instrução. A Fazenda é tombada pelo município pelo decreto 6967 de 25 de janeiro de 2001. Informações retiradas de [http://www.pjf.mg.gov.br/administracao\\_indireta/funalfa/patrimonio/historico/fazenda\\_ribeiraorosas](http://www.pjf.mg.gov.br/administracao_indireta/funalfa/patrimonio/historico/fazenda_ribeiraorosas)

#### 4.4- O abandono do casarão de Juiz de Fora e o seu destaque como monumento nacional.

Com o passar dos anos o antigo casarão do juiz de fora, abandonado e servindo de abrigo para mendigos, estava ameaçado de cair. Diante desse fato, um grupo de jornalistas e escritores, encabeçados por Lindolfo Gomes, começaram a se manifestar pela preservação do mesmo através da imprensa.

Como o imóvel já se encontrava em estado de ruína, a saída encontrada por Lindolfo para impedir sua demolição em um futuro próximo foi a sua preservação através do tombamento. No entanto, a legislação que regula a preservação de Juiz de Fora foi criada apenas em 1982, não havendo como recorrer naquela época a uma proteção legal do imóvel por parte do município. Nesses termos, Lindolfo procurou em 1939 o recém criado SPHAN para que o casarão fosse considerado patrimônio nacional. Nas *Nótulas* de 16 de setembro de 1939 encontramos os seguintes dizeres:

Não poderá, pois, ser mais nobre nem mais procedente o ardente anseio do povo juizforense, desejando que aquela verdadeira relíquia histórica, o tradicional sobrado onde também residira os primeiros fundadores da “urbs”, seja considerado Monumento Nacional (...) de modo que não venha a desaparecer, ao sabor das eventualidades de irremediável desmoronamento”.<sup>443</sup>

Nesse trecho podemos perceber novamente o olhar historicista de Lindolfo. Sua tentativa de preservar a Fazenda Velha recai justamente pelo fato dela ser uma “relíquia histórica” e por ter hospedado os “primeiros fundadores da urbs”, ou seja, seu interesse naquele momento recaía sobre um imóvel que contava as origens históricas da cidade. Podemos fazer também a relação desse pensamento com o pensamento preservacionista da época: um pensamento que buscou preservar um passado sobretudo colonial para que o Brasil não “perdesse” as suas origens. Por fim, o trecho acima também traz uma passagem que volta a discussão que levantamos nos capítulos anteriores: Lindolfo fala que a preservação da Fazenda atende aos anseios “do povo juizforense”, mas temos que lembrar que esse “povo” ao qual Lindolfo se refere está mais para os seus pares ligados as suas redes de sociabilidades intelectuais do que as classes subalternas e aos homens simples.

---

<sup>443</sup> GOMES, Lindolfo. *Nótula*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 16 de setembro de 1939.

Nessa mesma *Nótula*, Lindolfo defende uma outra ideia interessante para essa análise: para ele não só o antigo casarão deveria ser considerada monumento nacional, mas também toda a cidade de Juiz de Fora. Como justificativa, Lindolfo usou os “pioneirismos juizforanos”, ou seja, Juiz de Fora merecia ser um monumento nacional por ter sido pioneira no Brasil em diversos campos, assim como a Fazenda Velha deveria ser preservada por ela ser, entre outros motivos, a primeira construção as margens do Rio Paraibuna. Segundo Lindolfo:

O título de monumento nacional poderia estender-se mesmo à própria cidade, onde se ergueu no Brasil o primeiro monumento ao Cristo Redentor [em 1905]; onde se fundou a primeira usina de força elétrica no país; onde existe o notável Museu Mariano Procópio, único no gênero em nossa pátria. Além disto, Juiz de Fora é um dos maiores parques industriais e um dos mais importantes centros educacionais do Brasil, pois aqui foi fundada a primeira Academia de Comércio e a primeira Escola Agrícola que o país possuiu.

Por tudo isso, não caberá a Juiz de Fora o título oficial de Monumento Nacional?

Sem dúvidas que sim!<sup>444</sup>

Em um momento que as atenções preservacionistas nacionais estavam voltadas para um passado colonial, Lindolfo, ao propor a preservação de toda a cidade de Juiz de Fora, mostrou a importância de se preservar também “outros passados”, saindo um pouco do seu pensamento historicista que destacamos até aqui, onde o importante seria resgatar um passado mais voltado para as origens. No entanto, era a cidade pioneira que ele destaca na fala acima, ou seja, a cidade “construída” pelo grupo ao qual pertencia. Outros pontos devem ser destacados: primeiro, a justificativa dada por Lindolfo confirma o destaque dos pioneirismos que sua geração deu a Juiz de Fora, ajudando a moldar uma visão sobre a cidade, como falamos acima. Segundo, a questão de Lindolfo defender para Juiz de Fora o que, até aquele momento (1939) só havia acontecido com Ouro Preto (transformada em monumento nacional pelo decreto n. 22.928, de 12 de julho de 1933, antes mesmo da criação do SPHAN), mostra o quanto estava a par dos assuntos referentes ao patrimônio nacionalmente, pois entendia que para tal feito acontecer, a cidade deveria ter uma importância histórica nacional, o que ele achava que Juiz e Fora possuía. E terceiro, o destaque dado ao Museu Mariano Procópio em sua fala é interessante pois, já naquela época o museu tinha sua coleção tombada pelo patrimônio nacional (inscrito no Livro do

---

<sup>444</sup> Idem, *ibidem*.

Tombo de Belas Artes com a inscrição 236, vol. 1, f. 041, em 16 de fevereiro de 1939 e no Livro do Tombo Histórico com a inscrição 118, vol. 1, f. 021, em 16 de fevereiro de 1939)<sup>445</sup>, sendo esse um dos primeiros tombamentos do gênero no Brasil e o primeiro realizado pelo patrimônio nacional em Juiz de Fora. Lindolfo havia destacado a importância de se preservar a fazenda em 1938, conforme mostraremos abaixo. O fato do tombamento da coleção do museu ter acontecido em 1939, nos confirma a atuação de Lindolfo como agente pioneiro, pois já falava em tombamento antes desse acontecer na cidade. Não encontramos nas *Nótulas* referências sobre a preservação da coleção museológica, mas na fala transcrita acima ele destaca “o notável Museu Mariano Procópio”, mostrando-nos que seu interesse recaía realmente para um determinado tipo de patrimônio: os edificadas e pioneiros.

Lindolfo destacava também que a Fazenda Velha possuía todos os requisitos para se tornar um patrimônio nacional, demonstrando seu conhecimento das discussões patrimonialistas brasileiras levadas a cabo no final da década de 1930, sobretudo depois da publicação do decreto-lei n. 25. Em uma outra *Nótula*, onde falou sobre a construção da Avenida do Paraibuna (atual Avenida Brasil), onde o casarão se localizava, aproveitou para novamente destacar a importância de se preservar o imóvel para a manutenção da memória e da história de fundação da urbs, voltando ao historicismo.

(...) o tradicional sobrado do “Juiz de Fora”, possui todos os requisitos para ser Monumento Nacional: os de antiguidade cronológica – por ser o marco inicial do início da povoação, que veio a transformar-se numa das primeiras cidades do Estado; os de ordem histórica e cívica – por ter sido residência do inconfidente Domingos Vidal Barbosa e depois dos fundadores da “urbs” atual; os de ordem tradicional – pois a denominação Juiz de Fora, dada a cidade, proveio da que ainda conserva aquele prédio e, por extensão, toda a várzea, onde se iniciou, mais tarde, o primitivo povoado.<sup>446</sup>

#### **4.5- O interesse do SPHAN pela Fazenda Velha e o diálogo Rodrigo (SPHAN) e Lindolfo**

Rodrigo Melo Franco de Andrade, como diretor do SPHAN e interessado no casarão colonial existente em Juiz de Fora, incumbiu então Lindolfo Gomes, após tomar

---

<sup>445</sup> STEPHAN, Lina Malta. **Análise das Intervenções Arquitetônicas nos Imóveis Tombados do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora – MG.** 2015. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora: Programa de Pós Graduação em Ambiente Construído. p. 2.

<sup>446</sup> GOMES, Lindolfo. *Nótulas*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 22 de setembro de 1942.

conhecimento e ler suas *Nótulas* sobre o assunto, de escrever um memorial sobre o imóvel, onde o mesmo deveria incluir fotos, esboço do local, levantamento histórico e outros documentos importantes para o tombamento da antiga sede da fazenda. Tal tarefa, como justificou o próprio Rodrigo, foi-lhe confiada justamente por ele tratar do assunto em diversos escritos. Na carta onde Rodrigo deu a Lindolfo tal tarefa lê-se:

Tenho conhecimento, por favor de um amigo, a sua “Nótula” no Diário Mercantil, mais uma vez referente ao venerando sobrado ou fazenda velha do Juiz de Fora, em torno ou junto da qual se formou e prosperou essa grande cidade, venho consultá-lo sobre a possibilidade deste Serviço obter, por seu prestimoso intermédio, algumas fotografias da referida edificação, ou seja, uma vista da fachada e outras laterais e da posterior. Caso internamente a casa tenha conservado as suas características primitivas de algumas delas, rogar-lhe-ia também o obséquio de mandar fotografar ali os aspectos principais.

Esperando que sua indulgência me releve a importunação e felicitando-o sinceramente pela generosa campanha em prol da preservação dos nossos monumentos tradicionais, antecipo-lhe sinceros agradecimentos.

Do patricio, amigo e adm. obrg. Rodrigo M. F. de Andrade.<sup>447</sup>

Tal pedido de Rodrigo (a carta transcrita acima) foi reproduzido por Lindolfo em uma de suas *Nótulas* no *Diário Mercantil*, de 27 de fevereiro de 1942, mas de acordo com outras cartas presentes no Inventário da Fazenda Velha, tal pedido foi feito em correspondência datada de 1 de novembro de 1939 e reafirmado em um cartão, datado de 8 de julho de 1941, ambos enviados por Rodrigo.

Sobre o cartão, Lindolfo informou em carta a Rodrigo (em 22 de julho de 1941) que demorou para respondê-lo por estar enfermo mas que já havia feito as fotografias solicitadas e que assim que acabasse de reunir os dados históricos sobre o sobrado, enviaria toda a documentação. Na carta elogiou ainda Rodrigo pela “sábia compreensão do eminente amigo em relação ao relevante serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, agradeceu os elogios que Rodrigo lhe fez dizendo que seus atos são apenas para “cultuar o passado, pois sinto que esse é um dos máximos deveres que o amor cívico nos impõe”, e terminou da seguinte forma: “Vejo que não preguei no deserto no caso em

---

<sup>447</sup> GOMES, Lindolfo. *Nótulas*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 27 de fevereiro de 1942.

apreço, pois fui escutado pela suprema autoridade no assunto, que é o mui prezado e ilustre confrade”.<sup>448</sup>

Tal carta de Lindolfo foi respondida pelo perito em Belas Artes do SPHAN (não assinado)<sup>449</sup> acusando o recebimento da mesma e dizendo que Rodrigo se encontrava em Sabará, justificando a resposta em seu lugar. Diz ainda que a instituição aguardava os documentos que Lindolfo prometeu mandar e renovou os elogios aos interesses demonstrados por Lindolfo “pela conservação e divulgação, em geral, dos bens que constituem o nosso patrimônio de arte e de história”.<sup>450</sup> Tal tarefa comprometida a Lindolfo nos faz entender um pouco como funcionava a estrutura do SPHAN nos seus primeiros anos de atuação. Como órgão recém criado, é compreensível a escassez de recursos e as vezes de mão-de-obra para fazer todos os trâmites de análises de monumentos que interessariam para a preservação. Valendo-se do interesse demonstrado por Lindolfo para com o imóvel, sua fama e competência como intelectual e o fato dele residir na cidade, pediu-se a ele que elaborasse o documento (inventário) que daria início ao processo de tombamento da Fazenda Velha. Cabe aqui lembrar que naquela época, não havia um modelo pré-definido de inventário a ser apresentado ao SPHAN. Ele deveria conter, como pedido na carta de Rodrigo, a história do imóvel, a descrição de seu estado e algumas fotos, se possível.<sup>451</sup> No entanto, como destacou Marcos Olender,

---

<sup>448</sup> Carta de Lindolfo Gomes a Rodrigo Melo Franco de Andrade. 22 de julho de 1941. In: IPHAN.

**Inventário Fazenda Velha.** Rio de Janeiro: Arquivo Noronha Santos. Série Inventários. Notação IMG-0947.01. 1ª pasta.

<sup>449</sup> De acordo com nossas pesquisas, o funcionário que ocupava o cargo de perito em Belas Artes no SPHAN em 1941 era Judith Martins. A título de curiosidade, segundo Maria Sabina Uribarren, a função de perito em Belas Artes aparecia como extranumerária na folha de pagamento do SPHAN e vários funcionários ocuparam tal função como Judith Martins, Hércia Dias, Godofredo Filho (todos historiadores da arte, segundo Márcia Chuva por terem realizado pesquisas a pedido de Rodrigo para publicação na Revista do IPHAN), Jair Brandão, José João Rescala e Edson Motta (artistas plásticos). No entanto, Lygia Martins Costa (funcionária do IPHAN) destacou em entrevista a Uribarren que Judith Martins, na verdade, recebeu o título de perito em belas artes mais por reconhecimento do que por função: “Ela era uma pessoa da parte administrativa, nunca estudos arte! Nunca escreveu sobre arte, e nunca participou em reuniões nacionais ou internacionais, nunca... Se ela teve o título de perito foi uma coisa completamente doada, sem ter nada a ver com o exercício de uma função específica de perito em belas-artes”. No entanto, é o seu nome que aparece em algumas documentações como perito em belas artes. URIBARREN, María Sabina. **Contatos e intercâmbios americanos no IPHAN: o setor de recuperação de obras de arte (1947-1976)**. 2015. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo. P. 110.

<sup>450</sup> Documento enviado a Lindolfo Gomes pelo perito em Belas Artes do SPHAN. 5 de agosto de 1941. **Inventário Fazenda Velha.** Op. Cit.

<sup>451</sup> No Inventário da Fazenda Velha que se encontra no Arquivo Noronha Santos aparecem o memorial enviado por Lindolfo a Rodrigo, as diversas cartas tocadas entre os dois e com os herdeiros da propriedade e seus advogados, além de plantas, fotos e reportagens de jornais sobre o imóvel na época da tentativa de sua preservação e após a sua demolição.

Institucionalmente, a preocupação com a inventariação do nosso patrimônio encontra-se presente desde os primórdios do SPHAN. Em

1939, Rodrigo Melo Franco de Andrade já apontava para a necessidade desta ação, como pressuposto básico para a proteção do nosso patrimônio. Diz ele: “[...] torna-se necessário proceder pelo país inteiro a um inventário metódico dos bens que pareçam estar nas condições estabelecidas para o tombamento e, em seguida, realizar os estudos requeridos para deliberar sobre a respectiva inscrição”.<sup>452</sup>

Oito meses após o pedido de Rodrigo para o memorial da Fazenda Velha (o inventário), Lindolfo lhe mandou as documentações e as fotos solicitadas. Juntamente com a carta, foram enviadas as fotografias de “quatro diferentes aspectos do prédio”, ilustrações em “clichês” da imprensa local e uns “croquis” do local onde estava o imóvel. Ao se despedir na carta, Lindolfo disse que se o casarão for considerado “monumento nacional”, Rodrigo iria prestar a “Juiz de Fora e a nossa querida terra mineira serviço de maior relevância sob o ponto de vista histórico e cívico, tanto mais merecido, também de outros marcados motivos, por haver sido habitado por um inconfidente – o Dr. Domingos Vidal de Barbosa”.<sup>453</sup>

No entanto, apesar de tal documentação organizada por Lindolfo só ter sido enviada para o SPHAN em março de 1942, desde o primeiro pedido de Rodrigo, em 1939, o professor estava levantando tal material. Isso fica claro pois já em 1940, no discurso que proferiu no Rotary Club de Juiz de Fora em comemoração ao aniversário da cidade, Lindolfo já falava da reunião de tais documentos:

Nossos esforços, porém, foram recebidos com interesse pelo ilustre mineiro e erudito homem de letras, dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que nos solicitou informes completos sobre o assunto, acompanhados de fotografias, afim de examinar-se a conveniência de se incorporar o sobrado do juiz de fora àquele patrimônio. Conversamos, então, a respeito com o digno e sempre acolhedor prefeito Rafael Cirigliano, que nos autorizou a coordenar os elementos, com a documentação fotográfica, que acompanhará o respectivo memorial a ser apresentado. (...).

---

<sup>452</sup> OLENDER, Marcos. Uma “medicina doce do patrimônio”. *Vitruvius*. Ano 11, set 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.124/3546>>. Acesso em: abril. 2018.

<sup>453</sup> Carta de Lindolfo Gomes a Rodrigo Melo Franco de Andrade. 24 de março de 1942. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit.

Sem dúvida, esta notícia, agora trazida a público, não pode deixar de constituir um acontecimento que condiz magnificamente com as comemorações de hoje.

Vê-se portanto, senhores, que a história de nossa cidade apresenta aspectos interessantíssimos em seu envolver glorioso e não é tão recente como muitos pensam.<sup>454</sup>

No memorial apresentado por Lindolfo, o destaque recaia na importância da Fazenda Velha como patrimônio nacional, fato esse que justificaria seu tombamento pelo SPHAN. Entre os motivos apresentados para o tombamento estavam o fato do casarão existir desde 1719 (segundo Albino Esteves em seu *Álbum do Município de Juiz de Fora*), sendo assim, considerado por ele (Lindolfo) o imóvel mais antigo da cidade (destacando aqui a sua visão historicista do pioneirismo e busca pela origem); o fato de ter sido a possível residência, ou local de pouso de um juiz de fora que dera nome a cidade; ter hospedado ilustres viajantes estrangeiros com o exemplo-mor de Saint-Hillaire; e ter sido residência de importantes nomes para a história local como Antônio e Manuel Dias Tostes e Guilherme Henrique Fernando Halfeld (genro do primeiro), fundamentais para a fundação de Juiz de Fora. Mas o fato destacado por Lindolfo que justificaria o tombamento nacional do imóvel foi ele ter sido também a residência dos inconfidentes Domingos Vidal de Barbosa e do Padre Francisco Vidal de Barbosa, fato esse narrado no livro *História da Conjuração Mineira*, de Joaquim Norberto e confirmado também em depoimento de ambos registrados na página 169, do volume 1 dos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, publicados pelo Ministério da Educação em 1936, onde se declararam moradores da Fazenda do Juiz de Fora no Caminho Novo do Rio de Janeiro.<sup>455</sup>

Em uma de suas *Nótulas*, Lindolfo declarou ainda que Albino Esteves havia lhe dito que possuía cópias de documentos assinados por Tiradentes e datados de 1754 declarando serem os irmãos, Domingos e Francisco, proprietários da Fazenda do Juiz de Fora.<sup>456</sup> Esses moradores em particular faziam o imóvel adquirir a importância nacional necessária para legitimar a proteção por parte do SPHAN. Todos esses argumentos apresentados por Lindolfo estavam ainda acompanhados das reproduções dos trechos pertinentes das obras citadas para legitimar a sua fala.

---

<sup>454</sup> GOMES, Lindolfo. Discurso de Lindolfo Gomes no Rotary Club de Juiz de Fora em comemoração ao aniversário da cidade. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 31 de maio de 1940.

<sup>455</sup> Memorial apresentado por Lindolfo Gomes ao SPHAN em 24 de março de 1942. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit.

<sup>456</sup> GOMES, Lindolfo. *Nótulas*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 12 de maio de 1942.



Ainda no memorial, Lindolfo relatou que provavelmente o imóvel sofreu algumas intervenções, principalmente após uma enchente na região onde o casarão ficava em 1906, onde as paredes internas foram substituídas por paredes de tijolos. Lembrou ainda que o imóvel necessitava de uma restauração urgente, sendo inclusive condenado pela prefeitura por perigo de desabamento. No entanto, acreditava que seu relato seria suficiente para transformá-lo em monumento nacional como um “desejo que vem de encontro de sincera e ardente aspiração do povo desta cidade”.<sup>457</sup> Assim, Lindolfo se coloca como o “representante da voz do povo”, atributo comum aos intelectuais de sua época, onde falam pelos anseios e desejos de uma população que não é ouvida pelos órgãos públicos. Como ele mesmo proferiu no discurso no Rotary Club:

(...) aquele lendário casarão, presentemente quase em ruínas, é a relíquia mais antiga e portanto a mais relevante na história de nossa querida terra.

Por isso mesmo, tenho infatigavelmente me dedicado, no pouco valimento de meus recursos intelectuais, a demonstrar, à luz de documentação irretorquível, o que representará de civismo e de amor à história local, à de Minas e à do Brasil, o cuidar-se, antes da derrocada eminente, da conservação desse edifício de tradição, pelo menos duplamente centenária.<sup>458</sup>

Essa construção de Lindolfo como “representante do povo” nos faz voltar a questão de legitimação dos atos buscando alguém reconhecido dentro de sua atuação profissional. Já falamos acima em nome de a qual “povo” Lindolfo falava e defendia os interesses. No entanto, seu nome era também reconhecido no meio popular, uma vez que recorria a esse para colher suas “histórias populares”, trabalhadas na perspectivas folclóricas. Com a iniciativa de preservar a fazenda e a direção de tal processo, Lindolfo buscou preservar um patrimônio que representava a classe à qual pertencia (a elite), mas ao mesmo tempo exaltava esse caráter popular, como quando defendia a ideia do imóvel se transformar em um patronato ou uma escola. Para Pierre Bourdieu, a interiorização dos princípios e normas sociais feitas pelos atores se adequa entre as ações dos sujeitos e a realidade de sua sociedade. Para que seus “atos” e “ideias” fossem ouvidos e aceitos pela sociedade, Lindolfo “adaptou” seus discursos às questões preservacionistas em alta na época e para dar legitimidade ao processo, se colocou como “representante da voz

---

<sup>457</sup> Memorial da Fazenda Velha enviado por Lindolfo Gomes a Rodrigo M. F. de Andrade. 24 de março de 1942. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit.

<sup>458</sup> GOMES, Lindolfo. Discurso de Lindolfo Gomes no Rotary Club de Juiz de Fora em comemoração ao aniversário da cidade. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 31 de maio de 1940.

popular”, como “representante do povo”. Bourdieu também defendia que as representações sociais seriam influenciadas pela posição que se ocupa em uma classe social. Dessa forma, o “fato de dizer as coisas com autoridade, ou seja, diante de todos e em nome de todos, pública e oficialmente, ele [o autor] as destaca do arbitrário, sancionando-as, santificando-as e consagrando-as, fazendo-as existir como sendo dignas de existir, ajustadas à natureza das coisas, ‘naturais’”.<sup>459</sup> Por seu reconhecimento nos ciclos populares e intelectuais, Lindolfo foi se moldando assim, como o representante de toda a cidade para assuntos culturais e históricos.

#### 4.6- O processo de (possível) tombamento da Fazenda Velha

Enviada a documentação ao órgão federal de preservação, a resposta de Rodrigo não tardou a chegar. Em carta enviada a Lindolfo em 27 de março de 1942 e publicada pelo *Diário Mercantil* em 2 de maio do mesmo ano, lê-se:

Ilustre amigo professor Lindolfo Gomes. Acusando o recebimento de sua prezada carta de 24 de março corrente, assim como do memorial, fotografias, planta e recortes que lhe vieram anexos, apresso-me em agradecer-lhe, vivamente sensibilizado pela sua valiosíssima contribuição.

Tanto a vista do douto memorial elaborado pelo distinto patricio, quanto pela leitura de seus eruditos trabalhos publicados sob o título de “Nótulas”, verifica-se que a antiga casa da fazenda do Juiz de Fora possui em verdade, valor histórico excepcional, que recomenda o seu tombamento para os fins estabelecidos no Decreto-lei n. 25 de 30 de novembro de 1937. (...).

Ainda com relação ao assunto, tenho o prazer de comunicar-lhe que providenciarei, sem demora, para a ida a Juiz de Fora de um dos arquitetos desta repartição, afim de levantar a planta baixa daquele edifício histórico e apurar as obras de reparação e conservação de que o mesmo carecer.

Reiterando-lhe os mais efusivos agradecimentos e contando com o favor de sua atenciosa resposta, subscrevo-me patricio Admor. e amigo obrg. – Rodrigo M. F. de Andrade.<sup>460</sup>

Rodrigo pede ainda informações sobre a planta cadastral do imóvel e os contatos dos seus proprietários para que os mesmos sejam notificados quanto ao interesse de preservação do bem. Lindolfo responde a Rodrigo informando que a planta estava sendo

---

<sup>459</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Editora da USP, 1996. p. 109.

<sup>460</sup> *É o sobrado mais velho de Juiz de Fora*. **Diário Mercantil**. 22 de maio de 1942. Carta de Rodrigo M. F. de Andrade a Lindolfo Gomes.

elaborada e que o sobrado ficava no perímetro urbano local, na avenida Garibaldi, sem número, na margem esquerdo do rio Paraibuna e em frente a estrada de ferro Leopoldina. Informa ainda que a propriedade pertencia ao espólio de Cristóvão de Andrade, cujo inventário estava sendo elaborado, e que aguardava a vinda do arquiteto se colocando a disposição para toda a ajuda necessária.<sup>461</sup>

Nesse momento, começa uma troca de correspondências entre Rodrigo Melo Franco de Andrade, o advogado e o inventariante dos herdeiros da Fazenda Velha. O inventariante Eduardo de Menezes Filho informou que a propriedade pertencia aos herdeiros de Cristóvão de Andrade: dona Malvina de Almeida, maior e residente em Matias Barbosa e Christóvão de Andrade Jr., menor “relativamente incapaz” e residente em Juiz de Fora. Cita os dados dos advogados de ambos os herdeiros, Francisco de Salles Oliveira, e se coloca a disposição para maiores esclarecimentos.<sup>462</sup> De par dessas informações, Rodrigo escreve para o inventariante, o advogado e também para Lindolfo para informá-los que o menor Christóvão de Andrade deverá assinar uma autorização judicial para a sua anuência no tombamento e a mãe, dona Malvina, deve assistir ao filho no pedido de autorização judicial,<sup>463</sup> de acordo com o artigo 7º da lei de tombamento, para que os trâmites do processo seguissem em frente. No citado artigo, lê-se o seguinte:

Art.7º: Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para a inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo.<sup>464</sup>

Cabe citar que de acordo com a mesma lei, em seu artigo 8º, haveria a possibilidade de um tombamento compulsório de imóveis por parte do SPHAN (Art. 8º: Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição da coisa).<sup>465</sup> No entanto, Rodrigo faz de tudo para que o processo ocorra de

---

<sup>461</sup> Carta de Lindolfo Gomes a Rodrigo M. F. de Andrade. 31 de março de 1942. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit.

<sup>462</sup> Carta de Eduardo de Menezes Filho a Rodrigo Melo Franco de Andrade. 23 de abril de 1942. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit.

<sup>463</sup> Cartas de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Lindolfo Gomes, Francisco de Salles Oliveira e Eduardo de Menezes Filho. 11 de maio de 1942. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit.

<sup>464</sup> Decreto Lei n. 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

<sup>465</sup> Decreto Lei n. 25 de 30 de novembro de 1937. Idem.

forma amigável entre as partes para evitar complicações nos trâmites. O fato dele levar ao conhecimento dos proprietários a possibilidade de anuência para o tombamento amigável exemplifica muito bem essa ideia.

Pouco mais de um ano depois, em agosto de 1943, o herdeiro e proprietário da Fazenda Velha, que agora assinava Christóvão de Almeida, enviou uma carta a Rodrigo dizendo que ficou sabendo do interesse do patrimônio nacional em adquirir a sua propriedade para fins de preservação e pediu para que tal ato fosse feito rapidamente pois o imóvel estava em estado de ruína e ele não queria ser o responsável pelo desaparecimento de um bem juiz-forano.<sup>466</sup> Em resposta, Rodrigo informou que o SPHAN “não tem atribuições para adquirir bens daquela natureza, competindo-lhe apenas a sua preservação por meio do tombamento a que se refere o decreto-lei n. 25 de 30 de novembro de 1937”. Apela assim ao proprietário, para que o mesmo realize obras de estabilização no imóvel até o mesmo ser tombado para que aí sim o SPHAN possa tomar as medidas cabíveis a sua restauração. “Para a execução dessas obras, a seção competente desta repartição prestará a v.s. a assistência técnica necessária, elaborando estudos, projetos e orçamentos que facilitem o desempenho satisfatório dos trabalhos”.<sup>467</sup>

Em nova carta a Rodrigo, agora enviada no nome de Francisco de Salles Oliveira, foi relatado um novo problema: o fim do mandado do prefeito Rafael Cirigliano. O proprietário da Fazenda Velha informou a Rodrigo que Rafael já havia concordado em adquirir o imóvel para que o mesmo fosse tombado pelo patrimônio nacional. No entanto, como não realizou tal ação, a mesma ficaria a cargo do novo prefeito José Celso Valadares Pinto. Assim, pedia a Rodrigo para escrever para José Celso a fim de lhe informar sobre os trâmites do processo para que ele também possa destinar uma verba da prefeitura para adquirir o imóvel.<sup>468</sup>

Nesse ponto, gostaríamos de chamar a atenção para um fato em particular. Em algumas reportagens de jornais ou até mesmo em artigos escritos por Lindolfo e nas cartas trocadas entre os proprietários e o SPHAN, falava-se da necessidade do poder público, no caso, a Prefeitura de Juiz de Fora, adquirir o imóvel para que esse fosse preservado. Para exemplificar podemos destacar duas reportagens assinadas por Lindolfo Gomes. A

---

<sup>466</sup> Carta de Christóvão de Almeida ao SPHAN. 24 de agosto de 1943. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit.

<sup>467</sup> Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Christóvão de Almeida. 17 de setembro de 1943. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit.

<sup>468</sup> Carta de Francisco de Salles Oliveira a Rodrigo Melo Franco de Andrade. 22 de setembro de 1943. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit.

primeira, para o *Jornal do Povo*, ele sugeria ao prefeito de Juiz de Fora, na época Rafael Cirigliano, bem como aos “altos poderes do Estado e da República, a urgente necessidade de providenciar-se no sentido de ser adquirido e conservado o sobrado do Juiz de Fora (...)”.<sup>469</sup> Já para o *Diário Mercantil*, destacou que o prédio, ao ser repartido em testamento, passou a pertencer a um herdeiro menor de idade que, segundo seu curador, se dispôs “a ceder aquela propriedade à Prefeitura por preço mais que razoável”<sup>470</sup> e a Prefeitura, por sua vez, se mostrou interessada em adquirir o imóvel e em seguida doá-lo ao patrimônio nacional para a preservação e restauro. Na mesma reportagem, Lindolfo disse ainda que, após mandar o memorial e as fotos para Rodrigo, esse se propôs “desde logo a mandar reparar o prédio, desde que fosse concedido o terreno e o edifício já então danificados”.<sup>471</sup> O que pode se perceber com esses fatos é que pôde ter havido um possível equívoco no entendimento da aplicação do instrumento de tombamento da Fazenda Velha. Temos que levar em conta que o diálogo travado entre Lindolfo, as partes envolvidas e o SPHAN teve início em 1939 com uma intensificação em 1942, e o decreto-lei número 25, primeiro a legislar a favor do patrimônio no país e onde se institui o instrumento de tombamento, é de 1937, ou seja, de poucos anos antes do início das discussões em torno da Fazenda Velha, nos fazendo julgar que os conhecimentos sobre os trâmites ainda não estavam completamente claros para todos.

Uma outra questão presente no inventário da Fazenda Velha nos leva a cogitar novamente esse mal entendido. Na carta que Rodrigo enviou a José Celso colocando esse a par do processo da Fazenda Velha, ele discorreu sobre o estado decadente que o imóvel se encontrava e comunicou que, como a prefeitura havia se interessado em adquirir o imóvel, “essa medida viria facilitar a essa repartição ultimar o seu tombamento, para os fins estabelecidos no citado decreto-lei”.<sup>472</sup> Ao que tudo indica, Rodrigo quis mostrar que se o imóvel passasse a ser propriedade do poder público, as medidas para seu tombamento se dariam de forma mais rápida e já que a prefeitura havia se interessado em adquirir o imóvel, essa decisão agilizaria o processo, uma vez que possivelmente contaria com a anuência da Prefeitura e se daria o tombamento voluntário do bem. Em nenhum momento falou-se da necessidade de desapropriar o imóvel para seu tombamento. Como dizemos

---

<sup>469</sup> GOMES, Lindolfo. *O sobrado do Juiz de Fora*. **Jornal do Povo**. 24 de julho de 1939. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit. Grifo nosso.

<sup>470</sup> GOMES, Lindolfo. *Um monumento histórico*. **Diário Mercantil**. 7 julho de 1946. In: PASSAGLIA, L. A. P. Op. Cit. p. 178.

<sup>471</sup> GOMES, Lindolfo. *O sobrado do Juiz de Fora*. Op. Cit.

<sup>472</sup> Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a José Celso Valadares Pinto. 25 de setembro de 1943. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit

anteriormente, em razão da legislação de patrimônio ser na época muito recente, pode perfeitamente ter gerado alguns erros de interpretação das partes envolvidas na questão. Na carta-resposta a Francisco Salles de Oliveira, por exemplo, encontramos uma declaração de Rodrigo que poderia ter sido alvo de uma compreensão equivocada se não considerarmos o contexto das correspondências. Tal declaração dizia que o SPHAN tinha interesse de reparar o imóvel, mas não era “lícito executar as obras ali requeridas senão depois de realizado o referido tombamento”. E continua: “Desde que a Prefeitura de Juiz de Fora leve a efeito a sua desapropriação, este Serviço providenciará imediatamente para habilitar-se a inscrevê-lo no competente Livro do Tombo”.<sup>473</sup> Rodrigo disse que para o SPHAN restaurar o imóvel, esse precisaria estar tombado e como esse ato ainda não tinha acontecido, esperava que a desapropriação do imóvel por parte da prefeitura desse maior rapidez ao processo, mas não disse que para a proteção de um bem esse precisava ser desapropriado. No entanto, algo deve ser destacado: Rodrigo, com esse diálogo com a prefeitura, acabou de certa forma, jogando para cima da mesma a responsabilidade do tombamento do imóvel. Obviamente que um tombamento voluntário seria mais rápido e vantajoso para todas as partes, mas a lei de preservação dava a alternativa do tombamento compulsório (artigo 8º). Já que estava havendo uma demora da prefeitura em efetivar a compra do imóvel, o mesmo poderia ter sido tombado compulsoriamente, evitando assim uma possível destruição. No entanto, tal medida não foi tomada pelo SPHAN.

Nesse momento, Lindolfo entra novamente nas discussões quando comunicou a Rodrigo que conversou com Francisco Salles de Oliveira em Belo Horizonte e também com o procurador do herdeiro em Juiz de Fora, Henrique Hargreves, pedindo para o não consentimento de ambos na demolição do casarão. Ao mesmo tempo, enviou carta ao prefeito José Celso mostrando a necessidade do bem ser adquirido pela prefeitura para a sua preservação.<sup>474</sup> Em resposta a Lindolfo, Rodrigo o agradeceu pelo interesse e pelas novas atitudes a fim de preservar o antigo sobrado, informando que também escreveu ao prefeito de Juiz de Fora com o mesmo intuito, destacando novamente a iniciativa de Lindolfo para tal ato preservacionista:

Aproveito a oportunidade para renovar ao ilustre amigo a expressão de meu sincero reconhecimento pela amabilidade das referências

---

<sup>473</sup> Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Francisco Sales de Oliveira. 25 de setembro de 1943. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit

<sup>474</sup> Carta de Lindolfo Gomes a Rodrigo Melo Franco de Andrade. 26 de setembro de 1943. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit.

com que me tem sempre distinguido em suas valiosas publicações sobre o assunto. Como, porém, já tive ocasião de lhe ponderar, o mérito da iniciativa cabe exclusivamente ao ilustre patricio.<sup>475</sup>

Um ano mais tarde, o então prefeito José Celso informava a Rodrigo, em ofício, que os recursos para a desapropriação da Fazenda Velha haviam sido aprovados, mas tal medida só ocorreria se o SPHAN se compromettesse a restaurar o imóvel, pois a cidade não teria como arcar com tal despesa.<sup>476</sup> A tal ofício, Rodrigo respondeu que, “uma vez tenha essa prefeitura desapropriado [o] prédio [da] Fazenda Velha, esta repartição assumirá [o] encargo [de] executar [as] obras [de] reparação e estabilização na mesma reclamada”.<sup>477</sup>

O município também solicitou ao SPHAN a visita de um técnico em 1945<sup>478</sup> para analisar o imóvel e dar um parecer sobre seu estado físico. Tal visita não tardou a acontecer, mas o resultado não foi muito agradável. Segundo Lindolfo Gomes o técnico constatou que, devido ao estado que se encontrava, pouca coisa poderia se salvar no sobrado, necessitando talvez de uma nova construção em alguns pontos, o que estava fora das verbas federais disponíveis ao SPHAN, verbas essas “que poderia obter-se com algum tempo mais de espera”,<sup>479</sup> porém, o sobrado não teria esse tempo. As fotos abaixo mostram um esquema dos locais fotografados na Fazenda (ver foto 4) e as referidas fotos feitas pelo SPHAN. (Ver fotos 19 a 26).<sup>480</sup>

---

<sup>475</sup> Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Lindolfo Gomes. 4 de outubro de 1943. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit.

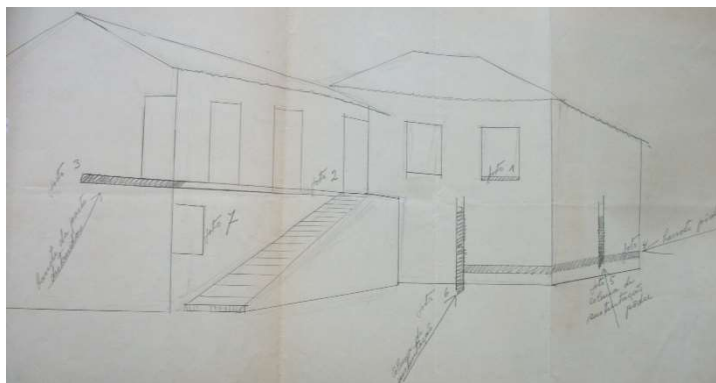
<sup>476</sup> Ofício n. 88, de José Celso Valadares Pinto a Rodrigo Melo Franco de Andrade 11 de janeiro de 1945. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit.

<sup>477</sup> Carta de Rodrigo M. F. de Andrade a José Celso Valadares Pinto. 20 de abril de 1945. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit.

<sup>478</sup> Infelizmente não conseguimos apurar o nome desse referido técnico, uma vez que não consta na documentação do Inventário e pelo fato de não haver apenas um técnico que realizava tal serviço para o SPHAN na época analisada.

<sup>479</sup> GOMES, Lindolfo. *Um monumento histórico*. **Diário Mercantil**. 3 de setembro de 1946. In: PASSAGLIA, L. A. P. Op. Cit. p. 179

<sup>480</sup> Todas as imagens foram retiradas de: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit. 3ª pasta.



**Foto 19:** Esquema da Fazenda Velha indicando os locais fotografados.  
Fonte: *Inventário Fazenda Velha*. IPHAN, op. cit.



**Foto 20:** Foto 1 do esquema.  
Fonte: *Inventário Fazenda Velha*. IPHAN, op. cit.



**Foto 21:** Foto 2 do esquema.  
Fonte: *Inventário Fazenda Velha*. IPHAN, op. cit.



**Foto 22:** Foto 3 do esquema.  
Fonte: *Inventário Fazenda Velha*. IPHAN, op. cit.



**Foto 23:** Foto 4 do esquema.  
Fonte: *Inventário Fazenda Velha*. IPHAN, op. cit.





**Foto 24:** Foto 5 do esquema.

Fonte: *Inventário Fazenda Velha*. IPHAN, op. cit.



**Foto 25:** Foto 6 do esquema.

Fonte: *Inventário Fazenda Velha*. IPHAN, op. cit.



**Foto 26:** Foto 7 do esquema.

Fonte: *Inventário Fazenda Velha*. IPHAN, op. cit.

Ao mesmo tempo que essas correspondências estavam sendo trocadas entre os gabinetes (de 1939 a 1945), os jornais continuavam a chamar a atenção para o estado deplorável que a Fazenda se encontrava, mas também destacavam o interesse do SPHAN em preservá-la.

O *Diário Mercantil*, em 1º de setembro de 1943, noticiara: *Vai ser demolida a Casa do Juiz de Fora*. A reportagem esclarecia que, em visita ao local, os repórteres recolheram de parentes dos proprietários a informação que os mesmos pretendiam demolir o sobrado “afim de que o terreno seja aproveitado, em coisa mais rendosa”. O periódico ainda se propôs a “chamar a atenção dos poderes públicos no sentido de que sejam tomadas providências imediatas”, se não “desaparecerá pela gula utilitarista o mais

belo, o mais expressivo e o mais notável documento vivo da história local”.<sup>481</sup> Diante de tal denúncia, Lindolfo Gomes publicou em suas *Nótulas* que graças ao prefeito Valadares Pinto, a casa não seria mais demolida, pois a prefeitura se propôs a adquirir o imóvel e doá-lo ao patrimônio nacional para sua preservação. O ato, inclusive, ainda não teria ocorrido em decorrência do imóvel se encontrar em estado de inventário judicial o que teria atrasado o seu tombamento pelo SPHAN. Quanto a atitude do prefeito, Lindolfo disse que “o povo conterrâneo bate palmas”, pois o chefe do município sabia “compreender as lídimas aspirações dos juizforenses e cultivar as suas respectivas tradições”.<sup>482</sup>

No entanto, tais palavras de Lindolfo se fizeram vagas e os apelos de intelectuais e também da imprensa, de nada adiantaram. Antes da possibilidade de se abrir um processo de tombamento pelo então SPHAN, o imóvel fora destruído em 1946 sobre a alegação do proprietário de que iria usar o terreno para uma construção mais rentável, mas o mesmo se manteve desocupado por muito tempo. Quando a Fazenda Velha deixou de existir, o que se percebeu na análise dos jornais foi a indignação daqueles que tentaram protegê-la. Em reportagem do *Diário da Tarde*, intitulada *Como se acabam as coisas*, de 10 de maio de 1950, podemos perceber claramente esse fato:

De nada valeram os vinte e muitos artigos de Lindolfo Gomes, numerosos de Albino Esteves, de Brant Horta, Antônio Pereira e muitos outros.

Os proprietários dos monumentos não liam ou não sentiam a palpitação patriótica dos escritores. A Prefeitura Municipal, pelos seus responsáveis, tinha outros assuntos de “mais importância” para tratar. (...).

Para essa espécie de gente, Alexandre Herculano era um tolo quando afirmou que “a falta de amor das coisas da pátria é o indício certo da morte da sociedade e, conseqüentemente, do estado decadente e da última ruína de qualquer povo”.

(...) Para a mentalidade dos donos da “Fazenda Velha” e dos homens que passavam pela Prefeitura, sem olhar por ela, outras coisas interessavam mais.<sup>483</sup>

Lindolfo também se manifestou nas páginas do *Diário Mercantil* sobre a perda do imóvel:

---

<sup>481</sup> *Vai ser demolida a Casa do Juiz de Fora. Diário Mercantil.* Juiz de Fora. 1 de setembro de 1943.

<sup>482</sup> GOMES, Lindolfo. *Nótulas.* Diário Mercantil. s/d. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha.** Op. Cit.

<sup>483</sup> Diário da Tarde de 10 de maio de 1950. In: PASSAGLIA, L. A. P. Op. Cit. p. 181.

Até a pouco existia em Juiz de Fora um monumento histórico que, não obstante, acaba de desaparecer agora, pois foi demolido (...) em virtude de se retardarem as providências da Prefeitura, uma das aspirações mais justas e mais altas do povo da “Atenas de Minas”.<sup>484</sup>

No entanto, Lindolfo deixou claro que a culpa da perda do casarão seria inteiramente da prefeitura que demorou em tomar uma atitude em relação ao imóvel. Segundo ele, a Fazenda do Juiz de Fora que

...infelizmente já não existe, pois em 1945, por lamentável negligência, deixaram-na desabar, não obstante o ilustre historiógrafo e homens de letras, Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a imprensa e o meio cultural juizforense, num esforço persistente e benemérito, tudo fizeram no intuito de preservar a conservação daquela preciosa e inestimável relíquia da mais remota tradição da grande cidade mineira. Mas tudo ficou a depender da prefeitura, que só tardiamente resolveu providenciar, não logrando assim evitar o insanável desastre.<sup>485</sup>

---

Os trâmites do processo e a tentativa de tombar a Fazenda Velha relatados acima nos mostram a participação ativa de Lindolfo Gomes no processo, o transformando em um agente social e, se pudermos usar esse termo, um agente patrimonialista da cidade de Juiz de Fora. Aqui podemos perceber também como funcionavam as teias sociais a qual Lindolfo se envolveu. Na documentação a que tivemos acesso, não existem documentos que comprovem que Rodrigo e Lindolfo se conheceram pessoalmente, mas podemos deduzir que possuíam amigos em comum, quando Rodrigo fala em carta, por exemplo, que tomou conhecimento das *Nótulas* de Lindolfo através de um amigo.

O professor possuía ainda uma rede política em Juiz de Fora, pois a todo momento relatava que conversava com os dois prefeitos citados acima (Rafael Cirigliano e Celso Valadares Pinto) mostrando-lhes o quanto a aquisição da fazenda por parte da prefeitura seria importante para a sua preservação. O próprio Rodrigo agradeceu em várias cartas o envolvimento de Lindolfo e suas ações para a preservação do patrimônio histórico nacional, nos mostrando, como falamos acima, a sua participação ativa em todo o

---

<sup>484</sup> GOMES, Lindolfo. *Um monumento histórico*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 3 de setembro de 1946.

<sup>485</sup> GOMES, Lindolfo. Marginalia. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro. 1950. In: IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Op. Cit.

processo de preservação da Fazenda. O envolvimento de Lindolfo com a história de Juiz de Fora foi, aliás, um dos motivos que levaram Rodrigo a lhe incumbir um levantamento primário sobre o imóvel em questão. Segundo Laura Regina Xavier, os inventários de pesquisas eram considerados etapas fundamentais para os critérios de proteção aos bens patrimoniais que viriam a ser protegidos pelo então SPHAN. Por isso, “*desde o início, Rodrigo solicitava aos delegados regionais que as propostas de tombamento viessem acompanhadas do histórico das obras, informações sobre o estado de conservação, bem como referências bibliográficas e fotográficas sobre as mesmas*”.<sup>486</sup>

As notícias da participação de Lindolfo em defesa do sobrado não ficaram restritas a Juiz de Fora. Em uma carta enviada por Albino Esteves em maio de 1942, o mesmo relata que, estando no Rio de Janeiro, leu no jornal *O Globo* que ele (Lindolfo) foi “minucioso e seguro em suas informações ao diretor do Serviço Histórico e Artístico Nacional.”<sup>487</sup> E continua: “Penso que dentro de algum tempo poderei acrescentar às suas notas históricas mais algumas, bem interessantes, relativas ao Sobrado das margens do Paraibuna”.<sup>488</sup>

Nos é pertinente relatar também que a tentativa de preservação da Fazenda do Juiz de Fora foi a primeira manifestação a favor da preservação do patrimônio arquitetônico da cidade.<sup>489</sup> A iniciativa de Lindolfo Gomes e de outros ocorreu principalmente através de um dos meios de comunicação mais acessíveis na época: os jornais. Foi através das reportagens que se tentou despertar a atenção da população e das autoridades para o estado que o imóvel se encontrava e como ele era importante para a história da cidade. Entre tais reportagens, destacamos as dos colunistas Bernardo Mascarenhas Filho, que, em uma visita ao sobrado, declarou: “Isso aqui representa para Juiz de Fora uma tradição. A prefeitura deve adquirir ou desapropriar, não só o velho sobrado, como os terrenos fronteiros ou em redor, transformando-o num monumento da cidade”,<sup>490</sup> e a de Augustus Geibel: “Cada juizforense consciente devia fazer, ao transitar pelos seus arredores [do sobrado], um sinal que significasse reverência, à maneira do que se usa fazer diante dos

---

<sup>486</sup> XAVIER, Laura Regina. **Patrimônio em prosa e verso**: a correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Augusto Meyer. 2008. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. p. 33.

<sup>487</sup> GOMES, Lindolfo. *Nótulas*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 10 de maio de 1942. Reprodução da carta de Albino Esteves.

<sup>488</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>489</sup> Sobre os movimentos populares sobre a preservação de Juiz de Fora ver capítulo 3 e 4 do livro: ALMEIDA, Fabiana Aparecida de. *Narrativas preservacionistas na cidade: a trajetória da defesa do patrimônio de Juiz de Fora contada através de manifestações populares*. Juiz de Fora: Funalfa, 2015. Tal livro é o resultado de minha dissertação de mestrado, defendida em 2012 pela UFJF.

<sup>490</sup> PEREIRA, Antônio Armando. *Conservemos a tradição*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 26 de fevereiro de 1942.

templos. Ele é a história do passado, assiste ao nosso presente e o futuro aqui deverá encontrá-lo”.<sup>491</sup> Segundo Maritsa Costa e Fábio Cerqueira um dos processos de patrimonialização de um bem é a sua sacralização como tal, se referindo ao reconhecimento e identificação que a sociedade fazia com o que considerava representativo para ela.<sup>492</sup> Essa fala de Geibel mostra perfeitamente a tentativa de “sacralização” a partir da imprensa realizada em torno da Fazenda Velha, a considerando fundamental para a manutenção da memória de Juiz de Fora. “Os objetos valorizados como patrimônio guardam um vínculo semiótico com seus significados de origem”.<sup>493</sup> A Fazenda Velha, para o pensamento historicista, representaria a origem da cidade de Juiz de Fora, por isso era tão importante preservá-la, torná-la um patrimônio.

No entanto, as *Nótulas* de Lindolfo Gomes talvez tenham sido a mais significativa manifestação em prol da preservação da fazenda, ganhando inclusive, a atenção de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Muitos amigos de Lindolfo também elogiavam a sua participação ativa na causa através das páginas dos jornais. Albino Esteves, por exemplo, relatou que já em 1938, na ocasião das comemorações da criação do município, a 31 de maio, ele mesmo havia sugerido a preservação do imóvel ao prefeito e à Comissão dos Festejos. “Não vingou o alvitre, mas você, [Lindolfo] com o brilho de sua pena, retomou o fio da meada e prosseguiu na bela campanha, como se vê de suas ‘Nótulas’, até conseguir a atenção do ilustre diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”. E continuou: “Não pode ser mais feliz a proposição de que o Patrimônio dê ao velho prédio destino mais nobre: a instalação, ali, de uma escola pública denominada ‘Barão de Juiz de Fora’”.<sup>494</sup> Assim, com essa passagem, fica exemplificado a iniciativa de Lindolfo quanto à preservação de Juiz de Fora, datada de 1938. Mesmo não sendo um projeto vitorioso, a iniciativa de Lindolfo foi a primeira registrada na cidade.

---

<sup>491</sup> GEIBEL, Augustus. *Como uma ‘encantadora paisagem’ fez-se um poderoso centro de progresso. Diário Mercantil*. 31 de maio de 1941. In: IPHAN. *Inventário Fazenda Velha*. Op. Cit.

<sup>492</sup> COSTA, Maritsa Sá Freire; CERQUEIRA, Fábio Vergara. Usos (e descartes) do patrimônio nos discursos e representações da comunidade: estudo de caso de um casarão demolido no bairro Pinheiros – São Paulo. In: *Contemporâneos: Revista de Arte e Humanidades*. 2015, n. 12. Disponível em <http://www.revistacontemporaneos.com.br>. Acesso em 17/03/2015. p. 6.

<sup>493</sup> DODEBEI, Vera Doyle. Memória e patrimônio: perspectivas de acumulação/dissolução do ciberespaço. *Revista Aurora*. São Paulo: PUC, 2011. v. 10. Disponível em <http://www.pucsp.br/revistaaurora>. p. 45.

<sup>494</sup> Carta de Albino Esteves a Lindolfo Gomes. In: GOMES, Lindolfo. *Nótulas. Diário Mercantil*. Juiz de Fora. 25 de outubro de 1940.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A memória é como um dos caminhos para se re-tornar ao já vivido, na tentativa de decifrá-lo, para inaugurar a distância espacial, o ‘além’ que promete o futuro”.<sup>495</sup>

Leila Barbosa; Marisa Rodrigues.

A principal marca deixada por uma cidade é a sua arquitetura. Essa é muito mais que a simples construção de prédios. Ela permite que a memória do lugar se torne visível, palpável e admirável. John Ruskin disse que podemos viver sem a arquitetura, mas “sem ela não podemos recordar”.<sup>496</sup> Segundo Bruno Reis, nossas lembranças estão condicionadas pela experiência direta (as memórias vividas) ou indiretas (as memórias mediatas) com o passado e dão o sentido das nossas representações históricas.<sup>497</sup> Por isso essas representações do passado são tão importantes. E por isso também a importância da preservação desse passado através do tombamento, pois “existe nessa ação de patrimonialização do acontecimento um forte desejo de memória, pois ao patrimônio cabe o atributo essencial de legado de um valor memorial escolhido para ser doado às gerações futuras”.<sup>498</sup>

Considerando assim, que uma das formas de manter viva a história de um local seria através da preservação do seu patrimônio, foi com esse objetivo que Lindolfo Gomes tentou preservar através do então *SPHAN* a Fazenda Velha, um dos primeiros imóveis construídos onde depois se desenvolveria a cidade de Juiz de Fora.

Professor, jornalista, historiador, teatrólogo, folclorista, filólogo, Lindolfo Gomes atuou em todos esses campos do saber. O rótulo de “intelectual de seu tempo” se aplica muito por conta da erudição que adquiriu durante os longos anos de pesquisa a que se dedicou. No entanto, Lindolfo não estava sozinho. Se pegarmos, por exemplo, algumas figuras que frequentavam o mesmo ambiente e as mesmas redes sociais de Lindolfo, como Albino Esteves, Belmiro Braga, Estevam de Oliveira, José Rangel, entre outros, veremos que eles também trabalhavam ativamente como jornalistas, historiadores, professores, educadores e literatos. Para Carlo Ginzburg, a biografia de “homens simples”

---

<sup>495</sup>BARBOSA, Leila Maria Fonseca; RODRIGUES, Marisa Timponi. **Letras da Cidade**. Juiz de Fora: Funalfa, 2002. p. 23.

<sup>496</sup> RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008. p. 8 e 9.

<sup>497</sup> REIS, Bruno Carriço. Memórias coletivas; o passado reconstruído, o presente (des) construído. **Revista Aurora**. São Paulo: PUCSP, 2001. n. 10. p. 11.

<sup>498</sup> DODEBEI, Vera Doyle. Memória e patrimônio: perspectivas de acumulação/dissolução do ciberespaço. **Revista Aurora**. São Paulo: PUCSP, 2011. p. 37-38.

pode se tornar, em determinado momento, a biografia de qualquer homem ou mulher do mesmo tempo e lugar<sup>499</sup>, por narrar fatos compartilhados por todos. O ambiente cultural e intelectual frequentado por Lindolfo era o mesmo frequentado por esses nomes e tantos outros, por isso se justifica a afirmação de Ginzburg citada.

Como intelectual ativo, sociabilizando intelectualmente, e não ficando restrito a gabinetes e bibliotecas, como destacado por Regina Abreu<sup>500</sup>, Lindolfo contribuiu para o desenvolvimento das letras (foi um dos fundadores da Academia Mineira de Letras e autor de inúmeros livros de verso e prosa) e da imprensa mineira (uma vez que trabalhou em vários jornais em todos os locais que morou, fundando, inclusive alguns desses jornais); auxiliou no desenvolvimento dos estudos filológicos e folclóricos brasileiros e atuou ativamente como professor e educador. Mas foi sobretudo como agente social que nos interessou a sua atuação. Acreditamos que através de suas pesquisas para descobrir quem teria sido o juiz de fora que dera nome à Fazenda Velha e à cidade e por ser representante de uma história juiz-forana que ele queria destacar (elitista e ligada às origens), Lindolfo iniciou as discussões preservacionistas em Juiz de Fora ao preitear, através do *SPHAN*, o tombamento do sobrado em um momento em que as discussões sobre preservação ainda eram precoces no Brasil. Isso nos mostra que, mesmo vivendo em uma cidade de interior, o professor estava a par do que se discutia nacionalmente e percebeu que naquele momento, a única forma de evitar a desaparecimento do referido imóvel era destacá-lo para o Serviço do Patrimônio Nacional. Como nós percebemos no capítulo 4, ele esteve presente em todo o processo de tentativa de tombamento da Fazenda Velha, agindo como agente social em prol da preservação de uma determinada memória da cidade que vivia. Podemos falar que Lindolfo articulou também um determinado grupo social (aquele vinculada à imprensa da cidade, principalmente) em prol da causa da Fazenda Velha. Vários outros nomes que escreviam para os jornais da cidade, como Albino Esteves e Antônio Pereira também passaram a chamar a atenção para a preservação do imóvel. Foi por intermédio também de Lindolfo, que a Prefeitura de Juiz de Fora se interessou em adquirir o imóvel a fim de facilitar o processo de tombamento, como mostrado no capítulo 4. Assim, entendemos a sua atuação como agente social não apenas por buscar a valorização de um pedaço do patrimônio da sua cidade, mas por levar tal causa à demais pessoas, que nesse caso seriam os seus leitores. Liga-se aqui também a ideia de Lindolfo

---

<sup>499</sup> GINZBURG, Carlo. **A Micro-História e outros ensaios**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989. p. 183.

<sup>500</sup> Idem, *ibidem*.

como intelectual de seu tempo, como destacamos no capítulo 1. Segundo Sérgio Miceli, no início do século XX, “toda a vida intelectual era dominada pela grande imprensa, que constituía a principal instância de produção cultural (...)”.<sup>501</sup> E, como mostrado acima, Lindolfo usou esse meio para destacar a causa da Fazenda Velha.

O grau de abrangência que suas colunas jornalísticas possuíam também devem ser consideradas, uma vez que o próprio Rodrigo elogiou a participação de Lindolfo na defesa do patrimônio nacional ao falar desse assunto em suas *Nótulas*. A coluna em que tratava das “recordações passadistas e com a velha curiosidade penetrante, mas inofensiva e discreta, com que observo e comento as coisas da atualidade”,<sup>502</sup> além de terem chegado a Rodrigo Melo Franco de Andrade, foram alvo de elogios também do vice-cônsul português no Brasil, João Borges de Matos, quando, o mesmo mandou um ofício a Lindolfo agradecendo-lhe a ideia lançada “em vossa apreciada Nótula” de se criar em Juiz de Fora, assim como acontecera no Rio de Janeiro, uma Associação dos Amigos de Portugal.<sup>503</sup> Como exemplo final, citamos o fato do filólogo Antônio Alves Cerqueira ter usado uma *Nótula* de Lindolfo sobre Casimiro de Abreu como introdução a seu livro sobre o poeta.<sup>504</sup>

Sobre a recepção das *Nótulas* pelos leitores, observemos o exemplo abaixo que reproduz uma carta de um leitor sobre a coluna:

Gosto de ler suas *Nótulas*. O grande professor e jornalista aborda todos os assuntos com a naturalidade, a certeza e a cultura dos grandes.

Em reduzido número de linhas escreve o que muito “sabichão” não escreve em colunas inteiras de jornal.

Certo grande homem, uma vez escreveu longa carta a um amigo e, ao terminá-la, pediu desculpas por não ter tido tempo de escrever uma carta curta.

Por quê? Simplesmente porque cartas longas qualquer um escreve: vai para o papel tudo que vem à cabeça. Ao passo que escrever tudo que vem à cabeça, em poucas linhas é que é atencioso e certo.

São assim suas *Nótulas*.<sup>505</sup>

Obviamente que temos que levar em consideração que quem reproduzia as cartas recebidas era o próprio Lindolfo e nunca saberemos a quantidade de críticas recebidas

---

<sup>501</sup> MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*”, publicado pela Cia das Letras em 2001, das páginas 17.

<sup>502</sup> GOMES, Lindolfo. *Nótulas*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 1 de setembro de 1939.

<sup>503</sup> GOMES, Lindolfo. *Nótula*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 16 de julho de 1940.

<sup>504</sup> GOMES, Lindolfo. *Nótulas*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 18 de julho de 1940.

<sup>505</sup> GOMES, Lindolfo. *Nótulas*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 23 de maio de 1941.



por ele sobre os assuntos a que escrevia. Mas o que podemos afirmar através da análise que fizemos de suas *Nótulas* é que algumas discordâncias levantadas por seus leitores eram respondidas na coluna. Por exemplo, em uma *Nótula*, Lindolfo discordou de um leitor que lhe escreveu criticando a repetição de assuntos dos cronistas dos jornais em geral. Respondeu então, que essa conclusão era comum para quem não conhecia o “métier jornalístico”, mas tal prática era comum entre os cronistas jornalísticos que caracterizavam-se pelo “imediatismo dos fatos da vida cotidiana” e se “não há acontecimentos que lhe ensejem os comentários, tem de esmiuçar as seções telegráficas e o noticiário dos jornais em busca do indispensável material”.<sup>506</sup> Percebemos assim, que quando conveniente para o público, Lindolfo esclarecia as dúvidas-críticas, da mesma forma que era comum também justificar através de erratas, palavras com grafias incorretas apontadas por seus leitores, já ligando-se aqui, os seus trabalhos como filólogo.

O fato aqui exposto e o motivo que nos fez colocar referentes citações, é mostrar a recepção e abrangência de seus escritos, especificamente, de suas *Nótulas* (que chamou de “cavacos diários”<sup>507</sup>) que usamos como fonte para esse trabalho e que tanto tempo fez parte das páginas do *Diário Mercantil*. Mas Lindolfo não ficou conhecido em seu tempo apenas como jornalista ou cronista:

Foi escritor de uma erudição linguística requintada, como se comprova no livro *Nihil Novi*, quando tem a preocupação em explicar minuciosamente a escolha do título de sua obra. Além de erudito, Lindolfo era extremamente arguto e engenhoso, pois, através de pesquisas e estudos, correlacionou cenas discursivas as mais diversas em busca das identidades e, conforme João Ribeiro, das “simetrias psíquicas do gênero humano”. Em *O apólogo do feixe de varas*, desse livro citado, recupera Plutarco, La Fontaine, o Cônego Schmid e até Tomás Antônio Gonzaga, permitindo emergir a permanência tautológica das narrativas folclóricas.<sup>508</sup>

Apesar de longa, essa descrição de Lindolfo Gomes realizada por Leila Barbosa e Marisa Rodrigues nos mostra um pouco da dimensão da erudição do professor que tanto era comentada e destacada entre seus amigos. Nos mostra também parte de suas influências intelectuais e como seus escritos enriqueceram os estudos folclóricos no Brasil, uma vez que foi um dos pioneiros nesses estudos. Tais palavras e elogios apontados na descrição acima nos mostra ainda como foi se “produzindo” uma visão

---

<sup>506</sup> GOMES, Lindolfo. *Nótulas*. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora. 18 de outubro de 1939.

<sup>507</sup> GOMES, Lindolfo. *Nótulas*. *Diário Mercantil*. Juiz de Fora. 15 de maio de 1939.

<sup>508</sup> BARBOSA, L. M. F.; RODRIGUES, M. T. Op. Cit., p. 41.

exacerbada de Lindolfo Gomes. Retomando as palavras de Charles Kadushim, discutidas no capítulo 1, os membros dos círculos sociais compartilham interesses em comum e buscam exaltar-se elogiando seus membros como forma de elogiar o próprio grupo, como bem lembrou Sérgio Miceli. Segundo esse autor, esse fato por si só constitui “uma pista fecunda para o conhecimento das relações entre os grupos dirigentes no país”.<sup>509</sup> O fato dos escritos sobre Lindolfo serem de autoria de pessoas ligadas diretamente à ele (mesmas redes de sociabilidades) e/ou serem suas admiradoras, fizeram com que se construísse uma imagem vantajosa e inviolável sobre sua figura. Tais elogios acabavam por ser transmitidos a todo o entorno social ao qual Lindolfo frequentava. Da mesma forma, construiu-se também uma imagem de Juiz de Fora: de cidade moderna e pioneira. Tal construção foi realizada pela elite que vivia na cidade no final do século XIX e início do XX e que tentava destacar uma cidade próspera para atrair investimentos para as suas áreas de atuação, sejam elas econômicas/financeiras ou culturais/sociais. Lindolfo ajudou nessa “construção” de Juiz de Fora e destacava seus pioneirismos sempre que possível, inclusive quando tentou preservar a Fazenda Velha. Isso se deu muito também pelo viés historicista que defendia, de entender as coisas buscando sua origem. Toda sua obra está repleta dessa vertente, seja na história, filologia ou folclore, como quando ele justifica para Rodrigo Melo Franco de Andrade a importância de se preservar a Fazenda Velha como forma de “cultuar o passado”. Lindolfo (juntamente com seu ciclo social) ajudou a idealizar uma visão de Juiz de Fora. Por isso mostramos aqui como era a cidade vista e entendida por Lindolfo: a Juiz de Fora dos pioneirismos e dos apelidos exacerbados, pois era essa a cidade do cotidiano de Lindolfo.

Sobre sua produção, o único levantamento a que tivemos notícia foi uma apuração inicial realizada em 1953 e citada por Wilson de Lima Bastos acusando 6 volumes de contos e romances, 13 peças teatrais, 10 obras didáticas, 5 volumes sobre folclore, 20 estudos sobre filologia, erudição e história, 8 livros diversos,<sup>510</sup> sem contar as citações em outros livros e seus artigos e colaborações para diversos jornais. Para Almir Oliveira, Lindolfo “foi um dos principais mestres do folclore brasileiro e reconhecidamente filólogo de peso, com uma vasta bagagem literária especializada publicada, poeta refinado e prosador elegante”.<sup>511</sup>

---

<sup>509</sup> MICELI, Sérgio. Biografia e cooptação (o estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil). Op. Cit, p. 350.

<sup>510</sup> BASTOS, Wilson de Lima. **Lindolfo Gomes**. S. L.: Ministério da Educação e Cultura, 1975. p. 8.

<sup>511</sup> OLIVEIRA, Almir. Lindolfo Gomes: um caso político. **Tribuna de Minas**. Juiz de Fora: 31 de outubro de 2000.

O professor passou os últimos dias de sua vida no Rio de Janeiro. Lá, faleceu em 15 de maio de 1953 depois de sofrer um AVC. Seu corpo foi levado para Juiz de Fora onde foi velado no salão nobre da Câmara Municipal e enterrado, sendo decretado pelo prefeito, luto oficial de três dias. Os estudos que lhe acompanharam durante toda a vida, não pararam no momento de saúde frágil. Na ocasião de seu falecimento, o jornal carioca *Correio da Manhã* publicou a seguinte nota: “Sua contribuição para o folclore brasileiro foi notável. Desaparece com avançada idade e há muito que residia no Rio, completamente esquecido, mas, segundo nos informam, sempre estudando, sempre pesquisando, para regozijo próprio, indiferente à publicidade”.<sup>512</sup> Devido a essa contribuição para os estudos folclóricos, como destacado na reportagem, Lindolfo foi homenageado em uma sessão solene da Comissão Nacional do Folclore, em 11 de junho de 1953, onde Joaquim Ribeiro e Renato Almeida (presidente da Comissão) falaram sobre a vida, obra e contribuição de Lindolfo para os estudos da cultura popular brasileira.<sup>513</sup> Houve homenagens a ele também na Academia Carioca de Letras, em sessão do dia 29 de dezembro de 1953, através da fala de Othon Costa,<sup>514</sup> e na Academia Mineira de Letras, que dedicou grande parte do volume XX da revista publicada pela instituição a lembrar e homenagear Lindolfo. Seu nome também foi dado, à guisa de homenagem, a uma rua do Rio de Janeiro<sup>515</sup>, no bairro Pavuna, e a uma escola em Juiz de Fora, no bairro São Benedito, ambas com o nome de Professor Lindolfo Gomes.

Esperamos que com esse trabalho possamos transmitir um pouco da história e atuação de Lindolfo Gomes destacando sua iniciativa para a preservação do patrimônio de Juiz de Fora (uma vez que começou a tomar corpo antes mesmo do tombamento do acervo do Museu Mariano Procópio), assunto esse, que nos acompanha desde a época da graduação. Entendemos que o patrimônio histórico e cultural preserva também a memória do local fazendo com que os *lugares de memória* não sejam as únicas formas de lembrança de um passado arquitetônico, memorialístico e cultural, mesmo que tal memória preservada seja selecionada pelo grupo que está atuando em sua defesa.

A iniciativa de Lindolfo em preservar a Fazenda Velha porém, foi fracassada. Apesar dos esforços em entrar em contato com o SPHAN, prefeitos e proprietários destacando a importância histórica que tal imóvel possuía, de nada adiantou. Temos que

---

<sup>512</sup> O desaparecimento de Lindolfo Gomes. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 23 de maio de 1953.

<sup>513</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 7 e 11 de junho de 1953.

<sup>514</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 27 de dezembro de 1953.

<sup>515</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 19 de março de 1955.

levar em conta para tal fracasso o cenário político do período em questão. Apesar do mesmo ter sido benéfico para a preservação com a criação de um órgão específico para tal fim, aconteceu também uma modernização e expansão das cidades brasileiras, onde a especulação imobiliária começou a ganhar força. Já em 1941, foi instituída uma lei de destombamento (n. 3866) rebatendo medidas já tomadas pelo SPHAN. Apesar de ser criada no mesmo governo que buscou preservar uma cultura nacional apenas alguns anos antes (o Estado Novo de Vargas), tal recurso já dava os indícios da força política/econômica que a especulação sempre teve nos setores públicos. No cenário de Juiz de Fora onde se discutia a questão da preservação da Fazenda Velha, o que nos chama a atenção é a não iniciativa do tombamento compulsório por parte do SPHAN para evitar o desaparecimento do bem, como já destacamos no capítulo anterior, e a demora da prefeitura em tomar a atitude de comprar o imóvel, mesmo que tal transação já tivesse sido aprovada. A derrota da iniciativa de Lindolfo se deu assim, dentro do próprio grupo ao qual pertencia. Tanto que depois que o imóvel foi demolido, ele colocou como culpada a omissão da prefeitura diante do fato, omissão essa caracterizada pela demora em tomar uma atitude. Percebe-se, dessa forma, as forças políticas que fazem parte das relações de poder: um grupo sempre terá mais força que outro.

No entanto, a iniciativa de Lindolfo, mesmo derrotada, foi pioneira na cidade e se caracterizou como o início das discussões preservacionistas em Juiz de Fora. Mais do que preservar o casarão, Lindolfo tentou com essa iniciativa, preservar também parte da memória do grupo ao qual pertencia, destacando aquilo que valorizava em seus estudos: a origem da cidade. Almir de Oliveira, no poema intitulado *Minha cidade* nos dá uma ideia da perda da memória desse grupo social de Lindolfo e as coisas relacionadas a ele. Nas linhas abaixo podemos perceber alguém que lamenta a inexistência de uma Juiz de Fora que foi idealizada e “moldada” por uma elite letrada e econômica e que é pouco lembrada nos dias atuais por não ter mais um “patrimônio” ligada a ela. As casas demolidas e a “memória apagada” foi a de uma elite (como mostra os nomes citados) que, ironicamente, criou a ideia de uma cidade pioneira e que era a “principal cidade de Minas”.

Como te desfiguraram!  
Demoliram tuas casas baixas e teus sobrados  
Que nos davam notícias das tuas origens  
Que nos falavam do teu passado  
De principal cidade de Minas (...).

Perdeste as referências de ti mesma:  
- Onde foi a Fazenda do Juiz de Fora?  
Onde morou Henrique Guilherme Halfeld?  
E o Barão de Bertioga?  
E o Bernardo Mascarenhas?  
E o Silvio Romero, que aqui viveu e ensinou?  
E o Olavo Bilac, que aqui se asilou,  
Perseguido pelo marechal Floriano?  
E o Lindolfo Gomes, que escreveu a letra do teu hino?  
E o Duque Bicalho, que lhe compôs a música?  
E o Francisco Batista de Oliveira?  
E o Eduardo de Menezes?  
E o Machado Sobrinho?  
E o Heitor Guimarães?  
E o Antônio Carlos Ribeiro de Andrade?  
E o Oscar da Gama?  
E o Belmiro Braga?  
E o Murilo Mendes?  
E o Hipólito Caron?  
E o Ângelo Biggi?  
E tantos outros nomes, que ilustraram teu nome  
Nas letras,  
Nas artes.  
Na indústria,  
No comércio  
-Oh, minha cidade?  
Demoliram suas casas.  
Apagaram sua memória. (...).<sup>516</sup>

---

<sup>516</sup> OLIVEIRA, Almir. Minha cidade. In: BARBOSA, L. M. F.; RODRIGUES, M. T. P. Op. Cit. p. 132 e 133.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração do Brasil. Rio de Janeiro: Roço/Lapa, 1996.

ALMEIDA, Fabiana Aparecida de. Narrativas preservacionistas na cidade: a trajetória da defesa do patrimônio de Juiz de Fora contada através de manifestações populares. Juiz de Fora: Funalfa, 2015.

ALVARENGA FILHO, José Tostes de. História do Banco de Crédito Real de Minas Gerais – S.A. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, ano III, n. 3, jun. 1967.

ALVES, Elder Patrick Maia. O Movimento Folclórico Brasileiro: guerras intelectuais e militância cultural entre os anos 50 e 60. **Desigualdade & diversidade**: Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio. n. 12. Jan./dez. 2013.

AMARAL, Amadeu. Tradições populares. São Paulo: Progresso, 1948.

AMOROSO, Marta. Sociedade de Etnografia e Folclore (1936-1939). In: **Catálogo da Sociedade de Etnografia e Folclore**. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, s.d.

ANDRADE, Mário. Folclore. In: **Manual bibliográfico de Estudos Brasileiros**. Brasília: 1998. 1º volume.

**Anuário Histórico-Chorographico de Minas Gerais**. 1909.

ARANTES, Luiz Antônio do Valle. A fábrica e a luz. In: NEVES, José Alberto Pinho; et. ali. **Juiz de Fora**: história, texto e imagem. Juiz de Fora: Funalfa, 2004.

BARBOSA, Leila Maria Fonseca; RODRIGUES, Marisa Timponi Pereira. **Letras da cidade**. Juiz de Fora: Funalfa, 2002.

BARBOSA, Leila Maria Fonseca; RODRIGUES, Marisa Timponi Pereira (orgs). **Machado Sobrinho**: notícias da imprensa sobre a Academia Mineira de Letras. Juiz de Fora: Funalfa, 2009.

BARBOSA, Yuri Amaral. **Espaço, história e cidade**: uma abordagem geográfica do processo urbano de Juiz de Fora na última década do século XIX. 2016. Dissertação de mestrado. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora/ Programa de Pós-Graduação em Geografia.

BERALDO, Wilson João. O nascimento da cidade. **Revista do IHGJF**. Juiz de Fora: IHGJF, 1965. Ano 1, n. 1.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BORGES, Vany Pacheco. Desafios da memória e da biografia: Gabrielle Brune-Sieler: uma vida (1874-1940). In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs). **Memória e (re)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

BASTOS, Wilson de Lima. **Lindolfo Gomes**. S. L.: Ministério da Educação e Cultura, 1975.

BOTELHO, Angela Vianna; REIS, Liana Maria. **Dicionário Histórico Brasil**: Colônia e Império. 6ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BOTT, Elizabeth. **Família e rede social**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 1976.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína (orgs). **Usos e abusos da história oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 9ª ed. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

CARNEIRO, Edson. Dinâmica do folclore. In: WEITZEL, Antônio Henrique. **A contribuição indígena ao folclore brasileiro**. Conferência no IHGJF: curso de etnologia brasileira, em 8 de maio de 1967.

CARVALHO NETO, Fernando. **Os nobres do café**. S.L: s.e, 1990.

CATENACCI, Vivian. Cultura popular: entre tradição e a transformação. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo: v. 15, n. 2, abr./jun. 2001.

CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: 1990. v. 3, n. 5.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, v. 7, n. 13.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **A “Europa dos pobres”**: o intelectual e o projeto educacional dominante em Juiz de Fora na Belle-Époque mineira. 1987. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense.

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi**. V. 4, n. 7, jul./dez. 2003.



CHUVA, Márcia. Patrimônio material e memória da nação. **Jornal UNESP**. 2005. Ano XIX, set., n. 204. Disponível em: [www.unesp.br/aci/jornal/204/supleb.php](http://www.unesp.br/aci/jornal/204/supleb.php). Acesso em 01/03/2017.

**Correio de Minas**. Juiz de Fora. 20 de dezembro de 1896. Disponível em: <http://www.bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>

COSTA, Bruno Balbino Aires da. Luís da Câmara Cascudo, historiador dos espaços. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. S.L.: 2012. v. 4, n. 8, dez.

COSTA, Maritsa Sá Freire; CERQUEIRA, Fábio Vergara. Usos (e descartes) do patrimônio nos discursos e representações da comunidade: estudo de caso de um casarão demolido no bairro Pinheiros – São Paulo. In: **Contemporâneos: Revista de Arte e Humanidades**. 2015, n. 12. Disponível em <http://www.revistacontemporaneos.com.br>. Acesso em 17/03/2015.

COSTA, Pedro. Revista Marília. Citado por BASTOS, Wilson de Lima. **Lindolfo Gomes**. S.L.: Ministério da Educação e Cultura, 1975.

CRESPO, Ana Maria; YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes. **Os primeiros Grupos Escolares de Juiz de Fora**. Disponível em: <http://www.faced.ufjf.br/nephe/imagens/arq-ind-nome/eixo8/completos/primeirs-grupos.pdf>. Acesso em maio de 2017.

DIOMAS, Antônio. O turbulento e fecundo Silvio Romero. BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia M. **Um enigma chamado Brasil: 29 interpretes e um país**. São Paulo: Cia da Letras, 2009.

DODEBEI, Vera Doyle. Memória e patrimônio: perspectivas de acumulação/dissolução do ciberespaço. **Revista Aurora**. São Paulo: PUC, 2011. v. 10. Disponível em <http://www.pucsp.br/revistaaurora>.

DORNAS FILHO, João. Evolução da Imprensa em Minas Gerais. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: s./e. 10 de agosto de 1957.

FAGUNDES, João Evangelista. **A história local e o seu lugar na história**: histórias ensinadas em Ceará-Mirim. Tese de doutorado. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte/ Programa de Pós Graduação em Educação, 2006.

FAZOLATTO, Douglas. Juiz de Fora. Primeiros tempos. In: NEVES, José Alberto Pinho, et.alí. (orgs.). **Juiz de Fora**: história, texto e imagem. Juiz de Fora: Funalfa, 2004.

FERNANDES, Florestan. **O folclore em questão**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FERREIRA, Antônio Carlos Lemos. **A introdução da devoção à Santo Antônio em Juiz de Fora**: do Morro da Boiada a Vila do Paraibuna (1741-1850). 2006. Dissertação de mestrado. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora/ Programa de Pós Graduação em Ciências da Religião.

FERREIRA, Leonardo da Costa. **Memória, política e folclore na obra de Amadeu Amaral entre 1916 e 1928**. 2007. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em História da Universidade federal Fluminense.

FRANCO, Augusto. O jornalista provinciano. **Jornal do Comércio**. Juiz de Fora: 6 de fevereiro de 1902.

GIL, Tiago Luís. Elites locais e suas bases sociais na América Portuguesa: uma tentativa de aplicação das *social network analysis*. In: **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. v. 3, n. 6, dez. 2011.

GINZBURG, Carlo. **A Micro-História e outros ensaios**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1988, n. 1.

GOMES, Ângela de Castro. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v. 6, n. 4, 1993.

GOMES, Lindolfo. Arduíno Bolívar. **Revista da Academia Mineira de Letras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953. Vol. XIX.

GOMES, Lindolfo. **A autoria das Cartas Chilenas**. Juiz de Fora: Tipografia Brasil, 1932.

GOMES, Lindolfo. Cenas e fatos. **Pharol**. Juiz de Fora. 1904.

GOMES, Lindolfo. **O emprego do infinitivo pessoal e impessoal**. Juiz de Fora: Tipografia Brasil, 1917.

GOMES, Lindolfo. O ensino de língua pátria na escola moderna. (Conferência pronunciada na Escola Normal de Juiz de Fora). **Revista do Ensino**. Belo Horizonte. 1929. v. 4, n. 32.

GOMES, Lindolfo. **Estudos de português**. Juiz de Fora: Tipografia Brasil: 1911.

GOMES, Lindolfo. Eugenia. **Revista do Ensino**. Belo Horizonte: 1925, v. 1, n. 1.

GOMES, Lindolfo. **Exercício de leitura manuscrita**. 16ª ed. S. L: Edições Melhoramentos, s. d.

GOMES, Lindolfo. **Folk-lore e tradições do Brasil**. Conferência literária ao Grêmio Literário Bernardo Guimarães, de Juiz de Fora, em 13 de junho de 1915.

GOMES, Lindolfo. **Metafonia**: plural dos nomes. Juiz de Fora: Tipografia do Lar Católico, 1926.

GOMES, Lindolfo. Nótula. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 1939-1953.

GOMES, Lindolfo. **O ditado na escola primária**: descrição de gravuras. Juiz de Fora: Papelaria e Tipografia Íris, s. d.

GOMES, Lindolfo. **Primeiros exercícios de aritmética**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1910.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: s.e., 1988. v. 1, n. 2.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Cotidiano, corpo e experiência: reflexões sobre a etnografia de Luís da câmara Cascudo. **Revista do Patrimônio Histórico e artístico Nacional**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.n. 28.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A fome e o paladar: a antropologia nativa de Luís da Câmara Cascudo. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/IPHAN, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Luís da Câmara Cascudo e o estudo das culturas populares no Brasil. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz. **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Cia das Letras, 2016.

GONÇALVES, José Reginaldo. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: editora UERJ; IPHAN, 1996.

HANZE, Amélia. Escola Nova e o movimento de renovação do ensino. Disponível em <http://www.brasilecola.bol.com.br>. Acesso em 15/11/2018.

IPHAN. **Inventário Fazenda Velha**. Rio de Janeiro: Arquivo Noronha Santos. Série Inventários. Notação IMG-0947.01.

KLÔR JÚNIOR, Carlos Eduardo. **Estrutura comercial e desenvolvimento industrial em Juiz de Fora (1888 – 1920)**. P. 9. Disponível em <<http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-3a3.pdf>>. Acesso em 2015.

KNAUSS, Paulo. Uma história para nosso tempo: historiografia como fato moral. **História Unisinos**, vol. 12, número 2, maio-agosto, 2008.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Latin American Studies**. CEDLA, n. 29. Disponível em: [www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_02/rbcs02\\_04.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04.htm).

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

LOPES, Oscar Pereira. O comércio na rua Halfeld. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: ano VII, n. 7, dez. 1973.

MACHADO, Ubiratan. O esquecido Arthur Lobo. In: LOBO, Arthur. **Seleta**: (prosa e verso). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2012.

MALTA, Tostes. Nihil Novi. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro. 26 de janeiro de 1928.

MATOS, Cláudia Neiva de. **A poesia popular na República das Letras: Sílvio Romero folclorista**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC/Funarte, 1994.

MENDONÇA, Cecília de. Mário de Andrade - o folclore e o Brasil. **Anais do 10º Congresso Brasileiro de Folclore**. Recife: Comissão Nacional do Folclore / São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2004.

MENEGALE, Henri. Lindolfo Gomes. **Revista da Academia Mineira de Letras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1954. Vol. 20.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Cia das Letras em 2001.

MICELI, Sérgio. Mário de Andrade: a invenção do moderno intelectual brasileiro. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz. **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Cia das Letras, 2016.

MOCELIN, Daniel G. **Bourdieu propõe a concepção de agente para superar a noção de sujeito**. Disponível em: <<http://fatosociologico.blogspot.com.br>>.

NÉMETH-TORRES, Geovani. **A Atenas Mineira**: capítulos histórico-culturais de Lavras. Lavras: Edição do autor, 2011.

NEVES, Margarida de Souza. Artes e ofícios de um “provinciano incurável”. **Projeto história**. São Paulo: s.e., n. 24, jun.

NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre história**. Rio de Janeiro/São Paulo: PUC-Rio/Loyola, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto história**. São Paulo: PUC/SP, 1993, n. 10, dez.

OLENDER, Marcos. Uma “medicina doce do patrimônio”. *Vitruvius*. ano 11, set 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.124/3546>>. Acesso em: abril. 2018.

OLENDER, Marcos. **Ornamento, ponto e nó**: da urdidura pantaleônica às tramas arquitetônicas de Raphael Arcuri. Juiz de Fora: FUNALFA/Editora da UFJF, 2011.

OLIVEIRA, Almir. O centenário da Academia Mineira de Letras. **Revista da Academia Mineira de Letras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2009. Ano 88, v. LI, jan./mar.

OLIVEIRA, Almir. **Gonzaga e a Inconfidência Mineira**. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985.

OLIVEIRA, Almir. A imprensa em Juiz de Fora. Retirado de: MUSSE, Christina Ferraz. **A imprensa e a memória do lugar**: Juiz de Fora (1870-1940). XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste. Juiz de Fora: s./d.

OLIVEIRA, Almir. Lindolfo Gomes, um “caso político”. **Tribuna de Minas**. Juiz de Fora. 31 de outubro de 2000.

OLIVEIRA, Francisco Sales de. Recordando Lindolfo Gomes. **Revista da Academia Mineira de Letras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1954. Vol. XX.

OLIVEIRA, Paulino. *A capela do Quebra Careca*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 7 de maio de 1982.

OLIVEIRA, Paulino de. Centenário de Lindolfo Gomes. **Diário Mercantil**. 22 de fevereiro de 1975.

OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. 2ª ed. Juiz de Fora: s.e., 1966.

OLIVEIRA, Paulino. A imprensa em Juiz de fora antes de 1930. **Revista do IHGJF**. Juiz de Fora: IHGJF, 1966. Ano 2, n. 2.

PASCHOAL, Maíra Guimarães. Por uma história geral e filosófica do Brasil: o IHGB nos limites da modernidade europeias. **XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal: ANPUH, 2013.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. Estrutura dinâmica da indústria de Juiz de Fora no contexto da industrialização brasileira: 1930/1935. **HEERA: Revista de História Econômica e Economia Regional aplicada**. 2008, v. 3, n. 4.

PEREIRA, Antônio Armando. *Conservemos a tradição*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 26 de fevereiro de 1942.

PEREIRA, Oswaldo. Os juizes de fora. **Revista do IHGJF**. Juiz de Fora: IHGJF, 1967. Ano 3, n. 3, jun.

PINTO, José Damasceno. *Comprovações de topônimo*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 12 de junho de 1982.

PINTO, José Damasceno. *Saint-Hillare em Juiz de Fora*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 22 de fevereiro de 1983.

PINTO, José Damasceno. *Viajantes estrangeiros*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora: 5 de fevereiro de 1983.

PIRES, Anderson. Café e indústria em Juiz de Fora: uma nota introdutória. In: NEVES, José Alberto Pinho, et.ali. (orgs.). **Juiz de Fora: história, texto e imagem**. Juiz de Fora: Funalfa, 2004.

PRADO JR., Caio. História econômica do Brasil. Citado por: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

RANQUETAT JÚNIOR, César Alberto. **A Campanha Cívica de Olavo Bilac e a criação da Liga da defesa Nacional**. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas>.

REIS, Bruno Carriço. Memórias coletivas; o passado reconstruído, o presente (des)construído. **Revista Aurora**. São Paulo: PUCSP, 2001. n. 10.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: a inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REZENDE, Rosana Meire Cazadei. As correntes pedagógicas e a função social da escola. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2013.

RIBEIRO, Cristina Betioli. Folclore e nacionalidade na literatura brasileira do século XIX. **Revista Tempo**. S. L.: n. 20.

RIBEIRO, Joaquim. Homenagem à Lindolfo Gomes. **Revista da Academia Mineira de Letras**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1954. v. XX.



ROCHA, Gilmar. Cultura popular: do folclore ao patrimônio. **Revista Mediações**. S.L.: v. 14, n. 1.

ROMERO, Silvio. História da Literatura Brasileira. Citado por SCHRER, Marta E. G.; ALMEIDA, Luiz Alberto Scotto. Silvio Romero, um crítico do século XX. **Terra Roxa e outras terras**. Revista de estudos literários. v. 16, set. 2009. p. 19. Disponível em <http://www.uel.br/pos/letras/terraroja>. Acesso em: 5 de maio de 2015.

RUBINO, Silvana. **As fachadas da história**: as origens, os antecedentes e os trabalhos do SPHAN: 1936-1967. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1992.

RUSKIN, Jonh. **A lâmpada da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

SAMPAIO, Júlio César Ribeiro. Desafios da proteção do patrimônio cultural industrial de Juiz de Fora. **Revista CPC**. São Paulo: n. 14, maio/out. 2012.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: s.e. 1989-1990. v. 9, n. 19.

SANDRONI, Carlos. Notas sobre Mário de Andrade e a missão de pesquisa folclórica de 1938. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999. n. 28.

SANTIAGO, Sinval Batista. *Controvérsias históricas*. **Diário Mercantil**. Juiz de Fora. 2 de julho de 1982.

SANTIAGO, Sinval Batista. História e pesquisa. **Tribuna de Minas**. Juiz de Fora, 1 de maio de 1982.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias...historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1997. n. 19.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Silvio Romero, hermenêutica do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do Habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2002. maio/ago., n. 20.

STEHLING, Luiz José. Como Juiz de Fora nasceu. **Revista do IHGJF**. Juiz de Fora: IHGJF, 1967. ano 3, n. 3.

STEHLING, Luiz José. O juiz de fora. **Revista do IHGJF**. Juiz de Fora: IHGJF, 1965. Ano 1, n. 1.

STEPHAN, Lina Malta. **Análise das Intervenções Arquitetônicas nos Imóveis Tombados do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora – MG**. 2015. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora: Programa de Pós Graduação em Ambiente Construído.

SILVA, Fernando Fernandes da. Mário e o patrimônio: um anteprojeto ainda atual. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: IPHAN, n. 30, 2002.

SILVA, Teresinha V. Zimbrão. Murilo Mendes: registros de uma Belle Époque. In: NEVES, José Alberto Pinho, et.ali. (orgs.). **Juiz de Fora: história, texto e imagem**. Juiz de Fora: Funalfa, 2004.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

SOARES, Priscila Gonçalves; MORORÓ, Anderson. Práticas corporais educacionais no início do século XX em Juiz de Fora: um olhar através do futebol. **Anais do VI Congresso Brasileiro de História da educação**. Disponível em [www.sbhe.org.br](http://www.sbhe.org.br).

STEHLING, Luiz José. Trajetória da indústria em Juiz de Fora. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: IHGJF, 1966. Ano 2, n. 2.

URIBARREN, María Sabina. **Contatos e intercâmbios americanos no IPHAN: o setor de recuperação de obras de arte (1947-1976)**. 2015. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.

VASCONCELOS, Eliane. Carta missiva. **Revista Arquivo e Administração**. Rio de Janeiro: 1998, v. 1, n. 1.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Literatura como espelho da nação. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: 1998. v. 1, n. 2.

VENANCIO, Giselle Martins. **Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)**. 2003. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Programa de pós-graduação em História Social; Universidade Federal do Rio de Janeiro.

VIEIRA, Pollianna Gerçossimo. **Salomão de Vasconcellos e a consagração de “Atenas Mineira” em monumento nacional (1936-1947)**. 2016. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto.

VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. **Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro: 1947-1964**. 1995. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional: Programa de Pós-Graduação em antropologia Social.

XAVIER, Laura Regina. **Patrimônio em prosa e verso: a correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Augusto Meyer**. 2008. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC.